A Verdadeira

DOUTRINA DA JUSTIFICAÇÃO

Anthony Burgess

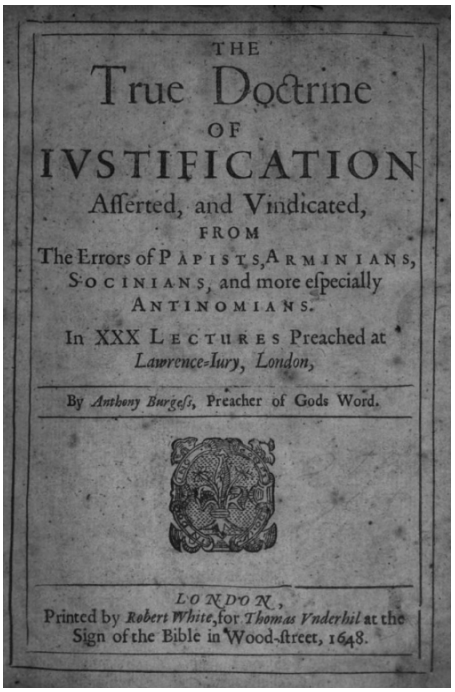
"Sendo justificados gratuitamente pela sua Graça"
Romanos. 3:24-25

A Verdadeira Doutrina da Justificação

Afirmada e Defendida contra os erros dos Papistas, Arminianos, Socinianos e, sobretudo, Antinomianos.

Anthony Burgess

The true doctrine of justification: asserted, and vindicated, from the errors of Papists, Arminians, Socinians, and more especially Antinomians : in XXX lectures preached at Lawrence-Jury, London (London : Robert White, for Thomas Underhil, 1648)


THE
True Doctrine
OF
IVSTIFICATION
Asserted, and Vindicated,
FROM
The Errors of PAPISTS, ARMINIANS,
SOCINIANS, and more especially
ANTINOMIANS.
In XXX LECTURES Preached at
Lawrence-Iury, London,
By Anthony Burgess, Preacher of Gods Word.
LONDON,
Printed by Robert White, for Thomas Vnderhil at the
Sign of the Bible in Wood-street, 1648.

Agora em Português para edificação da Igreja de Cristo.
Tradução com IA, sem fins lucrativos, por **Gabriel da Rocha Ribeiro**.

2025

CONTEÚDO

AO LEITOR CRISTÃO.
PRIMA PARS.....1
PARTE I.....4
LIÇÃO I.....4
LIÇÃO II.....11
LIÇÃO III.....17
LIÇÃO IV.....23
LIÇÃO V.....30
LIÇÃO VI.....37
LIÇÃO VII.....45
LIÇÃO VIII.....53
LIÇÃO IX.....59
LIÇÃO X.....65
LIÇÃO XI.....74
LIÇÃO XII.....82
LIÇÃO XIII.....90
LIÇÃO XIV.....97
LIÇÃO XV.....105
LIÇÃO XVI.....113
LIÇÃO XVII.....121
LIÇÃO XVIII.....128
LIÇÃO XIX.....136
LIÇÃO XX.....144
LIÇÃO XXI.....153
LIÇÃO XXII.....162
LIÇÃO XXIII.....170
LIÇÃO XXIV.....178
LIÇÃO XXV.....186
LIÇÃO XXVI.....195
LIÇÃO XXVII.....204
LIÇÃO XXVIII.....212
LIÇÃO XXIX.....217
LIÇÃO XXX.....224

AO LEITOR CRISTÃO.
PRIMA PARS

LEITOR CRISTÃO,

Se eu já não estivesse comprometido (não sei bem como) nessa via pública das Controvérsias, eu evitária totalmente tal serviço; em parte por causa daquele mau fado (se assim posso dizer) que acompanha os livros ao passarem pelos diversos Paladares de quem os lê, os quais se mostram relutantes em agnoscere quod Dei est, ou ignoscere quod hominis est; em parte por causa da expectativa (que é um pesado prejuízo), pois todos julgam razoável que, agora nestes tempos posteriores, havendo a vantagem de todas as habilidades dos que nos precederam, um homem não deva escrever meros libros, mas thesauros, não Livros, mas ricos Tesouros, como disse o pagão; em parte porque esse caminho de controvérsias ocupa tanto a parte intelectual, que a parte afetiva fica muito embotada e relaxada. Até um papista, Granada (em seu tratado de Devoção), dizia que um homem erudito ocupado nesse tipo de tarefa deveria contar-se entre aqueles miseráveis Cativos *ad metalla damnati*; ainda que o dia inteiro cavem Ouro, não se enriquecem em nada com ele, mas outros, para quem trabalham, sim. E Rodericus (se bem me lembro) relata acerca de Suárez que este costumava dizer que estimava mais aquele pequeno tempo que, diariamente, separava para o exame privado da própria consciência do que todo o restante do dia, que gastava em suas volumosas Controvérsias. O Apóstolo fala de alguém "enfatuado por questões", mas a palavra grega, νοσεῖν, significa estar enfermo e definhando, o que revela a natureza das disputas desnecessárias: elas corroem e consomem o verdadeiro poder da Piedade. Deus falou uma única vez a partir de um sarçal espinhoso, e, assim como os israelitas deviam sair do acampamento militar para colher o maná, também deve o homem evitar disputas tediosas, se quiser desfrutar da gordura e da medula da Religião Cristã.

Contudo, apesar desses desencorajamentos, o Apóstolo, com veemente obtestação, conclama Timóteo, e nele todos os Ministros fiéis, a preservar o bom depósito que lhes foi confiado; de modo que é dever dos Ministros, não só por meio da Pregação, mas também, quando a ocasião o exigir, zelar para que o tesouro de ouro depositado na Igreja não seja desvalorizado por erros escoriáceos, nem o alimento necessário às crianças misturado com veneno destrutivo. A Verdade é um *Depositum*. Aristóteles conclui, com razão, que é maior injustiça negar um pequeno objeto depositado do que uma grande soma que nos é devida, porque quem deposita algo sob nossa custódia confia em nós como amigo fiel; já o outro espera apenas justiça de nós. Ora, dentre todos os pontos da Divindade, não há nenhum em que possamos laborar com mais

proveito e consolo do que o da Justificação, o qual alguns denominaram *articulus stantis et cadentis ecclesiae*; a Igreja permanece ou cai conforme esta verdade é afirmada, e uma vindicação modesta e sóbria desse ponto contra erros contrários não impedirá, antes muito aproveitará, a parte afetiva do homem, assim como a Abelha é auxiliada pelo ferrão para produzir mel.

O modo divino de Justificação, quanto à sua verdade, está acima da razão natural, e requer, portanto, Revelação sobrenatural para manifestá-lo; de tal sorte que a Autoridade Divina da Escritura não brilha em nada mais intensamente do que na descoberta deste glorioso caminho de nossa Justificação. Entretanto, tem sido pedra de tropeço e rocha de escândalo para muitos corações que buscam uma Justificação Filosófica, ou justiça das obras, quer inteiramente procedente de nosso livre-arbítrio (como supõem), quer parcialmente dele e parcialmente da graça de Deus; e, desse lado, erraram os Pelagianos, Papistas, Arminianos e Socinianos. Porém, enquanto os Ortodoxos diligentemente mantinham pura esta fonte da imundície que tais filisteus lançavam nela diariamente, surgiu outro erro, à direita, contra o qual o apóstolo Paulo em suas Epístolas fornece muitos Antídotos, a saber: tal exaltação da Graça Livre na Justificação que torna a Lei inútil para todos os propósitos e, enquanto enaltece privilégios, rebaixa deveres. Assim como os Arminianos, de um lado, acham absurdíssimo que a mesma coisa seja *officium requisitum* e *donum promissum*, um dever requerido de nossa parte e, ao mesmo tempo, um dom prometido da parte de Deus, assim, do outro, o Antinomiano não consegue, simultaneamente, contemplar a plenitude da Graça somente em apagar nossos pecados e, ao mesmo tempo, a necessidade de arrependimento sem o qual essa Justificação não poderia ser obtida. Daí fixarem suas Meditações e Discursos na parte promissória da Escritura, sem atentarem ao mesmo tempo para a parte preceptiva. Mas, seja por fraqueza ou por vontade, parecem estar nesses textos que falam da graça de Deus e da satisfação de Cristo como Davi nas armaduras de Saul, que eram para ele impedimento, não vantagem.

Homens destituídos de conhecimento sólido e erudição deveriam temer fazer aquilo que Pedro chama de *στρεβλεῖν* (2 Pe 3.16), torcer a Escritura, e isso, *εἰς ἀπώλειαν*, para sua própria destruição. Não é pecado menor (diz Oecumênius) torturar a Escritura por interpretação perversa do que foi atormentar e Crucificar os próprios corpos dos Apóstolos; mas a quantos homens ignorantes, aventurando-se além de suas forças nas Controvérsias da Divindade, sucedeu o que se deu com aquele de quem Lúcian fala: encontrando a harpa de Orfeu consagrada a Apolo em certo Templo, subornou o sacerdote do Templo, pensando produzir a mesma melodia que Orfeu costumava fazer; tentando-o, por sua ignorância produziu som tão horrível, que enfureceu todos os cães próximos, os quais imediatamente se lançaram sobre ele e o despedaçaram.

É, portanto, bom que os homens, em toda humildade e modéstia, não se considerem acima do que convém, nem aspirem a ser Doutores antes de, de fato, terem sido Discípulos.

Mas, quanto ao assunto em pauta, darei brevemente notícia do meu método neste Tratado. Considerando-se que, na Justificação, muitas coisas são dignas de nota— a Causa eficiente e impulsiva, a graça de Deus; a Causa meritória, a satisfação de Cristo; a Causa instrumental, a Fé, e que cada uma delas tem sido largamente debatida por homens eruditos, insisti naquele ponto em que a sua natureza propriamente consiste. Como este se desdobra, segundo alguns, em dois aspectos, em parte na remissão dos pecados, em parte na imputação da justiça de Cristo, este Discurso ocupa-se inteiramente do primeiro, esforçando-se por elucidar todas as dúvidas doutrinárias e práticas de maior consequência neste tema. E, se Deus abençoar esta parte com algum bom êxito, para firmar as mentes dos vacilantes, prosseguirei (com o auxílio de Deus) ao outro ponto, a saber, a Imputação da justiça de Cristo, cujo equívoco é causa nada desprezível do Antinomianismo. Não ignoro quão sujeitos à cegueira e a várias imperfeições estão os melhores dos homens, de modo que, em reflexões posteriores, percebem que tal argumento poderia ter sido conduzido com mais vigor, e tais expressões, melhor ordenadas, a ponto de que a maioria possa dizer, como Lutero disse de seus livros, que ele poderia (qual Saturno) devorar os próprios filhos. Cumpre ainda considerar quão difícil é, com fins puros e intenções piedosas, objetivando somente a glória de Deus e a edificação do próximo, empreender tarefa como esta; portanto, em todos esses exercícios, convém sair de nós mesmos, confiando apenas na força de Deus e não nos gloriando como se não tivéssemos recebido. *Tutius vivitur, quando totum Deo damus; et in nihilo gloriandum est, quia nihil nostrum est.*

Mais uma coisa devo informar-te: na parte anterior deste tratado, falei de modo mais comedido acerca da Justificação em geral (pois isso será tratado de maneira mais pertinente no outro ponto, o da justiça imputada) e esforcei-me mais vigorosamente em desenvolver o outro aspecto, que se dedica inteiramente ao perdão do pecado. Posto isto, entrego-te ao Senhor, que ensina seus filhos a aproveitar.

Teu em Cristo Jesus,

ANTHONY BURGESS

PARTE I

LIÇÃO I

Proposições introdutórias, expondo a Excelência e Preciosidade da Doutrina da Justificação; quão importante é mantê-la pura; com o significado da palavra Justificar.

ROM. 3:24-25

"Sendo justificados gratuitamente pela sua Graça, &c."

O Apóstolo, nas palavras precedentes, estabeleceu duas Proposições para rebaixar o homem e todas as suas obras, de modo a abrir caminho para a exaltação dessa graça da justificação aqui tratada.

A primeira Proposição é: *Pelas obras da Lei nenhuma carne será justificada diante dele*, onde se observam duas coisas:

1. Ele chama todo homem de *carne*, termo enfático para humilhar o orgulho e a jactância que havia nos judeus.
2. Acrescenta *diante dele*, o que supõe que, embora nossa justiça entre os homens possa parecer muito gloriosa, diante de Deus ela é indigna.

A outra Proposição é: *Todos carecem da glória de Deus*; alguns fazem aqui uma metáfora daqueles numa corrida que ficam aquém do prêmio. Quer se entenda por *glória de Deus* a imagem de Deus, aquela justiça primeiramente infundida em nós; quer a vida eterna; ou (o que é mais provável) o motivo de gloriar-se e vangloriar-se diante de Deus, de que o Apóstolo fala adiante, não é de grande relevância.

Ora, tendo o Apóstolo descrito nossa condição como tão miserável, ele enaltece a Graça de Deus ao nos justificar, o que é delineado com máxima precisão em poucas palavras; de modo que temos no Texto um compêndio da justificação:

1. O benefício: *sendo justificados*.
2. A causa eficiente: a Graça de Deus; aqui há uma causa impulsiva dupla: uma interna, denotada no termo *gratuitamente*; outra externa, na causa meritória, a morte de Cristo, ilustrada ainda mais pela designação de Deus para esse fim, *προέθετο*. Alguns entendem isto como a manifestação de Deus, como se se opusesse ao propiciatório da Arca, que permanecia oculto; outros, a toda a política do Antigo Testamento, que, nas sombras legais e nas predições dos Profetas, declarava Cristo; outros (com fundamento melhor) referem-no ao Decreto de Deus.

Essa morte de Cristo é chamada *ἀπολύτρωσις*, denotando tanto a própria ação quanto o efeito e benefício decorrentes dela. Crisóstomo observa que se chama *redenção*, e não simples compra, porque éramos do Senhor uma vez, mas pelos nossos pecados nos tornamos escravos de Satanás, e agora Deus nos readquire.

3. A causa instrumental: *fé no seu sangue*; este é o hissopo que asperge o sangue; embora em si mesmo desprezível, é instrumento de grande bem; e por aqui se denota que a Fé possui natureza peculiar nesta obra da Justificação, que nenhuma outra graça tem, pois não se diz *amor em seu sangue* ou *paciência em seu sangue*.

4. A causa final: *para demonstração da justiça de Deus, pela remissão dos pecados passados*. Alguns observam a expressão *pecados passados*, como implicando que nenhum pecado é perdoado antes de ser cometido; é preciso que esteja passado para que possa ser perdoado. Mas o Apóstolo pode ter usado essa expressão em referência aos pecados anteriores à sua vinda, para mostrar a eficácia da morte de Cristo: não era o sangue de carneiros e bodes, mas o de Cristo, que podia expiar nossas ofensas.

Minha intenção é tratar primeiro do benefício, e depois das Causas: o benefício é a Justificação. Para melhor compreendê-la, considera-se as Proposições seguintes, que ajudarão a esclarecer-lhe a natureza, embora a explicação mais exata do termo e de sua essência deva ser aguardada quando tratarmos da justiça imputada.

1. É de grande consequência manter esta Doutrina pura.

Lutero chamou-a *articulus stantis aut cadentis Ecclesiae*, como se fosse a alma e coluna do Cristianismo. Pighius, embora papista, denominou-a a principal parte da Doutrina Cristã, confessando que fora obscurecida, mais que elucidada, por seus próprios escritores; e esta Doutrina da Justificação é a que distingue os Ortodoxos de Pagãos, Papistas, Socinianos e Arminianos. São várias as razões para impedir que os filisteus lancem terra e obstruam esta fonte deleitosa:

1.1. Porque nela se revela especialmente a graça e o favor de Deus. Por isso o Evangelho é chamado glorioso: Deus não tanto exaltou e manifestou Sua excelência na criação do mundo, quanto ao prover um Salvador e perdão para o pobre pecador; daí ser chamado *riquezas da sua graça*, e não de poder ou justiça. Preocupamo-nos, pois (qualquer coisa que digam os Antinomianos), que a doutrina da graça de Deus na Justificação seja plenamente levada ao extremo, para que todo coração quebrantado se maravilhe e se extasie com ela. Lamentamos aqueles tempos de Papado, quando o nome e a eficácia de Cristo e de Sua Graça foram obscurecidos pelas obras e pretensa justiça dos homens.

1.2. É necessário mantê-la pura devido às múltiplas verdades que cairão se esta cair; se errares aqui, toda a verdade acerca do Pecado Original, do Livre-arbítrio e da Obrigação da Lei igualmente perecerá.

1.3. É de grande influência na prática; pois que faz o coração ferido pelo pecado e cheio do desagrado de Deus, senão correr a esta Doutrina como à Cidade de refúgio? Esta é a água que suas almas anelam, este o pão que seus estômagos desfalecidos desejam. Ora, se essa água se tornar lama, se esse pão se converter em pedras pelas doutrinas corruptas dos homens, como há de a alma perecer por falta de sustento?

2. Satanás tem procurado de várias maneiras corrompê-la.

Pode-se julgar da preciosidade e excelência dela pelos esforços maliciosos de Satanás para suprimi-la: Herodes não buscou com mais diligência tirar a vida de Cristo quando Ele estava no berço do que os instrumentos de Satanás se empenharam em sufocar essa verdade na infância. Chemnitz[1] relata que muitas vezes estremeceu ao lembrar uma frase que Lutero costumava repetir (e era agourenta): que, após sua morte, a Doutrina da Justificação seria corrompida. E, de fato, quando aqueles primeiros Reformadores haviam tornado o corpo dessa verdade, em todas as suas partes, como o de Absalão, formoso e belo, sem mácula, logo se levantaram muitos de mente pervertida e investiram contra ela, como os salteadores contra o homem que descia a Jericó, deixando-a ferida e meio morta.

Há erros quanto à própria natureza dela, fazendo-a ser a infusão de justiça em nós, pela qual Deus nos aceita; assim falam da Justificação como Aristóteles falaria dos movimentos físicos. Alguns eliminam a imputação da Justiça de Cristo; outros, a satisfação de Cristo; alguns fazem da Fé aquilo que é contado por Justiça; outros concebem tal Justificação que, por ela, Deus não veria pecado algum naqueles que são justificados, façam eles o que fizerem. Assim, na natureza, nas partes, no instrumento, nos consequentes e no sujeito, há múltiplos erros, pelos quais Satanás traz grande dano à Igreja, pois, por esse meio, nossas vidas se gastam a disputar acerca desse benefício, quando seria muito mais consolador desfrutá-lo. E, quando Satanás não pôde derrubar a verdade misturando nossas obras com a Graça de Deus, como no Papismo, então se voltou a erros à mão direita, erguendo-a sob forma aparentemente maior, mediante amplificações, de modo que toda a penitência e humilhação piedosa sejam totalmente evacuadas; assim como, quando não pôde, por meio de seus instrumentos — os fariseus —, desacreditar a Deidade de Cristo, pôs-se a trabalhar através de outros instrumentos para confessar que Ele era o Filho de Deus, a fim de introduzir alguns erros.

---

[1] *Loc. Com. de Justific.*

3. Nesse caminho da Justificação, Deus ultrapassa os nossos pensamentos.

E, certamente, quando um cristão põe o coração a meditar nessa verdade, deve firmar como fundamento que, nessa matéria de justificar, os pensamentos de Deus e os nossos diferem tanto quanto o céu da terra; de modo que a doutrina da união hipostática de Cristo não está mais acima de nossos pensamentos e expectativas, quanto à veracidade a ser crida, do que a da Justificação está acima de nossos corações, quanto à bondade a ser abraçada. Neste caso, sucede-nos como a Sansão, que encontrou mel na carcaça de um leão — não se podia esperar como aquilo viera parar ali; se ele o houvesse encontrado em cavidades de uma árvore no bosque, onde as abelhas às vezes fazem colmeia, haveria alguma probabilidade, mas ali não havia nenhuma. Assim pensa a alma atribulada, ao encontrar esse mel da Justificação na morte de Cristo: quão improvável é! Se eu o buscasse nas obras que faço, em minha santidade e justiça produzidas por minhas próprias mãos, isto estaria de acordo com as regras da justiça. — E este é o fundamento de todo aquele perigoso erro no Papismo: eles consideram contra os princípios da razão que devamos ser reputados justos de outro modo que não pelo que é inerente a nós; e isso levou Lutero a confessar que, quando finalmente compreendeu corretamente a doutrina do livre perdão dos pecados, foi, contudo, grandemente perturbado pela palavra *justificar*, pois aquela antiga opinião se lhe impregnara profundamente, a saber, que significava *tornar justo*, como *santificare* é tornar santo, ou *calefacere* tornar quente — alguma qualidade positiva a ser introduzida no homem, que ele pudesse opor ao juízo de Deus. Daí, não é de admirar se o povo de Deus dificilmente se persuade de sua Justificação; se, vez após outra, se vê mergulhado em temores acerca dela, porque esse caminho que Deus toma está acima de nossos pensamentos: é grande coisa renunciar à própria justiça e recorrer somente a Cristo pelo perdão.

4. Assim como a Doutrina em si é de revelação peculiar, assim a Escritura possui palavras próprias para expressá-la, às quais devemos atentar inteiramente.

Este seria um bom Pilar de nuvem e de fogo para nos guiar; pois os homens começaram a declinar da verdade quando deixaram de pesquisar diligentemente o uso da palavra nas Escrituras. O que faz com que os Papistas afirmem com tanta confiança e generalidade que Justificação é uma transmutação, uma mudança do estado de injustiça para o estado de santidade, senão o desprezo pelo uso escriturístico desse vocábulo?

E, posto que essa matéria foi debatida durante sete meses no Concílio de Trento, porque não seguiram a Estrela da Escritura, não chegaram ao lugar onde Cristo estava. Há certas palavras que a Escritura toma do uso comum entre os homens, devendo-se interpretá-las conforme esse uso; mas há outras que a Escritura emprega de modo peculiar, por servirem para exprimir aquele assunto também

peculiar que o Espírito Santo exclusivamente ensina; tal é o termo *justificar*. Pois a palavra grega **δικαιοῦν** é observada por eruditos como portadora de dois sentidos: um, punir ou condenar alguém — o que é completamente contrário ao emprego que dela faz o Apóstolo; outro, declarar e julgar algo como justo — mas, então, não alcança o significado do Apóstolo, pois ele fala de pessoas, ao passo que os gregos a usam de coisas. Assim, o vocábulo *justificare* não se encontra em autores humanos aprovados, nem mais do que *sanctificare* ou *glorificare*. Portanto, do mesmo modo que devemos recorrer unicamente à Escritura para conhecer a natureza do assunto, também devemos expressá-lo com as palavras que o Espírito Santo utiliza; e é esse o motivo por que nossos doutos exortam a todos a considerarem o uso gramatical dos termos nesta matéria.

Primeiro, a palavra implica *considerar justo*. E isto é admitido pelos próprios Papistas como o significado mais frequente, embora eles pleiteiem vigorosamente sentido tal que seja *tornar justo*. Na verdade, não há grande controvérsia sequer sobre essa acepção, ainda que a Escritura não a manifeste: pois confessamos que é feito justo o que é justificado, e isso não apenas quanto à renovação interior do homem, mas também quanto à sua justificação; pois Deus não reputa justo quem não o é, e certamente estimar um homem justo sem justiça seria tão absurdo quanto considerar um homem erudito sem erudição ou uma parede branca sem brancura; apenas dizemos que esta Justiça que torna o homem justo não é inerente a ele, mas lhe é imputada pela satisfação de outro. Pois um homem é tido por justo de duas formas: ou quando não é culpado do delito que lhe é imputado, ou quando faz satisfação; e neste último sentido, por Cristo nos tornamos justos.

Segundo, de modo que, se o termo significasse tanto quanto *tornar justo*, como *santificar* significa *tornar santo*, ainda assim poderíamos concedê-lo, embora não à maneira papista; e com efeito o Apóstolo, em Romanos 5, diz que muitos *são feitos* justos pelo segundo Adão, o que, se não se refere à santidade inerente, implica que a justiça que temos por Cristo não é meramente declarativa, mas também constitutiva; na verdade, uma precede à outra em ordem, pois é necessário que o homem seja justo antes de poder ser pronunciado ou declarado tal. Mas o vocábulo hebraico não significa primariamente esse sentido; pois, se a forma *Qal [Cal]* significa *ser justo* mediante qualidade positiva, a forma *Hifil [Hiphil]*, conforme a regra gramatical, significa atribuir ou imputar essa justiça a alguém mediante palavras ou outro testemunho, assim como a raiz que em *Qal [Cal]* significa *ser ímpio*, em *Hifil [Hiphil]* quer dizer *condenar* ou *julgar alguém como ímpio*. Portanto, há dois aspectos na justificação, um fundamento do outro: primeiro, tornar justo; depois, pronunciar ou declarar que o é.

Desses dois segue-se um *terceiro*, que é tratar o homem assim justificado como justo, de modo que condenação, crimes, opróbrio e temor lhe sejam removidos. Isto manifesta o admirável benefício de ser justificado diante de Deus; pois, uma

vez feito isso, (Rm 5.1) temos paz com Deus; (Ef 3) entramos com ousadia em Sua presença e com rosto descoberto; de maneira que a incredulidade e os temores servísseis nos piedosos são grandes inimigos dessa graça da justificação — sim, são um opróbrio e desonra para ela. Tu pensas que, se teu coração não tivesse consciência de pecado, se apenas santidade existisse em ti, então serias ousado e não temerias nem te perturbarias; mas não consideras que Deus procede contigo como com um homem justo, olha-te como tal, de modo que, se Cristo é ousado, tu o podes ser; se Deus não rejeita a Cristo, ou teus pecados não podem condená-lo, também não rejeitará a ti, nem teus pecados te afogarão. Esta é a doce consolação do Evangelho para o pecador contrito, que daria o mundo por uma justiça perfeita que o fizesse aceite.

Quarto, este é um termo judicial, tomado dos Tribunais de justiça. Importa considerar isto também, pois pressupõe Deus como Juiz justo, ofendido, e o homem intimado a comparecer perante o Seu Tribunal. Esta obra da Justificação pode ser excelentemente comparada àquela Parábola de Mateus 18, na qual um homem que devia muitos talentos ao seu senhor é chamado a pagá-los; e, embora o servo rogasse ao seu Senhor que tivesse paciência, prometendo pagar tudo (o que nós não podemos dizer), afirma-se que o Senhor lhe perdoou toda a dívida. Que o vocábulo seja, em sentido geral, judicial, vê-se em Deuteronômio 25.1, onde as Escrituras falam de uma controvérsia entre homens levada a juízo, e o Juiz *justificando* o justo; assim em 2 Samuel 15.4, onde Absalão deseja ser juiz na terra para *justificar* aquele que lhe trouxesse o caso; bem como em Salmo 51: *Para que sejas justificado, e venças quando fores julgado*. E, assim como ocorre no geral, também neste caso particular é palavra tomada dos Tribunais: assim em Romanos 3, *para que toda boca se cale, e todo o mundo se torne ὑποδίκος, culpado*. — Daí haver um acusador, e nossos pecados serem chamados *dívidas*; o oposto a essa justificação é a *condenação*, e o Apóstolo chama a isso *acusação* que pesa sobre os homens. Portanto, Cristo é chamado *Advogado* e diz-se que faz *intercessão*; todas essas expressões denotam um procedimento forense. Assim Davi: *Não entres em juízo com o teu servo, pois à tua vista não se justificará homem algum* (Sl 143); e Paulo, 1 Coríntios 4.3: *Para mim, é coisa muito pequena ser julgado por juízo humano*, onde o juízo humano é chamado *dia*, segundo a frase cilícia (como diz Jerônimo); e, havendo dito isto, acrescenta algo sobre sua justificação diante de Deus. Nada há, pois, mais claro do que tratar-se de termo judicial; e em João, que em suas Epístolas nunca usa o verbo *justificar*, o sentido é expresso por *não vir a juízo* ou *ser passado da morte para a vida*. E, certamente, se *justificar* significasse tornar justo intrinsecamente, não seria abominação, nesse sentido, justificar o ímpio.

Quinto, propriamente não pode haver justificação onde não exista acusação ou queixa; por isso, a condenação lhe é oposta. Daí, ainda que se diga que anjos e Adão foram justificados, e isso por obras, se quisermos falar propriamente, não foram mais justificados do que tinham Advogado ou Intercessor. Assim, quando

Cristo é dito *justificado no Espírito*, entende-se declarado Filho de Deus pelo Espírito, em referência às calúnias e injúrias que sobre Ele se lançavam; de modo que essa consideração pode confortar o piedoso justamente no ponto em que mais se aflige: pois assim argumenta o crente — *meu coração acusa-me de tal loucura, e o diabo também; ó, é tudo tão patente! Não posso disfarçar, não posso ocultar; que farei?* — Pois até isso serve de amparo: como poderia haver Justificação se não houvesse acusação? Para que precisaria de Cristo justificar se não houvesse culpa?

Sexto, nenhum homem pode fazer coisa alguma pela qual seja reputado justo diante de Deus. Esta é a grande verdade que serve de pedra de tropeço ao mundo; isto faz o papista zombar e escarnecer; isto — dizem eles — faz Deus dissimular; isto faz Dele um mentiroso ao reputar nosso o que é de Seu Filho. Quem dirá que um coxo Vulcano anda reto com as pernas de outro homem? Quem comparará algum deforme Tersites a um belo Absalão por causa de uma beleza imaginária que nele não há? Mas a Escritura é clara demais, 2 Coríntios 5: *Ipse factus est peccatum, sicut nos justitia non nostra sed Dei, nec in nobis sed in ipso, sicut ipse factus est peccatum non suum sed nostrum, nec in se, sed in nobis constitutum.* — Ele foi feito pecado como nós somos justiça, não a nossa justiça, mas a justiça de Deus, não em nós, mas nEle; como Ele foi feito pecado, não Seu, mas nosso, não em Si, mas em nós. Nem dizemos que somos feitos justos sem uma justiça — isso, sim, seria absurdo —, mas afirmamos que ela não está em nós.

Sétimo, essa justiça pela qual somos feitos justos vem somente de Cristo; deste ponto trataremos mais adiante. A Escritura, entretanto, sempre nos desvia da nossa própria justiça para aquela da fé, que é pelo Seu sangue; foi isto que levou Bernardo a dizer: *Quid tam ad mortem quod morte Christi non salvetur? Meum meritum est miseratio Domini; non plane sum meriti inops quamdiu ille miserationum non fuerit inops. — Nada há tão mortal que não seja salvo pela morte de Cristo; meu mérito é a misericórdia do Senhor*; de fato, não sou carente de mérito enquanto Ele não for carente de misericórdia. Ainda que um homem fosse feito perfeitamente santo, não poderia, por isso, ser justificado; necessitaria de Cristo para satisfazer por suas transgressões passadas.

Oitavo, essa descrição da Justificação em termos forenses contém grande terror e também grande consolo. É proveitoso ao cristão meditar por que Deus descreve o caminho do perdão nesses termos; e, primeiro, pode ser para despertar consciências seguras e epicuristas. Teu coração não permanecerá sempre quieto, nem teu pecado jazerá sempre à porta; ele te despertará e te arrastará a juízo. Ó, que terror então possuirá a tua alma! E, assim como aterroriza, tanto mais consola: nada é tão bem-vindo quanto um perdão depois que o homem foi condenado e sua cabeça já repousa sobre o cepo. Assim, quando toda essa acusação recai sobre ti e és intimado ao Tribunal, quão preciosa se torna então a graça para ti!

LIÇÃO II

Acerca da Realidade da Justificação por Cristo; de que a Escritura dela trata, quanto a nós, em sentido passivo, como Ação de Deus, não nossa; bem como de outras frases equivalentes a ela na Escritura; com algumas Cautelas necessárias.

ROM. 3:24-25

"Sendo justificados gratuitamente pela sua Graça, &c."

A *nona* proposição refere-se à realidade e veracidade desta Justificação: pois, quando dizemos que *Deus justifica,* isto é, que *Ele considera e pronuncia justo,* os papistas o tomam como se nada houvesse senão uma mera ficção e imaginação, sem verdade alguma. Convém, pois, aos piedosos, para seu consolo, saber que essa sua Justificação não é menos um fundamento real e sólido de conforto (antes, é mais) do que se possuíssem a mais perfeita e completa *justiça inerente* que se possa conceber: todas as coisas que *constituem* essa Justificação são reais; o gracioso ato de Deus em nos reputar e estimar assim é real; e, sendo Ele sapientíssimo, justo e santo, o que Ele julga há de sê-lo necessariamente. Muitas vezes nos justificamos, porém é, não raro, mera opinião; estamos, de fato, condenados nesse mesmo instante — mas tal não pode ocorrer com Deus. Ademais, o *fundamento* dessa Justificação é sólido e firme como qualquer rocha, sendo a justiça de Cristo; se, pois, a justiça de Cristo não é fantasia ou imaginação, tampouco o é esta Justificação.

Por fim, os efeitos dela são reais, a saber: livramento da ira, paz com Deus, alegria no Espírito Santo e o Espírito de adoção. Nesse tesouro pode o coração piedoso enriquecer-se sobremodo; não se acha em sonho, quando sua alma se embriaga desse privilégio; podes, assim, achar-te nesta transfiguração e dizer: "Bom é estarmos aqui", e ainda saber o que dizes. Que vergonha, pois, se, possuindo justiça inerente perfeita, ordenasses à tua alma repousar espiritualmente, por ter tanto bem acumulado, mas não pudesses fazê-lo com a justiça imputada! Justiça imputada e inerente diferem apenas no modo, não na realidade: quanto à glória de Deus e ao teu consolo, é o mesmo que a justiça seja tua inerente ou tua imputada, contanto que seja verdadeira, real justiça.

Décimo, considera que a *Escritura fala desta Justificação, quanto a nós, sempre em sentido passivo: somos justificados* — tanto quando fala mediante suposição de justificação pelas obras da Lei, quanto de modo evangélico — e fala assim para mostrar que só Deus justifica; pois o pecado é somente contra Ele, e, portanto, ninguém senão Ele pode remitir sua própria ofensa. Além disso, ninguém pode

condenar senão Deus; logo, ninguém pode justificar. Quem, senão Deus, pode lançar tribulação em tua alma, acorrentar-te e precipitar-te no inferno? E quem, senão Deus, pode ordenar que todas as tempestades e ondas em tua alma atribulada se aquietem? Assim, quando outros são ditos justificar, isso deve entender-se apenas de modo declarativo, e nada mais. Este ponto pode reprimir todos os pensamentos orgulhosos e farisaicos que em nós se levantam e nos incham interiormente: que importa justificarmo-nos a nós mesmos e declararmos irrepreensíveis os nossos caminhos, se Deus não o faz, permanecemos ainda sujeitos e presos à ira de Deus.

De outro lado, é grande conforto ao piedoso: que importa se Satanás, teu próprio coração e o mundo te condenam? Se Deus justifica, podes regozijar-te. Vede Romanos 8, onde Paulo lança aquele desafio: *Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? É Deus quem os justifica.* Quem formulará acusação? O diabo e teu coração podem lançar-te em rosto muito orgulho, hipocrisia, preguiça; é verdade; mas Deus, por Cristo, justifica-te. Que tônico e revigorante seria para o povo de Deus viver no poder desse dom! *"É Deus quem me justifica, ó minha alma atribulada! Quem, pois, condenará? Quem o impedirá ou invalidará?"* Decerto, estamos tantas vezes abatidos, desalentados e perplexos porque não bebemos desta água da vida. Aplica esta excelente Doutrina à tua alma desfalecente e moribunda, e ela se tornará para ela como Eliseu aplicando-se ao menino morto: fará o espírito e a vida voltarem. Pensamentos retos aqui adoçarão todos os demais pensamentos.

Décimo primeiro, embora a Justificação seja ato de foro e provenha de juízos, Deus não é nela considerado meramente como Juiz, mas como paternus judex*, Juiz paternal, possuindo admirável temperamento de justiça e misericórdia;* de sorte que Deus pronuncia esta sentença do trono de Justiça e de Misericórdia também: de Justiça, pois não absolverá sem que haja satisfação, nem declarará justo senão onde houver justiça perfeita. Daí ser perigosa e falsa a opinião que faz da *Fé aceita por justiça.* Em toda a obra da Justificação, Deus jamais é descrito como aceitando justiça imperfeita por perfeita. Não, Deus não deixa de ser justo ao mostrar-Se gracioso. Ainda Sua justiça e retidão aqui se manifestam, porquanto ninguém é justificado senão o pecador que sente sua culpa e deseja alívio desse fardo, crendo e lançando sua alma nEle. É dificílimo determinar a ordem exata dos benefícios de Vocação, Justificação, Adoção e Santificação; mas pode-se demonstrar, contra o antinomiano, que o homem não é justificado antes de se arrepender e crer. Aí está a Justiça; mas há também abundante Graça e Misericórdia: como ao aceitar um fiador por nós, não Se prendendo à lei de nos ter em pessoa para pagar até o último centavo — grande amor foi esse; assim igualmente ao encontrar meio de reconciliação para nós, quando para os demônios não houve remédio algum previsto. Ademais, depois de pago tal preço, temos a aplicação desse benefício, ao passo que muitos milhares não o

têm: dois num leito, numa família, numa igreja, um justificado, outro condenado. Que Graça é esta?

Décimo segundo. Esta suprema misericórdia é descrita na Escritura como Deus *dando* algo a nós, não como *fazendo-nós* algo a Ele. É caracterizada pelas ações de Deus, não pelas nossas para com Ele — o que pode satisfazer abundantemente o coração contra toda dúvida e temor. Assim, a Escritura chama-a de *perdoar*, *não imputar* pecado, *imputar* justiça, *tornar* justo: todos verbos que partem de Deus para nós, não de nós para Ele. Por isso, em parte alguma somos mandados, em sentido bom, a *justificar-nos* — como o somos a arrepender-nos, crer e mortificar as concupiscências da carne —, porque é ação inteiramente divina; pela fé, de fato, nós a *apreendemos*, porém é ato de Deus, como a janela deixa entrar a luz, mas quem ilumina é o Sol.

E, dessa verdade, colhemos grande consolo: quando olhamos para nós mesmos e não vemos justiça ou santidade que ousemos apresentar a Deus, lembramo-nos de que não se trata de *fazermos* algo a Deus, mas de *recebermos* dEle; e, nesse sentido, é mais bem-aventurado receber do que dar. Daí o dito do antigo autor: *justitia nostra est indulgentia tua* — nossa justiça é a tua indulgência. Portanto, não diga o coração atribulado: *"Onde está meu perfeito arrependimento? Onde, minha perfeita obediência?"*; pergunte antes: *"Onde está o perdão de Deus? Onde o Seu não imputar?"* Quão difícil é a alma desprender-se de descansar em si mesma! Não é *teu* fazer, mas o *fazer* de Deus; não deves considerar "que faço eu?", e sim "que faz Deus?". O antinomiano, é verdade, torce esses seios de consolação até fazer jorrar sangue, mas o legítimo leite suave da palavra não deve, por isso, ser rejeitado. Não procedas, pois, como aqueles que procuravam a Cristo no túmulo, quando Ele já ressuscitara. Não busques em ti mesmo esse tesouro, quando deve ser buscado do Céu; deveres, graças confessarão — *"isto não está em mim"*.

Finalmente, a Escritura possui outras expressões equivalentes à de "justificação", que também avultam o conforto desse dom. Chama-o *bem-aventurança*, como se isto fosse o verdadeiro céu e felicidade. Se és justificado, levas o céu contigo; teu nome pode ser Legião, pois inúmeras são as misericórdias que te preenchem. Nada te pode fazer bem-aventurado senão isto: *Bem-aventurado aquele a quem o Senhor não imputa pecado*. E, embora os que se deleitam numa plenitude laodiceana não reputem isto tamanha bem-aventurança, pergunta a Caim, a Judas, interroga os atormentados no inferno se não é coisa bendita ter o pecado perdoado. Que possas olhar para teus pecados como tantas serpentes sem ferrão, como tantos egípcios mortos na praia, como se jamais tivessem existido; que possas dizer: "Senhor, onde estão tais paixões, tais pecados meus? Vejo-os todos cancelados." — não é esta verdadeira bem-aventurança?

Outra expressão é *aceitar-nos em Cristo*, e aí reside grande parte da justificação: é uma aceitação nossa para a vida eterna (Ef 1.6). Isto há de animar e encorajar o

coração, ao saber que pessoa e deveres são aceitos — embora tanta fraqueza e debilidade —, porque Deus te recebe.

A terceira frase é *tornar justo* (Rm 5.9): Deus não proclama justo quem não o é. Portanto, quando somos justificados, isso não se opõe absolutamente à justiça de obras, mas em certo aspecto — enquanto feita por nós e oriunda de nossa obediência —; e isto deve sustentar a alma: feita a satisfação, quando Deus tem quanto requer, por que não se aquietaria o coração? Nada te contentará se não puderes tu mesmo pagar a Deus até o último centavo?

Uma quarta expressão é *não imputar* pecado, ou *imputar* justiça; e isto, como já viste, é coisa certíssima e real, ainda que não esteja em nós, pois muitos benefícios reais nos advêm mesmo quando o fundamento é extrínseco — como quando a dívida de um homem é quitada pelo Fiador: ele recebe benefício real, é libertado da prisão, como se o pagamento fosse pessoal. Quando Deus faz isto, não contradiz o texto: *Justificar o ímpio é abominação*, pois tal seria contra a Lei; mas, quando não imputa pecado por causa da satisfação de Cristo que intervém, isso é o que mais se coaduna e concorda com a Justiça.

Há ainda um termo equivalente: *reconciliação*. Alguns fazem dela efeito da justificação; outros tomam reconciliação como gênero, e remissão do pecado como espécie; não precisamos de minúcias — onde há justificação, há reconciliação. Isto pressupõe que, onde havia discórdia, agora há amizade; e onde a amizade pode ser mais preciosa do que com Deus?

Tendo estabelecido essas Proposições introdutórias, que descrevem a maior parte do assunto ou da natureza da Justificação, passarei agora a mostrar em que particularmente ela consiste, onde reside sua verdadeira essência; somente permitam-me preambular com dois ou três cuidados.

1. Não devemos confundir aquelas coisas que podem ser consequentes ou concomitantes à justificação com a própria justificação, pois muitas coisas podem necessariamente ocorrer juntas sem que uma seja a outra.

Assim, a Justificação está necessariamente unida à Renovação; contudo, um homem não é justificado por ter sido introduzida nele uma nova natureza. A água possui tanto umidade como frieza, mas não remove manchas por ser fria, e sim por ser úmida. Não entraremos em disputa (como alguns Escolásticos já fizeram — concluindo afirmativamente) sobre se Deus poderia aceitar um pecador para a vida eterna sem qualquer mudança interior no coração dessa pessoa: basta-nos que, pela Escritura, sabemos que Ele não o faz.

2. Colocar a nossa justificação em algo que seja nosso ou que façamos é totalmente depreciar a justiça e o mérito de Cristo.

Alguns a situam parcialmente em nossa justiça e parcialmente na obediência de Cristo, suprindo Ele o que nos falta; outros, mais recentemente, a colocam em nossa Fé, como se esta fosse a nossa justiça — não por algum valor ou dignidade da Fé, mas porque Deus, por mero beneplácito (dizem eles), designou-a para o homem caído, como a justiça universal teria sido para Adão. Por isso mesmo recusam qualquer tropo ou metonímia na frase: *Abraão creu e isso lhe foi imputado por justiça.* Mas nisso se vê orgulho e arrogância não menores que na opinião papista, e em certos aspectos imputam coisa pior a Deus, como se mostrará ao tratar desse ponto. Cuidemos, pois, em nossas distinções, de nada acrescentar à justiça de Cristo nessa grande obra.

3. Na investigação da natureza da Justificação, devemos considerar não só o futuro, mas também o passado.

Pois suponha que um homem fosse renovado até plena perfeição nesta vida, ainda assim essa santidade completa não poderia justificá-lo dos pecados passados. Aqueles cometidos anteriormente continuariam a oprimi-lo, embora agora ele nada tivesse de mancha. Portanto, mesmo que não houvesse em ti defeitos ou fraquezas presentes, quem satisfará a Justiça de Deus pelo que já passou — ainda que fosse a mínima culpa do menor pecado? Não há Sansão suficientemente forte para suportar esse peso, senão o próprio Cristo.

4. Os Ortodoxos às vezes situam a essência da Justificação na remissão do pecado; às vezes, na imputação da justiça de Cristo — o que levou Belarmino, ainda que falsamente, a acusá-los de opiniões diversas.

Para alguns, trata-se do mesmo movimento: chama-se remissão do pecado quanto ao termo *a quo [do qual]*; imputação de justiça quanto ao termo *ad quem [para o qual]*; assim como o mesmo movimento é expulsar as trevas e introduzir a luz. Todavia, entendo serem distintos, considerando um como fundamento do outro: a remissão do pecado baseada na imputação da justiça de Cristo; de modo que Sua justiça imputada a nós é pressuposta, em ordem, antes do perdão do pecado. E, embora entre os homens, quando se imputa justiça ou se declara alguém justo, não haja nem possa haver remissão de pecado, aqui é diferente, porque a justiça não nos é imputada como se fosse inerente em nós; assim, entre os homens, quanto mais alguém é perdoado, menos é justificado, pois o perdão supõe-o culpado; porém não é assim em nossa justificação diante de Deus.

5. Por fim, não devemos confundir a Justificação com a manifestação e declaração dela em nossos corações e consciências.

Nessa pedra o Antinomiano frequentemente naufraga: supõe a Justificação desde toda a eternidade e, portanto, que o homem é justificado antes de crer, sendo a Fé apenas justificativa por evidência e declaração às nossas consciências. Mas isso confunde o decreto de Deus com sua execução, como se demonstrará.

Daí ser perigoso — embora alguns excelentes homens o tenham feito — fazer da Fé uma plena persuasão de nossa Justificação; pois isso pressupõe Justificação antes da Fé. Uma coisa é ser justificado, outra é estar seguro disso. É certo que não podemos ter paz e consolo nem podemos regozijar-nos e louvar a Deus, ainda que justificados, a menos que também o saibamos.

LIÇÃO III

A possibilidade do perdão; de quantas maneiras o pecado pode ser dito perdoado; o que se considera num pecado; a diferença entre pecado original e atual; que, quando o pecado é perdoado, ele o é total e perfeitamente; bem como o sujeito e a extensão da remissão.

ROM. 3:24-25

"Sendo justificados gratuitamente pela sua Graça, &c."

A justificação consiste nestes dois elementos: *remissão do pecado e imputação de justiça.* De fato, há diversidade de expressões entre os doutos, como já ouvistes: alguns entendem que toda a natureza da justificação se reduz apenas à remissão do pecado e, portanto, a identificam com a imputação de justiça; outros fazem de uma o fundamento da outra; alguns têm a imputação da justiça como causa eficiente ou meritória de nossa justificação, e a remissão do pecado como a única forma desta; outros fazem da remissão do pecado somente o efeito da justificação. Porém, quaisquer que sejam os termos empregados, ficará claro que Deus, na justificação, concede estes dois privilégios à pessoa justificada: primeiro, perdoa-lhe os pecados; segundo, imputa-lhe justiça — ou melhor, este último é o fundamento daquele, como mostrei antes.

Que justificar seja perdoar pecados é geralmente aceito; a grande questão versa sobre a imputação da justiça de Cristo (da qual trataremos depois). Aqui apenas pode surgir a dúvida de como dizer propriamente que a justificação é o perdão do pecado, visto que o homem não é justificado por ser perdoado, mas antes o perdão supõe-o culpado. É verdade: a remissão do pecado pressupõe o homem culpável em si; mas, porque Cristo levou sobre si nossos pecados e somos aceitos por seu intermédio como nosso Fiador, pode-se muito bem chamar a remissão de pecado de justificação. Na realidade, o perdão jamais pode ser chamado justiça inerente, ou justiça qualitativa (antes, opõe-se a ela); mas pode ser chamado justiça legal ou judicial, porque Deus, em razão da obediência e satisfação de Cristo, nos considera como justos, tendo perdoado nosso pecado e, ao mesmo tempo, imputando-nos a justiça de Cristo — ambas compondo nossa justificação. Para compreender, pois, este primeiro ponto, a saber, a **remissão dos pecados**, considera as proposições seguintes, que servirão de fundamento a muitas questões importantes.

1. Que o perdão do pecado é possível — há, de fato, tal coisa.

Por isso, no antigo Credo, confessamos *"creio na remissão dos pecados",* onde a fé é descrita não em seus atos meramente históricos, mas fiduciários: *a remissão dos*

meus pecados. Isto já é algum alívio para o pecador aflito: seus pecados podem ser perdoados, ao passo que os dos demônios não podem; Deus em parte alguma lhes diz: *Arrependei-vos e crede*. E embora Salmeron sustente que Deus concedeu aos anjos decaídos algum espaço para arrependimento antes que fossem definitivamente entregues aos tormentos eternos, quase não encontra guia ou companheiro nessa opinião. Se, portanto, não fosse verdade que existe, na Igreja de Deus, perdão de pecados, quão melhor nos seria jamais termos nascido!

2. Considera que o pecado pode ser dito perdoado de diversas maneiras.

2.1. Primeiro, no decreto e propósito de Deus, assim como Cristo é chamado o Cordeiro morto desde a fundação do mundo. Embora eu não saiba onde a Escritura use tal expressão, os antinomianos a erguem grandemente.

2.2. Segundo, o pecado pode ser dito perdoado *meritoriamente* em Cristo, quando Deus lançou sobre Ele os pecados de Seu povo, conforme o profeta Isaías descreve tão claramente (Is 53) quanto qualquer evangelista; daí alguns chamarem Isaías de "o quinto evangelista". Contudo, não concluas que os pecados de tal homem estão perdoados só porque há muito foram postos sobre Cristo — erro em que os antinomianos persistentemente reincidem —, pois para esse efeito de remissão concorrem mais causas além da meritória: a fé, causa instrumental, tão necessária em seu gênero quanto a meritória o é no seu; de modo que, embora Cristo tenha levado os pecados de um homem, estes não lhe são perdoados até que ele creia. Assim como a graça de Deus, causa eficiente, não completa o perdão sem a causa meritória, tampouco esta o faz sem a instrumental: há necessidade da presença e cooperação de todas.

2.3. Terceiro, diz-se que o pecado é perdoado quando a culpa é retirada; e isto é propriamente a remissão da iniquidade.

2.4. Quarto, o pecado é perdoado em nosso senso e sentimento, quando Deus remove todos os temores e dúvidas, dando-nos certeza de Seu amor.

2.5. Por fim, o pecado é tido por perdoado quando a aflição temporal é afastada; e, nesse sentido, a Escritura frequentemente usa a expressão "perdão dos pecados", sendo "não perdoar" quando Ele decide punir.

3. Há vários aspectos a considerar no pecado, quando dizemos que ele é perdoado.

3.1. Primeiro, no pecado há a privação daquela inocência que o homem possuía antes; assim, quando alguém se torna soberbo, por esse ato de soberba ele é privado da inocência e da isenção de culpa de que antes gozava. Isto é propriamente verdadeiro a respeito de Adão, que perdeu sua inocência ao pecar; não se pode afirmar o mesmo de nós, senão em sentido limitado, a saber: quando o homem

comete um pecado, aquela culpa pode ser imputada a ele, da qual antes estava isento. Ora, quando o pecado é perdoado, o sentido não é que o homem seja feito inocente de novo — pois isso jamais pode ser restaurado, devendo-se afirmar que tal pessoa pecou, e isto não pode ser reparado. É verdade que a Escritura emprega expressões como: *"A iniquidade será procurada, e não haverá"* (Jr 51.20); mas isso diz respeito às consequências. Teremos tanto gozo e paz como se nunca tivéssemos pecado.

3.2. Segundo, no pecado há a dignidade e o merecimento da ira de Deus; e isto é inseparável de qualquer pecado. Se é pecado, há merecimento de condenação, e assim todos os pecados dos piedosos, embora de fato não os condenem, têm, contudo, merecimento de condenação.

3.3. Terceiro, há a ordenação e obrigação efetiva da pessoa que peca à condenação eterna; e o perdão do pecado reside propriamente nisto: não em tirar o merecimento da culpa do pecado, mas a ordenação efetiva dele à condenação. Por isso é falsa a afirmação de alguns de que *reatus est forma peccati* — a culpa é a forma do pecado; pois um ato pode ser realmente pecado e, todavia, ser removida essa ordenação à morte.

3.4. Quarto, há no pecado uma ofensa contra Deus, ou inimizade para com Ele, de modo que agora Ele se desagrada; e isto é removido em certa medida pelo perdão, embora Sua ira não seja totalmente afastada. Falando com rigor, Deus não pune Seus filhos, mas, como Pai, Se ira com eles, e isso O leva a castigá-los, ainda que o pecado seja perdoado.

3.5. Quinto, no pecado há também uma mancha ou poluição, pela qual a alma perde sua beleza e excelência anteriores; e isso não é removido pela remissão, mas pela santificação e renovação. Daí se dizer ordinariamente que a justificação tem ser meramente relativo somente, ao passo que a renovação produz mudança inerente absoluta.

3.6. E por fim, em todo pecado há uma aversão de Deus, habitualmente, nos pecados habituais; ou efetivamente, nos atuais, e nessa aversão a alma permanece até tornar-se para Ele outra vez; como quem volta as costas ao sol continua nessa posição até que se volte de novo. Ora, a conversão, e não a justificação, é que corrige isso. Por estas considerações, pois, percebe-se em que consiste ter o pecado perdoado: não é remover-lhe a fealdade ou disformidade perante a Lei de Deus, nem o merecimento da ira divina, nem ainda todo tipo de ira de Deus, mas a ordenação efetiva desse pecado à condenação.

4. Há grande diferença entre pecado original e pecados atuais; pois o pecado original é muito mais intricado, no tocante à remissão, do que os atuais.

Quando um pecado atual é cometido, o ato é transitório, isto é, logo passa; permanece apenas a culpa, que subsiste até Deus a remover pelo perdão; e, então, perdoado o pecado, tudo quanto dizia respeito a esse ato fica no passado. Mas, no pecado original, o caso é diverso: essa corrupção que adere a nós, que se apega à nossa natureza como a hera à árvore (segundo expressão de um Pai da Igreja), embora seja perdoada, ainda subsiste — e não apenas como exercício de nossa fé e orações, ou como languor penal sobre nós, mas verdadeiramente e formalmente como pecado; de sorte que é ao mesmo tempo pecado, causa de pecado e efeito de pecado. Nisso reside a maior dificuldade na doutrina do perdão: aqui há pecado nos piedosos, e verdadeiramente pecado, e, contudo, não os condena. Os papistas, percebendo por experiência tais moções do pecado original em nós, afirmam antes tratar-se de efeitos penais, que permanecem como ocasiões de combate espiritual para aumentar a coroa de glória; insistem ser impossível que tais moções sejam pecados e, ainda assim, não condenem o justo, porque a culpa é inseparável do pecado. E o antinomiano tropeça expressamente nessa pedra: o Dr. Crisp (Sermões, vol. 2, p. 92) diz: *"Quanto a mim, não penso, como alguns, que culpa difira de pecado, mas que é o próprio pecado; são apenas duas palavras para a mesma coisa".* Ora, se fosse assim — se pecado e culpa, ou sua ordenação ao castigo, fossem a mesma coisa —, não poderia haver pecado nos santos [godly]. É verdade que não pode haver culpa de punição onde não houve pecado, mas a culpa pode ser removida depois que o pecado passou. Contudo, aquele autor mostra que o pecado foi tão posto sobre Cristo que, desde então, ele deixa de ser pecador. *"Tu não és ladrão, assassino, quando tens parte em Cristo"* (p. 89, loc. cit.). Mas disto trataremos adiante.

5. Quando um pecado é perdoado, é perdoado total e perfeitamente.

Isto deve ser considerado em seguida; pois, quando o antinomiano nos conclama a ponderar com diligência aquela passagem de Jeremias 50.20, em que Deus diz: *"Buscar-se-ão as iniquidades de Israel, e não haverá nenhuma"*, se (digo) todo o seu intento fosse apenas este — o pecado será como se jamais tivesse existido quanto à condenação, e o pecador estará tão seguramente livre do inferno como se nunca tivesse pecado — tudo isto seria verdadeiro. Mas eles têm um sentido ulterior, a saber: que o pecado foi tão lançado sobre Cristo que o pecador deixa de ser pecador, como se, porque um fiador paga a dívida de certo devedor insolvente, tal pagamento fizesse com que ele deixasse de ser um insolvente — o que é falso. Todavia, Deus perdoa o pecado de tal modo que ele não pode ser perdoado mais perfeitamente do que já é: esses pecados não podem ser perdoados mais do que estão — o que é motivo de infinito consolo — e, assim como é total, é também irrevogável: Deus não os reviverá outra vez. Donde aquelas expressões de *apagá-los*, de *lançá-los nas profundezas do mar*. E ainda que a parábola de Mateus 18 — que fala do senhor que perdoa a seu servo muitos talentos, mas, diante da crueldade desse servo para com seus conservos, torna a chamá-lo a contas e o lança na prisão pelas dívidas anteriores — seja por

alguns aduzida para provar que pecados perdoados podem, em virtude de posteriores iniquidades, ser novamente imputados ao homem, tal fundamento não é suficiente. Pois, primeiro, tão-somente o escopo principal de uma parábola é argumentativo. Os Padres comparam acertadamente as parábolas a muitos objetos: a uma faca cujo fio é o que corta, embora o dorso ajude; a um arado cujo cortante fende o solo, embora a madeira lhe seja serviente; assim, numa parábola, o propósito central é o que possui força argumentativa, e as demais partes são como sombras ou adornos no quadro para torná-lo mais formoso. Ora, esse exemplo não foi intencionado principalmente por nosso Salvador senão para ensinar o perdão mútuo; de modo que tal traço apenas mostra o que se pratica entre os homens ou o que o pecado merece das mãos de Deus — não que Deus revogue Seu perdão ou se arrependa de haver-nos perdoado. Isto, porém, será respondido mais claramente adiante.

6. Posto que o pecado seja perdoado, pode ainda subsistir o senso do desagrado de Deus.

Pois, da mesma sorte que, embora Deus perdoe, muitas calamidades e aflições sobreveem aos piedosos, assim também, ainda que Cristo haja suportado as agonias devidas ao pecado, alguns respingos escaldantes delas caem sobre os santos — não para que estes satisfaçam à justiça divina, mas para que sintamos a amargura do pecado, o quanto há nele de fel e absinto, a fim de que dele nos acautelemos no futuro, e para que, por certa proporção, possamos considerar e admirar o grande amor de Cristo para conosco ao suportar tamanha ira. Não julgaste tu que o mínimo vislumbre da ira de Deus que se abatia sobre ti era mais terrível que todas as dores e misérias em que jamais foste lançado? Então, por isso mesmo, podes conservar-te pasmo, maravilhado deste amor infinito de Cristo ao sustentar tal fardo por ti. Davi é exemplo eloquente desta verdade. Assim como, quando Saul se indignou contra Jônatas e arremessou contra ele a lança, esta errou o alvo e ficou cravada na parede, do mesmo modo a ira de Deus — que violentamente havia de cair sobre ti — falhou-te e trespassou a Cristo. O senso do desagrado divino por causa do pecado pode permanecer em nós de duas maneiras:

6.1. **Servil e escravizador**, mediante a qual fugimos da promessa e de Cristo, concebendo íntimas queixas e murmurações contra Deus — o que é pecaminoso.

6.2. **Filial**, apreendendo o desagrado de Deus embora estejamos persuadidos do perdão — e isto é bom e necessário, como vemos em Davi, que compôs o Salmo 51 de arrependimento ainda depois de haver recebido absolvição de seu pecado. As lágrimas da alma, de acordo com o primeiro modo, são como a água do mar — salgada e amarga; mas, pelo segundo, são doces, como a chuva das nuvens que desce sobre a terra.

7. Nenhum ímpio jamais tem qualquer pecado perdoado; pois, sendo a remissão dos pecados parte ou fruto da Justificação, o homem perverso não é mais suscetível de uma do que da outra.

Com efeito, lemos acerca de homens ímpios — Acabe e os israelitas — que, quando se humilharam, embora externamente e com hipocrisia, Deus afastou aqueles juízos que pendiam sobre eles e, nesse aspecto, os seus pecados foram-lhes perdoados; todavia, Deus não removeu ao mesmo tempo a maldição e a condenação que lhes eram devidas. Foram libertos da calamidade exterior, mas não do inferno e da ira. Isto demonstra, pois, a lastimosa condição dos ímpios, que não têm um só centavo de todas as dívidas que devem a Deus pago, mas estão obrigados a responder até pelos pecados mínimos — e assim deve ser, porque Cristo, verdadeiro e único Pagador das dívidas do seu povo, não os reconhece; de modo que, quando se buscarem os seus pecados, cada um, com todas as suas agravações, será achado.

8. Esta remissão de pecados pertence somente ao pecador que se arrepende e crê.

Ao penitente: *"Deus exaltou a Cristo... para conceder a Israel o arrependimento e a remissão dos pecados"* (At 5.31). Do mesmo modo: *"Que em seu nome se pregasse o arrependimento e a remissão dos pecados"* (Lc 24.47). *"Arrepende-te e ora, para que porventura te seja perdoado o desígnio do teu coração"* (At 8.22). *"Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar"* (1Jo 1.9). Estes e muitos outros textos provam abundantemente que não há perdão onde não há arrependimento. Portanto, considera falsas e perigosas todas as doutrinas que fazem da justificação algo anterior a ele. Não que, com os papistas, atribuamos ao arrependimento mérito ou causalidade, nem o limitemos a certa medida ou quantidade, nem ainda o tomemos como condição do Pacto da Graça; mas apenas como o caminho sem o qual (não a causa pela qual) a remissão dos pecados não se obtém, nem há exemplo de homens perdoados sem esse arrependimento. O mesmo se afirma da fé, embora esta se conceba de outra forma que o arrependimento, sendo o instrumento que aplica e recebe o perdão. Disto, porém, trataremos adiante.

9. Esta remissão de pecado não está limitada a pessoas, tempos, nem à quantidade ou qualidade dos pecados.

De fato, o pecado contra o Espírito Santo não pode ser perdoado; não explicaremos esse "não pode" como dificuldade, como se pudesse ser perdoado, embora muito dificilmente. A resposta comum é que não pode ser perdoado porque o pecador, assim agindo, não quer confessar-se, humilhar-se e buscar perdão. Deus é descrito como aquele que perdoa iniquidade, transgressões e pecados. Diz-se que Cristo tira o pecado do mundo. Os pecados de Davi e de Pedro foram voluntários, e, contudo, Deus os perdoou.

LIÇÃO IV

Das Aflições que sobrevêm aos Piedosos após o Perdão de seus pecados.

ROM. 3:24-25

"Sendo justificados gratuitamente pela sua Graça, &c."

A Doutrina sobre a remissão do pecado, sendo assim particularmente declarada, chegamos àquela grande Questão: Como as aflições sobrevêm aos piedosos após o perdão de seus pecados? Pois o Antinomiano vai a um extremo, e o Papista a outro, tão verdadeiro é o dito de Tertuliano: *Cristo é sempre crucificado entre dois ladrões*; isto é, a Verdade sofre entre dois erros extremos. Portanto, ao prosseguir neste ponto, que é de grande importância prática, exporei, Primeiro, o que diz o Antinomiano; Segundo, o que diz o Papista; e, por último, o que diz o Ortodoxo.

O Antinomiano, em seu livro intitulado o *Favo de Mel da Justificação*, explica-se nestes pormenores, pelos quais podeis julgar que seu Mel é Fel. Tendo feito esta Objeção a si mesmo: *Que os filhos de Deus são corrigidos por Deus, portanto ele vê pecado neles*, elabora uma longa Resposta: Distinguindo primeiro as *aflições*, chamando algumas de *Legais*, e outras de *Evangélicas*, e então distingue as *Pessoas*, tornando algumas *não convertidas,* outras *convertidas*; os *não convertidos* novamente, ele os faz serem ou *réprobos*, ou então *eleitos*; *ora* (diz ele) *as cruzes legais têm uma dupla operação, ou vindicativa ou corretiva: Vindicativas são as aflições que Deus executa sobre os ímpios e réprobos, sentido em que Deus é chamado o Deus da vingança: Corretivas, são os açoites da Lei, executados sobre aquelas pessoas que são filhos de Deus por eleição, mas ainda não convertidas, e assim sob a Lei, portanto estas aflições não são em ira, para os confundir, mas em misericórdia para os preparar para a sua conversão, pois Deus, vendo pecados neles, impõe-lhes cruzes.* Ora, a estas pessoas eleitas ele chama de *não convertidas, ativa e declarativamente,* de uma maneira muito ambígua e suspeita, como se a conversão fosse desde toda a eternidade, assim como a Justificação, de modo que, como dizem, *um homem no tempo é justificado apenas declarativamente, sendo-o de fato desde toda a eternidade, assim se deve dizer que ele é convertido:* e se isto for verdade, então seguir-se-á igualmente que um homem no céu é glorificado também apenas declarativamente, mas real e de fato glorificado desde toda a eternidade, mesmo enquanto está nesta miserável casa de barro. Em seguida, ele passa às cruzes Evangélicas, que recaem sobre aqueles que são *ativa e declarativamente* (como ele chama) *convertidos,* e estas ele nega expressamente serem por seus pecados, pois *isto seria* (diz ele) *negar o castigo satisfatório de Cristo, porque por sua morte, não temos uma única mancha de pecado em nós:* portanto, ele as considera apenas como prova de sua fé, e para exercitar sua fé: de modo que (pela sua teologia) quando um homem

piedoso é afligido, a carne de fato persuadiria o homem de que tem pecado em si, mas isto é para provar se tu podes crer que estás purificado do pecado apesar de todas estas aflições. *Portanto, se algum homem cede a esta tentação* (a saber, que tem pecado em si quando é afligido) *o que é isto* (diz ele) *senão negar a Cristo e ao seu sangue? Pensais que esta é a voz das Escrituras?* Daí ele se esforça para mostrar que doze absurdos se seguiriam desta doutrina de Deus afligir seus filhos por seus pecados, cuja força será considerada em seu devido lugar; por ora, apenas expus o seu juízo; e ele considera a Doutrina dos Protestantes que se opõem a isto como Papista, e como confundindo a Lei e o Evangelho. Daí, referindo-se aos Autores e Ministros Protestantes, ele diz: *Eles pintam Deus como um pai irado, sempre vendo pecado em nós, e sempre de pé com uma vara e um cajado na mão, erguidos sobre nossas cabeças, com os quais, por ver pecados em nós, ele está sempre pronto, embora não para nos derrubar, mas para nos quebrar as coroas e nos açoitar severamente: enquanto o Evangelho o descreve como sendo não apenas um Pai amoroso, mas também nosso Pai bem-agradado, em perfeita paz conosco; de modo que o resultado de sua posição é mostrar que são feitores de tarefas e degeneram para o ensino legal do Antigo Testamento, todos os que pregam que Deus corrige os Crentes por seus pecados: e eu,* diz ele, *cacei esta Raposa um pouco mais extensamente, porque ela é tão nutrida, não apenas pelos Papistas, mas também por alguns de nós, Protestantes, que, balbuciando a língua de Asdode, minam as próprias raízes da vinha do Senhor.* E para que vejais que não é o juízo de um só homem entre eles, vede o que seu *grande General*[2] diz num Sermão, pág. 162.

> *"Sabei isto, que naquele instante, quando Deus traz aflições sobre ti, ele não se lembra de nenhum pecado teu, eles não estão em seus pensamentos para contigo. De novo, quaisquer coisas que aconteçam aos filhos de Deus, não são punições por pecados, não são lembranças de pecado, e se homens ou Anjos se esforçarem para contradizer isto, que sejam tidos como merecem."*

Assim diz o Antinomiano. O Papista vai para outro extremo, pois assim sustentam, *Bellar. de poen. lib. 4. cap. 1, & 2. Que quando Deus perdoou um pecado, ainda assim é conforme a sua Justiça que o pecador deva sofrer, ou fazer algo para satisfazer esta justiça, não no que diz respeito ao pecado como é contra Deus* (pois embora alguns digam assim, outros o rejeitam) *mas no que diz respeito a alguma punição temporal, seja nesta vida, ou na vida por vir*, que é o fundamento do Purgatório. E para que isto seja validado, dizem eles: *Quando Deus perdoa um pecado, ele não remite presentemente a punição temporal; portanto, os homens podem, por algumas penalidades satisfatórias voluntariamente tomadas sobre si, resgatarem-se destas punições temporais.* Ora, esta é uma doutrina extremamente derrogatória da plena satisfação da morte de Cristo, como os Ortodoxos mostram contra os Papistas. Portanto, em terceiro lugar, a verdade é esta: *Que Deus, quando perdoa um pecado ou pecados, ele também remove toda punição temporal*, propriamente dita, a saber, *em ordem a qualquer justiça vindicativa*, como se uma oferta adicional

[2] *Dr. Crisp*

devesse ser feita aos sofrimentos de Cristo pelo que nós padecemos: contudo, dizemos também que Deus de fato *toma nota dos pecados daqueles que são justificados*, e os *corrige* por eles, de modo que, quando os castiga, é em referência aos seus pecados, eles são a ocasião, ou a *causa impulsiva* (como podemos dizer, embora impropriamente quando falamos de Deus). Embora a *causa final*, e o fim pelo qual Deus o faz, não seja para satisfazer sua justiça, mas para outros fins.

Duvida-se se podemos chamá-las de punições ou não, mas não precisamos litigar sobre a palavra, vejo que Chemnitz e Rivet as chamam assim. E se fizermos uma distinção no fim de Deus, por que ele aflige os piedosos por seus pecados, daquele quando ele pune os ímpios, embora ambos por seus pecados, falamos a verdade plenamente, mesmo que as chamemos de *punições*; e certamente as palavras punir ou punição, usadas em *Os. 4:19, Ez. 9:13, Lv. 26:41*, não tomam a palavra punição em um sentido tão estrito. A palavra grega, *κόλασις*, é usada para os anjos e homens condenados, *2 Pe. 2:9. Mt. 25:46*, e esta palavra não parece aplicável às aflições do povo de Deus por seus pecados, e assim a palavra, *τιμωρία*, parece ser um ato de algum Juiz, que não atende à misericórdia, *τιμωρῶ σοι, βοηθῶ σοι, τιμωρῶ σέ δε ἀντί τοῦ βασανίζω*, *Suidas in voc.* Mas a palavra, *κρίνειν*, julgar, é atribuída a Deus quando ele corrige seus filhos, *1 Cor. 11:31*, onde o Apóstolo usa três palavras em uma elegante paronomásia, *κρίνειν, διακρίνειν*, e, *κατακρίνεσθαι*; então, quando Deus aflige seu povo, pode-se dizer que ele o faz como um Juiz, e as aflições são chamadas de juízos, *1 Pe. 4:17*, somente quando Deus assim corrige e pune seu povo, ele é *paternus Judex*, um Juiz paternal. Mas a palavra mais expressiva destas aflições é *παίδειν*, que denota Deus afligindo seu povo, como um pai a seu filho; e embora ele o faça por causa de suas faltas, contudo ele tem ternura no que faz.

Esta é a verdade: e para a sua comprovação, considerai estas Proposições:

Primeira, Que Deus não aflige ninguém a não ser que haja pecado no sujeito; pois assim foi a ameaça no início, *no dia em que dela comeres, certamente morrerás*. Por morte entende-se todo tipo de mal e punição, de modo que, se não houvesse pecado precedente, não se seguiria maldição alguma, nem sobre o homem nem sobre as criaturas. Daí dizerem os Teólogos que a própria fome e sede que Adão tinha, enquanto no estado de integridade, era sem aquela dor e provocação como é em nós. De modo que o estado do homem em retidão era como os céus que não admitem alterações corruptivas. Quanto àquela disputa, se Deus pode ou não, por sua Soberania absoluta, sentenciar o homem sem a consideração do pecado à miséria eterna, a decisão afirmativa dela não incomodará muito esta verdade, visto que mesmo então (dizem eles) *Deus faz isto per modum simplicis cruciatus, por via de um mero e nu sofrimento e dor: não per modum poenae, por via de uma punição.* Quanto a Cristo, ele, embora inocente, foi um homem de dores, porque nossos pecados foram postos sobre ele.

Segunda, Que Deus pode, e às vezes de fato aflige, contudo não em referência ao pecado. Assim Deus exercita Jó, que, embora não estivesse sem pecado, contudo Deus não parece fazê-lo por pecado: Portanto, tais calamidades eram antes exercícios de suas graças do que corretivos de seus pecados: eram para ele o que uma tempestade ou uma tormenta é para um Piloto hábil, o que um adversário valente é para um Campeão robusto; e para este propósito é aquela resposta de nosso Salvador, quando a questão era se os pais ou o próprio cego tinham pecado, para que ele nascesse cego? (falando segundo a opinião de alguns Filósofos, que era agora também recebida entre os Judeus, como pensam homens doutos, a saber, que havia uma preexistência das almas antes de serem unidas a seus corpos) nosso Salvador retorna esta resposta, *Nem este homem pecou* (porque ele não tinha existência antes de seu nascimento) *nem seus pais* (a saber, algum pecado grave, pelo qual Deus puniria o filho) *mas apenas para que as obras de Deus se manifestassem*. Isto também deve ser concedido.

Terceira, Que todas as aflições e cruzes devem ser reduzidas à Lei. Podemos reconhecer esta verdade também, se por Lei entendermos estritamente tudo o que comanda e ameaça, e o Evangelho como sendo apenas promissório, embora, se tomado de forma ampla, o Evangelho tenha suas maldições e aflições; assim, Deus ameaçando ou afligindo um homem piedoso, usa a Lei como um instrumento para torná-lo sensível de seu pecado: e, portanto, este é um Argumento seguro, de que a Lei não é abolida em todos os seus usos para o Crente, porque ainda sobrevêm aflições aos piedosos, não apenas *do* pecado (como falam os Antinomianos) mas *por causa do* pecado; apenas, como a Lei sem a graça de Deus opera todo o mal, assim também o fazem todas as aflições aos homens que não são piedosos: Portanto, os homens ímpios em aflições são como o alho, ou qualquer erva de mau cheiro, quanto mais é socada, pior cheiro exala; de modo que deve haver ensino, assim como castigo, para tornar essa aflição bendita.

Quarta, Que nas calamidades que recaem sobre os piedosos há uma grande diferença, algumas são comuns e absolutamente determinadas, outras mais especiais e não necessárias. Esta distinção deve ser atendida, pois Deus concluiu tão peremptória e irrevogavelmente sobre algumas misérias como frutos do pecado, que nenhum arrependimento ou humilhação pode jamais removê-las. Assim, embora um homem tivesse tanta fé quanto Abraão, tanta mansidão quanto Moisés, tanta retidão quanto Davi, tanto zelo e trabalho pela Igreja quanto Paulo; contudo, tudo isso não o livraria da morte, nem poderia remover a maldição que está sobre a terra; assim, a santidade e a humilhação de uma mulher não podem remover as dores e os espasmos do parto, pois estes são absolutamente decretados. Mas há então calamidades especiais, que muitas vezes, ao se converter a Deus, são removidas; sim, e Deus muito frequentemente, quando perdoa o pecado, ele também remove aquelas misérias exteriores, como vemos em muitos a quem ele curou tanto na alma como no

corpo ao mesmo tempo. De modo que não dizemos que Deus está obrigado sempre, quando perdoa o pecado, a afligir exteriormente por ele.

Quinta, Há novamente algumas calamidades que vêm sobre eles por causa do pecado, outras para outros fins. Reconhecemos, tão claro como o sol, que muitos problemas sobre os piedosos são por via de prova e tentação sobre eles, e por causa do bem que há neles; destas fala o Apóstolo Tiago, quando lhes diz para *ter por motivo de toda alegria, quando caírem em diversas tentações*; destas fala Paulo, quando diz que se *regozijará em suas fraquezas*; de modo que as perseguições e misérias que vêm sobre eles são um Argumento do bem neles, mais do que dos males; como a árvore que está cheia de fruto, tem seus galhos mais quebrados do que a que é estéril, e os Piratas vigiam o navio que está carregado de ouro. E assim um mártir se consolou; que, embora tivesse muitos pecados, pelos quais merecia a morte, contudo agradecia a Deus que seus inimigos não atentavam para eles, mas para o bem que havia nele, e por isso ele sofreu: então, nem todas as aflições sobre os piedosos são da mesma natureza.

Sexta, As aflições por pecados sobre os piedosos diferem muito daquelas que estão sobre os ímpios. Isto também concedemos, que quando Deus pune os piedosos e os ímpios por seus pecados, embora a punição, quanto à sua matéria, possa ser semelhante, contudo elas diferem em outros aspectos muito grandemente; como na causa da qual provêm, uma vem de um Deus que odeia suas pessoas, a outra vem da ira de fato, mas da ira de um pai. Daí, em segundo lugar, elas diferem na adequação destas aflições para fazer o bem, Deus modera estas aflições a seu povo, para que por meio delas a graça possa ser aumentada; mas para os réprobos, elas não são mais para o seu bem do que as chamas do fogo do inferno são para os condenados; O Açougueiro ele corta a carne de maneira muito diferente do que o Cirurgião, diz Agostinho. Novamente, no fim elas diferem; Todas as aflições para os piedosos são como o bater de roupas ao Sol com uma vara, para tirar o pó e as traças, mas não é assim com os ímpios; muitas outras diferenças os Teólogos práticos provam a partir da Escritura.

Sétima, Contudo Deus, em referência aos pecados de seu povo, embora perdoados, às vezes os castiga. Isto é provado,

1. Pela Escritura, que faz do seu pecado a causa de seu problema: Assim de Davi, *Porque tu* (diz Natã, *2 Sam. 12:14*) *deste grande ocasião aos inimigos do Senhor para blasfemarem, o filho que também te nasceu, morrerá*: Assim Deus fala a todos os piedosos em Salomão, *2 Sam. 7:14,15. Eu lhe serei por pai, e ele me será por filho: se cometer iniquidade, castigá-lo-ei com a vara de homens, mas a minha misericórdia não retirarei*: Nestes lugares, o pecado é expressamente feito a causa daquelas aflições; e é uma pobre evasão dizer que isto foi no Antigo Testamento, pois não foi o castigo da paz dos homens piedosos no Antigo Testamento, posto sobre Cristo, assim como

no Novo? Mas a sua tolice nisto, e a sua contradição a si mesmos, serão abundantemente mostradas, ao responder às suas objeções.

2. Nos lugares que afirmam o julgamento de Deus sobre seu povo, e a sua repreensão a eles: e são diversos, *1 Cor. 11. Por esta causa há entre vós muitos fracos e doentes*: onde novamente, tendes não apenas a aflição, mas a causa do porquê, a saber, a profanação irreverente daquele Sacramento. Assim, *Tiago 5:14. Está alguém entre vós doente? Chame os presbíteros, e orem por ele, e se houver cometido pecados* (diz o Texto) *ser-lhe-ão perdoados*: Não há ninguém que não tenha cometido pecados; contudo, o Apóstolo faz tal *se*, porque ele fala de tais pecados que podem provocar Deus a impor aquela doença sobre ele. Assim, no Antigo Testamento, *Sal. 99:8. Tu os perdoaste, embora te vingasses de suas invenções*: Aqui o Salmista chama os castigos sobre aqueles cujos pecados foram perdoados, de vingança: como em outros lugares, sua ira é dita fumegar contra as ovelhas de seu pasto; mas não devemos entendê-la como vingança estritamente dita, como se Deus quisesse satisfazer sua justiça a partir de seus sofrimentos.

3. Pelo encorajamento aos deveres por Argumentos temporais, e ameaças de aflições temporais. Se os piedosos têm estes aguilhões, então certamente, assim como eles podem concluir que suas misericórdias temporais são o fruto de sua piedade, que tem a promessa desta vida e da vida por vir; assim eles podem concluir que suas aflições são os efeitos de seus maus caminhos, que têm a ameaça desta vida e da vida por vir; apenas aqui está esta diferença, que as boas misericórdias exteriores não são de sua piedade por via de mérito ou causalidade, mas suas aflições o são por causa de seus pecados: Daí o Apóstolo exorta os piedosos, *Heb. 12:19*, com isto, que *até o nosso Deus é um fogo consumidor*: Assim, *1 Pe. 3:10,11. Aquele que quer amar a vida e ver os dias bons, abstenha-se do mal e faça o bem*. De modo que a Escritura, instando à santidade por causa das boas misericórdias exteriores, e a se guardar do pecado por causa dos males externos, e instando isto aos piedosos, declara evidentemente esta verdade; e certamente o Apóstolo, falando dos piedosos, *Rom. 8:10*, diz, *o corpo está morto por causa do pecado*; pois por corpo, Beza bem entende nosso corpo mortal, e não a massa de pecado, como alguns interpretam.

4. Pela comparação que Deus usa concernente a suas aflições sobre seu povo; e esta é, ser um pai nesse ato, corrigindo-os. Assim, *Heb. 12:6-12*, comparai isto com *Ap. 3:19. Eu repreendo a todos quantos amo*; ora, repreensão é sempre por alguma falta, e isto é ainda mais esclarecido, porque ele faz esta conclusão, *sê zeloso, pois, e arrepende-te*, portanto, o pecado foi precedente. Ora, nestes lugares, Deus se compara a um Pai, e os crentes a filhos, e todos nós sabemos que os pais nunca corrigem senão por pecado; seria ridículo dizer que o pai açoita o filho *para longe do* pecado, não *por causa do* pecado. É verdade, ele o faz *para longe do* pecado, por via de prevenção para o futuro, contudo *por causa do* pecado também. O Antinomiano diz que isto é falado de muitos crentes juntos, onde

alguns não eram convertidos, mas isto é fraco, porque as pessoas a quem ele reprova, diz-se que Deus as ama, e elas são filhos, não bastardos. Novamente ele diz: Não há pecado mencionado, portanto não foi por pecado; Mas eu respondo, a própria comparação de Deus com um Pai corrigindo seu filho, argumenta evidentemente que foi por pecado; embora não seja expresso.

5. Pela ordem de não desprezar, ou de fazer pouco caso das aflições de Deus, mas de nos humilharmos e sondarmos nossos caminhos. Por que isto seria dito, senão porque elas são por nossos pecados? *Heb. 12:5. Não desprezes a correção de Deus, nem desmaies quando por ele fores repreendido.* Onde duas coisas podem parecer ser proibidas, embora alguns as tornem uma só, uma é não desmaiar, *ἐκλύειν*, uma metáfora daqueles que desfalecem na corrida, por langor e dissolução da mente. A outra está no outro extremo, não, *ὀλιγωρεῖν*, desprezar, ou fazer pouco ou nada dela: como seria uma grande falta em uma criança, desdenhar ou não fazer caso das correções de seu pai. Agora que todo o mundo julgue se a Doutrina Antinomiana não abre um largo portão para desprezar as aflições de Deus: isto os faz clamar contra dias de Jejum, arrependimento, humilhação e confissão de pecado: sim, eles consideram Papismo e hipocrisia o que é feito desta maneira. *ποῖοι νῦν βροτοί εἰσιν*, podemos dizer com Homero.

6. Se Deus ordenou aos Magistrados que executassem males exteriores sobre alguns homens piedosos que ofenderam gravemente, então é da vontade de Deus afligi-los por pecado; mas ele o fez. Se um homem piedoso, sendo pela Dalila de alguma corrupção, persuadido a ter seus cabelos cortados, sua força espiritual se foi, e assim ele cai no pecado de assassinato: não é da vontade de Deus que o Magistrado o condene à morte por este pecado? E o que Deus quer que o Magistrado faça, não é o mesmo que se o próprio Deus tivesse feito? E não devem todos dizer que isto é um castigo sobre ele por causa de seu pecado? Assim, apresentei razões para provar aquilo que, penso eu, nunca antes foi negado, até esta era, que a cada dia, como a África, produz algum Monstro. E certamente a Doutrina das aflições sobre os piedosos é uma verdade tão doce e salutar, que ninguém senão uma Aranha poderia sugar tal veneno dela, como o Antinomiano fez.

LIÇÃO V

Das Aflições: Se Deus castiga seus Filhos por seus pecados.

ROM. 3:24-25

"Sendo justificados gratuitamente pela sua Graça, &c."

Chegamos agora a considerar como o Antinomiano pode sustentar esse Paradoxo seu *[Deus não castiga os crentes por causa de seus pecados]* e, de fato, o Autor acima mencionado muito sua e se esforça, ao apresentar vários absurdos, que ele concebe que se seguirão da verdade por nós afirmada. Mas antes de os examinarmos, tomemos nota da grande contradição do Autor consigo mesmo neste ponto, e isso em muito poucas Páginas; a Falsidade não é apenas dissonante da verdade, mas também de si mesma; pois, ao passo que no lugar antes citado ele torna sua asserção *universal*, que *Deus não vê pecado em pessoas convertidas*, e portanto *não há aflições que lhes sobrevenham por causa do pecado*: Vede agora quão totalmente contrário o mesmo Autor fala no mesmo livro, pág. 117, pois ali, fazendo uma oposição entre a condição dos crentes no Antigo Testamento e os do Novo, ele expressamente dá esta diferença: *Deus* (diz ele) *via pecado neles, como sendo eles crianças que precisavam de uma vara, por causa de sua menoridade, mas ele não vê nenhum em nós, como sendo herdeiros adultos; e novamente, Deus via neles, e os punia por isso, como estando eles sob o Aio da Lei, mas ele não vê nenhum em nós*: Daí, na pág. 99, ele torna peculiar ao tempo da Lei, que Moisés por uma palavra imprudente foi ferido de morte, e Uzá, e Jonas, e Eli, com outros, corrigidos temporalmente: *Portanto, foi* (diz ele) *que vieram aquelas Fomes terríveis, pelas quais as mães foram levadas a comer seus próprios filhos, tudo porque estavam sob a severidade da Lei, que se dessem apenas um pequeno passo em falso, eram asperamente açoitados pelo mesmo.*

Ora, quão grande contradição é esta à sua outra asserção? Pois não estavam os piedosos sob o Antigo Testamento realmente convertidos? Não tiveram eles a justiça de Cristo feita sua? Não foram eles eleitos? Como acontece então, que eles eram afligidos por pecado, e não os crentes sob o Novo Testamento? Quando um homem puder juntar o Leste e o Oeste, então poderá ele reconciliar estas asserções: mas a autocontradição não é coisa estranha naquele livro.

Mas venho aos seus Argumentos; O primeiro lugar que ele insiste é *Rom. 5:1-3*. *Sendo justificados pela fé, temos paz com Deus*, isto é, *todas as surras, golpes e ira cessaram*, diz ele, *e daí que nos gloriamos em nossas aflições, mas agora, se elas fossem por nossos pecados, não teríamos mais motivo para nos gloriar nelas, do que a criança tem em seus açoites por suas faltas.*

Para a abertura deste lugar, considerai estas coisas, alguns Comentaristas antigos leem a palavra imperativamente (ἔχωμεν por ἔχομεν) *tenhamos*, em vez de *temos*, e assim a interpretaram, *[Sendo justificados pela Fé, tomemos cuidado para não pecar novamente, mas preservemos nossa paz com Deus]* As palavras tomadas desta forma muito confirmariam, em vez de debilitar, nossa asserção: mas não julgo isto tão adequado ao escopo do Apóstolo neste versículo; tomá-las-emos como são, *indicativa* ou *assertivamente*: e primeiro, podemos entender por *paz*, ou aquela *reconciliação* que é feita com Deus, ou o senso e sentimento disto, que não é senão tranquilidade e segurança de consciência, através da persuasão do favor de Deus para conosco. Ora, estas podem ser separáveis uma da outra, um crente pode estar reconciliado com Deus, e no estado de amizade com ele, contudo ele não sentir isto, ou não saber isto, como muitas passagens nos Salmos de Davi testemunham; assim como a criança no ventre não conhece a grande herança e as ricas Rendas de que será possuidora, ou como Agar não viu o poço de água junto a si, mas pensou que deveria perecer, até que Deus abriu seus olhos. Há um selo do perdão do pecado, quando ainda a proclamação dele não é feita na consciência.

Se tomarmos *paz* no primeiro aspecto, é uma proposição absoluta e universal, e verdadeira de toda pessoa justificada; mas no último sentido, é verdadeira apenas de algumas pessoas, e em alguns momentos, pois o senso do favor de Deus é um privilégio separável daqueles que estão nele.

Se por *paz* devêssemos entender o senso do favor de Deus, e a declaração dele em nossas consciências (como por seus argumentos eles devem fazer), então isso prova contra a opinião deles tanto quanto contra qualquer outra: pois eles sustentam que um crente precisa orar pelo perdão na declaração ou senso e sentimento do pecado, embora não pelo próprio perdão do pecado; ora, não pode haver ao mesmo tempo uma falta do sentimento de perdão do pecado e a tranquilidade de consciência juntos: de modo que este lugar deve ser necessariamente um espinho em seu lado.

Mas, em segundo lugar, a resposta verdadeira e direta a este lugar é que há uma *paz dupla*, uma que é oposta ao ódio de Deus, como ele é um inimigo terrível para os pecadores, não reconciliados com eles, sentido em que ele é frequentemente descrito na Escritura. A outra, como é oposta àquela ira e desprazer paternais, pelos quais, embora no principal reconciliado, ele pode, por algumas faltas particulares, estar descontente; ora, o Apóstolo fala do primeiro tipo de paz. *Sendo justificados,* isto é, Deus, uma vez *reconciliado* conosco em Cristo, não tem mais inimizade hostil contra nós, e se pecarmos depois, ele não se tornará nosso inimigo, nem satisfará sua justiça punindo-nos, mas como um pai ele pode, em seu desprazer, castigar-nos. O senso do desprazer de Deus como pai pode muito bem coexistir com uma segurança de que, apesar de tudo, ele não é um inimigo.

Uma criança que chora amargamente por causa dos castigos de seu pai, contudo, mesmo então, tem aquela esperança e conforto que não teria se caísse nas mãos ou na fúria de um inimigo que a mataria. Daí que nós insistimos com todos os crentes, embora severamente punidos por seus pecados, como seus próprios corações podem lhes dizer, contudo eles *nunca* devem proferir tal sentença: *Agora Deus se tornou meu inimigo, ele lida comigo como com um Judas, como com um Caim;* estas (dizemos nós) são inferências pecaminosas, mas eles podem concluir assim: *Deus, embora um pai amoroso, está agora muito irado e muito descontente comigo.*

Distingui, então, entre uma paz que se opõe ao ódio de Deus a um pecador como inimigo, e uma paz que se opõe apenas às carrancas de um pai; e esta objeção é respondida. Reconhecerei que o povo de Deus é propenso, sob seu severo desprazer, a não discernir entre um pai e um inimigo. Eles têm muita dificuldade em manter isso em seus corações; Deus golpeia, ele franze a testa, ele repreende, contudo ele ainda é um pai: mas esta é a tentação e fraqueza deles, e nós somos propensos a tentar algum tipo de compensação a Deus em nossos problemas por pecado: portanto, foi uma coisa muito abençoada quando Deus, na Reforma do Papismo, fez esta verdade irromper: *Que as punições por pecado* não eram *satisfatórias a Deus,* mas *castigos paternais.*

Assim tendes isto respondido, e quanto ao que se segue, *nós nos gloriamos nas tribulações*, o Apóstolo deve ser limitado àquelas que nos sobrevêm por professar a Cristo e sua verdade. Nestas podemos nos gloriar, como o soldado o faz de suas marcas e feridas que recebeu nas guerras por uma boa causa, e para este propósito vos dissemos em uma Proposição, Que havia uma grande diferença entre aqueles problemas que nos sobrevinham *por causa do bem em nós*; e aqueles que vêm sobre nós, *por causa do mal em nós.*

Que glória é, diz Pedro, *1 Pe. 2:20, se sois esbofeteados por vossas faltas?* Ora, quem pode negar que mesmo um homem piedoso pode cair em algum crime hediondo, pelo qual pode receber uma sentença de morte, este homem, embora possa regozijar-se em Deus, que lhe perdoa o pecado, contudo não pode mais se gloriar desta tribulação do que uma criança se gloria de ser açoitada por suas faltas.

Outro lugar da Escritura é *Is. 53:5. O castigo da nossa paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados*. Este Texto da Escritura é insistentemente proferido por eles, e certamente é mais doce que o *Mel* ou o *Favo de Mel*: mas, na verdade, eles fazem com ele como os ladrões com o homem de Jericó, deixam-no meio morto e muito ferido.

Primeiro, vamos entender o contexto [Let us open the place], e então ver quão longe eles estão do significado.

O Profeta Isaías neste Capítulo pode ser chamado, como dissemos antes, o quinto Evangelista, pois ele parece antes escrever uma História de Cristo do que fazer uma profecia sobre ele. Entre outras passagens, estas duas são para o nosso propósito.

Da primeira, *Que o castigo da nossa paz estava sobre ele*: por *Paz* aqui, Calvino bem entende, não a de *quietude* na consciência, mas uma *reconciliação* feita com Deus através de seus sofrimentos. E é observado por alguns, quão enfática é a Escritura naquele Pronome [Ele] *Ele* suportou, e *Ele* foi ferido.

A segunda se segue, *Pelas suas pisaduras fomos sarados*: Alguns pensam que isto é dito para rebaixar aquela condição em que Cristo tão voluntariamente se colocou, para que seu amor pudesse parecer maior para nós; sendo uma alusão ao Estado de servos, que costumavam ser castigados por seus senhores. A frase é a mesma que aquela, *Ele suportou nossas dores*, ou *doenças*, que em *Mt. 8:17*, é aplicada à *cura de doenças* por Cristo, e em *1 Pe. 2*, àquele sofrimento na Cruz. E bem pode ser assim, porque a cura exterior das doenças era um Símbolo ou Testemunho de sua *cura interior*. Embora *Grotius* observe que Cristo é, portanto, dito suportar nossas doenças quando as curava, por causa das grandes dores e trabalho que ele teve nisso, pois foi depois do Pôr do Sol, e a multidão o apertava muito; então, pelas palavras, vedes todo o preço de nossa paz posto sobre Cristo, e por ele todos os males, tanto temporais quanto espirituais, removidos, o que isso tem a ver com a questão? *Sim* (dizem eles) *aqui nossos castigos são postos sobre Cristo, portanto não temos nenhum por pecado;* mas em primeiro lugar, se isso provasse alguma coisa, seria mais do que os Antinomianos concederiam, pois inferiria que não há castigos de forma alguma, nem por pecado, nem sem pecado; ora, os Antinomianos não podem negar (e a experiência os refuta) que os piedosos têm aflições, embora (como dizem) não por pecado; e isso se seguirá inevitavelmente por seu argumento; pois, assim como eles provariam daqui que não têm pecado algum, não apenas pecado que não condenará (como dizem os Ortodoxos), mas até mesmo nenhum pecado; assim se seguirá, pela mesma razão, que os crentes não têm castigos de forma alguma, não digo (não por pecado), mas nenhum de todo.

Mas, em segundo lugar, o Antinomiano naquele lugar, pág. 129, responde plenamente a si mesmo: *Todo castigo* (diz ele) *por pecado, necessário para fazer a paz perfeita entre Deus e seus filhos justificados, foi posto sobre ele*: muito verdadeiro, entretanto, dizemos nós, embora estes *castigos sejam por pecado*, contudo não estão sobre os piedosos como sobre Cristo, não são para satisfazer a justiça de Deus, para operar uma reconciliação, mas apenas para humilhá-los em si mesmos, e fazê-los sentir melhor o quanto são devedores a Cristo, que suportou tanta ira por eles. Dizer, portanto, como os Papistas, que Cristo por sua morte removeu apenas o mal espiritual, e nós por nossos sofrimentos devemos remover a punição temporal, isso de fato seria derrogatório a Cristo, e tiraria em grande medida de sua glória.

Um terceiro lugar trazido para manter seu erro é *Tiago 1:2-5*. *Tende por motivo de toda alegria o cairdes em diversas tentações*, portanto (diz ele) elas não são por pecado, porque são motivos de alegria; e notai como ele batiza (prossegue o Autor) cruzes e aflições, por assim dizer, com um novo nome, tirado da natureza da mudança delas através do Evangelho, chamando-as de tentações e provações. Mas notai antes a ignorância do adversário do que o nome das aflições: pois, é peculiar aos crentes sob o Evangelho que suas aflições sejam provações? O que então ele responderá àquele lugar, *Dt. 8:2*? Deus diz que as aflições sobre o povo de Israel por quarenta anos no deserto (e nem todos eram crentes, muito menos crentes sob o Evangelho) foram para humilhá-los, e prová-los ou testá-los? E *Jr. 9:7*. Deus, falando dos israelitas, diz: *Ele os derreterá e os provará*. Vede também *Dn. 9:25, Zc. 13:9*. Pelo que julgareis prontamente da ousada ignorância do homem. Mas quanto ao lugar em si, certamente as palavras são muito enfáticas. *Tende* (implicando que um homem em sua mais seleta deliberação deve fazê-lo) *toda alegria*, um Hebraísmo, alegria plena, perfeita, *quando cairdes*, a palavra é cair de tal modo que sois cercados por todos os lados. E, finalmente, *diversas tentações*.

Por tentações, Agostinho parece ter entendido incitamentos ou provocações ao pecado, e se tais tentações podem ser desejadas, ou dar base para uma justa alegria, é disputado pelos Escolásticos, mas isso é impertinente: vemos que o Apóstolo fala de aflições, como aparece pela palavra seguinte, e não de todo tipo de aflições, mas daquelas que são pelo nome de Cristo: certamente o Apóstolo, escrevendo aos Coríntios e falando dos castigos de Deus sobre eles por seus pecados, não lhes ordena que tenham isso por toda alegria, mas antes os exorta a se julgarem para não serem condenados com o mundo. Ele não fala, então, de todo tipo de aflições, mas apenas de algumas, e seu significado não é que, mesmo sob essas aflições, eles não devessem ter nenhuma dor (pois ele diz, *nenhuma aflição é no presente motivo de alegria, mas de tristeza*), mas ele dá um motivo pelo qual eles deveriam se alegrar, por causa da boa obra de sua fé manifestada por meio delas, embora em outras considerações eles possam ser humilhados. E não vejo por que, mesmo naquelas perseguições que sobrevêm aos piedosos por causa do Evangelho, elas não possam, pelo menos algumas delas, e às vezes, ser humilhações pelos pecados anteriores dos Piedosos, bem como explorações de suas Graças, e glorificação mais eminente deles aqui e no futuro. Não nego que, mesmo em aflições por seus pecados, o povo de Deus possa tirar conforto para suas almas de várias considerações, mas não penso que o Apóstolo se refira a elas neste lugar: Consideremos agora que perigosos Absurdos fluiriam desta nossa doutrina; e primeiro (diz ele) isto é confundir Lei e Evangelho. A Lei deveria ser pregada apenas para pecadores seguros, o Evangelho apenas para pecadores quebrantados; ao passo que, se dizeis aos piedosos quando estão aflitos, que é por causa de seus pecados, pregais-lhes a Lei. Mas primeiro, Então o Apóstolo misturou Lei e Evangelho, quando ordena aos Coríntios que se julguem sob a mão de Deus sobre eles: e quão legal foi

Pedro, quando disse, *o juízo deve começar pela Casa de Deus?* 2. O Evangelho e a Lei devem ser misturados em todas as administrações espirituais, mas para fins diferentes. Assim como não devem na pregação ser confundidos, tampouco divididos. 3. O povo de Deus ainda tem pecado, orgulho e dureza de coração remanescentes neles, e um Ministro pregará o Evangelho ao seu orgulho? Devemos confortá-los, porque seus corações às vezes são obtusos e obstinados? Por último, Embora digamos que eles são afligidos por seus pecados, contudo isto não é para tornar as cruzes Legais, mas Evangélicas; pois não dizemos que são assim por seus pecados, como se por meio disso devessem satisfazer a justiça de Deus em suas próprias pessoas, mas por outras considerações.

Um segundo Absurdo será, dizem eles, tornar assim o Evangelho insuficiente para abolir o velho homem, a menos que tome emprestado auxílio da Lei. Mas primeiro, Observai sua contradição: O Evangelho abole o pecado no crente; como pode ser isso, quando ele sustenta que não há pecado a ser abolido? Certamente, o que não é, não precisa ser abolido, pois já não é. Em segundo lugar, Se o Evangelho é tão poderoso para abolir o pecado, por que ele quer que a Lei seja pregada aos pecadores obstinados? Certamente, por sua regra, o Evangelho derreteria mais cedo o pecador mais duro e férreo que existe. Em terceiro lugar, Aquilo que ele consideraria um absurdo é uma verdade eminente: a Lei e o Evangelho são mutuamente subservientes um ao outro, e devem ser pregados como conjugados, embora não confundidos um com o outro.

Outro Absurdo (pois não posso tomá-los em ordem, visto que ele absurdamente faz de uma coisa vários argumentos, e assim apenas tautologiza) Seria negar a justiça perfeita de Cristo, e que não somos feitos sem todas as manchas ou máculas. Mas primeiro, não derroga de Cristo que não sejamos libertos do pecado, enquanto aqui nesta vida, pois ele mesmo sustenta que os crentes no Antigo Testamento tinham pecado neles, e Deus os açoitava por isso, contudo Cristo levou seus pecados e tirou suas iniquidades. Em segundo lugar, se este lugar provar alguma coisa, provaria o Dogma Papista, de que somos inerentemente sem pecado: e o Antinomiano nega isso, pois ele diz, somos feitos perfeitamente santos; não ativamente, mas passivamente, enquanto esses lugares falam de uma santidade ativa. Em terceiro lugar, se o pecado remanescente em nós trouxesse não apenas males temporais, mas também eternos; não trouxesse apenas uma doença, mas também o inferno; então isso evacuaria a plenitude da morte de Cristo, mas agora não o faz.

Um quarto Absurdo ele extrairia de um Argumento do Bispo Babington, *Ejus quod non est, non est poena*, mas o pecado, quando é perdoado, não é; portanto, para o pecado perdoado não há punição temporal. Respondo primeiro, se por aquilo que não é, se entendesse aquilo que tem uma existência física e natural, então o Argumento provaria que nenhum pecado, seja perdoado ou não perdoado, poderia condenar um homem, porque nenhum pecado (segundo a

opinião recebida) tem qualquer ser natural positivo: portanto, deve ser entendido como um ser moral, isto é, um merecimento de punição. Ora, quando se diz que o pecado é perdoado, a razão não é como se a remissão do pecado fizesse o pecado não ser pecado, a embriaguez não ser embriaguez; ou como se aquele pecado não merecesse punição, pois isso é inseparável de sua natureza: mas o perdão dos pecados remove a ordenação real deles para a condenação. Assim, então, um pecado, embora perdoado, tem algum tipo de ser, embora não o de ordenação real para a morte eterna; quando, portanto, se diz que os pecados são lançados no fundo do mar e não serão mais, isso deve ser entendido *quoad hoc*, no que diz respeito à condenação real. Assim, o pecado de Davi foi perdoado, a saber, quanto a condenar Davi, contudo, embora perdoado, ele ainda existia, a saber, para afligir Davi e para fazer Deus irar-se com ele.

Um quinto Absurdo, Se dizeis que o povo de Deus é afligido por pecado, isso perturbaria excessivamente as consciências dos filhos de Deus, e os faria esperar temerosamente horríveis pragas temporais a cada hora, porque o menor pecado é tão infinitamente desagradável a Deus. Mas primeiro, parece então que um homem piedoso, embora caído em assassinato, adultérios, etc., sua consciência não deve ser perturbada: Pedro, se negar a Cristo, não deve chorar amargamente. Em segundo lugar, damos muitos cordiais e antídotos contra o desespero, enquanto dizemos que são aflições mesmo por pecado, pois acrescentamos ainda, que todas elas são limitadas dentro de uma medida devida; Deus considera nossa força, e não imporá mais do que nos capacitará a suportar. Em terceiro lugar, há uma perturbação dupla, uma que é santa e eficaz para o bem, tal perturbação como aquela que o Anjo fez no tanque de Betesda; e há uma perturbação por via de tormento, afastando de Deus e enfurecendo-se contra ele; ora, todos nós proibimos esta última, nem esta Doutrina dará qualquer base para tal desordem. Por último, Se uma doutrina deve ser marcada por tal evento que virá através das corrupções dos homens, então podemos dizer que a opinião deles encorajará os crentes, ou homens que presumem que o são, a praticar todo tipo de crimes flagiciosos, e ainda assim não ter medo de que Deus os castigue por essas coisas.

LIÇÃO VI

Da Perfeição das Pessoas Justificadas, e sua liberdade do pecado: Se Deus vê pecado nos Crentes: Diversas expressões da Escritura sobre o perdão do pecado.

JER. 50:20.

"Naqueles dias, e naquele tempo, a iniquidade de Judá será procurada, e não será encontrada, &c."

Embora o Apóstolo diga a verdade, *1 Tim. 6:4*, que há um desvario sobre questões, pelo qual a alma de um homem é adoecida e espiritualmente enferma, como a palavra grega, *νόσων*, implica, enfraquecendo e debilitando a graça, tanto quanto a irritação desgasta a carne; e isso é feito quando os homens se enfrentam em controvérsias como bestas em seus combates, buscando apenas a vitória; contudo, pode haver tal esclarecimento doutrinário da verdade, respondendo a Objeções, que pode tender muito para a edificação, tanto em conhecimento quanto em afetos; e pelo choque de pederneiras, podem saltar faíscas suficientes para acender a piedade e o zelo em nosso peito. Isso eu me esforçarei, com a assistência de Deus, naquela questão necessária e famosa, do perdão do pecado por Deus. Pois pregar em controvérsias intrincadas é como Gideão, *Jz. 8:16*, ensinar os homens com sarças e espinhos, como é a frase ali.

O Antinomiano coloca este Texto na vanguarda, para aquela opinião absurda, *Deus não vê pecado em pessoas justificadas*: se, portanto, seu Golias for morto, o resto rapidamente abandonará o campo. As palavras contêm uma promessa graciosa a Judá e Israel.

Primeiro, Para livrá-los de seu mal temporal: Eles serão trazidos de seu cativeiro para sua própria terra novamente: não precisamos disputar quantos voltaram, basta que esta misericórdia lhes foi oferecida, por mais que a tenham negligenciado.

Segundo, Aqui está uma promessa de remover seu mal espiritual, que foi a causa do primeiro; Deus perdoará seus pecados; e com isso uma Doutrina proveitosa é ensinada: Que um povo deve ser mais desejoso do perdão de Deus do que da remoção de suas calamidades, enquanto comumente, como homens doentes e imprudentes, queixamo-nos mais dos Sintomas do que da própria doença. O mal do pecado nos priva de um bem infinito; mas o mal das aflições, apenas de um finito. Ora, esta promessa não deve ser estendida apenas aos tempos do Evangelho, mas é particularmente verdadeira para os Judeus, quando removidos de seu exílio, contudo não deve ser limitada apenas àquele tempo; e

por mais que a promessa de perdão seja geral para todos, contudo deve ser entendida desta maneira, que para os ímpios, seu pecado não foi perdoado além deste sentido: Que seu cativeiro foi removido: mas para os verdadeiros crentes, houve uma remoção real da ira e do desprazer de Deus deles. A promessa de perdão é descrita de forma muito enfática e consoladora para os Judeus verdadeiramente humilhados: *Não haverá nenhum de seus pecados, e nenhum será encontrado quando procurado*: Esta expressão supõe um inquérito judicial (como quando se diz que Deus faz inquirição por sangue), e ser encontrado implica Deus tomando conhecimento judicial de um homem para puni-lo, assim *Ap. 20:15*. *Nela foi encontrado o sangue dos Santos*: Assim Beza amplifica aquela palavra, *Fp. 3:9*, *ser encontrado nele*, como se a justiça de Deus estivesse perseguindo Paulo como um malfeitor, e Cristo fosse uma Cidade de refúgio para ele. **Observação**. A remissão do pecado é uma remoção dele tal, como se nunca tivesse existido: *aquele que nega que os pecados perdoados sejam completamente removidos, nega que Faraó e seu exército foram afogados no mar Vermelho*, disse Gregório. Este ponto, praticamente aproveitado, é o tesouro do conforto de um crente: Mas há o erro Antinomiano à direita, e o Papista à esquerda, pelo qual um coração piedoso, se não bem instruído, pode, quando pede pão, encontrar uma pedra, e quando por peixe, uma serpente. Portanto, para o procedimento mais ordenado, consideremos o que diz o Antinomiano, depois o que diz o Papista; e por último, qual é a verdade. A opinião dos Antinomianos pode ser descoberta nestes pormenores.

1. Que uma pessoa justificada, vestindo a veste de núpcias de Cristo, tem por isso todos os seus pecados completamente removidos de diante de Deus, e tão totalmente abolidos, que não temos nenhuma mancha de pecado à vista de Deus (*Favo de Mel da Justificação*, pág. 24. cap. 3. *per tot.*)
2. Isto é estendido por eles (pág. 27.) não apenas aos pecados atuais, mas aos pecados originais, pois concedemos facilmente que nos pecados atuais, se uma vez perdoados, não resta mais contaminação, mas que ele é feito, nesse aspecto da remissão, tão branco como a neve, embora possa permanecer uma disposição adicional para o mal, por aquele pecado uma vez cometido, se a graça renovadora não ajudar.
3. Esta abolição do pecado, eles entendem tanto da falta quanto da culpa; de modo que Deus não apenas remove a punição, mas tanto a forma do pecado também é totalmente removida, de modo que não há nem punição nem causa de punição, em alguém assim justificado. Daí dizem eles, não há pecado na Igreja agora, e expressam-no assim: Como um Médico, embora cure um homem, contudo não pode remover as cicatrizes; mas Deus cura o pecado de tal forma que nenhuma cicatriz permanece, sim, ele dá uma cor fresca novamente. Dizem eles também, nosso pecado é consumido, como se uma gota de água fosse abolida pelo calor do Sol, sim, na pág. 39, o Autor afirma que, quem quer que não tenha confiança neste ponto, que nossos pecados são tão removidos por

Cristo, que Deus não vê nossos pecados em nós, sem dúvida são condenados enquanto continuarem a roubar o sangue de Cristo desta honra; Portanto (diz ele) a verdadeira Teologia ensina que não há mais pecado na Igreja.

4. Ele distingue (p. 51.) de uma dupla abolição, uma mística e secreta, operada apenas por Cristo e sua justiça; a outra grosseira e palpável, operada por nós, com a ajuda do Espírito de Deus, para nosso senso e sentimento; de modo que eles concedem pecado em nós, e pecado a ser mortificado, mas isso não está à vista de Deus, embora esteja na nossa.

5. Sendo que poderia ser, e é objetado, Deus tem um olho que tudo vê, e portanto ele não pode deixar de ver o pecado se estiver em nós, Eles respondem, Deus de fato vê todas as coisas, exceto aquilo que ele não quer ver, mas se compromete a abolir de sua vista, e eles distinguem o conhecer de Deus e o seu ver (p.68.) Deus conhece os pecados dos crentes, mas ele não os vê. Conhecer é entender a natureza de uma coisa: mas ver (segundo eles) é contemplar a existência real de uma coisa: ora, isso não pode ser do pecado, porque ele é removido. Assim (dizem eles) Deus conhecia os pecados de Abraão, e os homens o reprovavam, mas Deus nunca o repreendeu uma única vez em toda a sua vida após seu chamado, por nenhum pecado.

De modo que por estas Posições podeis ver que o significado deles é: Que um homem justificado é por Cristo tão purificado, que Deus não vê nada senão o que é perfeitamente santo nele: o pecado, não apenas na punição, mas na existência dele é removido completamente quanto à vista de Deus. Daí que Deus não toma conhecimento, nunca os castiga, nunca os repreende, porque ele não vê nada senão o que é excessivamente bom; e portanto, porque os justificados sentem o contrário, que eles têm pecado, eles recomendam e pressionam a fé, para viver acima do sentido, da razão e de toda a nossa experiência; pois (dizem eles) como um homem que olha através de um vidro vermelho, vê tudo vermelho, assim Deus, olhando através de Cristo, vê não apenas nossas pessoas, mas todas as nossas ações, perfeitamente justas com a justiça de Cristo. O que mais pode ser dito de sua opinião, deve ser falado quando tratarmos da justiça imputada. Em seguida, consideremos o que é Papismo neste ponto. Os Papistas, como Belarmino, *lib. de Justif. c. 7.*, dizem com o Antinomiano, que o perdão do pecado é a sua completa abolição, e que, seja original ou atual, de modo que nenhum pecado permanece mais em um homem assim justificado, até que ele se desvie dele; e diz Belarmino, Se a Escritura quisesse ter inventado palavras de propósito, para mostrar que o pecado é completamente extinto, não poderia usar outras do que as que usa, e eles acham impossível conceber que possa haver pecado em um homem, e contudo ele ser justificado; pois isso é (dizem eles) fazê-lo ao mesmo tempo filho de Deus e do diabo, o diabo habitar nele pelo pecado, e Cristo pela Justificação. Assim, eles não distinguem entre pecado reinante e pecado

existente. Embora o pecado esteja em um homem piedoso, contudo ele não tem nem *vim damnatricem* nem *dominatricem*, poder condenatório ou poder reinante. Ora, é de se admirar que os Papistas concebam isso tão impossível, quando eles sustentam que os piedosos têm pecados veniais, que contudo são verdadeiramente pecados, e assim por seu próprio argumento Deus deve odiá-los e puni-los, contudo Deus não rompe sua amizade por tudo isso: agora comparai estes dois erros em sua concordância e diferença.

1. Tanto Papista quanto Antinomiano concordam nisto: Que a remissão do pecado é a completa abolição e extinção do pecado, tanto na sua existência quanto na sua punição (embora alguns Papistas sustentem para esta última, a saber, da punição, pelo menos temporal, que ela pode permanecer, embora o pecado seja perdoado.)
2. Ambos concordam nos lugares da Escritura, como *Cristo nos purificando de todo pecado, Tu és toda formosa, meu amor, Para adquirir para si uma Igreja sem mancha ou ruga*; Nestes e semelhantes, ambos insistem muito.
3. Ambos concordam na razão para prová-lo, a saber, que o pecado é tão odioso para Deus que ele o odeia onde quer que esteja, e portanto um homem piedoso deve ser ao mesmo tempo objeto do ódio e do amor de Deus, o que (dizem eles) é absurdo afirmar; mas aqui eles diferem; o Antinomiano faz um crente sem pecado, por causa da justiça de Cristo com a qual ele está vestido; o Papista o faz ser sem pecado inerentemente, por causa da graça da santificação que o renova perfeitamente. E de fato, embora o Antinomiano pareça mostrar mais zelo por Cristo e pela graça, contudo o Papista fala mais à razão; e se esses lugares da Escritura provassem uma total extinção do pecado, seria mais justo para uma santidade perfeita inerente, do que para uma perfeição mística como eles imaginam. Em terceiro lugar, exporei a verdade, e em que a doutrina da Escritura de fato navega entre estas duas rochas. E, 1. Os Ortodoxos distinguem a natureza do pecado, especialmente o original, e a sua culpa, ora (dizem eles) a Escritura faz o perdão ser a remoção da culpa, mas a natureza ainda permanece em alguns graus.
4. Este pecado, mesmo nos piedosos, é visto por Deus, notado por ele, ele o odeia, e o pune, apenas não o pune em suas próprias pessoas, mas em Cristo; de modo que o pecado de um homem piedoso ofende a Deus, e ele o aborrece, e o punirá: mas Cristo intervindo, ele recai sobre ele; de modo que nosso estar em Cristo não impede que Deus tome conhecimento de nossos pecados, e os odeie, mas apenas nos livra da destruição final por eles.
5. Se por ver o pecado se entendesse a punição judicial e final de um homem, então diríamos que Deus não vê o pecado nos piedosos nesse sentido, e isto alguns Ortodoxos disseram, o que o Antinomiano, mal interpretando, perdeu a verdade. Assim, Pareus, *lib. 2. de Justific. cap. 9. p. 491*, sustentando que os pecados do homem piedoso são cobertos, o que

(diz ele) não supõe que os pecados não existam, mas que não são vistos, faz esta objeção: mas nada é coberto ou escondido para Deus; e então responde: Verdade, mas o que ele quereria coberto, ele não fixará seus olhos nos pecados dos crentes, porque através de Cristo ele desvia os olhos de sua justiça, para que possa colocar os olhos de sua misericórdia sobre eles; e para este propósito ele cita Agostinho, *Tecta peccata, quare dixit, ut non viderentur, quid enim erat Dei videre peccata, nisi punire?* Brockman igualmente, *de Justific. cap. 2. qu. 10. p. 526*. Em vão se objeta que nada é coberto para Deus, pois isso é verdade com esta restrição, a menos que seja aquilo que ele quereria coberto; de modo que, se por ver se entendesse a punição e condenação judicial de Deus, nesse sentido Deus não vê os pecados dos crentes, pois ele os lança para trás de suas costas: mas se por ver se entende (como o Antinomiano faz) que Deus não toma conhecimento, nem se ofende com os pecados dos piedosos, de modo que ele não os castiga por eles; isto é um erro muito perigoso, e é muito mais do que uma diferença sobre palavras; pois a verdade é que os pecados de um homem Piedoso ofendem a Deus, e ele se ira, não como um Pai, mas como um Juiz: daí (como ouvistes) as aflições sobre os Piedosos são por seus pecados, e chamadas de Juízos, apenas ele é um Juiz Paternal. Há um excelente temperamento de ambos em Deus relativamente ao seu povo. Para a discussão mais aprofundada deste ponto principal, consideremos praticamente a doce e plena expressão das Escrituras sobre o perdão do pecado. Uma palavra frequentemente usada é *Nasa*, que significa levantar; e tirar uma coisa de tal modo, como se fosse um fardo pesado, e assim alguns traduzem aquilo, *Sal. 32:1. Bem-aventurado aquele que é aliviado de seu pecado*, pois podeis ver naquele Salmo, Davi sentindo um peso insuportável sobre ele por suas iniquidades, tal que ele não podia suportar: ora, perdoar é tirar este peso, assim *Gên. 4:13. Meu pecado é maior do que pode ser suportado*, ou tirado, i.e., perdoado: novamente, *Se fizeres o bem, não haverá Levatio*, isto é, perdão e alívio? Não é de se admirar, então, se o perdão do pecado for considerado uma coisa tão bendita, por aqueles que verdadeiramente sentem o fardo de suas iniquidades. Daí tendes excelentemente, *Zc. 3:9,10*, tornado a causa de toda a quietude e contentamento, quando seus pecados foram perdoados, então eles chamaram seus vizinhos para se sentarem debaixo de suas figueiras. E bem Calvino chama a isto, *A principal dobradiça da Religião*, e a verdade desta Doutrina deve ser buscada com todo o cuidado, pois que quietude pode um homem ter até que saiba que juízo ou estima o Senhor tem dele, e de que maneira isso é operado?

Outra expressão para isso é chamada de *cobrir o pecado*, há duas palavras para isso, uma é *Chasah*, e é usada propriamente de tal coisa que é colocada entre o objeto e o olho, *Nm. 9:15*. É usada para a Nuvem que cobria o tabernáculo, é aplicada a uma Veste, ou qualquer outra coisa que cubra, *Gên. 3:21*. É aplicada a

Deus cobrindo a nudez de Adão: Daí um homem douto pensar que aquelas peles eram de bestas sacrificadas, que prefiguravam a Cristo, e Deus por esta cobertura, quereria, como por um Símbolo exterior, ensinar-lhes por quem seus pecados seriam cobertos, e a isto uma alusão parece haver, *Ap. 3:18*. *Aconselho-te que de mim compres vestes brancas, para que a tua nudez não apareça*. Uma palavra semelhante é *Caphar*, que significa cobrir com piche, ou algo semelhante, que adere tão firmemente à coisa que cobre, que dificilmente pode ser removida. É aplicada em *Êx. 15:27*, ao propiciatório, ou cobertura feita de ouro puro, na qual Deus se mostrava gracioso. É usada em *Lv. 16:30*. A palavra também é usada para o betumar da Arca, e assim como aquele piche impedia as águas de entrar, assim o sangue de Cristo impede nossos pecados de nos transbordarem, e isso descreve excelentemente a natureza do perdão do pecado, Deus como que o esconde de nós, ele não o punirá: mas não deveis estender esta palavra longe demais com o Antinomiano, como se de fato Deus não tomasse conhecimento deles, pois os de Davi, quando foram cobertos, ainda foram visitados depois por Deus, mas são cobertos a tal ponto, que não condenarão. Nós, portanto, não fazemos como diz o Antinomiano, fazer Deus espiar por debaixo da cobertura novamente, mas dizemos que a palavra é uma Metáfora, e não deve ser entendida grosseira e palpavelmente, como se houvesse alguma coisa real colocada diante dos olhos de Deus, para que ele não pudesse contemplar nossos pecados, mas apenas que Deus não nos condenará finalmente por pecado. Além disso, quando um pecado é perdoado, diz-se que ele é escondido dos olhos de Deus, como se Deus não o conhecesse, *Jr. 16:17*. A palavra hebraica *Zaphan* é aplicada à parte norte do mundo, porque está escondida do calor do Sol. Daí José ser chamado, *Gên. 41:45*. *Zapthnath paaneah*, porque ele era um revelador de coisas ocultas. Aquelas iniquidades, portanto, que estão tão frequentemente diante de ti, estão como que escondidas de Deus.

Outra é *Mechah* (e não nomearei mais nenhuma), que é apagar ou limpar, uma Metáfora daqueles que cancelam ou apagam suas dívidas, uma vez quitadas. Ora, além destas expressões verbais, tendes muitas frases reais que declaram esta grande misericórdia, como *Mq. 7:19*. *Ele subjugará as nossas iniquidades, e tu as lançarás no fundo do mar*, onde o Profeta admira a bondade e a gratuidade de Deus nisto: *Quem é Deus semelhante a ti?* que perdoa a iniquidade, que subjuga os pecados. A palavra implica que nossos pecados eram como nossos inimigos, a culpa deles nos escravizava, e nos mantinha como vassalos em temor, mas agora eles são dominados. E ainda, *Ele os lança no fundo do mar*, não há mais memória ou vestígios deles, como quando os egípcios foram afogados no fundo do mar, eles nunca mais puderam ferir os israelitas. Assim Deus faz aos teus pecados quando são perdoados. Outra expressão que tendes é, *Is. 44:22*, alguns a expõem assim: Como o Sol nascente faz as nuvens espessas desaparecerem, e não há nada senão serenidade para ser vista; assim é com Deus perdoando: mas Junius entende assim: Como a nuvem espessa dissolvida em chuva, lava a sujeira e a imundície da terra, assim o Senhor, ao perdoar, removerá aquela nocividade e

ofensa que seus pecados causaram. Considerai a expressão de Ezequias, *Is. 38:17. Lançaste todos os meus pecados para trás de tuas costas*; É uma expressão dos homens, que quando não querem considerar uma coisa, a lançam para trás de suas costas, e assim Deus faz, não como se ele não tomasse conhecimento para castigar por eles, mas eles não terão seu efeito próprio, que é condenar. E estas expressões são muito necessárias para um coração contrito, que é propenso a imaginar Deus como sempre contemplando seus pecados, e enviando seus juízos por causa deles, enquanto deve ser estabelecido como um fundamento, que Deus é gracioso e misericordioso, não apenas no geral, mas até mesmo para nós em particular. A última em que me deterei é, *Sal. 103:12. Quanto o oriente está longe do ocidente, tanto ele afastou de nós os nossos pecados*, onde o Salmista faz as misericórdias de Deus tão acima de nossos pecados, quanto o céu está acima da terra; e para que a culpa do pecado não impeça a descida dela, ele faz Deus lançar fora nossos pecados para longe dele, tanto quanto pode ser. Assim vedes quão abundante é a Escritura, em descrever esta misericórdia das misericórdias: Esta misericórdia, que se não for desfrutada, tudo, nossas camas, nossos campos e casas, será um inferno para nós. A suma destas palavras e frases se resume a estas considerações consoladoras.

Primeiro, Que Deus perdoa o pecado, e remove a sua culpa total e perfeitamente, de modo que um pecado não pode ser mais perdoado do que é: não que toda a poluição do pecado seja igualmente totalmente removida, pois isso contradiria outros lugares da Escritura, que dizem que o pecado ainda está em nós, mas apenas o poder condenatório é subjugado; e portanto esta doutrina oferece tanto conforto quanto qualquer Antinomiano desejaria, e contudo não entra em conflito com outros lugares da Escritura. Aqueles pecados cometidos por ti e dos quais te arrependeste, são tão absolutamente perdoados quanto se pode desejar: eles não poderiam ser melhor perdoados se estivesses no céu, ou se te fosse concedida justiça perfeita. Aprouve a Deus que a culpa de teu pecado fosse perfeitamente remida, embora o poder não seja totalmente mortificado.

Segundo, Estas frases implicam que é o mero ato de Deus sem nós, que expele a culpa do pecado, não algo feito em nós, ou por nós, e portanto não deves construir tua esperança de perdão sobre qualquer obra de Regeneração ou Mortificação dentro de ti, mas sobre a bondade de Deus fora de ti; assim como um Credor perdoa muitos milhares a um Devedor, por seu mero Ato voluntário. Ora, somos propensos a pensar, segundo os princípios do Papismo, que nossa Justificação não é melhor do que nossa santidade inerente, enquanto qualquer homem piedoso pode sentar-se e considerar que ele não é capaz de sair com seus cinco mil, contra a Justiça de Deus que vem contra ele com dez mil. A graça que justifica remove toda a culpa do pecado; a graça que santifica não o faz, porque, como Boaventura bem observa, o remédio dado pela graça contra o pecado original não é ordenado contra ele, *prout corrumpit naturam, sed prout personam,* enquanto corrompe nossa natureza, pois assim ele permanece

até a morte, mas enquanto contamina a pessoa; não meçais, portanto, a perfeição da graça que justifica, pela perfeição da graça que santifica.

Terceiro, Esta linguagem da Escritura infere que o pecado perdoado é como se nunca tivesse existido; ora, a alma atribulada clama: Oh, que eu nunca tivesse sido assim, feito assim! Por quê? Deus, quando perdoa, faz como se nunca tivesse sido: não temas que os egípcios afogados se levantem e te persigam novamente. Podemos dizer a um Davi, a um Paulo, que é com eles como se nenhum adultério, assassinato ou perseguições tivessem sido cometidos por eles.

Quarto, Assim como Deus de fato realmente remite, assim a Escritura ordena ao pecador arrependido que creia nisso, e com confiança descanse satisfeito. Oh, que santa ousadia esta verdade crida pode operar no coração terno! Podeis ver um homem pobre, embora tenha muita dificuldade para viver, contudo, se suas dívidas forem quitadas, quão alegre ele fica por poder sair, e não temer nenhum Oficial de justiça para prendê-lo, nenhum mandado emitido para detê-lo; e assim é com um pecador que se arrepende e crê; e se houver alguém cujo coração não esteja arrebatado com esta gloriosa misericórdia, é de se temer que ele nunca sentiu o fardo do pecado, ou então nunca creu firmemente neste gracioso caminho de Deus. Não diga, então, nenhum Antinomiano, que pomos água no vinho do crente, ou absinto em seu pão; pois quem pode racionalmente desejar mais do que isto alcança? Mas esperar tal perdão, tal justificação, que Deus não tome conhecimento do pecado, para castigar ou afligir por ele, é dizer: Há perdão com Deus, para que ele não seja temido, contrário à expressão de Davi.

LIÇÃO VII

Argumentos para provar que Deus de fato vê o pecado nos Justificados a ponto de se ofender e se desagradar com ele.

JER. 50:20.

"Naqueles dias, e naquele tempo, a iniquidade de Judá será procurada, e não será encontrada, &c."

Quinto, Desta expressão da Escritura colige-se que os pecados grosseiros são apagados, assim como os pecados de natureza inferior; Embora haja pecados que assolam a consciência, eles não assolam a graça da remissão; como o verdadeiro arrependido é por vezes afetado por temores servis, como se seus pecados apagassem a misericórdia de Deus como uma nuvem espessa? Como se nossas transgressões tivessem subjugado sua bondade e a lançado no fundo do Mar? Que expressão consoladora é aquela, *Isaías 1:18*. *Ainda que os vossos pecados sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve, etc*. Foi maravilhosa misericórdia que pecadores tão horrendos e sanguinários (por isso seus pecados são ditos ser como a escarlata) se tornassem tão limpos, contudo a graça da Justificação remite tão totalmente os grandes pecados quanto os pecados menores, assim como Cristo curou diversas doenças com a mesma facilidade.

Assim Davi também, *Sal. 51*, depois de ter se revolvido naquela lama, ora para ser purificado, em uma expressão alusiva, com hissopo, que era a última coisa usada em suas purificações legais, e portanto implica a total e completa purificação por Cristo, e sobre isto, Davi diz, *Ele será mais branco do que a neve*, cuja frase não deve ser estendida nem com o Papista à santificação, como se tal justiça limpa e perfeita lhe fosse concedida, a ponto de não haver pecado nele, nem com o Antinomiano, como se Deus abolisse completamente o pecado de Davi de sua vista, a ponto de não tomar conhecimento dele, ou castigá-lo por ele (pois depois que o perdão foi concedido, ainda assim seu filho deveria morrer, e muito mais mal deveria vir à casa de Davi), mas no que diz respeito à condenação final, Deus, tendo assim perdoado Davi através de Cristo, não mais o sentenciaria ao castigo eterno do que sentenciaria alguém que fosse inocente, ou sem qualquer mancha de pecado. E isto é para encorajar os grandes pecadores; dez mil talentos era uma grande soma de dinheiro, contudo quão facilmente perdoada por aquele amo bondoso? Assim *Êx. 34:7*. Deus é descrito perdoando pecados de todos os tipos, e isto ele proclamou, quando sua glória passou; e quão necessário é isto para o coração contrito, que julga seus pecados, por causa de suas agravações, serem imperdoáveis? Se não fossem de tal largura, profundidade e comprimento, eles não temeriam o avassalamento como agora temem. Há pecados de todos os tipos descritos, e o que deve ser observado, Deus não põe termo ou limites à sua misericórdia, ao passo que ele estabelece

alguns para sua ira. Não se pense, portanto, que a grandeza do pecado seja maior que a grandeza da misericórdia que perdoa, e da obediência de Cristo que sofre; assim como é hipocrisia extenuar e fazer nossos pecados menores do que são, assim é incredulidade diminuir sua graça; e a grandeza de Deus sobre nós é tão celebrada nesta sua bondade, quanto em qualquer outro atributo. Os pecados de todo o mundo, se fossem teus pecados, seriam como uma gota de água para sua misericórdia, não mais do que nossa essência ou poder é para sua Majestade: Guarda-te, então, de dizer: Tais e tais pecados podem ser perdoados, mas pode ele perdoar pecados como os meus também?

Por último, Naquele *Favo de Mel* (pois podemos dizer destes lugares, se de algum, que são mais doces que o mel) esta doçura pode ser extraída; *Que todos os seus pecados, por mais numerosos que sejam, serão igualmente apagados. O Mar pôde afogar tão facilmente um exército inteiro de homens de Faraó, quanto vinte Soldados.* O Apóstolo é excelente, *Rom. 5*, nisto, fazendo uma oposição entre o primeiro Adão e o segundo, agravando o poder superlativo do dom pela graça, acima do mal através do pecado: Daí é chamado *as riquezas de sua graça*, em vez de poder ou sabedoria, por causa de sua plenitude e abundância. Quem não pensaria que, enquanto a bondade de Deus na Escritura é assim desdobrada, não deveria haver um Cristão abatido e incrédulo no mundo? Deverá nosso pecado abundar para a condenação, mais do que sua graça para a justificação? Porque o pecado é forte demais para nós, é ele, portanto, demasiado para a graça de Deus também? Vedes por isto, que podemos beber vinho suficiente, nas Adegas da Escritura, para alegrar nossos corações, e contudo não engolir nenhuma borra de erros Papistas ou Antinomianos. Estas coisas assim explicadas, venho para vos confirmar com vários Argumentos, que Deus de fato vê o pecado a ponto de se ofender e se desagradar com ele, naqueles que já são justificados.

E a primeira série de Argumentos será tirada daqueles lugares da Escritura onde os piedosos agravam seu pecado, sob esta noção, de que foi à vista de Deus, que ele especialmente o contemplou, e se ofendeu com ele: e esta agravação o Profeta Natã impõe sobre Davi, *2 Sam. 12:9*, *por que desprezaste o mandamento do Senhor, para fazer este mal à sua vista?* Ora, isto seria uma falsidade, pela Doutrina dos adversários, e não apto a ser confessado pelos justificados; mas antes a ser visto como roubando a Deus de sua glória. Observemos os lugares, *Sal. 51:4*. *Contra ti, contra ti somente pequei, e fiz este mal à tua vista*; Observai aquilo, *à tua vista*; Portanto, Deus viu e tomou conhecimento, a ponto de se desagradar com Davi, e de todas as considerações esta foi a que mais feriu e quebrou seu coração; de modo que, de fato, a Doutrina Antinomiana propriamente derruba aquilo que é o ingrediente mais seleto na tristeza segundo Deus, a saber, porque Deus está irado. Pois qual é o significado de Davi senão este: Embora os homens não saibam quão ímpio eu fui na questão de Urias e Bate-Seba, contudo tu o sabes, e embora o mundo me lisonjeie, contudo, enquanto tu estiveres irado, não posso ter paz. *Haec regula tenenda est, si vero paenitentiae sensu imbui velimus*,

diz Calvino sobre o lugar, isto é, esta regra deve ser observada, quando em qualquer tempo quisermos ser verdadeiramente afetados em via de arrependimento. Este Argumento parece ser Cogente, mas vede que resposta o Antinomiano dá, pela qual podeis ver aquilo de Tertuliano, que além da *poetica*, e *pictoria*, *tertia jam est, ea{que} haeretica licentia*, além da ousadia de Poetas e Pintores para inventar qualquer coisa, há uma terceira, e essa é a dos Hereges. A Resposta é esta: Davi aqui julga segundo seu senso e sentimento, o que ele deveria encontrar nas mãos de Deus pela Lei, de modo que ele não fala isto (segundo a teologia deles) em via de fé, mas de senso e falha; e portanto o Autor compara isto com aquele lugar, *Sal. 31:22*. *Eu disse na minha pressa: Estou cortado*. Oh, ousadia! Deverá Davi ser considerado em pressa e precipitação, ao dizer: *Contra ti pequei e fiz este mal à tua vista?* Então todos os outros versos. *Tem misericórdia de mim, Tu te deleitas na verdade*, pode-se dizer que foram ditos por Davi em pressa. Quão imperdoável é este erro, fazer daquilo que era uma ternura especial da tristeza segundo Deus em Davi, ser uma parte de sua fraqueza humana? Mas (diz o Autor) ele fala na via do Evangelho depois, quando diz, *purifica-me, e serei mais branco que a Neve*: Mas em que sentido isso é verdadeiro, já ouvistes; quando um pecado atual grosseiro é cometido, é arrependido, o ato pecaminoso já passou e se foi, a culpa pelo perdão é completamente extinta, e assim, nesse aspecto, a remissão do pecado nos torna tão brancos como a Neve. Mas não é assim com o pecado original, cuja culpa, embora removida, ainda assim a sua mancha própria permanece; (mas mais sobre isto, quando declararmos o que é aquilo que denomina um pecador) Portanto, Davi não fala aqui contradições, mas sua alma pode ser branqueada pela Justificação, e contudo, ao cometer novos pecados, Deus se irar e se ofender muito com ele.

Um segundo Texto para este propósito é, *Sal. 90:8*. *Puseste as nossas iniquidades diante de ti, os nossos pecados ocultos à luz do teu rosto*. Onde Moisés, o autor do Salmo, fala em nome da Igreja então aflita, que Deus havia posto seus pecados diante dele; de modo que Deus não apenas tomou conhecimento deles para castigá-los, mas os pôs diante de seus olhos. Como o pecado de um homem justificado pode, ao mesmo tempo, ser coberto e ainda assim posto diante de Deus, deve ser mostrado ao responder às Objeções deles. E o Texto, para tirar a questão de toda dúvida, acrescenta ao final, eles estão *diante da luz do seu rosto*, o que é muito enfático. Deus (como será mostrado) tem na Escritura um olho tríplice, para o nosso propósito, o olho da onisciência (que o Antinomiano concederá) e todos concordam; o olho de sua ira, que eles negam; e um olho de condenação, que o Papista defende: ora, nós vamos além do Antinomiano, dizemos que Deus tem um olho de onisciência e de ira sobre os pecados das pessoas justificadas, mas não tão longe quanto o Papista, a ponto de dizer que ele tem o olho da condenação sobre eles. Vós pensaríeis que este Texto permaneceria imóvel, mas ouçamos como eles o abalariam. Primeiro, pode-se dizer que estes são lugares no Antigo Testamento, enquanto eles falam de

Crentes sob o Novo. Respondo, primeiro, os principais lugares que eles trazem para não ver pecado algum estão no Antigo Testamento. Assim, *Deus não vê iniquidade em Jacó*: *Ainda que os vossos pecados sejam como a escarlata, eles se tornarão brancos como a neve*: *Tu és toda formosa, meu amor*: *Os seus pecados serão apagados*. Estes lugares e semelhantes eram verdadeiros no Antigo Testamento, e aplicados particularmente aos piedosos Judeus que então viviam, por via de consolo para eles, como o contexto evidencia claramente. Segundo (Como mostrei no Tratado da Lei), não se pode dar nenhuma razão sólida pela qual Deus veria o pecado na pessoa justificada então e não agora: Pois não os elegeu Deus desde toda a eternidade? Não estavam eles em Cristo, e seus pecados postos sobre Cristo? Ora, estes são os grandes Argumentos pelos quais Deus não vê pecado nos crentes (como eles sustentam) e não eram todos estes tão verificáveis sobre os piedosos no Antigo Testamento? 2. Pode-se responder que Moisés fala aqui em nome de toda a Igreja de então, e havia muitos entre eles que não eram justificados. Mas isto é facilmente removido.

1. A Escritura fala universalmente, e Moisés se inclui no número com eles.
2. A calamidade era geral, e quem pode dizer que nenhum dos Justificados sofreu sob ela? E este castigo deles é o que é chamado de pôr os pecados diante do rosto de Deus. Por último, alguns lugares da Escritura que eles trazem, e os principais, para não ver pecado nos crentes, são universais, como este é, e falados de toda a Igreja: assim meu texto, *A iniquidade de Judá e Israel será procurada, e não encontrada*: assim, *Deus não vê iniquidade em Jacó*, isso é falado do corpo deles, quando ainda devem reconhecer que nem todos eram justificados entre eles.

Nomearei mais um lugar nesta série, e esse é *Lucas 15:21*: Onde tendes uma confissão de um filho penitente: *Pequei contra o céu e perante ti*. Este penitente era um filho e, portanto, chama a Deus de Pai; e de fato ele não poderia deixar de ser um filho, portanto ele não diz: *Eu não sou teu filho*, mas *não sou digno de ser chamado teu filho*. Quanto à observação de Grotius sobre o lugar, *Haec fabula declarat, quod omnes homines sunt ortu filii Dei, sed eo jure excidunt semet à Deo alienando*, isto é, esta fábula declara que todos os homens são por nascimento filhos de Deus, mas eles decaem desse direito, alienando-se de Deus, ela merece uma dupla Animadversão, uma por chamar esta Parábola de *fabula*, que, embora em uma noção crítica, possa ter um sentido correto, contudo o uso agora não a tolera; Seria muito ofensivo chamar as Parábolas de Cristo de Fábulas de Cristo:

Segundo, ele mostra uma Teologia doentia, pior que a dos Pelagianos ou Arminianos, como sua própria expressão declara; (mas passemos isso) A Parábola representa um homem piedoso gravemente caído em pecado, e agora retornando a Deus, e ele se acusa, agravando o pecado, de que seu Pai tomou conhecimento dele; e quaisquer que sejam os outros Doutores que ensinem, contudo este é o melhor caminho, para as pessoas piedosas que se arrependem, agravarem sua pecaminosidade, em referência a Deus contemplando-as e

irando-se com elas, *Quicun{que} sibi se excusat, accusat Deo*, quem quer que se desculpe para si mesmo, acusa-se para Deus, disse Salviano, e Tertuliano: *In quantum non peperceris tibi, in tantum tibi Deus (crede) parcet*, tanto quanto não te poupares, Deus (crê) te poupará. Por último, isto deve ser observado, que depois que seu pai o beijou, o que era um sinal de reconciliação e perdão; contudo o filho confessa que pecou contra o céu e perante ele.

Uma segunda série de Argumentos será daqueles lugares onde o Espírito de Deus é dito mortificar nossos pecados, ou nós, com sua ajuda, crucificar nossos pecados: se o Espírito de Deus nos capacita a crucificar e mortificar o pecado, como algo que é um inimigo e repugnante a ele, então, não obstante a justiça de Cristo imputada, Deus toma conhecimento daquilo que é imundo e a ser removido nos piedosos: Mas somos assistidos pelo Espírito de Deus para isto, *Ergo*. *Rom. 8:11,13*. *Se vós pelo Espírito mortificardes os feitos do corpo*. *Gál. 3:18 Se sois guiados pelo Espírito, não cumprireis os feitos da carne*. Nestas palavras há duas Conclusões claras, Primeiro, Que os piedosos ainda têm pecados neles, pois estes são chamados de feitos da carne. Por feitos da carne, não se entendem pecados grosseiros, mas todos os movimentos e pensamentos interiores da alma corrompida. Segundo, Que o Espírito de Deus os vê, toma conhecimento deles, eles são repugnantes a ele, e portanto ele os mortifica. Ora, sendo o Espírito de Deus o mesmo que Deus, aquilo que ele mortifica, deve necessariamente ser notado por ele como ofensivo. A isto, o que eles respondem? Eles dizem: Nós não mortificamos o pecado, nem mesmo pelo Espírito de Deus, fora da vista de Deus, mas apenas fora de nossa própria vista, de modo que quando o Espírito de Deus vence uma corrupção em nós, isto não é removendo-a da vista de Deus, mas apenas da nossa, *Favo de Mel, pág. 164*, pois (dizem eles) sendo a justiça de Cristo feita nossa, somos todos limpos diante de Deus, e o que o Espírito de Deus faz depois na santificação, é limpar o pecado apenas declarativamente diante dos homens; Daí (como ouvistes) eles distinguem uma dupla purificação, uma secreta e mística pela justiça de Cristo, e a outra palpável e grosseira para nosso senso e sentimento, que é pelo espírito de Deus em nós; mas aqui há muitos equívocos e erros.

1. Que eles opõem a purificação de Cristo e a purificação do Espírito; pois o que o sangue de Cristo purifica meritoriamente, o mesmo Espírito de Cristo o faz por aplicação eficaz. Daí Cristo, por sua morte, remove completamente o pecado, no que diz respeito à sua culpa aqui na terra, e dá seu Espírito para crucificar o poder dele; de modo que tanto a purificação de Cristo quanto a purificação do Espírito se relacionam à vista de Deus: pois é da vontade de Deus que sejamos limpos não apenas pela justiça imputada, mas também pela santidade inerente.
2. É falso que nós apenas mortificamos o pecado declarativamente aos homens, pois isso é real e de fato feito, até mesmo para com Deus. Daí esta ser a grande diferença entre uma mortificação farisaica ou externa, e

uma espiritual; A primeira é de princípios humanos para motivos humanos; a outra é de Deus, e para Deus, и através de Deus: de modo que, assim como não é uma fé divina, mas humana, aquela que não é de um princípio divino e por causa da Autoridade divina; assim também não pode ser mortificação divina e espiritual aquela que não é de eficiência divina e por causa de fundamentos divinos. Por isso é que toda a obra da graça é chamada de nova criatura, e é uma nova criatura não apenas para com o homem, mas para com Deus, e quem pode pensar, quando em *Ef. 4*, somos exortados a nos revestir do novo homem, que segundo Deus é criado em justiça, que qualquer outro sentido possa ser extraído dele, senão que o despir-se do velho homem e o revestir-se do novo têm relação com Deus, assim como com o homem? É, portanto, bem observado por Musculus sobre o Texto anterior, que ambos são postos juntos, *Se vós através do Espírito mortificardes*; nós e o Espírito. *O Espírito*, e isso mostra que todos os meios Papistas de mortificação são inúteis, o Espírito de Deus não os designando nem operando por eles. Então ele acrescenta *vós*, denotando que nós também devemos trabalhar e agir (sendo primeiro vivificados com uma vida espiritual posta em nós) e não como alguns fazem agora perigosamente, sustentando entregar tudo, esperando apenas a operação do Espírito.

3. A falsidade desta Asserção aparecerá ainda mais; Se o Espírito de Deus pela mortificação não remove o pecado de nós, quanto à vista de Deus, então, por santificação adicional, ele não traz nenhuma coisa boa para dentro de nós quanto à vista de Deus igualmente; e assim, como Deus não verá pecado em seu povo, também não verá nenhuma coisa boa inerentemente em seu povo; pois isto deve seguir-se necessariamente por seus princípios, assim como Deus não toma conhecimento do pecado inerente nos crentes para se irar com eles; assim também nenhum conhecimento da graça inerente para se comprazer com eles; pois se o Espírito de Deus não limpa nossa corrupção da vista de Deus, então, quanto mais a corrupção é lavada, Deus ainda de modo algum aprova essa santidade, mas é apenas a santidade imputada de Cristo que ele considera. Portanto, aquele que sustenta que Deus não vê pecado nos crentes para castigar, deve sustentar que ele não vê graças neles para recompensá-los; e tome a própria similitude deles, como aquele (dizem eles) que olha através de um vidro vermelho vê tudo nele vermelho, se houver sujeira nele, parece vermelho, se houver pérolas nele, parece vermelho, tudo é igual à vista; assim, quando Deus olha para nós em Cristo, se há pecado, se há nossa própria santidade inerente, é tudo a mesma coisa, Deus vê apenas a santidade de Cristo. Assim, enquanto o Antinomiano se esforça para ter nossos pecados cobertos dos olhos de Deus; ele igualmente espalha uma cobertura sobre todos os frutos do Espírito de Deus em nós, para que não sejam notados: enquanto ninguém jamais negou que as graças do povo de Deus são aceitáveis a ele, embora

não para a justificação; e muitas promessas ele lhes faz, sendo a imperfeição removida por Cristo. Mas no caminho deles, como Deus não toma conhecimento dos movimentos pecaminosos de Paulo para se ofender com eles, assim também não de todos os seus trabalhos e sofrimentos na via do Evangelho. Por último, Se o Espírito de Deus apenas mortifica quanto ao nosso sentimento, e não quanto à vista de Deus, então, quando a alma parte para a glória, toda essa pureza inerente deve ser apenas declarativa também; mas no céu somos feitos santos perfeitamente à vista de Deus, e isso sem qualquer justiça imputada de Cristo, embora Cristo tenha comprado e obtido isso para nós. Ora, o que o Espírito de Deus termina e consuma na dissolução da alma, ele havia começado mesmo nesta vida.

Uma terceira sorte de Argumentos é daqueles lugares que recomendam o arrependimento, a humilhação e a tristeza segundo Deus pelo pecado; pois se Deus não toma conhecimento de nosso pecado, não se ofende com ele, podemos de fato nos entristecer pelo pecado por causa dos homens, mas não por causa de Deus. Deverei eu me entristecer porque Deus está ofendido quando ele não está ofendido? Deverei eu chorar porque Deus está irado quando ele não está irado? Se perguntardes a Pedro por que ele chora amargamente, não dirá ele: Porque ofendeu a Deus? Se perguntardes aos Coríntios por que eles estão tão profundamente humilhados, não dirão eles: porque por seus pecados provocaram a Deus a trazer calamidades temporais sobre eles? De modo que a natureza venenosa desta Doutrina não aparece em nada mais do que nisto, ela remove todos os fundamentos para a humilhação e o arrependimento do pecado naqueles que creem. Portanto, notai bem: Aquele que diz que não há pecado na Igreja de Deus agora (que é a opinião expressa deles) deve igualmente dizer: Não há tristeza segundo Deus na Igreja de Deus agora. Pois qual é a razão de não poder haver tristeza segundo Deus no céu, de não haver nenhuma no estado de inocência, senão porque não havia pecado lá? E deve ser assim agora na Igreja de Deus. Este erro corrói os vitais da piedade, portanto, guardai-vos dele. Dizei: Não terei tal graça livre que remova a tristeza segundo Deus; Lembrai-vos da graciosa Promessa, *Zc. 12*, onde Deus promete um espírito de oração e pranto pelo pecado, assim como apagar o pecado, não obterá a promessa para o último, aquele que não sente a promessa para o primeiro. E certamente, se esta Doutrina fosse verdadeira, por que Paulo disse: *Ainda que vos entristeci, não me arrependi?* Nós, Ministros, deveríamos nos arrepender de alguma vez vos termos entristecido; e vós deveis vos arrepender de alguma vez terdes estado tristes.

Um quarto tipo é de todos aqueles lugares onde se diz que Deus toma conhecimento dos pecados das pessoas justificadas de tal modo que ele as aflige gravemente por suas transgressões. Este Argumento derruba própria e diretamente toda a asserção Antinomiana, mas como já provei isto

extensamente, não insistirei nele. Para sustentar sua asserção de que Deus não vê pecado, eles são forçados também a sustentar que todas as aflições sobre os piedosos são apenas provas de sua fé, preservativos do pecado, mas não corretivos por pecado. Mas não viu Deus pecado em Moisés, quando por sua incredulidade o impediu de entrar em Canaã? Não viu ele pecado em Davi, embora perdoado, castigando-o gravemente depois? Não viu ele pecado em Jonas, que de bom grado teria fugido da face de Deus, para que não o tivesse visto? Não viu ele pecado nos Coríntios, quando muitos deles estavam doentes e fracos por abusarem das Ordenanças, contudo muitos deles eram tais que, por isso, foram castigados para que não fossem condenados pelo Senhor.

Há mais argumentos, mas neste momento concluo com um uso de exortação, aos pecadores de coração quebrantado e contrito, para que meditem repetidas vezes nas grandes e gloriosas expressões que a Escritura usa sobre o perdão do pecado. Vossos medos e dúvidas são tão grandes, que apenas remédios tão grandes podem vos curar. Dizei-me, vós aflitos e feridos pelo pecado, não é este o melhor óleo que pode ser derramado em vossas feridas? Dizei-me, vós Lázaros espirituais, que jazem diariamente à porta de Deus, que é rico em misericórdia, desejando as próprias migalhas que caem desta mesa da graça, sois gratos porque Deus provê alimento e vestuário, e não muito mais por causa de um perdão? Quão grande é a bondade de Deus, ele poderia ter nos removido de sua vista, e ele o fez aos nossos pecados; ele poderia ter nos lançado no fundo do inferno, e ele lançou nossas iniquidades no fundo do mar; ele poderia ter apagado nossos nomes do livro da vida, e ele apagou nossos pecados de sua memória.

LIÇÃO VIII

Mais argumentos para provar que Deus vê o pecado nos justificados a ponto de ficar ofendido e descontente com ele.

JER. 50:20.

"Naqueles dias, e naquele tempo, a iniquidade de Judá será procurada, e não será encontrada, &c."

Uma quinta série de argumentos provém daqueles lugares da Escritura, nos quais o povo de Deus, em suas petições e súplicas, implica necessariamente esta verdade, que Deus vê, toma conhecimento e se ira com os seus pecados. Ora, todas as petições costumam ser feitas com uma fé dupla, uma aplicativa e fiducial, a outra doutrinal e assertiva, que é o fundamento da primeira. Se um papista ora pela libertação de alguém do purgatório, é uma oração vã, porque não há uma verdade teológica para fundamentar a sua oração: assim, um sociniano não pode verdadeiramente orar a Deus em Cristo, porque não tem uma fé dogmática ou de assentimento à verdade da natureza divina de Cristo, e, portanto, não pode ter uma fé fiducial na mesma.

Assim seria com o povo de Deus, como podem eles, em suas orações, suplicar a Deus que afaste a sua ira deles, que esconda o seu rosto de seus pecados, se ele de fato não estivesse irado? Ora, que as petições do povo de Deus têm este fim, aparecerá em vários lugares. Não mencionarei aqui aquela petição, à qual somos dirigidos na oração do Senhor, a saber, "perdoa-nos os nossos pecados", pois essa é uma instância nobre, e merece uma consideração singular por si mesma; mas temos muitas outras instâncias, como no Salmo 51:9. "Esconde o teu rosto dos meus pecados". Fica claro por esta oração que o rosto de Deus, e assim os seus olhos, estavam sobre os pecados de Davi, embora justificado, e que um homem piedoso, caindo em pecados graves, não os tem prontamente cobertos dos olhos de Deus; pois o seu significado por esta frase é que Deus não os consideraria para visitá-los sobre ele, o contrário do qual está no Salmo 119:15. "Que o seu pecado esteja continuamente diante de ti"; e isto é observável, que Davi repetidamente pede perdão, pelo que se mostra quão difícil é obter o favor de Deus depois de o termos ofendido com os nossos pecados.

Tampouco se replique que isto é feito pelos crentes no Antigo Testamento; pois Paulo traz uma prova do Salmo 32:1, para mostrar qual é a natureza da Justificação, mesmo sob o Evangelho. E para que eu possa, de uma vez por todas, dissolver esta objeção deles, tratarei distintamente desta questão: Se a Justificação dos crentes sob o Antigo Testamento e o Novo não é uniforme e totalmente a mesma? O que deve ser mantido afirmativamente, e, portanto, remeto-vos a essa questão. Por ora, vemos como Davi aqui, duas e três vezes,

com muita veemência, deseja que o rosto de Deus não esteja sobre os seus pecados.

Aqui pode ser feita uma pergunta considerável: visto que Natã, o Profeta, dissera a Davi que o seu pecado lhe fora perdoado, não seria grande incredulidade e desconfiança orar por perdão após essa consolação? A isto pode-se responder:

1. Que o consolo de Natã pode ter sido dado após este Salmo penitencial: pois, embora em 2 Samuel 12:13 a História faça menção do óleo de Natã derramado em Davi, assim que ele foi ferido, contudo, é frequente na Escritura que coisas imediatamente conectadas na história tenham, na prática, uma grande distância. Mas, concedendo que foi imediatamente após o arrependimento de Davi, ainda assim a fé em Deus para o perdão pode bem coexistir com a oração pelo perdão; o profundo senso e sentimento da ofensa de Deus não pode deixar de provocar a uma petição fervorosa, embora a fé, ao mesmo tempo, persuada o coração de que Deus ouvirá: portanto, Davi não ora aqui em incredulidade, pensando que Deus não o perdoaria; por isso, alguns traduzem o v. 7 no tempo futuro: "Tu me purificarás com hissopo", por causa da sua segurança. Além disso, embora Deus tenha removido o pecado de Davi no que diz respeito à condenação, não o fez, contudo, no que diz respeito a todos os outros efeitos da sua ira, pois assim o seu pecado ainda jazia como um fardo sobre ele, e a este respeito ele ainda busca o rosto de Deus.

Em seguida, considere o Salmo 32:1, 3, 4. De todas as partes da Escritura, os Salmos têm esta excelência, que eles expõem de maneira viva e experimental as obras graciosas de Deus sobre a alma, e Davi em muitos Salmos, ainda como se tocasse a Harpa, para expulsar o espírito mau da incredulidade e da desconfiança do coração de um homem. Ora, este Salmo é um diretório excelente para a obtenção do perdão após o pecado cometido; no qual Davi, sendo por um tempo gravemente esmagado pela ira de Deus por seus pecados, finalmente sentindo o brilho do sol de seu favor rompendo através das nuvens, ele no início do mesmo rompe alegremente, admirando a felicidade daqueles que têm seus pecados perdoados, e ele em várias palavras repete o mesmo benefício, por causa da excelência dele: e certamente, se vossos corações fossem tocados com o senso do desagrado de Deus pelo pecado, nem riquezas, nem bom comércio, ou qualquer vantagem no mundo, alegraria tanto vosso coração, como ter um perdão do pecado.

Pois como Davi se torna assim afetado com o perdão de seus pecados? Precisamente porque não os confessou, não se humilhou sob eles, até que a ira de Deus pesou sobre ele, e então ele resolveu reconhecê-los, whereupon Deus imediatamente o perdoa. Ora, para que ninguém pense: "O que isto tem a ver conosco nos tempos do Evangelho?" Observe o v. 6. "Por isso, todo aquele que é piedoso orará a ti", isto é, por esta remissão, por este perdão todo aquele que é

piedoso orará; de modo que é impiedade, segundo o juízo de Davi, não confessar o pecado, ou não orar pelo perdão, o que como pode qualquer antinomiano fazer por seus princípios, que sustenta que Deus não vê, ou não toma conhecimento, a ponto de se ofender com os pecados das pessoas justificadas? E assim eles não são apenas antinomistas, mas anticonfessionistas, antipeticionistas e antipenitentes.

Tomai mais um exemplo, Salmo 6:1, onde Davi ora a Deus para que não o repreenda em sua grande ira. Comparai isto com Jeremias 10:24, onde vedes que os servos de Deus supõem que uma ira de Deus cairá sobre eles por seus pecados, e eles não recusam suas repreensões, apenas desejam que Deus modere e ponha limites à sua ira, para que não os oprima. Muitos outros lugares há, onde é claro, o povo de Deus orando, supõe que ele esteja irado com eles por seus pecados; e é uma verdade tão gravada no coração de um homem piedoso, que nenhum erro pode jamais obliterá-la completamente.

Um sexto tipo de Argumentos será daqueles lugares, onde se diz que Deus toma conhecimento do nosso pecado, mais do que nós podemos ou fazemos, 1 João 3:18-20, onde o Apóstolo exorta os crentes a um amor sincero uns pelos outros com este Argumento, que por meio dele asseguraremos nossos corações diante dele; a palavra grega significa persuadir, e expõe excelentemente a dificuldade de estar seguro na presença de Deus. Ora, este grande benefício ele ilustra pelo contrário, se nossos corações nos condenam, Deus é maior do que nossos corações; e isto se aplica universalmente em todo dever santo, assim como no amor: se nossos corações nos condenam por hipocrisia e insinceridade neles, Deus o faz muito mais, pois ele conhece mais mal por nós mesmos do que nós. Ora, como esta asserção Apostólica pode ser verdadeira, se Deus não tomasse conhecimento, ou não se ofendesse com os pecados de seu povo?

É um argumento de doce meditação para nos humilhar, que se onde há apenas uma gota de graça, nossos pecados são tão repugnantes e ofensivos; quanto mais devem ser para o oceano de toda pureza? A isto o antinomiano replica (Honey-Comb, p. 89) que João fala isto de hipócritas, e não dos filhos justificados de Deus; mas 1. ele lhes dá o título expresso de filhinhos, v. 18, e meus filhinhos, de modo que ele assume as entranhas de um pai para com eles.

Ademais, conceda-se que ele descreve hipócritas, contudo não há homem piedoso a quem este texto não se aplique em algum sentido; não há homem tão piedoso que não tenha alguma hipocrisia e insinceridade em seu melhor amor; há aquele verme em seu melhor fruto, aquela escória em seu melhor ouro. Segue-se, então, por proporção, que na medida em que os piedosos discernem imperfeições e insinceridade em seus deveres, nessa medida eles devem ser humilhados diante de Deus, que conhece muito mais por eles do que eles discernem; como vós vedes pequenos ciscos serem discernidos pelos raios de sol no Ar, que não eram discernidos antes: portanto, quando João acrescenta: "Se

nossos corações não nos condenam, então temos confiança em Deus", seu significado não é, como se não pudéssemos ter confiança onde nossos corações nos condenam em algum grau, pois então ninguém no mundo poderia ter confiança; mas ele fala de condenar a nós mesmos sobre a descoberta de uma hipocrisia total e voluntária; e assim nós de fato concederemos que ele fala de hipócritas, mas ainda assim prova tanto quanto desejamos, a saber, que onde há qualquer condenação de nós mesmos por qualquer grau de insinceridade em qualquer dever, devemos tremer e lembrar que Deus é maior do que nossos corações, conhece mais por nós, e assim sua ira pode irromper mais quente do que podemos imaginar.

Tampouco a resposta anterior é enfraquecida, embora concedamos que se entenda de hipócritas totais, pois é usual com o Apóstolo ameaçar até mesmo aqueles que são piedosos e caros a ele, com a condição e o castigo de Hipócritas e Apóstatas, como em Hebreus 6. Vede outro exemplo, 1 Coríntios 4:4. "De nada me sei culpado"; contudo, não sou por isso justificado, pois é Deus quem me julga; onde o Apóstolo não fala de uma perfeição anabatista, como se Paulo não conhecesse pecado por si mesmo; mas seu significado deve ser restrito à fiel dispensação do ofício que lhe foi confiado, no qual, embora não tivesse perfeição, sua consciência não o acusava de negligência grosseira ou infidelidade; mas, apesar de tudo isso, ele não se julga justificado por qualquer piedade nele; e por que assim? Porque Deus o julga, que toma conhecimento e se ofende com mais pecados do que ele entende por si mesmo; de modo que Paulo reconhece que Deus vê pecado nele, e, portanto, ele não pode ser justificado por nada inerente; e isto fez Bernardo dizer excelentemente: "Tutior est justitia donata, quam inhaerens", a justiça imputada é mais segura para se apoiar do que a inerente.

Considerai, portanto, uma coisa pequena ser absolvido por princípios antinomianos, quando é Deus quem julga; e o que quer que o Adversário fale sobre uma justiça de Cristo comunicada a nós, de modo que por ela Deus não veja pecado; ainda assim, porque eles dizem que ele não vê pecado em nós inerentemente, eles devem concluir por alguma justiça inerente perfeita. Por fim, no Salmo 19, Davi, clamando: "Quem pode entender os seus erros?", ora em seguida: "Limpa-me dos pecados ocultos"; e isto implica que havia muitos pecados que Davi tinha, que eram repugnantes e imundos aos olhos de Deus, embora não descobertos por ele mesmo, e, portanto, ele queria que Deus o lavasse e o purificasse.

Um sétimo tipo de Argumentos será daqueles lugares em que Deus ordenou aos Ministros que liguem e retenham os pecados de ofensores escandalosos, e prometeu ratificar no céu o que eles, segundo a sua vontade, fizerem na terra. A experiência testemunha que uma pessoa justificada pode cair em algum pecado escandaloso, pelo qual toda a Congregação pode ser muito ofendida, e Deus altamente provocado. Ora, neste caso, Deus ordenou aos Ministros do

Evangelho que liguem e retenham os pecados de tal homem até que ele se arrependa. Esta ligação não é por via de autoridade, mas de declaração ministerial e aplicação eficaz das ameaças de Deus em sua Palavra a tal pessoa que peca, e quando isto é feito, Deus prometeu que tudo isto será ratificado e cumprido no Céu contra aquele homem.

Ora, como pode Deus cumprir as ameaças dos ministros aplicadas àquele homem piedoso, se ele não toma conhecimento e não se ofende com a pessoa que peca tão gravemente? Os lugares que provam tal ligação do pecado, e a ratificação de sua sentença por Deus, são João 20:23, Mateus 16:19, Mateus 18:18. Pode alguém dizer que, quando um homem piedoso é expulso da família de Deus, os selos da graça de Deus lhe são negados, e ele é entregue a Satanás, que Deus não está irado com ele? Sim, não está ele então obrigado a apreender Deus como afastado dele? Quando um homem piedoso é excomungado, ele não é apenas expulso da sociedade externa da Igreja, mas também há uma privação da comunhão interna com Cristo; não como se ele fosse cortado do propósito ou decreto da eleição de Deus, ou como se a semente habitual da graça estivesse completamente extinta nele, mas apenas como os selos externos do favor de Deus lhe são negados; assim também Deus, estando irado com ele, nega-lhe quaisquer testemunhos internos de seu favor; e não seria fé contra o sentido (como o Adversário a chama), mas presunção contra a Escritura dizer que Deus estava naquele tempo bem satisfeito com ele; sim, os teólogos dizem (Synopsis puri. Theol. dis. 48.) que há uma exclusão condicional da pessoa que assim ofende da glória futura, pois a Igreja o ameaça, que como eles o julgam agora, e o mandam afastar-se de sua sociedade, assim, se ele não se arrepender, Cristo no último dia o mandará afastar-se de sua presença e dos santos Anjos, segundo aquilo de Tertuliano em Apologetico, Summum futuri judicii praejudicium est, si quis ita deliquerit, ut à communicatione orationis & conventus, & omnis sancti commercii relegetur.

O oitavo tipo de Argumentos é daqueles lugares, onde se diz que Cristo ainda é um Advogado, e faz Intercessão pelos crentes depois de serem justificados, o que seria totalmente desnecessário, se Deus não tomasse conhecimento de seus pecados, e não estivesse pronto para acusá-los sobre os crentes; considere os lugares, 1 João 2:1, Hebreus 7:25. No primeiro lugar, João, tendo dito que o sangue de Cristo nos purifica de todo pecado (um lugar que o Antinomiano muito insiste, não considerando que ao mesmo tempo o Apóstolo, v. 9, requer confissão e vergonha em nós mesmos, se quisermos ter perdão) no primeiro versículo do segundo Capítulo, ele diz que escreve estas coisas para que eles não pequem; toda a verdadeira doutrina sobre Cristo e a graça livre tende à demolição, e não ao encorajamento do pecado: mas o Apóstolo supõe tal fragilidade que nós pecaremos, e, portanto, fala de um remédio: "Se pecarmos, temos um Advogado"; ora, isto age de várias maneiras contra o Antinomiano.

Primeiro, que os pecados cometidos após a nossa Justificação precisam de um Advogado; não é suficiente que tenhamos sido uma vez justificados, nossos novos pecados nos condenariam por tudo isso, se não fosse por Cristo.

Em segundo lugar, no fato de Cristo ser um Advogado, supõe-se que, embora Deus seja um Pai para seu povo, ele também é um Juiz, e que ele de tal modo toma conhecimento e se desagrada com seus pecados, que, se Cristo não intercedesse e suplicasse contra a ira de Deus, ela os consumiria totalmente. Tu, portanto, que dizes que Deus Pai não se ofende, por que então Cristo desempenha o Ofício de um Advogado? Se teus pecados não são levados ao Tribunal, que necessidade há de alguém pleitear por ti? No outro lugar, Hb 7:25, o Apóstolo reconhece uma dupla função do Ofício Sacerdotal de Cristo: uma é o oferecimento de si mesmo por nossos pecados; a segunda é a contínua Intercessão por nós, que o Apóstolo, no Cap. 9:24, chama de "aparecer diante da face de Deus em nosso favor"; ora, não devemos exaltar tanto os sofrimentos de Cristo na remoção do pecado, a ponto de excluir a outra parte de seu Ofício Sacerdotal, que é pleitear continuamente nossa causa por nós: pois o Apóstolo faz Cristo estar diante da face de Deus, como algum grande Favorito diante de um príncipe terreno, para pleitear em favor daqueles que são acusados; de modo que a Doutrina que nega a Deus ver o pecado em seu povo, derruba totalmente a Intercessão de Cristo e sua eficácia.

Concernente à maneira da Intercessão de Cristo, não deve ser concebida da mesma forma como ele orou aqui na terra; mas é a sua santa vontade e expresso desejo de sua alma que Deus Pai se reconcilie com aqueles por quem ele derramou seu sangue: e verdadeiramente aquele ponto de Teologia, a saber, as afeições e simpatia de Cristo com seu povo agora no céu, é um Oceano de conforto infinito.

LIÇÃO IX.

Como Deus se ofende grandemente com os pecados daqueles que são Piedosos.

JER. 50:20.

"Naqueles dias, e naquele tempo, a iniquidade de Judá será procurada, e não será encontrada, &c."

Concluirei agora com o último tipo de Argumentos, que são daquelas Escrituras que falam como Deus é afetado com seu povo quando pecou, cujas afeições implicam necessariamente o ver de Deus o pecado, de modo a se irar com eles, sim, em alguns aspectos a ira de Deus é maior para com eles do que para com os outros, e dizemos, em certo sentido, Deus vê e toma mais conhecimento dos pecados dos crentes do que dos outros. Os lugares da Escritura que falam de que maneira Deus toma os pecados dos crentes são estes, Efésios 4:30. "Não entristeçais o Espírito Santo de Deus", &c. onde se diz que os piedosos em seus pecados entristecem o Espírito de Deus.

Ora, pode o Espírito de Deus, que também é Deus, ser entristecido (para falar à maneira dos homens) com os nossos pecados, e não tomar conhecimento deles? Certamente, se eles entristecem a Deus, eles devem nos entristecer; não negligenciemos aquilo com que o Espírito de Deus tanto se ofende. Este lugar parece ser tirado de Isaías 63:10. "Eles afligiram o seu Espírito Santo." De modo que é um entristecimento tal que aflige e amargura o Espírito Santo de Deus. Oh, que consideração terrível deveria ser esta contra todas as falsidades neste ponto! Não toma Deus, não toma o Espírito de Deus conhecimento das tuas corrupções, e contudo ele se entristece e se aflige com elas?

Ademais, a agravação deste pecado é vista no fato de ser contra o Espírito que nos sela para o dia da redenção. Uma Metáfora, diz Zanchi (in loc.), de comerciantes que, tendo comprado tais mercadorias, as selam como suas, para que, deixando outras, possam transportá-las. Ora, para os piedosos pecarem, é desfigurar este selo, e se é uma ofensa tão grande violar selos humanos, quanto mais os divinos?

Observai igualmente aquela passagem de Deus a Moisés, em Êxodo 4:14, onde Moisés, pelo sentimento de sua enfermidade, recusando duas ou três vezes o ofício para o qual Deus o chamava, é dito: "A ira do Senhor se acendeu contra ele". No hebraico é muito enfático, "A fúria do Senhor se irou contra Moisés", e a LXX, θυμωθεὶς ὀργὴ κυρίου, expressão pela qual se significava que Deus não estava levemente, mas gravemente irado com ele; assim, no Salmo 74:1, a Igreja clama:

"Por que a tua ira fuma contra as ovelhas do teu pasto?". E em muitos outros lugares. Ora, pode Deus irar-se, e em tão alto grau, com aquilo que ele não vê, ou de que não toma conhecimento? É verdade que Isidor. Pelus. l. 1. ep. 144, não permitirá que o conhecimento e a aflição que Deus nos impõe sejam chamados, ὀργιῶ, ou, ἀγανάκτησιν, mas então a ira deve ser tomada em sentido estrito, para punição por via de satisfação, mas de outra forma a Escritura usa frequentemente esta palavra, e a de Deus para com seu próprio povo, sim, vingança, que é mais, Salmo 96:8. Mas para que melhor pareça, quão grande é a culpa do pecado nos crentes, mesmo à vista de Deus, e qual é a sua conta dele, tomai conhecimento destes particulares.

Primeiro, como a Escritura os intitula, 1 Samuel 2:29. Ali Deus reprova Eli em sua indulgência para com seus filhos, com esta expressão notável: "Tu honras teus filhos mais do que a mim". Não é esta uma agravação da qual Deus toma conhecimento? E, no entanto, Eli repreendeu seus filhos, mas porque ele falhou na medida do zelo, por isso Deus está tão irado com ele; de modo que Deus não apenas vê os pecados grosseiros cometidos por seu povo, mas uma medida menor de suas graças, e se ira por isso. Assim, em Apocalipse 2, porque a Igreja diminuiu em seu primeiro amor, e suas obras não eram perfeitas, por isso Deus a ameaça.

Assim como se diz que os piedosos honram a criatura acima dele quando pecam, assim também se diz que desprezam a Deus; e pode Deus não se ofender com aqueles que o desprezam? 1 Samuel 2:13. "Aqueles que me desprezam serão tidos em pouca estima", diz Deus novamente a Eli. Assim também a Davi, 2 Samuel 12:9. "Por que desprezaste o mandamento do Senhor?" Deus não pode deixar de tomar conhecimento daquilo que é um desprezo e um desdém a ele.

Como seus pecados são um desprezo a Deus, assim também se diz que eles desagradam a Deus, o que não pode ser se Deus não vê pecado; pois se Deus não vê pecado, é tudo a mesma coisa em referência a Deus, quer um crente se revolva na lama do pecado, quer viva santamente; de modo que esta Doutrina deve necessariamente comer e consumir como uma Gangrena. Deus está tão satisfeito com Pedro negando a Cristo, quanto com Pedro se arrependendo? Tão satisfeito com Davi em seu adultério e assassinato, quanto ao fazer seu Salmo penitencial?

Os papistas, de fato, tentariam atribuir consequências tão prodigiosas à Doutrina dos Protestantes, mas eles a abominam, ao passo que ela se segue naturalmente da asserção antinomiana. De fato, os Ortodoxos dizem que Davi e Pedro em suas quedas não caíram do estado ou da graça da Justificação; mas em que o Antinomiano e eles diferem, será mostrado a seguir. Que Deus está assim descontente com pessoas justificadas, quando elas assim pecam, é claro, 2 Samuel 11:29, onde o que traduzimos (desagradou) de acordo com o original, é,

"era mau aos olhos do Senhor"; onde vós vedes a Escritura expressa, Que Deus viu pecado em Davi, porque o que ele havia feito, era mau aos olhos de Deus: assim novamente, 1 Crônicas 21:7. A contagem do povo por Davi, é dita ser má aos olhos do Senhor. Assim, a própria letra da Escritura é contra eles.

Por fim, os seus pecados são ofensas contra Deus, e pode Deus ofender-se com aquilo que não contempla? Eliú fala uma doutrina verdadeira e excelente, Jó 34:32, embora tenha errado na aplicação: "Certamente, convém dizer a Deus: 'Suportei o castigo, não ofenderei mais'"; onde ele reconhece que os castigos são por pecados, e que os pecados são ofensas. Se, então, os pecados do povo de Deus são uma desonra para ele, um desprezo a ele, um desagrado a ele, são maus aos seus olhos e uma ofensa a ele, não pode ser senão que ele deve ver pecado em seu povo.

Em segundo lugar, a Escritura descreve a ameaça e a repreensão de Deus a eles com todas as bondades que ele lhes fez, de modo que Deus não apenas toma conhecimento deles, mas nas várias agravações de sua ingratidão e indelicadeza para com ele, em tudo o que ofendem. Assim, observe o tratamento de Deus com Eli, 1 Samuel 2:28. "Não escolhi eu teu pai de todas as tribos de Israel para ser meu sacerdote, para oferecer sobre o meu altar? Não dei eu a teu pai todas as ofertas queimadas dos filhos de Israel? Por que desprezais o meu sacrifício?" Que espada cortante deve ter sido esta no coração de Eli? E porque os filhos de Deus têm um Espírito de amor neles, estas repreensões devem necessariamente ferir mais o seu coração.

Novamente, vede o mesmo tratamento com Davi, 2 Samuel 12:8,9. "Eu te ungi rei sobre Israel, e te livrei da mão de Saul; e se isso tivesse sido pouco, eu te teria dado tais e tais coisas; por que desprezaste o mandamento de Deus?", etc. Não deve isto penetrar nas próprias entranhas de Davi? Irá Deus repreender seu povo que cai em pecado, espalhar diante de seus olhos as múltiplas misericórdias que ele lhes concedeu, e todo este tempo não ver pecado neles? Portanto, quando se diz, Tiago 1:5. Que Deus não lança em rosto, isso deve ser entendido, no que diz respeito à sua doação frequente e liberal, como os homens costumam dizer: "Eu já dei tantas vezes, e não darei mais"; que tipo de doação Sêneca chama de panem lapidosum; mas se os homens andam indignos dos benefícios recebidos, ele então lança em rosto, como em Marcos 16:14. Ele é dito ter lançado em rosto aos Discípulos, por causa de sua incredulidade.

Em terceiro lugar, a Escritura aplica as ameaças de Deus aos crentes, assim como aos outros, não fazendo diferença entre eles, a menos que se arrependam. De fato, dizemos contra os papistas que todos os pecados das pessoas justificadas são veniais, e não mortais, isto é, tais que no final terão perdão, mas isso é porque a semente da graça será operativa neles, de modo que eles se arrependerão habitual ou atualmente de seus pecados. Tampouco quando os ortodoxos dizem que a eleição é absoluta, eles excluem os media instituta, meios

designados por Deus, nos quais o fruto da eleição é realizado, mas as condições antecedentes, como se aquele decreto permanecesse suspenso e incerto, até que a vontade do homem tivesse determinado, 1 Cor. 6:9,10.

O Apóstolo estabelece uma regra universal, tais e tais transgressores grosseiros não herdarão o reino dos céus, isto é, aqueles que vivem assim e não se arrependem, e isto deve ser estendido não apenas àqueles que são habitualmente assim, mas também atualmente, a menos que sejam reformados. Portanto, nenhum homem piedoso que caia em algum desses pecados grosseiros, pode se enganar e pensar que entrará no reino dos céus sem uma mudança. Piedoso ou ímpio, mas se encontrado cometendo tal pecado grosseiro, a menos que se arrependa, Deus não aceitará um ou o outro.

Assim como o arrependimento é designado para o ímpio como um dever, sem o qual ele não pode ser salvo; assim a confissão e o abandono do pecado são prescritos a um homem piedoso que caiu em pecado, sem os quais ele não pode ter remissão, 1 João 1:9. Não há tal graça livre ou Evangelho, como fé para um crente, se caído em um pecado sujo, quer você se arrependa ou não, seus pecados lhe serão perdoados. Daí, em 1 Coríntios 11, o Apóstolo faz com que todo homem que recebe indignamente (e ainda assim alguns deles eram piedosos) receba sua condenação, isto é, sua condenação eterna, sem arrependimento e reforma; e após o arrependimento, seu juízo, embora não de condenação, mas de aflição e castigo.

Quão terrível também é Paulo, Hebreus 12:29, onde, falando aos piedosos que devem receber um reino que é eterno, ele os exorta ao dever: "Tenhamos graça" (ἔχωμεν χάριν), isto é, "Retenhamos e guardemos a graça", ἔχωμεν é para κατέχωμεν, como em Romanos 15:4, e observe a maneira, "com reverência e temor piedoso", εὐλάβεια, é um temor tal que se relaciona com o castigo; compare este lugar com o Salmo 2:12, e assim as palavras seguintes supõem, "pois nosso Deus é um fogo consumidor"; isto é tirado de Deuteronômio 4:24, e o significado é: Deus não está menos irado com os cristãos que pecam contra ele, do que anteriormente com os israelitas, e é tão fácil para ele destruir a quem ele se ofende, quanto para o fogo destruir a palha.

Quão diretamente este lugar derruba aquela asserção Antinomiana: "Deus via o pecado nos crentes no Antigo Testamento, e por isso os afligia, mas não é assim sob o Novo"? Ora, quando se diz: "Deus é um fogo consumidor", isto denota a grande ira de Deus; compare-se com Deuteronômio 9:3, e Deuteronômio 32:22. O fogo é muito eficaz, e menos capaz de transmutação como outros elementos o são, razão pela qual os persas adoravam o fogo como um deus, mas o fogo podia ser extinto, ao passo que Deus é um fogo tal que consome tudo, e permanece imutável. Sabei, então (irmãos), que assim como há lugares no Novo Testamento que falam das riquezas de sua graça, assim também de sua ira consumidora.

Assim como, portanto, as promessas da Escritura são para consolação e esperança para os piedosos, assim são as ameaças para um temor piedoso. Entre estas duas mós, um cristão é feito dulcis farina, como Lutero disse uma vez; e nenhuma destas mós pode ser tomada como penhor, como a Lei era no Antigo Testamento, porque uma não pode operar sem a outra. Portanto, para um homem tomar apenas aqueles lugares da Escritura que falam da bondade das promessas, e rejeitar os terrores das ameaças, é um roubo espiritual em alto grau.

Não se excita Paulo, 2 Coríntios 5, a correr como um Gigante em sua carreira ministerial, por causa do terror do Senhor no dia do Juízo? Vede o v. 10. "Todos nós devemos comparecer" (comparecer de tal forma a sermos vistos através e manifestos, diante do tribunal de Deus (como aqueles que devem pleitear uma causa em um lugar eminente diante de um Juiz) para receber uma recompensa adequada à sua vida: ora, sabendo disto (diz o Apóstolo) nós persuadimos; pode referir-se a si mesmo, e àqueles a quem ele persuade. Contudo, esta apreensão do terror do Senhor não excluía o amor, pois no v. 14, ele diz: "O amor de Cristo nos constrange", συνέχει, ou uma expressão daqueles que tinham um espírito de profecia sobre eles, que era muito poderoso, pelo qual não podiam deixar de falar, ou então de mulheres em trabalho de parto, Hebreus 12:15, que pela dor não podem deixar de clamar, tão eficaz era o amor em Paulo.

4. Os pecados dos homens piedosos não deixam de ser pecados, embora sejam justificados. Não podemos dizer que em Caim matar outro é assassinato, mas em Davi não é: não podemos dizer que negar a Cristo em Judas é de fato um pecado, mas em Pedro não é. Nenhum privilégio que eles têm pela justificação pode alterar a natureza de um pecado. Aquele que recebe indignamente é culpado do corpo e do sangue do Senhor, seja ele um homem ímpio ou um crente.

Não é com um crente e um ímpio, como com um homem e uma besta comparativamente. Se uma besta mata um homem, não é pecado, porque o sujeito não é racional, mas um homem, se o fizer, seja piedoso ou ímpio, é pecado, porque é contra a Lei de Deus. Não é seguro dizer que Deus faz com o crente e o ímpio, como se um Magistrado fizesse uma Lei, que quem quer que cometa tal crime, se for um homem livre, será apenas preso, mas se for um servo, será condenado à morte: assim Deus, quem quer que assassine ou cometa adultério, se for um crente, o salário devido ao seu pecado, são apenas castigos temporais, mas para um ímpio, é a morte eterna.

Digo que isto não é seguro: pois, embora o pecado de um crente não o condene de fato, contudo Deus fez a mesma Lei para ambos, e o arrependimento como meio é prescrito, de modo que podemos dizer por suposição: "Se o ímpio se arrepender, seu pecado não o condenará; se a pessoa justificada não o fizer, seu pecado a condenará". É verdade, não é próprio dizer do pecado em abstrato,

"será condenado", não mais do que "a graça será salva"; mas devemos dizer, a pessoa será condenada ou salva. Contudo, a culpa do pecado causará a culpa da pessoa, se não for retirada por Cristo como a causa meritória, e pela fé como a causa instrumental.

Os pecados, pois, dos Crentes e dos ímpios são ambos iguais, apenas que a culpa deles não recai sobre as pessoas da mesma forma, porque um toma o caminho designado por Deus para obter o perdão, e o outro não. Não que o homem piedoso se faça diferente do ímpio, mas tudo é obra da graça. Em alguns aspectos, os pecados dos homens piedosos são mais ofensivos a Deus do que os dos homens ímpios; porque cometidos contra mais luz, e mais experiência da doçura do amor de Deus, e da amargura do pecado. Qual é a causa, em Hebreus 10:28-30, de o Apóstolo tornar a condição de um Apóstata voluntário tão terrível, senão por causa da excelência do objeto no Evangelho, acima daquele na Lei? Se aquele que desprezou a Lei de Moisés morreu sem misericórdia: de quanto maior castigo, supondes vós, será ele julgado digno? &c.

Observai aquela interposição, δοκεῖτε, "pensai vós", não pensais facilmente que tais pecados ofendem mais a Deus? Ora, embora os verdadeiramente santificados nunca possam cair em tal condição, total e finalmente, contudo, seus pecados cometidos voluntariamente contra o Evangelho, são gradualmente, e em alguma medida de tal natureza, e portanto eles caem terrivelmente nas mãos do Deus vivo, quando assim pecam contra ele; e considerai como o Apóstolo diz estas coisas, mesmo àqueles, de quem ele esperava coisas melhores, e coisas que acompanham a salvação, Hebreus 6. Se, portanto, vemos um homem piedoso, que provou muito do favor de Deus, agir como pródigo, andar dissolutamente, podemos e devemos (não obstante as posições antinomianas) poderosa e severamente aplicar estes lugares da Escritura à sua consciência.

E observai como no Novo Testamento, o Apóstolo alega dois lugares do Antigo: "A mim pertence a vingança", Deuteronômio 32:35, e "o Senhor julgará o seu povo", Salmo 135:14. Julgar é vingar; de modo que o povo de Deus tem aquelas considerações em seus pecados para provocar a Deus, que os homens ímpios não podem ter; e, portanto, têm os mesmos motivos para se humilharem; como o Apóstolo argumenta: "A qual dos Anjos disse ele: Senta-te à minha direita?". &c. Assim podemos nós: "A que homem ímpio Deus derramou seu amor, revelou-se bondosamente, como aos piedosos?". Portanto, eles negligenciam as maiores misericórdias.

LIÇÃO X

Como a ira de Deus se manifesta sobre seus próprios Filhos pecadores.

JER. 50:20.

"Naqueles dias, e naquele tempo, a iniquidade de Judá será procurada, e não será encontrada, &c."

Consideremos, em seguida, os pormenores em que o olho de ira de Deus se manifesta sobre os seus próprios filhos, se pecarem contra ele. O efeito de sua ira pode ser considerado no que é temporal, ou espiritual, ou eterno; em todos estes a ira de Deus se manifesta de uma forma ou de outra. Quanto aos objetos temporais, tomai nota destes pormenores; primeiro, quando pecam contra Deus, eles são envolvidos nas aflições comuns e ordinárias, que usualmente acompanham o pecado nos ímpios: Assim, 1 Coríntios 11:30, por seu recebimento indigno do Sacramento (e alguns até mesmo destes eram piedosos, como aparece no v. 32) muitos estavam fracos e doentes: fracos eram aqueles que definhavam, e doentes é mais, aqueles que tinham doenças sobre eles; ora, estes eram, πληγαί, golpes de Deus, e, portanto, vieram de sua ira por seus pecados.

Embora a Ceia do Senhor consista de um pão duplo, um terreno para o corpo, o outro celestial, o pão da vida para a alma, contudo, tanto o corpo quanto a alma decaíram miseravelmente, por causa do recebimento indigno; sendo esta Mesa, como disse Crisóstomo, mensa Aquilarum, não Graculorum, alimento para Águias, não para Gaios. Assim como, portanto, aquelas crianças que têm doenças debilitantes, e comem secretamente sal, aveia, etc., embora tenham o alimento mais excelente na mesa de seus pais, contudo não prosperam, mas parecem pálidas e consumidas; assim foi com os Coríntios por causa de suas corrupções, eles se inclinaram para a morte, embora se alimentassem do pão da vida.

Ora, que estas doenças corporais são o resultado e fruto comum do pecado, aparece em Levítico 26:16. Deuteronômio 28:22, a graça da justificação, portanto, não pode dar nenhum Supersedeas a qualquer doença que venha a acometer um crente ofensor; mas estão os ímpios em Consumos, Males, Febres por seus pecados? Assim estão os piedosos; sim, o povo de Deus está nestas calamidades antes dos ímpios, Amós 3:2. "Somente a vós conheci de todas as Famílias da terra; portanto, vos castigarei por todas as vossas iniquidades." Eu vos conheci, isto é, reconheci-vos como meus, vede o que é isso, Êxodo 19:5. "Um tesouro peculiar para mim acima de todos os povos": A palavra hebraica

significa aquilo que é caro e precioso, e a ser desejado de todos. Isto é agravado pelo que se segue, pois toda a terra é minha, isto é, vendo que há tantas nações no mundo, sobre as quais tenho pleno poder e domínio; quão grande é a bondade de Deus em tomar-vos para si acima dos outros?

Ora, notai a razão dos Profetas, "porque eu fiz isto, por isso vos visitarei por vossas iniquidades, pois a todas as vossas outras maldades acrescentais um coração ingrato". Assim, há outro lugar, 1 Pedro 4:17, onde se diz que Deus os julga antes dos outros, e isto tem sido uma grande ofensa para os piedosos; "É tempo", isto é, uma oportunidade sazonal pelo decreto e designação de Deus, "para o juízo", isto é, castigos por pecados anteriores, que são chamados juízos, porque são testemunhos e manifestações públicas da ira de Deus contra os pecados, e devem lembrar os piedosos de seus pecados (apenas é κρῖμα e não κατάκριμα no original). A palavra é usada até mesmo dos piedosos, 1 Coríntios 11:31,32, 1 Pedro 4:6.

Pela casa de Deus ele entende os verdadeiros Membros da Igreja, e ao dizer que começa neles, ele assim insinua que os piedosos nesta vida estão mais expostos a aflições pelo pecado do que os ímpios, e isto fez com que Davi e Jeremias assim questionassem a Deus sobre este assunto, de modo que os piedosos em suas aflições deveriam dizer, como aquela viúva de Sarepta, 2 Reis 17:18. "Isto é para trazer meu pecado à memória." Pensa-se que o Apóstolo, embora não mencione expressamente um lugar, contudo ele tira isto da Doutrina do Antigo Testamento, pois assim Deus começou primeiro com seu povo, Isaías 10:12, Jeremias 25:17,18, Ezequiel 9:6, "começai pelo meu Santuário", Ezequiel 21:4. Ali Deus em calamidades públicas não faz diferença entre o justo e o ímpio; ora, isto é tão grande, que o Apóstolo diz, "o justo é dificilmente salvo": A palavra, μόλις, é usada para aquelas coisas que com muito trabalho são realizadas, Atos 14:18, Atos 27:7.

Estas tribulações são tão grandes, que quase destroem os próprios piedosos: vede também Tiago 5:13. Está alguém doente? Onde se supõe que o homem piedoso esteja doente, e a causa (se cometeu pecado) isto é, pecados tais que foram as causas daquela doença, ser-lhe-ão perdoados; de modo que mesmo pessoas justificadas, afligidas por doenças, devem inquirir quais pecados o Senhor quereria que elas se humilhassem, e trabalhar para que a doença do corpo seja a ocasião santificada da saúde da alma.

2. A ira de Deus é vista em trazer calamidades extraordinárias e incomuns sobre eles por causa de seus pecados; de modo que eles têm castigos estranhos, dos quais até mesmo os ímpios muitas vezes escapam: Jonas, que se esforçou para fugir da face de Deus (e que ele poderia facilmente ter feito pela Doutrina Antinomiana) com que juízo prodigioso ele foi surpreendido? Jonas 2. O Profeta o chama de "o ventre do inferno"; e quão profundamente sua alma foi afligida sob aquele castigo, aparece no que

ele diz, sua alma desfaleceu dentro dele, e ele concluiu, que foi lançado fora da vista de Deus.

Aquele que voluntariamente fugiu da presença de Deus, agora lamenta ser expulso dela. Ele faz do ventre da baleia uma casa de oração, e esta subiu a Deus, em seu santo Templo, que é o Céu. Vedes por isto, que Deus prepara juízos estranhos às vezes para aqueles que o ofendem, embora sejam seus filhos: assim, em 1 Coríntios 11:30, quando ele diz que muitos dos coríntios estavam mortos por seu recebimento indigno, deve ser entendido como uma morte imatura e prematura; eles não viveram até o termo dos dias que, segundo as causas naturais, poderiam ter vivido, de modo que é o mesmo que ser [cortado] no Antigo Testamento, Êxodo 12:15. Quem comesse a Páscoa com fermento seria cortado de Israel: portanto, mesmo homens piedosos podem procurar para si mesmos mortes prematuras, e podem provocar a Deus a cortá-los no meio de seus anos.

3. Sim, ademais, Deus pode não apenas afligi-los de maneira extraordinária, mas até mesmo feri-los com morte súbita, e isso enquanto seus pecados estão sobre eles. Não darei como exemplo Ananias e Safira, nem Nadabe e Abiú, embora alguns tenham pensado caridosamente deles; temos um exemplo claro em Uzá, no qual a ira de Deus foi tão aparente, ao feri-lo subitamente de morte, que se diz que a coisa desagradou a Davi, 2 Samuel 6:7. "A ira de Deus se acendeu contra Uzá, e ele o feriu por seu erro." Seu erro não foi porque ele não era um levita, pois é claro que ele era, mas porque eles colocaram a Arca sobre um carro novo, ao passo que deveriam tê-la carregado sobre seus ombros; embora se pense que o transporte da Arca era limitado apenas aos levitas que eram filhos de Coate, e que nenhum outro levita poderia tocar na Arca, o que, se assim for, então foi uma segunda ofensa contra a Lei, porque ele a tocou; e de fato esta parece ser a causa própria, porque foi uma falta pessoal de Uzá, ao passo que colocá-la em um carro novo foi o erro de outros além dele.

Assim Uzá em seus próprios pecados é ferido de morte; vós tendes igualmente outro triste exemplo de Eli, Lege historiam, ne fias historia, 1 Samuel 4:18. Porque ele falhou na medida do zelo sobre a reprovação de seus filhos, por isso ele caiu para trás e quebrou o pescoço; Eli manifestou suas afeições piedosas, em se submeter à mão de Deus punindo, e em ser mais afetado com a calamidade pública, do que com a sua própria privada, contudo este é o seu triste fim Trágico.

4. A ira de Deus não se limita apenas a eles, mas alcança até mesmo seus filhos, e àqueles que lhes são caros. Assim, o filho de Davi é ferido de morte por seu pecado; e assim a filha de Eli entrega o espírito com triste dor. A família tanto de Davi quanto de Eli tem calamidades notáveis que os seguem, e tudo por causa de seus pecados. Quando algum da

> posteridade de Eli for forçado a se curvar por um bocado de pão, isto é um Memento do pecado de Eli.

Aqui um homem pode ver a semente dos justos mendigando pão, mas pelos pecados de seus pais; portanto, aquilo de Davi, Salmo 36, não deve ser entendido universalmente. Para que esta calamidade possa ferir mais o seu coração, Deus lhe diz o que fará à sua casa após a sua morte; se algum fosse deixado vivo, seria como aquela indulgência a Caim, para carregar para cima e para baixo um sinal do desprazer de Deus; e se perguntares por quanto tempo esta ira de Deus deveria durar, 1 Samuel 3:14. "A sua iniquidade não deve ser purgada daquela casa para sempre". Bem pode a Escritura dizer que, quem quer que ouça este juízo de Deus, seus ouvidos retinirão. Por este exemplo, quão vigilantes os pais piedosos deveriam ser, para que por seus pecados cometidos, uma maldição não se apegue à família por muitas gerações?

Reconheço que estas calamidades, ao caírem sobre Eli, um homem piedoso, foram remédios salutares e correções paternais, mas, ao virem sobre seus filhos ímpios ou posteridade que continuava na impiedade, foram estrita e propriamente punições.

Por fim, estes males temporais alcançarão até mesmo a Igreja e o Estado públicos em que vivem, de modo que os pecados dos homens piedosos podem ajudar a derrubar os juízos públicos. Assim foi com Ezequias, por sua ingratidão e orgulho, houve ira sobre Judá e Jerusalém, 2 Crônicas 32:25, assim o pecado de Davi em contar o povo, foi a morte de muitos milhares em Israel; pelo pecado de Eli, os israelitas são mortos no exército, e a Arca é tomada. Daí tendes Isaías, Daniel e Esdras juntando-se no número com outros, que fizeram confissões públicas de seus pecados em dias de humilhação.

É, portanto, uma opinião amaldiçoada e segura, que crê que os piedosos, quando guardam dias de jejum, não o fazem porque têm pecados que Deus pune, mas por causa dos homens ímpios. A Escritura manifesta o contrário, e os homens mais santos vivos trazem algumas faíscas e tições para aumentar a ira de Deus, e, portanto, devem trazer seus baldes para apagá-la.

A agravação desta ira aparecerá, se considerardes que tipo de pecados foram aqueles pelos quais Deus ficou tão descontente, e neles enumerados, ou exemplificados, podereis perceber que foram os pecados de Belzebu, os primogênitos das iniquidades: Uzá falhou apenas na ordem que Deus havia designado, o que ele fez foi por cuidado e boa intenção; contudo o Senhor o fere; assim, a Moisés foi negada a entrada na terra de Canaã, o que foi uma pesada aflição para ele, porque ele falou imprudentemente com seus lábios: os comentaristas estão perdidos para descobrir qual foi o seu pecado. Assim, o pecado de Davi em contar o povo, disputa-se em que consistia a transgressão.

Os pesados juízos de Eli, que vieram com tanta frequência, um após o outro, foram por falta daquela medida de zelo que deveria ter ardido dentro dele. Oh, portanto, considere que Deus não apenas vê pecados que são montanhas, mas que são montículos de toupeira comparativamente: Ele não apenas vê as vigas, mas os ciscos que estão em nós; ele não apenas toma conhecimento de nossa lama e vômito, se a isso retornarmos, mas da menor mancha e ruga; quão profundamente podes humilhar-te sob cada dever religioso realizado por ti. Quantas vezes falhamos na maneira de um mandamento, como Uzá na ordem? Quantas vezes, por orgulho e autoconfiança, contamos nossos apoios e refúgios terrenos, confiando neles?

Quão imprudentes são nossos pensamentos e palavras? Ora, estes cabelos de pecados (como posso assim chamá-los, tanto pelo número quanto pela aparente pequenez) estão todos contados diante de Deus. Assim como o Senhor se ira com estes pecados menores e defeitos nas graças; assim também com Erros nos Juízos e falsas opiniões: Quão bem seria para o Antinomiano, se Deus não visse este pecado neles, que eles sustentam, que ele não vê pecado nos Crentes? Temo que Deus veja, e tome conhecimento de seus Sermões errôneos, de suas Doutrinas corruptas e Livros sedutores.

Há, de fato, aqueles que fariam da heresia quase inocência, e que ela é mais para ser lamentada do que punida, mas o Apóstolo, em Gálatas 5, enumera as heresias entre os pecados grosseiros, tais que excluem do Reino dos céus; e quão severa é a ira de Deus para com aqueles que erram, embora em assuntos menores, e embora mantenham o fundamento, aparece naquele lugar notável, 1 Coríntios 3:12-15. É um lugar difícil, e aqueles que querem construir o Purgatório a partir dele, são os arquitetos daquele feno e palha de que o texto fala.

Não me juntarei à exposição de alguns, que por feno e palha entendem obras más; nem com Beza, que nega que se refira à falsa doutrina, mas apenas à maneira de pregar: ele faz do edifício de ouro e prata, etc., a doutrina pura e sincera de Cristo; o feno e a palha, a vã afetação de eloquência e palavras; mas prefiro acompanhar aqueles que interpretam o lugar como falsas doutrinas, mas não tais que derrubem o fundamento; apenas eles constroem doutrina supérflua e insalubre sobre o verdadeiro fundamento, o que é tão deselegante, como se vísseis um palácio real, que tem ouro por fundamento, e pedras preciosas pelas paredes, mas tem a cobertura de palha e restolho; que deformidade seria esta?

Contudo, assim é com os melhores pregadores que existem, que ainda acrescentam alguns erros à sã Doutrina que entregam. Ora, para a abertura do lugar, é totalmente Alegórico; Os pregadores da palavra de Deus são construtores, e eles devem erguer um palácio majestoso; os materiais são comparados a ouro e prata, a pedras preciosas. O lugar é uma alusão a Isaías 54:12. "Farei as tuas janelas de ágatas, e as tuas portas de carbúnculos, e todas as

tuas fronteiras de pedras agradáveis"; é uma descrição das preciosas Graças e Doutrinas com as quais os Ministros de Deus estão vestidos; e isto mostra com que estima e alto preço todas as verdades de Cristo devem ser recebidas por vós. A Arca, Êxodo 25:3-6, devia ser feita de ouro, prata e outros materiais preciosos; esta é a natureza da verdadeira Doutrina.

Ora, a falsa Doutrina, embora não seja em fundamentos, mas em meros acessórios, é chamada de feno e palha, e aquele que prega estas coisas chegará a um julgamento severo. "A obra de cada homem", diz o Texto, "será manifestada"; onde vós vedes a propagação da falsa Doutrina, é chamada a obra de um homem, como na segunda Epístola de João, é chamada de "más ações"; e esta má obra tem um duplo efeito; Primeiro, ela faz com que o proprietário sofra perda, isto é, todo o trabalho e dores que ele tomou não lhe trarão nenhum lucro, ao passo que se ele se tivesse empregado na verdade, sua recompensa teria sido grande. O lucrum cessans é uma perda tão grande quanto o damnum emergens. Oh! Que coisa terrível será para os falsos mestres, que fizeram de seu negócio inteiro a propagação de novas opiniões, perder todo o seu trabalho!

O outro efeito é que, embora ele seja salvo, será como que pelo fogo, isto é, ele estará em extremo perigo, e terá tristes tribulações e misérias caindo sobre ele; veja a mesma frase em Judas 23, "arrancando-os do fogo". Aquilo com que te confortas, e te glorias, como se fosse perseguição, pode ser nada mais que parte do fogo no Texto, que é para te afligir, para que tua escória seja purificada: que, portanto, todos os falsos mestres (embora pertencentes a Deus) esperem um fogo de queima, grandes aflições e tribulações. E se os Antinomianos tiverem problemas por sua Doutrina, eles são obrigados a acreditar que Deus os castiga por esta mesma opinião, de que ele não castiga pelo pecado.

Demorei-me mais neste lugar por causa da multidão de feno e palha que se constrói por toda parte. Deus terá o seu dia, quando um fogo se levantará para consumir tudo, e a verdadeira Doutrina apenas continuará. O Apóstolo fala tão terrivelmente depois, v. 17. "Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá", onde o Apóstolo chama os Coríntios, "O templo de Deus": ora, isto não é tão verdadeiro de cada cristão individualmente, como quando reunidos em uma Igreja ou corpo; e o Espírito habitando entre eles, é muito mais admirável do que sua presença na Arca; e ele profana este Templo, quem por qualquer falsa Doutrina e erro, corrompe essa sociedade; ora, a grandeza deste pecado é vista pelas palavras seguintes, "O Senhor o destruirá", pois assim, φθερεῖ, é o mesmo que, ἀπολέσει, de modo que, como Deus destruiu Atalia e Beltessazar por profanarem o Templo, e as ofertas ou dádivas do Templo, não menor punição (a menos que se arrependam) cairá sobre aqueles que pervertem as Doutrinas de Cristo.

Chego à segunda demonstração da ira de Deus para com os crentes quando pecam, e isso é em coisas espirituais e internas; ora, elas são de dois tipos;

primeiro, as consolações do Espírito Santo, com a luz do favor de Deus; em segundo lugar, o florescimento e o brotar das graças da santificação; em ambos estes vós achareis o homem piedoso após o pecado muito murcho. Que ira no primeiro sentido, após o pecado, o piedoso pode sentir, Davi abundantemente vos dirá, no Salmo 51, ele a chama de "a quebra de seus ossos"; vós sabeis quão terrível e penoso isso é, e no piedoso isto deve ser o mais terrível, porque eles são de uma apreensão mais terna: como eles dizem, a dor corporal de Cristo foi maior do que a de outros homens poderia ser, por causa do excelente temperamento e da constituição terna de seu corpo; assim é com os piedosos, cada expressão da ira de Deus, cai como uma gota de chumbo escaldante no olho de um homem; a consciência do crente, uma vez despertada, sente cada franzir de sobrancelhas de Deus como um inferno.

Assim, após a prática de um pecado grosseiro, Deus esconde o seu rosto, e então, por um tempo, eles são como tantos Cains e Judas, clamando: "O seu pecado é maior do que podem suportar"; e, na verdade, este verme nunca morreria, este fogo nunca se apagaria neles, se Deus não os tomasse novamente em seu favor; não há diferença entre um homem condenado no inferno e um homem piedoso perturbado na consciência, senão o adjunto do tempo, um é perpétuo e o outro não. Ora, os nossos Teólogos dizem que a eternidade não é essencial ao castigo do inferno (pois Cristo sofreu os tormentos do inferno por nós, os quais, contudo, não foram no tempo eternos), mas acidental, porque aqueles no inferno não são capazes de satisfazer a justiça de Deus, portanto, eles devem continuar lá até que tenham pago o último centavo, o que, como não podem fazer por toda a eternidade, portanto, são atormentados para sempre.

Olhai novamente para Davi no Salmo 32:3,4. Como foi com ele, por causa de seus pecados; "Meus ossos envelheceram, pelo meu rugido todo o dia, minha umidade se converteu na secura do verão"; Davi disse estas coisas hiperbolicamente e retoricamente apenas? Não encontrou ele tal angústia e consumpção em sua alma, que pensou que nenhuma palavra poderia expressá-la? E tudo isto ele diz, foi por causa do pecado; Ó então acreditai nisto e tremei, para que tal baleia de tristeza e pesar não vos engula, como fez com Davi. Assim foi também com a pessoa incestuosa, o diabo estava pronto para engoli-lo; ele foi entregue a ele para ser atormentado por ele; e pode tudo isto ser feito, e contudo Deus não tomar conhecimento do pecado?

Assim como os piedosos nesta vida podem ter aquela alegria no Evangelho, que ultrapassa todo o entendimento, e mais do que o coração pode perceber; assim também podem ter por causa do pecado tal perturbação e deserções espirituais, que farão de tudo, seu quarto, o campo, um verdadeiro inferno para eles; e Davi em muitos Salmos manifesta tal desolação em sua alma; especialmente isto é visto nas quedas, quando as perseguições abundam, e os homens por medo negaram aquela verdade, da qual em suas consciências estavam seguros.

Podemos ler nas Histórias Eclesiásticas das graves feridas e golpes que o povo de Deus, por fragilidade, fez em suas próprias almas.

E assim como é na questão da consolação, assim também no particular da santificação, como podeis observar alguns que foram plantados pela graça de Deus como um Paraíso, através de sua negligência e corrupções tornarem-se como um deserto ressequido? Não estava Davi em sua queda, até ser recuperado, como uma árvore no inverno? Embora a umidade da graça estivesse dentro, nada aparecia exteriormente; não estava ele como Sansão quando seus cabelos foram cortados, incapaz de quebrar as cordas do pecado em que estava amarrado?

Alguns pensaram que um homem piedoso não pode mais cair dos graus da graça, do que da essência e do estado da graça; mas se o pecado aumenta e cresce, certamente a graça deve diminuir, pois quer o pecado expulse a graça meritoriamente apenas, ou formalmente, ainda assim a introdução de um deve ser a expulsão do outro. Assim, em Apocalipse 2, a Igreja é repreendida por diminuir em seu primeiro amor; e o povo de Deus se queixa: "Por que endureceste nossos corações para o teu temor?" Isaías 63:17, não que Deus infunda dureza, mas apenas ele nega a graça amolecedora. E certamente um coração gracioso e terno, deve temer uma entrega à dureza mais do que a Satanás, Illud est cor durum, quod non trepidat ad nomen cordis duri, disse Bernardo, "Aquele é um coração duro, que não treme ao nome de um coração duro".

Um homem piedoso, portanto, pode provocar a Deus de tal forma, que seja deixado em um estado insensível e estúpido, praticando o pecado sem remorso terno, e deitando-se nele com segurança. Por fim, a ira eterna de Deus não pode, de fato, estar no evento sobre ele, mas ainda assim o obriga condicionalmente até que ele se arrependa, de modo que você pode supor que um crente seja condenado, se você supuser que ele não se arrepende. Uma Proposição condicional, Nihil ponit in esse, mas o faz in posse, e, portanto, a Escritura faz tais Proposições hipotéticas, nas quais uma possibilidade de Apostasia é suposta nos piedosos, se deixados a si mesmos; como naquele famoso lugar, Ezequiel 18:14.

"Quando o justo se desviar da sua justiça, e cometer iniquidade, toda a sua justiça não será mencionada, em seus pecados ele morrerá." Este lugar não deve (como alguns fazem) ser entendido de um homem justo apenas na aparência, pois se opõe a um homem ímpio na realidade; e é uma justiça tal, que se continuada, ele teria vivido eternamente. Tampouco podemos estendê-lo a uma apostasia do estado de Justificação, como outros fazem; mas deve ser entendido como cominatório, por via de ameaça e suposição: pois é verdade, que se um homem piedoso abandonasse sua justiça, ela não lhe seria lembrada; e, portanto, se você supuser uma pessoa justificada que não se arrepende de seus graves

pecados cometidos, você pode também supor que ela morra no desprazer e na ira eterna de Deus: mas isto deve ser considerado mais exatamente, quando tratarmos daquela Questão, Se a Remissão do pecado obtida, pode ser frustrada e anulada por novos pecados atuais subsequentes?

LIÇÃO XI

A Distinção Antinomiana do Conhecer e do Ver o pecado por Deus, examinada.

HEB. 4:13.

"E não há criatura alguma encoberta diante dele;antes todas as coisas estão nuas e patentes aos olhos daquele com quem temos de tratar."

Embora este texto, no seu sentido geral, não prove plenamente a ira de Deus contra o pecado nas pessoas justificadas; contudo, porque um escrutínio e uma investigação mais especiais nas palavras farão muito contra o Erro Antinomiano, e também porque as Respostas que são dadas a este texto, e a outros semelhantes, contêm grosseiras falsidades, de modo que na refutação delas, todas as coisas nesta controvérsia serão claramente descobertas, como também porque aquela principal e nobre Questão, "Até que ponto o conhecimento de Deus sobre o pecado, para o castigar e punir, está sujeito à mera liberdade de sua vontade", será em alguma medida discutida, insistirei, portanto, neste texto. Não que os Ortodoxos façam dele o seu escudo de Aquiles, como o Antinomiano calunia, Honey-comb, p.73. Mas porque a vaidade daquela distinção, que eles fazem entre o ver de Deus e o seu conhecer, pode ser trazida de detrás do esconderijo, onde como Saul se havia escondido.

E primeiro, quanto ao Texto absolutamente em si mesmo, as palavras são parte da excelente recomendação, que é dada à palavra de Deus. A pureza e o poder da Religião são mantidos pelo reconhecimento da plenitude e perfeição da Escritura. Tanto os Papistas quanto os Iluministas concordam neste perigoso Erro, que eles buscam e esperam um ensino Doutrinal imediatamente pelo Espírito de Deus, acima e além do da Palavra: Daí, assim como os Papistas fazem da Escritura apenas uma bainha para receber qualquer espada, seja de ouro ou de ferro (palavras que admitem qualquer sentido que lhes dêem), assim também os Iluministas, que um homem piedoso está acima de todos os livros, mestres, escritos, e não sente nada senão Deus operando e agindo nele.

Temos, portanto, maior motivo para exaltar as Escrituras em sua autoridade e plenitude Divinas, quanto mais outros se esforçam para diminuí-la. Este nobre encômio da palavra de Deus começa no v. 12, onde tendes o sujeito da recomendação, e a recomendação em si. O sujeito é chamado, ὁ λόγος τοῦ Θεοῦ, a palavra de Deus. Bellarmino e outros papistas, para que pudessem rebaixar a Autoridade das Escrituras, entendem isto de Cristo, que é frequentemente chamado de a Palavra. Suas razões são em parte porque Cristo é chamado assim em outros lugares, como em João 1:1 e alibi, e em parte porque esta Palavra é

falada como uma pessoa, e, portanto, todas as coisas são ditas estarem abertas e nuas à sua vista.

Mas estes não são Cogentes; pois embora em outros lugares Cristo seja chamado a palavra, contudo o contexto ali claramente o evidencia, ao passo que aqui o contrário aparecerá: pois tendo antes exortado-os a receber o Evangelho, e a ouvir a voz, enquanto ela chama hoje, entre outros Argumentos ele traz este da natureza da palavra de Deus, que deve ser entendida tanto da Lei quanto do Evangelho; e é ainda observado como algo peculiar apenas a João em seu Evangelho e nas Epístolas, chamar Cristo de a palavra de Deus; e embora o Texto fale da palavra de Deus como pregada, e não como escrita, contudo porque a palavra escrita e pregada não diferem essencialmente, mas acidentalmente no que diz respeito à maneira, portanto este Argumento se mantém verdadeiro para as Escrituras.

Quanto à segunda razão, é comum, por metonímia, atribuir à Escritura o que pertence a Deus falando pela Escritura, como em Gálatas 3:22. "A Escritura encerrou tudo debaixo do pecado", etc. assim, diz-se que a Escritura fala em Tiago 4:5. De modo que não é de admirar se aqui se fala da palavra de Deus, como conhecendo todas as coisas, porque Deus por meio dela descobre e manifesta todas as coisas. Em seguida, considerai a recomendação, e esta é, 1. pelas qualidades adjuntas, 2. pelos efeitos poderosos. As qualidades adjuntas são (viva e eficaz), isto é, não está morta nem frustrada, mas manifesta seu poder e eficácia, o que nossas palavras não podem fazer. Pensa-se ser uma expressão alusiva ao fogo que estava sobre o altar dos sacrifícios, que não devia se apagar.

Em segundo lugar, é louvada pelo efeito, é mais afiada que uma espada de dois gumes; é um hebraísmo dar uma boca à espada, porque ela devora; mas porque uma espada de dois gumes ou de duas bocas divide com mais força, por isso a palavra de Deus é comparada a ela. Dizem que tal espada os levitas no Antigo Testamento usavam para dividir e abrir os sacrifícios, metáfora na qual o Apóstolo continua depois. Ora, por esta comparação, duas coisas são insinuadas: 1. Que Deus conhece todo pecado, mesmo o mais oculto. 2. Este conhecimento não é um mero conhecimento nu, mas tal que é de um Juiz examinando e punindo. Pois assim como a espada perfura e fere, assim a palavra de Deus vê e pune, por isso é dita ser κριτικός, isto é, discernindo com a máxima exatidão e separando o ouro da escória, e julgando de acordo: de modo que o texto, falando não apenas de um olho onisciente de Deus, mas de um olho que discerne, julga e pune, pertence pertinentemente, nesta consideração, à controvérsia.

Não precisamos ser curiosos em distinguir entre o espírito e a alma (apenas a Escritura não os confunde) nem entre as coisas entendidas pela medula e as juntas, que são transladadas do corpo para a alma. Isto é pretendido no geral, pelas juntas, ele quer dizer as minima, as coisas mínimas; e pela medula, as

intima, as coisas mais secretas e interiores. Tendo assim descrito a eficácia da palavra de Deus, ele estabelece duas Proposições no meu Texto; uma negativa, a outra afirmativa. Negativa, Não há criatura, ἀφανής, inaparente, que ele não veja através. Afirmativa, Todas as coisas estão nuas e abertas; abertas é mais do que nuas. Nu, é aquilo que não está vestido ou coberto; Aberto, é aquilo, cujas entranhas são descobertas e tornadas conspícuas.

Muito é dito pelos críticos a respeito da palavra, τετραχηλισμένα. Cameron pensa que ela é traduzida de lutadores, dos quais se diz, τραχηλίζειν, seu adversário, quando o pegam pelo pescoço e o viram de cabeça para baixo, de modo a expô-lo em todas as partes aos olhos dos espectadores: alguns dizem que a Metáfora pode ser tomada daqueles que, estando diante do Juiz, abaixam o pescoço e o rosto para o chão, como que não ousando contemplar seu rosto: mas o que é mais recebido, e o que é mais consoante ao contexto, é daqueles que tomam a palavra daqueles que começam pelo pescoço, e dividem o sacrifício ao meio, de modo que todas as entranhas apareçam.

Assim vedes quão enfática e plena é a Escritura ao descrever o olho onisciente de Deus sobre qualquer pecado, onde quer que esteja, e isso não por uma mera cognição nua, mas de julgamento; de modo que a Observação é, Que, visto que há pecado nas pessoas justificadas, o olho de Deus deve necessariamente vê-lo e julgá-lo. A isto se responde com muita confiança por uma distinção nunca antes ouvida, Que Deus, de fato, conhece os pecados dos crentes, mas não os vê, Hon. Comb p.67-70, e por esta distinção eles pleiteiam tão audaciosamente, que (dizem eles) embora todos os homens, demônios e anjos a neguem, ainda assim ela deve permanecer; para a abertura desta distinção tola, eles se expressam assim; Que embora ver e conhecer sejam uma só coisa na natureza pura e não composta de Deus, contudo não o são para nós; assim como justiça e misericórdia são uma só coisa em Deus, mas não para nós, sim, contrárias; e o Autor dá duas razões fortes (como ele as chama) para provar isto:

Primeiro, a Escritura (diz ele) os distingue, agora ele argumenta, que assim como é pecado distinguir onde a Escritura não o faz (e então ele exemplifica com a distinção da culpa do pecado, e a natureza do pecado, tornando-a uma nova distinção, e suspeitando dela como corruptora do Evangelho, como se Cristo tivesse tirado a culpa de nossos pecados, e não os próprios pecados) assim onde a Escritura distingue, ali é pecado para nós não distinguir. Ora, a respeito do primeiro, que há na Escritura uma distinção entre a culpa do pecado, e o próprio pecado, deve ser provado em seu devido tempo.

Consideremos como ele prova esta distinção do ver e do conhecer de Deus. O lugar que ele traz é o Salmo 94:9,10. "Aquele que formou o olho, não verá ele? Aquele que ensina o conhecimento ao homem, não conhecerá ele?" Aqui (diz ele) eles são estabelecidos distintamente, e a Escritura usa esta prática contínua, não dizendo em lugar nenhum que Deus não conhece os pecados das pessoas

justificadas, mas em muitos lugares que ele não vê pecado nelas. Sua segunda razão é, porque entre os homens e os anjos, sim, no próprio Deus há uma razão (para as nossas capacidades) desta diferença; pois conhecer uma coisa, é entender a sua natureza, embora a própria coisa seja abolida e não tenha existência; mas ver uma coisa, é ter uma existência real dela diante dos nossos olhos.

Como por exemplo, Deus (diz ele) conhece o dilúvio que afogou o mundo inteiro, mas ele não o vê tendo uma existência agora; assim Deus conhece a lepra de Naamã, mais perfeitamente do que o próprio Naamã, contudo ele não a vê sobre Naamã; e assim Deus conhece os pecados dos ímpios, e de seus filhos justificados mais perfeitamente do que eles mesmos, e nisto não há diferença entre eles; mas aqui está a diferença, que Deus vê o pecado em um, e não no outro, porque abolido por Cristo. Assim vós tendes um monte de falsidades e non-sense juntos, como se o Autor não tivesse nenhum conhecimento ou visão, enquanto fala destas coisas.

Para que entendais a verdade nestes particulares; embora seria muito proveitoso neste lugar, dar-vos a Doutrina da Escritura, sobre o olho ou a visão de Deus; como também o uso diferente dela na Escritura; a saber, que às vezes é tomada por uma mera apreensão nua de uma coisa; às vezes pelas ações ou efeitos que fluem da visão de Deus, e então é usada ou em um bom sentido para o olho de seu cuidado, proteção e aprovação, ou em um mau sentido, e isso de duas maneiras, ou por um olho de condenação, em cujo sentido Deus não vê os pecados dos Crentes, ou de desagrado e ira, em cujo sentido se diz expressamente que as ações pecaminosas dos homens piedosos são más aos olhos de Deus: como quer que seja (digo eu) seria muito proveitoso falar disto aqui, contudo, adia-lo-ei.

Examinarei, portanto, que verdade há nesta distinção, que eles tanto aplaudem, e isso será feito por várias Proposições.

Primeiro, que ver é atribuído a Deus apenas metaforicamente, Deus não tem olhos corporais. É bem observado por um Padre, que quanto mais medíocres e rebaixadas são as coisas às quais Deus é comparado, menor é o perigo, porque toda apreensão comum julgará que não é verdadeira e formalmente assim em Deus. E assim é com os olhos, e quando ver é atribuído a Deus, é a mesma coisa que saber, de modo que fazer uma diferença entre estes dois é ignorância grosseira.

Em segundo lugar, o conhecimento é igualmente atribuído a Deus, mas num sentido muito diferente do que é em nós, e, portanto, difere do nosso conhecimento de muitas maneiras: 1. O seu conhecimento é a sua substância: Daí Synesius disse que Deus é, οὐσιῶσθαι, pelo seu entendimento. 2. Não é causado por objetos; Gregório expressou-o bem, Ipse mundus nobis non notus

esse posset nisi esset, deo autem nisi notus esset, esse non posset. 3. É simples e uno. Não há propriamente memória das coisas passadas, nem presciência das coisas futuras, mas todas as coisas estão presentes para ele: Como se houvesse um corpo que fosse todo olhos, que não precisasse de se virar para trás e para a frente, para ver as coisas; ou como um homem de pé numa alta torre, com um lance de vista contempla os passageiros no fundo da torre, que passam sucessivamente um após o outro; Assim Deus est totus lux, & totus oculus, Deus é totalmente luz, e totalmente um olho. 4. O conhecimento em nós, é propriamente tomado por conhecer uma coisa pelas suas causas, mas não é assim em Deus. Isto, corretamente entendido, derrubará aquela distinção de conhecer e ver.

Terceiro, aquele texto, Salmo 94, de modo algum supõe tal distinção; pois o Salmista ali pretende que, qualquer perfeição que haja seja no ver corporal, seja no conhecer mental, ela está eminentemente e mais transcendentemente em Deus; nem ele limita o ver aos pecados dos homens ímpios, e o conhecer apenas aos pecados dos piedosos; sim, o texto age assim contra o Antinomiano, se um crente ele mesmo e outros veem pecado nele, não o verá Deus muito mais? De fato, nas criaturas, há uma distinção entre ver e conhecer em alguns aspectos, pois conhecer pode ser de uma coisa no abstrato, mas ver denota a apreensão intuitiva presente, de modo que conhecer tem uma perfeição que ver não tem, e ver que conhecer não tem; mas em Deus todo o seu conhecimento é intuitivo, e todas as coisas estão presentes para ele, por causa de sua eternidade e onipresença, assim determinam as Escolas, e com razão, sobre aquele Texto, 2 Pedro 3, a ser explicado depois, e a razão é, porque o conhecimento intuitivo, ou a apreensão de uma coisa presente, é o conhecimento mais nobre, não que as próprias coisas coexistam, ou estejam presentes umas às outras, mas a Deus na Eternidade; pois assim como a imensidade de Deus é em respeito à sua essência, assim sua eternidade é em relação ao tempo: de modo que, embora as próprias coisas variem, o conhecimento de Deus não varia; como um Artífice, que tem a Ideia, ou forma de uma casa em sua mente, antes de a fazer, quando ela é feita, e depois de ser destruída: ele ainda tem a mesma forma em sua mente, embora a casa seja alterada.

Em quarto lugar, tampouco a Escritura costuma usar tal diferença; sim, "conhecer", quando atribuído a Deus, é usado muitas vezes para um conhecimento de aprovação, e então não podemos dizer que Deus conhece os pecados dos crentes; mas podemos dizer igualmente que Deus não conhece pecado neles (isto é) para condená-los por isso, assim como ele não vê nenhum neles, como em Habacuque 1. Diz-se que Deus tem olhos mais puros do que para contemplar a iniquidade, isto é, com aprovação, e assim, neste sentido, podemos dizer que Deus não vê pecado, nem mesmo nos homens ímpios: Além disso, é muito falso que a Escritura não diga em lugar nenhum que ele vê pecado nos crentes; pois é dito expressamente da contagem do povo por Davi, e

de seu assassinato, que era mau aos olhos de Deus, e ele confessa que havia feito aquele mal à vista de Deus. Mas disto mais adiante.

Assim, onde quer que a Escritura diga que Deus não vê pecado, ali podemos também dizer com a mesma verdade que Deus não conhece nenhum; e onde se diz que ele vê, ali podemos dizer que ele também conhece.

Em quinto lugar, não há, em razão, distinção a ser feita, para as nossas capacidades, entre o conhecer e o ver de Deus, pois naqueles exemplos que o Autor dá, podemos dizer que Deus conhece naquele aspecto em que vê, e não vê naquele aspecto em que não conhece; como por exemplo, Deus não vê o dilúvio agora existir, não mais podemos dizer que ele o conhece agora existir, pois isso é falso; Deus não vê a Lepra sobre Naamã, não mais ele a conhece estar sobre ele: Assim, Deus conhece o seu povo em Cristo, assim como os vê em Cristo, e, portanto, se por Cristo ele não vê pecado neles, ele também não deve conhecer nenhum neles.

Ora, este erro está fundamentado numa concepção perigosa, como se o ver de Deus estivesse limitado às coisas existentes, e o seu conhecimento às coisas passadas ou futuras, de modo que é ignorância indesculpável dizer, com este Autor, que Deus conhecia o Sol e a Lua antes de os fazer, mas não os via. Ele não os via, de fato, existir antes de existirem, não mais do que os conhecia existir antes de existirem, mas quando foram feitos, o seu ver e o seu conhecer deles eram uma só coisa.

Em sexto lugar, se o ver de Deus fosse explicado opositamente ao seu conhecer, então nada que tivesse uma existência presente seria conhecido por Deus. Mas não atribui a Escritura a Deus o conhecimento de todas as coisas? E embora as coisas sejam diversificadas pelo tempo passado, presente e futuro, contudo para Deus elas não o são; Considerai aquele lugar eminente, 2 Pedro 3:8. "Mil anos para Deus são como um dia". O Apóstolo alega este lugar do Salmo 90:4, com uma pequena variação. O Salmista diz, "como o dia de ontem que passou": O Apóstolo "como um dia". O Salmista diz, "aos teus olhos, ó Senhor": O Apóstolo "com o Senhor".

A expressão dos salmistas, "aos olhos do Senhor", é muito pregnante para o nosso propósito. Aqui está uma descrição da eternidade, provando que Deus vê todas as coisas com um lance intuitivo de seu olho, e que, embora para nós as coisas sejam presentes, passadas e futuras, contudo para Deus todas as coisas são presentes, e embora não sejamos capazes de alcançar isto com nosso entendimento, não mais do que um pigmeu as Pirâmides, contudo devemos nos apoiar mais nesta asserção da Escritura do que em nosso próprio entendimento, Quicquid de Deo dici (podemos acrescentar cogitari) potest, eo ipso est indignum quia dici (cogitari) potest: e novamente digne Deum aestimamus, dum inaestimabilem dicimus.

Os escolásticos disputam se aquelas coisas que Deus uma vez conheceu, ele ainda conhece, como por exemplo, Deus uma vez soube que Cristo deveria morrer, mas agora não é verdade que ele deva morrer; e a resolução deles é que não podemos dizer propriamente que Deus começa a conhecer o que conhecia, ou cessa de conhecer o que conhecia, mas sim que a própria coisa começa a ser conhecida, ou cessa de ser conhecida, de modo que a mudança não está no conhecimento de Deus, mas na coisa conhecida, como quando vejo o Sol, e depois ele se esconde na nuvem, a mudança não está no meu olho, mas no Sol; daí eles também resolvem que Deus conhece todas as coisas simul juntas, que seu conhecimento é invariável, que não admite aumento ou diminuição, que todas as coisas estão presentes para ele, e que como o Sol está sempre in actu lucendi, assim Deus in actu intelligendi: De modo que este mesmo Texto derruba brevemente tudo o que o Antinomiano em tantas páginas se esforça para provar; e que a consideração do conhecimento eterno de Deus desta maneira é de uso proveitoso, aparece naquilo, quando o Apóstolo diz: "Não ignoreis esta única coisa."

Em sétimo lugar, se a visão de Deus sobre as coisas estivesse limitada, em nossa capacidade, apenas às coisas presentes, então todos os pecados passados dos homens ímpios, embora não arrependidos, Deus não os veria, porque não têm existência presente, e assim Deus não apenas não veria pecados nos piedosos, mas também não nos ímpios: todos os pecados passados de Judas e Caim, Deus não os viu no dia de sua morte, pois já haviam passado. Aqui haverá muito conforto para os incrédulos, assim como para os crentes.

Em oitavo lugar, se, portanto, Deus não vê uma coisa porque ela é passada, que necessidade tem o antinomiano de recorrer aos méritos de Cristo que tiram o pecado da vista de Deus? Pois isso se seguiria por consequência natural, porque o objeto é retirado. Tomemos seus próprios exemplos: Deus não vê agora o Dilúvio que afogou o mundo; a Lepra sobre Naamã; a ferida dos israelitas que está curada; por que assim? É necessário o sangue de Cristo para remover estas coisas? Não, segue-se naturalmente, porque os objetos são removidos e tirados; e assim seria aqui.

Em nono lugar, todos estes exemplos para Deus não ver, e contudo conhecer, são contrários à doutrina que eles sustentam. Deus não vê o Dilúvio que afogou o mundo, ele não vê a Lepra de Naamã, por que assim? Porque estas coisas não têm existência; mas aqui está a sua grande absurdidade, que eles sustentam que o pecado ainda tem uma existência objetiva em nós para o entendimento de Deus, e contudo ele não o vê. Eles deveriam ter exemplificado em algo que tem uma existência, e contudo, apesar de tudo, Deus não o vê. Se a Lepra de Naamã tivesse continuado sobre ele ainda, e contudo Deus não a visse, então teria sido para o propósito; pois eles concedem que nós temos verdadeiramente pecado em nós, e devemos julgar assim; contudo, embora tenha tal existência em nós, Deus não o vê.

Décimo, que teia de aranha vazia é esta distinção, mesmo para o propósito que eles a trazem? Oh, dizem eles, se Deus vê o pecado, ele é de uma natureza tão pura, que não pode deixar de estar horrivelmente e infinitamente descontente conosco: Aqueles (dizem eles) que sustentam que Deus vê o pecado nos crentes, não consideram quão repugnante, mesmo o menor pecado, é aos seus olhos. Mas isto consolará a minha consciência, se eles disserem ao mesmo tempo, embora Deus não o veja, contudo ele o conhece? Ai de mim, Deus é de uma natureza tão pura, que se ele conhecer apenas o menor pecado por mim, não pode deixar de estar infinitamente descontente com ele. De modo que vedes que esta distinção de forma alguma aliviará um crente no ponto da perturbação de sua consciência. E assim tenho me esforçado para quebrar o coração desta distinção falsa e ignorante.

LIÇÃO XII

Proposições mostrando até que ponto o conhecimento de Deus sobre o pecado, para puni-lo, está sujeito à mera Liberdade de sua Vontade.

HEB. 4:13.

"E não há criatura alguma encoberta diante dele;antes todas as coisas estão nuas e patentes aos olhos daquele com quem temos de tratar."

A segunda resposta dada pelos antinomianos a este argumento da onisciência de Deus é esta: Pois quando dizemos, quão fraco e absurdo é sustentar que Deus não vê aquilo que nós vemos? Eles respondem (Honey-Comb pág.61) "Aqui nós opomos o poder de Deus à sua vontade, pois ele vê todas as coisas, exceto aquilo que ele se compromete a abolir de sua própria vista, para que não o veja, de modo que por seu revestimento místico de nós com a justiça de seu Filho, ele o aboliu de sua própria vista, embora não da nossa."

Ora, dissemos-vos que esta resposta não deve ser universalmente desprezada, pois os nossos Teólogos, Pareus e outros (como mencionei antes) (sustentando que a remissão do pecado, embora seja a total supressão da culpa, contudo não é a plena erradicação e abolição da imundície, mas que esta ainda continua em nós) fazem esta objeção a si mesmos: Nada está oculto ou coberto aos olhos de Deus, se, portanto, o pecado está lá, Deus não pode deixar de vê-lo. A isto eles respondem, Deus vê tudo, exceto o que ele não quer ver, e essa é uma conhecida frase de Agostinho: Noluit advertere, noluit animadvertere, noluit agnoscere, maluit ignoscere, Deus não tomará conhecimento dos pecados das pessoas justificadas, ele não os punirá, ele prefere perdoá-los.

Parece então, por isto, que Deus não verá o pecado nos Crentes para condenação, mas o verá para castigo; mas se Cristo satisfez plenamente a ira de Deus, e é uma coisa meramente arbitrária em Deus, se ele castigará ou não, por que então a ira de Deus e seus castigos não deveriam ser removidos dos piedosos pela morte de Cristo, assim como sua justiça e punições? É, portanto, digno de investigação, até que ponto o conhecimento de Deus sobre o pecado, a ponto de castigá-lo ou puni-lo, está sujeito à mera liberdade de sua vontade: E ao responder a isto, não me estenderei tanto quanto esta questão me levaria, pois a discussão total dela em sua ampla extensão será quando falarmos da causa meritória da justificação contra os socinianos.

Para falar, portanto, de uma maneira mais restrita sobre este assunto: Considere estas Proposições, algumas das quais são fundamentos e alicerces, as outras alcançando mais imediatamente nosso escopo em questão.

Primeiro, há em Deus uma liberdade e livre-arbítrio, pela qual ele faz tudo o que lhe apraz, de modo que, como diz o Salmista: "Aquele que fez o olho para ver, não verá ele? Aquele que faz o homem conhecer, não conhecerá ele?" E assim, aquele que deu ao homem e aos anjos esta perfeição da liberdade, não será ele muito mais livre? Portanto, aqueles títulos de, αὐτεξούσιος, e, αὐτοκράτορος, que os Padres Gregos às vezes dão à vontade do homem, são demasiado orgulhosos e altivos, e pertencem mais propriamente a Deus.

De fato, na medida em que a liberdade é concebida nas criaturas como tendo alguma potencial, άδιαφορίαν, indiferença, ou, την ἐπ' ἄμφω ῥοπήν, uma suspensão a ser determinada por outro, nessa medida não devemos concebê-la em Deus; pois esta mutabilidade ou indeterminação Potencial, é uma imperfeição; e assim aquela mesma potestas peccandi, poder de pecar, que alguns tornam necessária à liberdade, e que chamam de perfeição (embora isso devesse ser concedido, o que não deve) contudo, nem isso poderia ser encontrado na liberdade de Deus, e não é de admirar, visto que não está na liberdade da vontade humana de Cristo, pois embora a obediência de Cristo fosse verdadeira e propriamente assim, estando sob um mandamento de Deus, contudo não apenas como ele era Deus, mas como ele era homem, ele era, ἀπείραζός, e, ἀναμάρτητος, impecável, ou livre da tentação do pecado.

Portanto, é blasfêmia detestável de Durand e outros Escolásticos, dizer que Cristo poderia ter pecado, lib. 3. Sentent. dist. 12. quae. 2, assim como dos Remonstrantes que dizem que Cristo, depois de ter assumido este Ofício de mediador, poderia tê-lo abandonado e desistido, mas disto mais em seu devido lugar; Deus, portanto, é um agente livre, Salmo 135:6. Ele fez tudo o que lhe aprouve no céu e na terra, de modo que ele não fez o mundo como o fogo queima, ou as abelhas fazem seus favos de mel, por uma necessidade natural, mas segundo o conselho de sua vontade; daí que todas as suas misericórdias espirituais nos são recomendadas, sob o título de graça. Não havia necessidade natural ou moral, obrigando Deus a nos eleger, a dar seu Filho por nós, ou a nos salvar, e de fato não poderia ser liberalidade, se não fosse de um libero, de alguém que é livre.

Prop. 2. De acordo com as diferentes descrições de liberdade e livre-arbítrio; assim, pode ser estendida mais ampla ou mais estritamente às ações de Deus. Aqueles que tornam a liberdade consistente com uma necessidade de imutabilidade, e não pensam que a indiferença seja necessária, mas apenas o conhecimento e o julgamento prévios, estendem-na até mesmo à bondade e santidade de Deus; assim, eles dizem que Deus é libere bonus, livremente bom, e ama a si mesmo livremente, assim eles fazem com que os anjos e santos confirmados amem a Deus livremente, embora necessariamente, assim nós pecamos livremente, embora necessariamente: Mas outros, que fazem um poder de fazer, ou não fazer, necessário para a liberdade, pensam que é uma espécie de blasfêmia dizer que Deus livremente quer aquilo que é bom: daí eles

fazem da liberdade não um atributo de sua natureza, como santidade, onipotência, etc., são, mas uma afetação de sua vontade apenas, e eles pensam que necessarium e contingens, sob os quais a liberdade é compreendida, são diferenças de ens em sua plena latitude, como finitum e infinitum; portanto, assim como a mesma coisa não pode ser finita e infinita, assim também não pode ser necessária e livre, mas isto é colocar a definição de liberdade em grilhões muito apertados, como no tempo pode ser mostrado.

Eu concordo com aqueles que pensam que a imutabilidade e a liberdade podem estar no mesmo ato, e que Deus ama a si mesmo livremente, embora imutavelmente; mas que a liberdade de suas ações para com as criaturas é com um poder de fazer de outra forma, se lhe aprouver. Há também outro tipo de liberdade mencionado pelos eruditos, que se opõe à servidão, e é o mesmo que sui juris; ora, Deus em todas as coisas é livre desta maneira: Ele não tem nenhuma lei imposta a si mesmo por qualquer outro, mas apenas o que ele prescreve a si mesmo, por isso ele trabalha; portanto, quando dizemos que é justo com Deus condenar um pecador impenitente, esta justiça não surge de nenhuma obrigação colocada sobre ele por outro, mas do que ele eternamente prescreveu a si mesmo.

Prop. 3. A onisciência de Deus, ou o seu mero ver e tomar conhecimento do pecado, quando este existe, não está sujeita à sua liberdade. Ele não pode deixar de ver tudo o que é, e também o que é possível ser, de modo que não podemos dizer propriamente que Deus vê todas as coisas porque ele quer vê-las; pois este é um atributo fundado na natureza de Deus; mas se tomarmos o conhecimento ou o ver pelos efeitos que os acompanham, como a Escritura na maior parte faz, porque Deus não é um espectador ocioso das coisas, mas sobre o seu ver, há ou cuidado e proteção, ou ira e punição, então, neste sentido, todos estes efeitos estão, em certo sentido, sujeitos à liberdade e ao livre-arbítrio de Deus.

Deus não pode deixar de ver o adultério de Davi, mas se ele o verá de modo a punir Davi por ele em sua própria pessoa, ou em Cristo; ou se ele o castigará neste momento, ou desta maneira; isso está meramente no bom prazer de Deus. Se, de fato, ele é livre para punir de todo, ou castigar de todo, vós ouvireis nas outras Proposições; tanto podemos concluir, que Deus não pode abolir o pecado de tal forma de sua vista, de modo que com seus olhos de onisciência ele não o contemple, quando ele está lá.

Prop. 4. No que diz respeito à liberdade e ao livre-arbítrio de Deus, há grande diferença entre os atributos de Deus, como também entre os exercícios e as ações deles. Há algumas propriedades que não requerem objeto para seu exercício, mas elas o criam; assim a onipotência de Deus, não encontra, mas cria seu objeto.

Novamente, há outras que, embora requeiram um objeto, contudo não requerem nenhuma condição ou circunstância nele; assim a sabedoria de Deus pode e ordena todo objeto, seja ele o que for, para um fim glorioso. Ele ordenou um mundo harmonioso a partir de um Caos, ele fez todas as coisas, qua omnipotence, como onipotente, e as ordenou todas qua sapiens, como um Deus sábio. Mas então há outros atributos, que embora essenciais a ele, contudo não podem ser exercidos, senão onde os objetos são assim e assim condicionados; como aquela misericórdia de Deus, pela qual ele perdoa os pecados, requer um objeto penitente e crente: assim aquela Justiça de Deus, pela qual ela é punitiva e vindicativa do pecado, requer um objeto, que é um pecador e impenitente.

Ora, nas ações sobre os objetos do primeiro tipo, Deus é totalmente livre, ele poderia ter criado o mundo, ou não o ter criado; mas nas ações do último tipo, embora ele também seja livre, contudo não a ponto de usar a Justiça, ou não a Justiça, quando há um objeto com sua devida condição. Como agora era livre para Deus, se ele faria o homem ou não, era livre para ele, se ele permitiria que o homem caísse ou não, mas quando caído, não era livre se ele seria justo ou não: Assim, Deus é livre, se ele procurará, ou preparará um objeto de justiça; mas então, quando ele preparou assim um objeto, então ele não está solto da obrigação da Justiça.

Procurar um objeto de Justiça surge da Soberania e da mera liberdade de Deus: Daí a permissão de Deus para o pecado, ou a reprovação negativa. As quais, sendo a preterição de alguns, não são atos de Justiça propriamente ditos; mas a condenação pelo pecado é verdadeira e propriamente Justiça. As primeiras surgem do supremo domínio e liberdade de Deus. Quando um Objeto de Justiça existe, há uma obrigação de executar o mesmo sobre ele, mas não quando um objeto de misericórdia existe, porque é necessário para a misericórdia que ela seja indebita, mas para a justiça, debita.

Não pretendo aqui me intrometer naquela Questão, se Deus absolutamente não poderia ter deixado o pecado impune, e ainda assim perdoá-lo, como vemos que os homens podem: (Isto é disputado até mesmo entre os Ortodoxos; alguns são a favor do Negativo, como Piscator, Lubertus, etc. Outros a favor do Afirmativo, como Davenant, Twist, etc. mas o lugar apropriado para isto será, quando falarmos da satisfação de Cristo) nem ainda com aquela outra dos Escolásticos, se Deus pode absolutamente aceitar um pecador para o perdão, e a vida eterna, embora ele não o regenere, ou santifique; estas devem ser tratadas em seu devido lugar. Vedes por isto entregue, até que ponto as ações da Justiça de Deus podem ser ditas serem livres, ou não livres.

Prop. *5.* O que quer que se possa dizer em sentido absoluto sobre a Justiça de Deus, contudo, desde que a ameaça foi promulgada ("No dia em que comeres, certamente morrerás"), Deus não pode, em Justiça, deixar de punir os pecadores. Embora esteja em sua liberdade se ele te dará um ser ou não,

contudo, se fores um pecador obstinado, não está em sua liberdade se ele te condenará ou não; de modo que, assim como Deus não pode deixar de amar aquela Imagem de sua santidade onde a vê, assim ele não pode deixar de odiar o contrário, onde quer que esteja, embora esse ódio não recaia sempre sobre a pessoa em quem está, porque removido por Cristo.

É opinião de Cameron que a palavra Justitia, δωκαιοσύνη, quando atribuída a Deus, significa sempre Bondade, Salvação, Redenção, mas nunca na Escritura (diz ele) denota uma afeição em Deus, pela qual ele se vinga dos pecadores; mas que as palavras Ira e Judicium, Ira e Juízo expressam isto; Mas embora a palavra signifique assim às vezes, contudo em alguns lugares ela deve necessariamente significar esta disposição em Deus, Salmo 9:5, 1 Timóteo 4:8, 2 Tessalonicenses 1:6, de modo que, em certo sentido, podemos com vários homens Ortodoxos, dizer, a Justiça é essencial a Deus. O pecado não é, de fato, Fisicamente contrário a Deus, como a água é ao fogo, pois se assim fosse, Deus não permitiria que existisse, porque ele é um bem infinito; como se houvesse fogo ou luz infinitos, não poderia haver água ou escuridão; mas é moralmente contrário a ele, Habacuque 1.

"Tu és de olhos mais puros do que para contemplar a iniquidade"; mesmo os pecados contra qualquer mandamento positivo de Deus, que são pecados apenas porque proibidos, eles estão até este ponto contra a sua natureza, e não apenas a sua vontade; porque é contra a sua natureza, ter a sua vontade e mandamentos desobedecidos em qualquer coisa, sendo ele o supremo e santíssimo Legislador. Se Deus punisse o pecado apenas porque ele quer, e não porque ele é essencialmente justo, nenhuma causa verdadeira poderia ser dada, por que os pagãos deveriam ter terror em suas consciências após os pecados cometidos, visto que a Palavra não lhes é revelada, declarando a vontade de Deus: e quando a Escritura fala de Deus punindo os pecados, ela não o atribui à mera vontade de Deus, porque ele o fará, mas à sua Justiça, Apocalipse 16:5,7. Assim, em Êxodo 24, Deus é descrito por esta propriedade, "Não inocentando o culpado".

Ora, quando dizemos que Deus não pode deixar de punir o pecado com a morte desde a promulgação da ameaça, isso não deve ser entendido como se somente então o vínculo e a obrigação da Justiça viessem sobre Deus, mas que foi desde a eternidade: pois, assim como Deus revelou esta ameaça no tempo, assim ele quis esta ameaça desde toda a eternidade; e, portanto, desde toda a eternidade era justo com Deus punir um pecador, nem poderia ele perdoá-lo sem uma satisfação. Isto deve ser diligentemente observado, porque os homens falam às vezes como se a Justiça vindicativa fosse devida somente quando a ameaça real existia; ao passo que as execuções de Deus no tempo são como seus decretos foram desde a eternidade; e, na verdade, não deveríamos dar lugar a tais Disputas, se Deus poderia ter perdoado absolutamente, ou provido qualquer

outra maneira e remédio, quando vemos Deus se fixando nisto, e a Escritura apenas revelando isto.

Daí a Escritura nos ordena a evitar os pecados, não meramente por causa de sua vontade apenas, mas porque ele é santo em sua natureza, Levítico 11:44, Josué 24:19. É verdade que o ódio e o desprazer de Deus pelo pecado não podem deixar de existir, contudo a destinação dele para a punição vem em certo sentido sob sua liberdade.

Prop. 6. Embora Deus não possa deixar de tomar conhecimento do pecado, a ponto de puni-lo, contudo está sob sua liberdade, se ele o punirá em suas próprias pessoas ou em um fiador; e por este meio a sabedoria de Deus encontrou um excelente temperamento de Justiça e Misericórdia, de modo que uma não se opõe à outra; não obstante a justiça de Deus, contudo seu amor e sabedoria o levaram àquele remédio, que nem homens nem anjos poderiam ter excogitado; de modo que Deus não deixa o pecado impune, apenas ele provê um Carneiro para ser sacrificado por Isaque, um Mediador para se interpor entre sua ira e nós. É verdade, a razão (como vemos) muito contradiz este mistério; mas podemos dizer, mulier ista taceat, que esta mulher se cale na Igreja de Deus: Portanto, embora Deus não possa deixar de executar a justiça sobre os pecadores, contudo sua justiça admitiu um temperamento, pelo qual Deus procede a ver os pecados de seu povo, a odiá-los, mas a puni-los sobre Cristo.

Prop. 7. Há uma grande diferença entre a Justiça, como ela é uma propriedade essencial em Deus, ad intra, e entre os efeitos dela, ad extra. Estes últimos estão muito sob a liberdade e o livre-arbítrio de Deus; o que aparece na variedade de seus juízos sobre os homens ímpios, alguns sendo consumidos de uma maneira, e outros de outra, de modo que está meramente ao seu prazer, se ele suscitará mais ou menos ira, Salmo 2, ali se fala de uma pequena ira sua: mas vós podeis ler uma expressão notável, Salmo 78:38. "Ele desviou a sua ira deles e não suscitou toda a sua ira." Aqui vós vedes a ira de Deus sujeita ao seu livre-arbítrio.

Se os efeitos da justiça de Deus fluíssem dele como a queima do fogo, ou o afogamento da água, o mundo inteiro não seria capaz de suportar diante dele, que é um fogo consumidor. Como poderia acontecer que os ímpios transbordassem de prosperidade neste mundo, se Deus necessariamente punisse e destruísse, que são efeitos de sua Justiça? De modo que há uma grande diferença entre a Justiça tomada como um atributo, e a Justiça pelos efeitos; Deus não pode deixar de ser sempre justo no primeiro, ao passo que há uma liberdade no último. Como no homem, o poder de rir é uma propriedade essencial nele, contudo o ato de rir surge em alguma medida da liberdade de sua vontade. Daí que a Justiça essencial de Deus não recebe mais ou menos, mas os efeitos de sua Justiça podem ser mais ou menos: se muitos homens estão no mesmo pecado, e Deus pune alguns deles com um juízo temporal notável, não

podemos dizer que Deus age mais justamente com estes do que com os outros; contudo podemos dizer que os efeitos de sua Justiça são maiores sobre alguns do que sobre outros.

Prop. 8. Cristo satisfez a Deus como um Juiz justo, não como um Pai provocado, e por este meio, embora as punições sejam retiradas, contudo as aflições pelo pecado não o são; e isto responde diretamente a toda a Questão, ao passo que se pergunta, visto que Cristo reconciliou plenamente Deus conosco, e assim todas as punições são retiradas, por que não também todas as aflições? Se ele removeu as maiores, ele se importará com as menores? A resposta reside plenamente nisto, Cristo por seu sangue e satisfação se comprometeu a que a justiça de Deus nunca caísse sobre nós para nos punir, não que ele nunca devesse se irar conosco como um Pai, para nos castigar.

Por esta redenção, é vontade de Cristo que Deus não, como um Juiz justo, exija compensação de nós; não que, como um Pai provocado, ele não nos açoite por nossos pecados quando cometidos. A razão é clara, porque a ira paternal é um efeito do amor; mas a punição, o fruto do ódio. E assim agora vedes, por que Deus não verá o pecado para condenação, porque Cristo compensou isso; contudo ele o verá nos crentes para castigo irado, porque Cristo não interpôs ali: não é, portanto, nenhuma derrogação à morte de Cristo, nenhuma injúria a seus sofrimentos, se não obstante eles, Deus aflige pelo pecado, mesmo seus próprios filhos.

Prop. 9. Por causa desta ira de Deus contra o pecado, ainda permanecendo, aquelas aflições que vêm sobre os crentes, são de uma conveniência com a justiça de Deus. Embora não possamos dizer rigidamente, que se Deus não castigasse os crentes por seus pecados, ele seria injusto; contudo podemos dizer, que sua aflição deles, é condizente com sua Justiça, em parte, porque ele prescreveu esta lei para si mesmo, 1 Samuel 7:14. Assim como para os homens ímpios sobre seu pecado obstinado, puni-los, assim sobre os seus próprios, se ofenderem, castigá-los; e em parte, afligindo seu povo por seu pecado, ele demonstra o ódio a ele para o mundo.

Embora, portanto, Deus nem sempre castigue todo homem piedoso, mas às vezes, por seu arrependimento, esses mesmos castigos são prevenidos ou removidos, contudo, quando Deus irrompe assim em sua ira contra eles, isto é condizente com sua natureza justa, e o mundo, por meio disso, vê como ele se desagrada com isso. Um dos Artigos que Armínio relata, como apresentados contra ele, foi, que ele deveria sustentar que as aflições temporais dos crentes não eram castigos, mas punições, propriamente ditas. A isto ele responde, pág. 103. Resp. ad Artic. 31. Que as calamidades infligidas a Davi por seu pecado, na questão de Urias, podem ser chamadas de punições propriamente; e que o Texto parece ser melhor explicado assim, e ainda assim, com tudo isso, não haverá nenhum favor à opinião Papista: pois ele concede, Que Cristo satisfez

tanto pelas punições eternas quanto pelas temporais, mas ainda assim Deus, quando retira a punição espiritual, pode por um tempo reservar a temporal, como se Cristo tivesse tirado o *jus*, o poder e o direito que a morte tem sobre nós, contudo ele não destruiu completamente a morte real: mas tudo isso é uma mera comichão, para inovar desnecessariamente na Religião; pois se Cristo satisfez pela morte temporal, então, embora não seja removida imediatamente, contudo não pode permanecer como uma punição estritamente.

LIÇÃO XIII

Mostrando que os Pecados são Dívidas.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores."

Este Texto será o último (porque o mais nobre) para provar que Deus vê o pecado naqueles que são crentes; pois, se eles são obrigados a orar para que Deus lhes perdoe as suas dívidas, portanto, eles estão envolvidos em dívidas, e em profunda humildade devem reconhecer isso, desejando ao mesmo tempo o cancelamento ou o apagamento delas; de modo que, assim como a Igreja antigamente usava este lugar contra aquelas Doutrinas Pelagianas, que sonhavam com uma perfeição nesta vida e imunidade de todo pecado, não menos ele derruba aquelas novas Asserções, de estar sem pecado (embora não inerentemente) mas aos olhos e conta de Deus. O que Tertuliano disse da Oração do Senhor em geral, é muito verdadeiro desta Petição: Quantum substringitur verbis, tantum diffunditur sensibus, é tão abrangente em sentido, quanto restrita em palavras, assim nesta Petição, tendes poucas folhas de palavras, mas muito fruto de matéria; é como a semente de mostarda de Cristo, que, pelo manejo de um bom Intérprete, se tornará uma árvore alta. As coisas materiais que pertencem à remissão dos pecados, eu as incluirei como pertinentes ao meu propósito.

Nas palavras tendes a Petição em si, "Perdoa". Em segundo lugar, o Sujeito, "Nós", Discípulos e Crentes. Aquele que se julga sem pecado, esse mesmo pensamento é um pecado nele. Em terceiro lugar, o Objeto ou Matéria da Petição, "Nossas dívidas" (isto é), como Lucas 11 expõe, "pecados". Em quarto lugar, a Condição ou Qualificação daqueles que devem esperar o perdão ("Assim como nós perdoamos aos nossos Devedores"), palavras que não devem ser entendidas causal e meritoriamente da Justificação, nem como se por meio delas ensinássemos a Deus a nos imitar: Portanto, aquelas expressões dos Antigos, insinuando que em outras coisas nós imitamos a Deus, mas aqui Deus nos imita, não são rigidamente justificáveis. Cassiano, Collat. 9. cap. 23, reprova alguns que não perdoariam os outros, mas para não mentirem em sua oração, omitiriam esta parte da Petição: Mas nosso Salvador faz desta uma qualificação necessária para a remissão do pecado, quer a expressemos ou não.

Por fim, há a Partícula de ordem, "E"; de modo que a própria conexão dela com a Petição pelo pão de cada dia, nos ensina; primeiro, que nossos corações não devem demorar-se muito em oração por coisas temporais, mas prontamente retornar às espirituais: Como algumas Aves do ar, que subitamente apanham sua presa do chão, mas não ousam permanecer, para não serem enredadas; assim

devemos fazer em nossas afeições sobre as coisas celestiais: muitas vezes a Abelha se afoga em seu próprio mel. Daí temos apenas uma Petição por coisas terrenas, e duas por coisas espirituais, pertencentes a nós mesmos; esta, e a Petição seguinte; Nesta oramos pela remissão do pecado; na seguinte pela santificação; que são a suma da nova Aliança. Além disso, esta ordem bem nos ensina, Que embora tenhamos todas as necessidades corporais, contudo, se nossos pecados não são perdoados, não podemos ter nenhum deleite em qualquer vantagem mundana que seja.

Começarei com o Objeto da Petição, que no Texto é "Dívidas". Os pecados são assim chamados para agravar a sua natureza, e nos tornar mais temerosos e cautelosos de como neles incorremos. Como Salomão fala da Fiança por outro, "Livra-te como a veloz Corça"; o mesmo é muito mais a ser aplicado aos nossos pecados, que são dívidas de uma natureza mais terrível. Ora, quando os pecados são chamados de Dívidas, ou se diz que são perdoados, é uma Metáfora de Dívidas pecuniárias, como se dizia que o Devedor luere quando pagava o seu dinheiro; e é geralmente usado para qualquer um que seja passível de punição; assim os Gregos dizem, ὀφείλειν δίκην, e os Latinos, Poenas debere. Assim, a palavra hebraica é usada tanto para Dívidas quanto para Culpa, Daniel 1:10, Ezequiel 18:7, como também para Pecado, Êxodo 32, e, ἔνοχος, que é aplicado a um Pecador, Tiago 2:20, também é frequentemente usado para Punições, como Mateus 5:21,22.

A Observação: Os pecados são Dívidas. Isto é excelentemente descrito, Mateus 18:24, onde os nossos pecados contra Deus não são apenas comparados a uma Dívida, mas a uma dívida de uma vasta soma, dez mil talentos, que não há esperança para nós de jamais saldarmos, de modo que a agravação de um pecado reside nisto, que é contra Deus; portanto, observai, que a ofensa que o homem comete contra o homem, é comparada a apenas cem denários, mas a que nós cometemos contra Deus a dez mil talentos. Ó que os homens, portanto, que consideram tal miséria e escravidão estar em dívidas de dinheiro, lamentassem a sua condição de dívidas de pecado. Assim como os pecados são dívidas, assim se diz que Deus tem um livro de dívidas, no qual ele escreve todas as nossas transgressões: daí a frase de apagá-las, e de cancelar a cédula que é contra nós.

Esta cédula na Escritura deveria tanto nos apavorar e espantar, como aquela na parede apavorou Belsazar. Assim a frase, μὴ λογίζεσθαι, não contar ou imputar, é tirada de contas em dívidas. Mas para abrir o Ponto:

1. Consideremos, O que no pecado é uma Dívida. E,
2. Por que os pecados são chamados de Dívidas.

No pecado há a obliquidade e dissonância da Lei de Deus; e isto não é chamado de Dívida, pois não devemos isto a Deus, mas o contrário, obediência e

santidade. No pecado há uma culpa e obrigação à punição eterna, e isto é propriamente uma Dívida; mas ainda nesta Petição não devemos limitá-la apenas ao último aspecto, mas incluir tanto a deformidade quanto o demérito do pecado, para que Deus perdoe ambos. O que no pecado denomina um pecador, será a seu tempo discutido.

Em segundo lugar, considerai por que são chamados de dívidas, e isso pode ser nestes aspectos.

Primeiro, porque com o nosso pecado, devemos a Deus a sua honra, a sua glória, sim, a sua própria divindade novamente, a qual, tanto quanto está em nós, nós, por transgressões, tiramos. Omne peccatum, est quasi deicidium, dizem as Escolas. Todo pecado, por assim dizer, priva Deus (tanto quanto está em um pecador) de sua Divindade e bem-aventurança; de modo que se Deus fosse capaz de miséria e dor, teus pecados as trariam sobre ele. Daí aquelas expressões de ser pressionado por nossos pecados como um carro está sob os feixes, Amós 2:13. E o profeta Ezequiel deitado tantos dias de um lado, e depois do outro, para sua grande dor e problema, foi, como alguns pensam, para representar o quanto Deus era afetado com os pecados dos israelitas, e quão grande era sua paciência para suportá-los por tanto tempo. Se, então, eles disseram a Davi: "Tu vales dez mil de nós": quanto mais podemos dizer a Deus: "Tua honra, tua glória, vale dez mil milhares de nós"? É mais apropriado para nós sermos condenados ou aniquilados, do que o menor vislumbre de sua glória ser obscurecido. Pois esta é uma dívida tal no pecado, que nunca somos capazes de reparar novamente. Se um camponês humilde difamasse um grande Rei, e o injuriasse, ele nunca seria capaz de fazer satisfação em termos de honra a ele; quanto mais isso é verdade de nós, visto que não há proporção entre o que é finito e o infinito?

Em segundo lugar, ele é devedor à Justiça de Deus para satisfazê-la: e por meio disto é que Cristo se deu como preço por nossos pecados, e reconciliou Deus conosco: pois não estávamos na condição de dizer com o servo da Parábola, Mateus 18. "Tem paciência e eu te pagarei tudo o que devo". Têm pensamentos baixos e estreitos sobre o pecado, aqueles que pensam que qualquer humilhação externa ou interna pelo pecado pode ser satisfatória para a Justiça de Deus. Daí os piedosos não (como os Antinomianos os acusam) colocam qualquer eficácia meritória e causalidade nelas. Eles não atribuem às suas lágrimas, o que pertence ao sangue de Cristo; eles não julgam o seu crucificar do pecado como equivalente a Cristo crucificado; eles não fazem na prática o que alguns fizeram em opinião, dizerem que são o Messias ou Cristo: e certamente se o Salmista diz que não podemos resgatar a nós mesmos da sepultura, muito menos podemos do inferno.

Ora, esta dívida da Justiça de Deus está em cada pecado, no menor pensamento ou palavra ociosa: podemos dizer de cada pecado perdoado, aqui está o preço

do sangue, mesmo do sangue de Cristo. Em terceiro lugar, não sendo capazes de satisfazer a justiça de Deus, em seguida, nós, pelo pecado, nos tornamos devedores do castigo eterno no inferno; de modo que, assim como o assassino ou a pessoa flagiciosa por seus crimes se torna devedora das penas capitais a serem infligidas por uma Lei, assim um pecador se torna devedor das punições da Escritura ameaçadas na palavra, de modo que o inferno e a danação são o salário próprio que lhe é devido.

Oh, quão caro cada pecado prazeroso ou proveitoso te custa? Tu deves a condenação eterna por ele. Crisóstomo, em seu tempo, queixou-se de alguns que diziam: "Dá-me o que é doce, και ἀποπνιγέτω, e que me sufoque": assim fazem todos os pecadores: "Dá-me aquele lucro e prazer pecaminoso, embora eu esteja obrigado à ira eterna por isso". Ambrósio pensava que os homens ímpios eram chamados devedores, porque o diabo lhes empresta suas concupiscências e pecados como tanto dinheiro, pelo qual ele exigirá o tormento eterno como a usura deles. Seja o que for, certamente esta noção dos pecados serem dívidas deveria muito te afetar e perturbar. Teus pecados são dívidas piores do que quaisquer outras que deves.

Quarto, no pecado nos tornamos devedores por este meio: Todo o bem que temos, seja natural ou sobrenatural, nos é confiado como tantos talentos, e por abusar deles, ou não os desenvolver, nos tornamos devedores a Deus. Tendes uma parábola completa para este propósito, em Mateus 25. Onde tendes cada oportunidade, mesmo a menor, que Deus coloca em nossas mãos, comparada a um talento, e isso pela grandeza e preciosidade dela, e um homem pode ser responsável perante Deus, seja propter damnum emergens, pela perda que advém ao nosso mestre nisso, ou por lucrum cessans, a própria cessação do ganho. Como aquele servo que escondeu seu talento num guardanapo, e o devolveu seguro novamente, embora não fosse culpado de nenhuma decocção pródiga dele, contudo é chamado de servo mau e inútil. Ora, porque todos os nossos talentos são muitos, daí nossas dívidas se elevam a uma soma infinita: ninguém é tão endividado como aqueles que têm grande riqueza, grandes talentos, Sicut crescunt dona, sic crescunt rationes donorum, Quanto mais misericórdias, maior a conta a ser prestada. Esta consideração pode nos humilhar profundamente.

Assim como nossos pecados são dívidas, assim temos todos naturalmente as más propriedades e os maus costumes dos maus devedores.

1. Somos muito relutantes em ser chamados a prestar contas; não gostamos de ouvir falar do dia do juízo; não gostamos que os Ministros de Deus nos falem de nossas contas e cédulas que estão contra nós. Daí alguns observam aquela expressão, Mateus 18:24. Quando o Mestre começou a ajustar contas, diz-se: "Foi-lhe apresentado um que devia dez mil talentos", como se fosse à força; e ele foi arrastado até seu mestre. Que

espanto e assombro aquela voz do céu nos causará: "Presta contas da tua mordomia", a menos que Cristo seja nosso fiador, e ele se encarregue de saldar tudo? De modo que a própria palavra "dívidas" pode gerar em nós muito amor a Cristo, que esteve disposto a se comprometer por nós.

Fócion, o ateniense, chegando a um oficial público que estava muito solícito em prestar suas contas, disse: "E eu estou solícito em como não prestar conta alguma". Assim, se fosse possível, todo homem seria estudioso em como evitar aquele dia de contas: quão alegremente ele gostaria que a sepultura o detivesse ali para sempre?

2. Estar cheio de vergonha e medo: Assim são os homens endividados, desejosos de se esconderem e não serem vistos. Grave vocabulum debitorum, disse Ambrósio, "O nome de dívidas é muito terrível e temível". Daí Ambrósio fala de alguns que, pela vergonha e angústia disso, se mataram, temendo mais o opprobrium vitae do que o mortis periculum, a reprovação da vida, do que o castigo da morte. Soudas fala de um Provérbio em lit. A. Ἅπαξ πυρρός και δέκατον χλωρός, "Uma vez vermelho de vergonha na hora de pegar emprestado, e depois dez vezes pálido de medo de pagar". Canis latrat, & cor tuum palpitat, Ambrósio. de Tob. cap. 7. "O cão apenas ladra, e teu coração teme uma Prisão": e se os homens ficaram tão perplexos com dívidas mundanas, quando ainda a morte finalmente os libertaria, quanto mais os homens podem ter medo destas dívidas espirituais?

Havia um certo Romano que morreu com uma vasta soma de dívidas, que em vida ele ocultou, e após sua morte, quando seus bens deviam ser vendidos, Augusto, o Imperador, mandou comprar o travesseiro sobre o qual ele se deitava, porque, diz ele, "espero que isso me faça dormir, sobre o qual um homem tão endividado podia descansar". É muito que nós, que temos tantas dívidas espirituais, possamos dormir, ou comer, ou beber, até que as vejamos saldadas por Cristo. Oh, que todo homem natural não devesse, como Caim, temer que tudo o condenasse!

3. Adiar e procrastinar, estar em contínuos atrasos, e se assim for, não se preocupar mais. Este é um costume em dívidas mundanas, se os homens podem se esquivar de uma forma ou de outra, não se importam: daí Horácio chama o devedor ímpio, Sceleratus Proteus, fiet aper, modo avis, modo saxum, & cum volet arbor, assume todas as formas, para escapar do Credor, e assim é nas dívidas espirituais. Quão relutantes em reconhecer nossas dívidas, em confessá-las a Deus?

Eu olho para todas as Doutrinas Pelagianas de um lado, e as opiniões Antinomianas do outro, que ou não fariam nenhum pecado em nós, ou pelo menos não seriam notadas por Deus, senão como tantos enganos de um coração

culpado, que não está disposto a ser encontrado devedor diante de Deus. Cum delationem impetraveris, gaudes, disse Ambrósio de um devedor: "Se os homens podem apenas adiar, eles se alegram". E não somos todos nós assim naturalmente afetados, se podemos de dia em dia obter um conforto mundano após o outro, e assim sermos capazes de nos sustentar, pensamos que tudo está bem: οὐδέν δυσχερέπατον τοῦ ἀκοῦσαι ἀπόδος, "nada é mais problemático do que ouvir: 'Paga o que deves'": não te agrades, portanto, com atrasos e desculpas, para que não morras na tua miséria.

4. Odiar aqueles a quem estamos endividados: Leve aes alienum debitorem facit, grave inimicum; Um pouco de dinheiro emprestado faz de um homem um devedor, mas muito o torna um inimigo; e assim, quanto mais devem, mais odeiam: οἱ ὀφείλοντες βούλονται μὴ εἶναι οἷς ὀφείλουσι, disse Aristóteles, "Os devedores desejam que seus Credores não existam", tal é o ódio que surge disso: e isso é mais eminentemente verdadeiro nos homens ímpios. Eles odeiam a Deus porque o temem como um Juiz justo, que exigirá severamente até o último centavo: Confortável, portanto, é esta direção, de orar nesta Petição, pois por meio dela se supõe que Deus é propício e pronto para nos libertar; podemos ter um Jubileu todos os dias; Nenhum demônio tem qualquer mandado para dizer: "Perdoa-nos os nossos pecados", Deus os lançou nas trevas exteriores, e os amarrou em cadeias perpétuas por suas dívidas, mas ele está pronto para nos perdoar.

Assim como, portanto, lemos de Davi, que homens endividados e em apuros o seguiram, esperando assim serem libertos das mãos de seus credores, assim sigamos a Cristo, que somente é capaz de tirar de nós este pesado fardo, e sabei que quanto mais tempo permanecermos em nossas dívidas, mais elas aumentarão sobre nós.

Ora, em dois aspectos as dívidas espirituais excedem as dívidas mundanas.

1. No perigo do não pagamento: Suponhamos as mais altas punições que lemos nas Histórias contra devedores pérfidos, ainda assim isso não se equipara à punição de nossas dívidas espirituais. Em algumas Leis eles eram obrigados a vender seus filhos, sim, a si mesmos para se tornarem escravos, Êxodo 21:7, Êxodo 22:2, 2 Reis 4:1. Assim Deus ordenou nas Leis Judaicas. Isto era muito miserável, ter filhos vendidos pelas dívidas dos pais. Valentiniano, o Imperador, queria que tais fossem condenados à morte por não serem capazes de pagar suas dívidas; mas acima de tudo, aquela Lei nas 12 Tábuas, que quem estivesse em dívida, os Credores poderiam pegá-lo, e fazê-lo ser cortado vivo em tantos pedaços quantos os Credores quisessem. Esta crueldade, diz Tertuliano, foi depois apagada por consentimento público, Suffudere maluit homini sanguinem, quam effundere: mas, o que é isto em comparação com Mateus 18:30? "Seu

senhor se irou, e o entregou aos atormentadores, até que ele pagasse tudo o que era devido". Assim, então, correntes e prisões são o pior das dívidas mundanas, mas a ira eterna de Deus recai sobre os devedores espirituais.

2. Na impossibilidade de escapar desta punição. Nestas dívidas, a morte libertará um homem: mas então é o começo de nossa miséria por dívidas espirituais. Assim, Mateus 5:26. "De modo algum sairás dali, até que pagues o último centavo"; e porque nunca somos capazes de fazer isso, portanto nossa condenação deve ser eterna. Temos pena dos prisioneiros endividados que de suas grades gritam: "Pão, pão"; mas quão mais doloroso é aquele clamor do rico do inferno por uma gota de água, e ninguém lhe dá? Esta é alguma consideração mitigadora para os piores problemas aqui, que eles não são eternos; e é a agravação do menor no inferno, que eles são eternos.

Portanto, no fato de a Escritura chamar nossos pecados por estes nomes, e termos um monte inumerável deles, lamentemos sob o peso deles, e choremos seu fardo, e isto deve ser feito com toda a pressa, não sabendo quão cedo a justiça pode nos pegar pela garganta, dizendo: "Paga o que deves".

O uso pode ser de instrução para os piedosos, que não obstante sua Justificação e perdão dos pecados passados, ainda assim eles contraem dívidas diariamente, e tais dívidas, que para o perdão delas, devem renovar diariamente a dor e a confissão, como também solicitar contínuo perdão: pois certamente nosso Salvador não nos instruiu a dizer esta Petição, humiliter apenas, por causa da humildade, como alguns antigamente pensavam; mas também veraciter verdadeiramente, e se é verdade, então não estamos de uma maneira fria e costumeira de mornidão a suplicar este perdão, mas com o mesmo profundo senso, conflito e agonia de espírito, como vemos malfeitores importunarem o Juiz por um perdão.

Ora, se houvesse um malfeitor que pensasse que o Juiz não via crimes, nem matéria de morte nele; mas, pelo contrário, que ele era totalmente justo e livre, como poderia este homem com qualquer remorso profundo e reconhecimento lamentar-se? De modo que esta Petição contém excelente Doutrina, bem como prática. Tertuliano chamou a Oração do Senhor, Breviarum Evangelij, um breviário ou resumo do Evangelho, pois legem credendi, add & operandi, lex statuit supplicandi, disse outro, "A Lei ou Regra de Oração, ensina a regra de fé e prática"; e isto é muito verdadeiro nesta Petição, que ensina tanto Doutrina quanto Prática contra os Antinomianos: É verdade, eles fazem glosas sobre este Texto, mas tão amaldiçoadas que o corrompem totalmente; não penseis, portanto, que a Justificação vos dá tal quietus est que novos pecados diariamente cometidos por vós não devam ser matéria de humilhação ou confissão; certamente o mandamento de nosso Salvador é que desejemos este perdão, tão frequentemente quanto o nosso pão de cada dia.

LIÇÃO XIV

Que as pessoas Justificadas devem orar pelo Perdão do pecado em um sentido próprio, e não apenas pelo senso de perdão: Com o significado da Petição, Perdoa-nos, etc.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores."

Já consideramos o objeto nesta Petição, a saber, os pecados, que de acordo com o idiotismo siríaco são chamados de dívidas, assim como as esmolas são chamadas de justiça, v. 1, em um hebraísmo. A próxima coisa a ser tratada é a Petição em si, "perdoa-nos", ἀφές: esta palavra é mais comumente usada pelos Apóstolos para significar o perdão dos pecados; eles a usam cerca de vinte e sete vezes; mas mais sobre isso quando mostrarmos o que é a remissão dos pecados. O trabalho que tenho por ora a fazer é mostrar quão abrangente é esta Petição, e o que pedimos nela. Belarmino, opondo-se à Doutrina dos Protestantes, que sustentam uma fé especial e peculiar, apropriando-se do perdão do pecado, confundindo a questão, como se mantivéssemos que a fé justificadora é aquela pela qual cremos que nossos pecados nos são certamente perdoados em Cristo, lança sobre nós este absurdo, lib. 1. de Just. c. 10. Que nós removemos esta Petição na Oração do Senhor.

Pois diz ele: "Se sou obrigado a crer certamente que meus pecados já estão perdoados, seria tão absurdo orar para que Deus nos perdoasse nossos pecados, quanto orar para que Cristo se encarnasse, visto que cremos que ele já se encarnou". E l. 4. de notis ecclesiae. c. 11. ele torna esta opinião dos Protestantes, de que somos justos diante de Deus por causa de Cristo, e o crer nisto com uma fé especial, comparável a qualquer Paradoxo no mundo, como não sendo acima ou além, mas claramente contrária a toda razão, e como aquilo que torna impossível para nós dizer: "Perdoa-nos os nossos pecados", a menos que mintamos.

É verdade, segundo a Teologia Antinomiana, que diz não haver agora pecado na Igreja, esta Oração não nos pertence mais do que aos Anjos no céu: portanto, o Antinomiano não faz com que o significado desta Oração seja como se orássemos pelo perdão que não tínhamos antes, mas apenas por uma segurança mais plena e rica dele. Honey-Comb, p.156. Mas o que se segue mostrará a falsidade de ambas estas asserções.

Obser. É dever das pessoas justificadas orar pelo perdão de seus pecados. Para entender isto, mostraremos, primeiro, qual é o significado expresso desta Petição, e então qual é o seu sentido implícito.

Em primeiro lugar, o nosso significado nesta Petição é que Deus não exija de nós o pagamento e a satisfação da sua justiça pelos nossos pecados. Temos uma Parábola, Lucas 16:8, de um Administrador infiel, que chamou os devedores do seu Senhor, e disse àquele que devia cem medidas de azeite, para anotar cinquenta: mas se Deus condescendesse assim conosco, em vez de milhões de pecados que devemos, para anotar apenas cem, sim, se descêssemos tão baixo no número de pecados, como Abraão em seus justos, ainda assim isso não nos valeria. Sim, enquanto houver apenas um ceitil, o menor pecado não pago, enquanto isso somos incapazes de prestar contas a Deus. Nós, portanto, desejamos de Deus, que ele não nos chame a pagar pelo menor pensamento vão, ou palavra ociosa, muito menos por aqueles pecados mais graves que cometemos.

Como é, "Não a nós, Senhor, não a nós, seja dada a glória": assim, "Não de nós, Senhor, não de nós, seja satisfeita a tua justiça". 2. Oramos para que Deus lance nossos pecados sobre Cristo, e aceite a satisfação nele e por meio dele; pois, visto que Deus declarou sua vontade, de que o homem morrerá pelo pecado; se orássemos para que Deus perdoasse absolutamente nossos pecados, seria orar para que ele fosse injusto. Há uma dupla diferença entre o perdão de Deus de nossos pecados, e o nosso perdão dos outros.

Primeiro, nós podemos e devemos, em alguns casos, perdoar os outros livremente, sem qualquer satisfação, mas Deus se obrigou a um outro caminho. Contudo, a graça de Deus deve ser muito magnificada e exaltada no perdão, como mostraremos contra o sociniano. Novamente, em segundo lugar, podemos e devemos perdoar os outros, embora não se arrependam e não nos peçam perdão; mas Deus declarou sua vontade de outra forma: não oramos, portanto, para que Deus, por uma soberania e domínio absolutos, remita nossos pecados; mas que ele os conte sobre Cristo, e o tome por nosso fiador.

Assim como a mulher do Profeta que morreu em dívida, foi maravilhosamente socorrida pelo azeite do Profeta, de modo que pôde satisfazer todos os seus credores; não menos vantajoso é o sangue de Cristo para nós, pelo qual a justiça de Deus é aplacada para conosco. Portanto, nesta oração, assim podemos argumentar: Ó Senhor, não te pedimos que revogues qualquer ameaça, que anules tua palavra, que te tornes injusto; mas tua sabedoria encontrou um caminho para que sejamos perdoados, e tu satisfeito. Tampouco será injúria a Cristo, lançar os pecados sobre ele, embora inocente, pois isto ele voluntariamente assumiu, e ele não foi feito Fiador ou Mediador contra sua vontade, nem no meio de todas as suas agonias e tribulações com as quais lutou, ele se arrependeu de sua fiança, ou desejou abandoná-la.

de modo que mais se requer para tornar esta Petição boa e possível, do que se requereu para fazer o mundo no princípio, pois ali custou a Cristo apenas uma

palavra: "Haja luz", e houve luz, mas não é assim aqui: "Haja perdão", e haverá perdão: além do falar de Cristo, deve haver o seu fazer e sofrer.

3. Assim como oramos por Justificação, também oramos pela continuação e preservação nela. Assim como oramos pelo pão de cada dia, embora nosso estoque esteja cheio; assim, embora nossa Justificação seja segura e perseverante, contudo, pela oração, devemos ser preservados nela. Um conhecimento certo e fé em uma coisa não elimina as orações; sabemos com certeza que Deus reunirá uma Igreja e a preservará até o fim do mundo; contudo oramos: "Venha o teu Reino". Paulo sabia, Atos 27:24, que ninguém no navio com ele pereceria, porque Deus lhe dera suas vidas, contudo ninguém pode duvidar que ele orou pela preservação deles, assim como usou outros meios.

Como quer que seja agora, os pecados graves cometidos por um Davi ou um Pedro, podem se apegar a eles, como a Víbora na mão de Paulo, contudo, pela graça de Deus, eles não serão capazes de despojá-los do favor de Deus, mas finalmente seu arrependimento reviverá, e assim eles obterão um perdão; e certamente o poder e a graça de Deus não são menos vistos em nos preservar no estado de Justificação, do que em nos justificar no início.

4. Não oramos apenas pela preservação neste estado, mas por atos diários renovados de perdão e imputação da justiça de Cristo. Embora, como na parte controversa deve ser mostrado, a Justificação não seja reiterada, mas seja um estado no qual fomos colocados no início da fé, sem Apostasia dele, seja total ou final: contudo, aqueles atos particulares de perdão e imputação da justiça de Cristo, são continuamente por Deus comunicados a nós: nem devemos pensar que nossos pecados passados, presentes e futuros, são todos removidos por uma única sentença, de modo que não haja perdão novo ou reiterado. Então, de fato, o Argumento de Belarmino teria força nele.

Seria tão absurdo orar pelo perdão do pecado, como se Cristo encarnasse de novo; ou que fôssemos predestinados, segundo o que alguns falsamente disseram: Si non sis praedestinatus, ora, ut praedestineris, "Se não és predestinado, ora, para que sejas". Poderíamos, de fato, orar para crer nestas coisas de maneira mais firme, mas não pelas coisas em si. Mas esta é a resposta adequada à Objeção de Belarmino: Oramos pelo perdão do pecado, e não pela Encarnação de Cristo, ou pela criação do mundo, porque estas foram feitas uma vez, para nunca mais serem feitas. A Encarnação de Cristo foi feita uma vez, e não deve ser feita novamente; mas a remissão do pecado é feita de tal forma, que deve ser continuamente feita por nós, e o efeito último e completo dela ocorrerá somente quando o pecado for completamente removido, de modo que uma remissão total e plena ocorrerá apenas no dia do Juízo, como aparece em Atos 3:19. "Para que os vossos pecados sejam apagados, quando vierem os

tempos de refrigério": Não que todo pecado aqui perdoado não seja plena e perfeitamente perdoado, mas porque renovamos o pecado diariamente, portanto, há necessidade de um perdão diário: Longe, portanto, com todas as opiniões, que pleitearão uma justiça inerente tal no caminho Pelagiano, ou uma justiça imputada tal no caminho Antinomiano, que derrubará esta Petição pelo perdão dos pecados.

Se todos os teus pecados anteriores forem perdoados, e não houver perdão para os futuros, teu caso seria desesperador, pois o pecado, como o cabelo de Sansão, embora seja cortado, crescerá novamente, e chegará a grande força.

5. Oramos pelo sentimento e sensação deste perdão em nossas consciências cada vez mais. Pois, embora Deus tenha perdoado nosso pecado, se não soubermos disso, isso tira muito de nosso conforto e da glória de Deus; estamos neste caso como um Herdeiro ou Príncipe, que tem muitas dignidades temporais, mas por causa de sua infância não as entende. Daí Davi, embora Natã lhe dissesse que seu pecado fora perdoado, ainda assim, no Salmo 51, ele ora por misericórdia e perdão, e isso de maneira abundante; de modo que, embora um pecado seja perfeitamente remido, de modo que não possa ser mais ou menos perdoado do que é, contudo a segurança ou conhecimento disso pode ser maior ou menor; e, de fato, embora ter os pecados perdoados seja uma felicidade objetiva, contudo saber que eles são perdoados, é felicidade formal; de modo que aquele é completamente feliz, que tanto tem seus pecados perdoados, quanto também sabe que o são; e isso fez Davi, no Salmo 103, exultar e se alegrar tanto: "Bendize, ó minha alma, ao Senhor, que perdoa todas as tuas iniquidades". Esta segurança particular alargou seu coração para louvores.

Mas, embora isto seja parte do sentido desta Petição, não é tudo o que pedimos, como o antinomiano contende; pois oramos principalmente pela exibição real do perdão; e secundariamente pela Declaração e manifestação dele em nossas consciências. A concepção deles é que Deus, desde toda a eternidade, perdoou nossos pecados passados, presentes e futuros, e que quando cremos ou nos arrependemos, nossos pecados são perdoados declarativamente apenas à nossa consciência, sendo eles perdoados antes. Tratarei disto em uma Questão à parte: Apenas apresentarei alguns poucos Argumentos para provar que não oramos apenas por segurança e manifestação de perdão, mas também pelo perdão em si. As razões são estas:

Primeiro, poderíamos, pela mesma regra, interpretar todas as outras Petições no que diz respeito apenas à Declaração, e não à exibição; quando oramos por santificação e glorificação naquela Petição, "Venha o teu Reino", poderia ser dito também que fomos santificados e glorificados desde toda a eternidade; e, portanto, quando somos convertidos ou salvos no céu, isto é apenas para o nosso sentido e sentimento. Este Argumento parece ser tão forte contra eles,

que eles confessaram: "Um homem já está glorificado enquanto está na terra", confundindo muito absurdamente os Decretos de Deus desde a eternidade para fazer as coisas, com as execuções deles no tempo.

Quão ridículo seria expor aquela Petição, "Dá-nos o nosso pão de cada dia", assim: Não que Deus nos dê o pão de cada dia, mas apenas nos faça ver e sentir que ele no-lo deu? Uma segunda razão é, da natureza do perdão do pecado. Quando o pecado é perdoado, diz-se que ele é apagado: ora, esse apagamento não é apenas da consciência e do sentimento de um homem, mas mais imediatamente do Livro de Deus. De modo que quando Deus perdoa, ele cancela aquelas dívidas que estão em seu Livro, e não apenas a culpa que jaz sobre nossos corações: portanto, estes são muito separáveis um do outro: Um homem pode não sentir nenhum peso ou fardo de pecado sobre si, e ainda assim ele estar em Caracteres de fogo contra ele no Livro de Deus; e, pelo contrário, um pecado pode ser apagado lá, e contudo ser muito pesado e terrível no sentimento e apreensão de um homem: assim, o pecado perdoado é dito ser coberto ou escondido, não em respeito a nós, como se fosse tirado de nossa vista, mas da vista de Deus, e ele é dito lançar nossos pecados para trás de suas costas, não das nossas.

A terceira razão: Esta Explicação, como todo o sentido da Petição, derrubaria todos os outros lugares da Escritura, que não admitem perdão do pecado senão onde o sujeito tem tais qualificações, como esta no Texto de perdoar os outros, não é de fato posta como causa ou mérito, mas ainda assim é como uma qualificação do sujeito; portanto nosso Salvador repete isto novamente: "Se não perdoardes aos outros, tampouco meu Pai celestial vos perdoará". Assim, Atos 10:43. "Todo aquele que nele crê receberá a remissão dos pecados", Romanos 3:15. "Ele é propiciação pela fé no seu sangue"; aqui a fé é feita um instrumento para aplicar e trazer à alma aquele perdão que antes não tinha. Assim, 1 João 1:9. "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os nossos pecados".

Por estas e outras Escrituras semelhantes, é claro que a remissão do pecado nos é dada apenas no uso destas graças: não que por meio delas mereçamos da mão de Deus, ou que Deus esteja preso a estes caminhos; mas é aqui, como nos Sacramentos, ele se prendeu a transmitir suas graças em nenhum outro canal ou conduto senão os que ele designou.

Por fim, isto não faria diferença entre pecados arrependidos e não arrependidos; pois se todos eles são perdoados desde a eternidade, então pecados pelos quais se humilhou, e pelos quais não se humilhou, têm a mesma consideração da parte de Deus, e eu posso sentir o perdão dos últimos, embora não arrependidos, tão bem quanto dos primeiros, sim, eu posso ter o sentimento do perdão de todos os pecados que cometerei no futuro, e assim, enquanto oro pelo pão de cada dia, não pelo pão de amanhã, aqui pedirei pelo sentimento do

perdão, não apenas dos meus pecados de hoje, mas de amanhã, e do próximo ano: Mas eu nunca li que Deus fez tal Jubileu, como um Papa fez, que prometeu uma Indulgência plenária, não apenas para os pecados passados, mas também antecipadamente, para todos os pecados futuros; Deus não antecipa seu perdão antes que o pecado seja cometido ou arrependido; mas disto mais amplamente a seu tempo.

6. Oramos para que, assim como Deus perdoa o pecado, ele também libere os castigos e remova toda a ira que lhe pertence. É uma zombaria o que os papistas fazem sobre o perdão, como se, de fato, Deus perdoasse o pecado, mas o castigo que permanece ainda, e nós devemos obter uma liberação disso por nós mesmos. É verdade, como provamos, Deus, embora perdoe o pecado, ainda pode afligir gravemente; mas estes são castigos paternos, não punições judiciais: mas nesta Oração, desejamos também que, assim como os pecados são removidos, também quaisquer problemas, aflições e castigos que permaneçam, que eles também sejam removidos; que, assim como o abismo do inferno é removido, toda nuvem também seja dissipada.
7. Nesta Petição, oramos para que Deus nos livre daqueles efeitos do pecado, que Deus imutavelmente estabeleceu sobre ele, tais como doenças, morte e corrupção; pois embora Deus, em virtude da Aliança da Graça, tenha prometido um perdão perfeito do pecado, contudo não podemos chegar a um pleno gozo de todos aqueles privilégios que a remissão do pecado traz, até que sejamos libertos da morte e da corrupção. De modo que, enquanto houver a morte e a sepultura, o pecado ainda tem algum poder. Oramos, portanto, para que, qualquer que seja a mortalidade e a corrupção que o pecado tenha introduzido, ela seja removida, e sejamos feitos aptos para a vida eterna, que é a consequência do perdão do pecado; pois deveis saber que o perdão não é uma mera misericórdia privativa, livrando-nos da ira de Deus, mas há também um investimento positivo de nós com um título para a vida e a glória eternas, apenas nossa corruptibilidade nos impede da posse real daquilo a que temos direito: oramos, portanto, para que, assim como Deus removeu nossos pecados, ele também remova todos os tristes efeitos e frutos maliciosos que vieram por ele.
8. Oramos não apenas pelo perdão do pecado, mas também pelos bons concomitantes e efeitos dele, que são a Paz com Deus e a Alegria no Espírito Santo, Romanos *5*:1. Daí Lutero falar de um duplo perdão, um secreto e oculto, quando ele perdoa os pecados, mas o povo de Deus não o sente ou considera; o outro é aberto e experimental: ora, ambas estas condonações são necessárias. A primeira (diz ele) é mais amarga e problemática, mas mais nobre e aceitável. A primeira purifica, a última pacifica: a primeira é de mera fé, e obtém muito de Deus; a última é mais de experiência, e tira da excelência da fé: pois assim como a melhor

> manifestação de amor é quando se dirige a um inimigo, assim é a da fé, quando confiando em Deus, embora sentindo terrores, e um inferno dentro de nós. Deus usa o primeiro tipo de perdão para cristãos mais heroicos. O último para aqueles que são mais enfermos. Um exemplo desta dupla remissão temos em Maria Madalena; a primeira, quando Cristo lhe deu as costas, e disse a Pedro: "Muito lhe foi perdoado"; a outra, quando ele se virou para ela, dizendo: "Teus pecados te são perdoados, vai em paz."

Ora, em nossa oração não devemos ser limitados; mas assim como na Lei todo Mandamento é espiritual, e tem uma grande latitude nele; assim na oração toda Petição é espiritual, e tem muito nela: alarguemos, portanto, nossos corações, e abramo-los amplamente quando buscamos a Deus pelo perdão do pecado. O privilégio é excessivamente grande, e muitas são as dignidades que dele dependem. Se teus pecados são perdoados, tu te tornas um favorito do Céu, não há contrariedade entre Deus e ti. O diabo mostrou a glória do mundo, e falsamente disse: "Tudo isto é meu", mas tu podes mostrar toda a glória do Evangelho e das promessas, sim, toda a glória do Céu, e dizer: "Tudo isto é meu".

Sim, há uma reconciliação plena feita entre Deus e essa pessoa, não obstante toda a inimizade anterior, como se vê no exemplo do filho pródigo, ele tem todo amor, favor e honra. Novamente, a tal ponto que tais não entram em juízo, João 5:24. Não há condenação para eles, Romanos 8:1, sim, não há sequer acusação ou indiciamento contra eles. Que demônio, que consciência, que lei pode te acusar quando Deus te justifica? Ora, nesta Petição desejamos que não apenas o perdão do pecado, mas todos estes frutos abençoados dele, nos sejam concedidos. Oh, portanto, o temperamento congelado e gélido dos homens, que não se inflamam mais em oração sobre isto!

Há muitos que podem, de coração e com sentimento, orar a Petição anterior, pelas necessidades desta vida, mas quão poucos pela graça de Deus em perdoar de maneira espiritual? Ouve, então, ó homem, o que Cristo disse ser bom para ti importunar e buscar. Filo, lib. de Somniis, diz, e era também a opinião dos Filósofos, que os Céus fazem uma melodia tão harmoniosa, que se o som e o ruído dela pudessem chegar aos nossos ouvidos, faria os homens abandonarem todo o seu trabalho e lucro inferior e sublunar, atendendo apenas a isso: Certamente esta Doutrina da remissão do pecado, que é revelada apenas do Céu, tem uma harmonia tão excelente nela da Justiça de Deus e de sua misericórdia, da satisfação de Deus e de nossa felicidade, que pode justamente nos fazer esquecer de comer nosso pão, ou nos deleitarmos em outros confortos, meditando e sendo arrebatados com sua excelência.

Que isto, então, te instrua a respeito daquele dever necessário de buscar o perdão de teus pecados; isto pertence a todos, seja um Paulo, seja um Moisés, seja na mais alta forma de Cristianismo. É um grande consolo que todos os

pecados voluntários após a graça recebida não são imperdoáveis, assim como aquele contra o Espírito Santo. Quantas vezes pecamos voluntária e intencionalmente depois de sermos iluminados? E então os pecados de enfermidade e ignorância são mais do que as areias da praia do mar: não é, portanto, necessário que tu estejas continuamente suplicando por perdão?

Sabei, então, que estas indulgências não são como as Papais, a serem compradas com dinheiro, mas são adquiridas pelo sangue de Cristo: Pedro achou grande coisa perdoar um irmão sete vezes ao dia, mas se Deus não nos perdoasse setenta vezes sete ao dia, nossa condição seria condenável. Aqueles que esperam ter o perdão por suas obras meritórias e satisfações penais, não podem olhar para Deus. Ao passo que todas as Nações costumavam olhar para o Céu em busca de chuva, In Aegypto (diz Sêneca) nemo aratorum aspicit Coelum, &c. Nenhum lavrador olha para os Céus, mas apenas para o Nilo, de onde eles têm chuva; assim no Papado Cristo é negligenciado, e Anjos ou Santos são exaltados, como aqueles que podem dar perdão; os homens, portanto, olham para suas Peregrinações, sua Penitência, como se fossem perdoar seus pecados a si mesmos.

LIÇÃO XV

Mostra o que esta Petição supõe e implica.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores."

Chegamos a mostrar o que está implícito nesta Petição, e isto pode ser reduzido a três cabeças:

Primeiro, O que está implícito no sujeito que ora.

Segundo, O que no objeto ou matéria que é pedida.

Terceiro, O que a respeito da pessoa a quem oramos.

Quanto ao primeiro, há muitas coisas supostas naqueles que devem orar assim: Como,

1. Que todos os homens, por mais eminentemente santificados que sejam, ainda têm pecados neles: E isto tem sido geralmente instado pela Antiguidade contra os Pelagianos, que sonharam com uma justiça perfeita nesta vida, como se pudéssemos ser filhos da luz, sem nenhuma mancha em nós; e essa evasiva é ridícula, de que falamos isto humiliter por causa da humildade, não veraciter verdadeiramente: pois se não tivéssemos pecado, esta hipocrisia seria suficiente para criá-lo em nós, e 1 João 1:9, põe-no fora de toda dúvida: "Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós."

Ele não diz: "nós nos exaltamos ou nos elevamos, e não há humildade em nós", mas "nós nos enganamos a nós mesmos, e não há verdade em nós": Ora, isto o Apóstolo diz imediatamente após aquelas palavras: "O sangue de Cristo nos purifica de todo pecado": De modo que, quer esta purificação de Cristo seja entendida no que diz respeito à imundície ou à culpa do pecado, ela não é completamente cumprida, até que cheguemos ao céu. Tão verdadeiro é aquilo de Ambrósio: Qui semper pecco, debeo semper habere medicinam, "Eu que sempre peco, preciso sempre ter remédio". E enquanto o Apóstolo diz: "Todos nós temos pecado", isso deve ser entendido, em parte no que diz respeito às afeições viciosas e à concupiscência desordenada, que está em cada um; e em parte no que diz respeito à culpa, que as acompanha; nem podemos limitar isto a alguns, pois o Apóstolo se coloca no número daqueles que devem dizer assim.

Tampouco se pode restringir isto, como alguns gostariam, apenas aos pecados passados em nossa conversação anterior, embora o Apóstolo fale, versículo 10, no tempo pretérito perfeito, pois ele diz: "nós pecamos de tal forma que, se

confessarmos nossos pecados, Deus é fiel para perdoar": portanto, ele fala de pecados que ainda devem ser perdoados, e não apenas dos que já passaram. Reconheço que uma coisa é dizer: "Todo homem tem pecado", e outra coisa é que ele peca em toda boa ação que faz, e se este lugar não o provasse demonstrativamente, ainda assim outros lugares o provam.

É bom observar o perigo que o Apóstolo diz vir desta opinião, de que não temos pecado em nós: "enganamo-nos a nós mesmos, e a verdade não está em nós"; e então, o que é pior, "fazemos de Deus um mentiroso", que em sua Palavra testifica de nós, como tendo pecado em nós. De modo que esta opinião argumenta que aqueles que a mantêm, nem entendem nem creem firmemente nas Escrituras; e isto deve ser estendido àqueles que não sustentam pecado em nós, aos olhos de Deus, por causa da justiça de Cristo: Pois as Escrituras derrubam igualmente ambos. A Resposta mais material que observei dada por alguém a este Argumento de nosso dever de orar pelo perdão do pecado, é dada por Castalio, de Justif. p.63. É esta: "Esta oração não nos é prescrita (diz ele) para que oremos sempre assim, e nunca lemos que alguém na Escritura usou estas palavras prescritas: Não (diz ele), nunca lemos que os Apóstolos oraram pela remissão dos pecados, nem mesmo Cristo nunca orou pelo perdão deles."

Portanto, o significado desta Petição deve ser orar por perdão tão frequentemente quanto precisarem, não que precisem sempre. Portanto, ele compara esta Petição a lugares como: "Amai vossos inimigos", "Entra em acordo depressa com teu adversário", "Honra teu pai e tua mãe"; isto é, quando tendes inimigos ou adversários, quando tendes pai e mãe: assim aqui, "Orai por perdão", isto é, quando pecastes. Mas esta mesma resposta precisa de um perdão, porque está carregada de muita falsidade; pois primeiro, embora não leiamos que eles oraram aquelas palavras expressas, contudo em sua própria abordagem a Cristo para serem instruídos como orar, e nosso Salvador ensinando-os a orar assim, como um Evangelista; ou desta maneira, como outro o tem: teria sido hipocrisia e zombaria, nunca ter se conformado a ela.

Ademais, nosso Salvador supõe que eles precisam de perdão, quando lhes diz: "Se não perdoardes uns aos outros, tampouco meu Pai celestial vos perdoará", versículo 15, o que implica sua necessidade de perdão. Daí, em Mateus 7:11, ele os chama de maus: "Se vós, pois, sendo maus", o que não deve ser entendido comparativamente apenas em relação a Deus, pois assim são os anjos, Jó 4:18, mas inerentemente, por causa do resquício daquela corrupção neles. Daí (como ouvistes) o Apóstolo João se coloca no número aqui: "Se dissermos que não temos pecado", etc. Certamente o Apóstolo Paulo estava longe desses pensamentos, 1 Timóteo 1:18, onde ele se chama o principal de todos os pecadores: isto é, um na categoria daqueles cujos pecados tinham uma tonalidade escarlate; e ele diz isto no tempo presente, não "de quem eu fui o principal", mas "eu sou o principal"; pois, embora a Exposição de Caetano seja muito provável, que faz isto se relacionar não meramente a pecadores, mas a

pecadores salvos, assim: "Cristo veio para salvar os pecadores, dos quais pecadores salvos eu sou o principal"; contudo, a primeira não deve ser rejeitada; e certamente, em algum sentido, todo homem é obrigado a pensar de si mesmo como um pecador maior do que os outros.

Como o fariseu disse: "Não sou como os outros homens, adúlteros, cobiçosos", etc. O homem piedoso, ao contrário, pensa que não é santo, zeloso, sincero, como os outros homens piedosos são. Quando Paulo, em Romanos 7, se queixa daquele mal nele, e da lei do pecado, podemos pensar que ele nunca desejou o perdão disso? E quando nosso Salvador, em João 17:17, ora a Deus para santificar seus Discípulos; o que é isso senão separá-los para seu ofício, perdoando seu pecado, assim como Isaías foi purificado por uma brasa viva do altar? Quanto a seus lugares e deveres paralelos, é uma comparação muito absurda; pois ele pode muito bem dizer que o Reino de Deus e a santificação de seu Nome não devem ser constantemente rogados, mas apenas na ocasião.

Certamente aqueles lugares da Escritura que fazem o pecado original se apegar a nós, como a hera ao carvalho, e que é como fermento em nós, azedando tudo o que fazemos em alguma medida: E aqueles lugares que falam de tal perfeição na Lei, que nunca somos capazes de cumpri-la, argumentam um princípio constante e permanente de pecado em nós, podemos concluir então, que esta Petição supõe um verme em nosso melhor fruto, escória em nosso ouro mais puro, e muitas manchas em nossa beleza mais escolhida. Tampouco podemos sonhar com uma justiça imputada tal, que tire a necessidade desta oração; não que os piedosos devam, portanto, ser denominados pecadores, porque os chamamos de piedosos, embora o pecado esteja neles, porque a piedade é a qualidade mais nobre neles, como chamamos aquilo de um campo de trigo, que ainda tem muitas ervas daninhas nele.

Uma segunda coisa implícita é sentir o pecado como um fardo e um peso sobre nós: pois ninguém pode, de coração e com sentimento e experiência, importunar a Deus por este perdão, senão aqueles que são sensíveis a uma carga premente pelo pecado. Daí a palavra hebraica Nasa significa (como ouvistes) o ato de tomar um peso e um fardo. Assim a palavra grega, ἄφεσις, é usada para a libertação de grilhões, Lucas 4:18, onde o que era literalmente verdade para os judeus que estavam em cativeiro e prisões, é aplicado a nós espiritualmente, e o Evangelho de Cristo é dito pregar libertação aos cativos: de modo que por isto é declarado, que assim como um judeu cativo na Babilônia estava cansado de seu estado, e esperava veementemente a libertação: não menos um homem sobrecarregado pelo pecado, deseja uma liberdade e um relaxamento. Portanto, o tempo do Evangelho é expresso alusivamente ao ano do Jubileu, versículo 19, assim como aquele foi proclamado com o som de uma Trombeta, assim este pela boca dos Apóstolos.

Quantos há, então, que oram esta oração, mas carecem de muito sentimento e zelo interior? Ora, o pecado tem um duplo peso, um de punição, o outro de ofensa e desagrado a Deus, e neste último, devemos gemer especialmente sob ele. Caim sentiu um fardo de seus pecados, e Davi também sentiu uma pressão por eles, mas as lágrimas destes dois diferiram muito. Um era meramente por causa do castigo; o outro, porque era contra Deus: "Contra ti somente pequei". Esta disposição interior é o que põe um excelente sabor e alto preço em Cristo e seus benefícios. Daí a palavra "confiar" também significa rolar e lançar nosso fardo sobre o Senhor: como um homem que carrega um peso pesado nas costas, prestes a quebrar sob ele, o rola sobre a próxima banca que encontra, para se aliviar, Salmo *55*:22.

Considera, pois, o que sentes por dentro; que pressões sobre ti, enquanto desejas este perdão: Estás como o pobre prisioneiro, atado em suas correntes e ferros, ansiando por uma libertação? Estás como alguém envergonhado na presença de um Deus tão glorioso? Quidni totis artubus contremiscat ranuncula e palude accedens ad thronum Regis? "Por que não tremeria inteiramente a rãzinha vinda do pântano ao trono do Rei?"

1. Implica tristeza piedosa e luto espiritual do coração: Pois não devemos pensar que isto é designado como um mero cumprimento a ser usado para com Deus, mas nossos corações devem ser feridos e derretidos dentro de nós naquele momento. E de fato, por que há uma promessa, em Zacarias 12, para o espírito de oração e luto juntos, se fosse uma obra tão fácil e costumeira? Por que em Romanos 8, estes gemidos inexprimíveis são operados pelo Espírito de Deus em nós naquele momento? A ponto de uma alma em oração estar em trabalho de parto espiritual e Agonias celestiais: Tudo isso não pode ser, a menos que o coração de um homem esteja profundamente humilhado por dentro pelo pecado: de modo que esta Petição não apenas implica que o pecado está em nós, e que Deus o vê, mas também que tudo dentro de nós deve ser movido e perturbado por ele.

Pede, portanto, perdão com o mesmo zelo e comoção de entranhas, como Davi fez, no Salmo 51, que teve seus ossos quebrados. Uma lágrima em nosso olho pelo pecado, o adorna mais do que uma joia adorna a orelha. Ora, a Doutrina Antinomiana é como um vento do Leste ou do Norte, que seca ou sopra para longe esta chuva espiritual. Se Deus não vê pecado em nós, então ele não veria humilhação nem rebaixamento em nós pelo pecado: e assim, enquanto até agora o arrependimento nos crentes tem sido necessário, agora será prejudicial à salvação, e toda tristeza será ímpia. Que Antípodas diretas são estas às direções da Escritura? Daí eles se arrependem de já terem se arrependido tanto, e olham para sua tristeza pelo pecado, como Cristo para seus inimigos. "Senhor, perdoa-me, pois eu não sabia o que fazia". Mas não aprendemos assim o Evangelho.

O povo de Deus, ao pecar, é chamado a se afligir e a lamentar: e porque os coríntios não o fizeram no início, embora depois o fizessem, por isso o Apóstolo ameaça ir com uma vara até eles. Toma cuidado, então, com todas as Doutrinas ou práticas que possam obstruir os rios correntes de tua alma: Mantém-te sempre neste suor espiritual. Não tires o Alambique do fogo, para que as destilações espirituais fluam continuamente.

2. Supõe fervor e importunidade, com perseverança até que obtenhamos. O que é requisito em toda oração, não deve ser excluído aqui. A oração sem fervor é como um mensageiro sem pernas, uma flecha sem penas, um advogado sem língua. Daí aquelas frases: "Sede instantâneos na oração": e "Vigiai em oração": e "Orai sem cessar". Até que o coração esteja amortecido para toda criatura, e se concentre apenas nesta coisa, ele não orará corretamente. Vendo, portanto, que nossa bem-aventurança e felicidade consistem nisto, que nossos pecados são perdoados; como deveríamos nós pôr tudo de lado, até que isto nos seja concedido!

Jerônimo queixou-se de suas distrações e torpor na oração: Siccine putas orasse Jonam? Sic Danielem inter leones? Sic latronem in cruce? "Onde está tua fé? Jonas orou assim no ventre da Baleia? Daniel orou assim entre os leões? O ladrão orou assim na cruz?" Se as coisas espirituais fossem tão verdadeira e realmente apreendidas por nós, como as temporais são, como deveríamos nós ordenar que todos os confortos ficassem distantes, recusando-nos a ser consolados, até que o favor de Deus brilhe sobre nós! Se o franzir de um Rei é como o rugido de um leão, quão terríveis são então os franzires de Deus pelo pecado?

Por fim, supõe no sujeito, atos constantes e renovados de fé; pois assim como há perdão constante pedido e oferecido, assim deve haver um contínuo levantar e estender a mão para receber. Assim como o ramo na Oliveira constantemente suga suco e alimento, assim devemos nós perpetuamente estar recebendo da plenitude de Cristo. Esta é, então, a única graça que tem a promessa de perdão feita a ela: embora onde esta estiver, haverá também a presença de todas as outras graças. Nem podemos, com Split, julgar a distinção que é feita entre a fé e outras graças nesta questão de Justificação e Remissão de pecados, uma mera sutileza metafísica e formalidade, como deve ser mostrado. Se, portanto, tua fé está adormecida dentro de ti, não é de admirar que tais tempestades e tormentas surjam, que temas o afogamento. Assim como um comerciante se desfaz de qualquer coisa em vez de suas ferramentas, pois elas são instrumentais para todo o seu sustento; assim, acima de tudo, devemos cuidar de nossa fé.

1. No objeto da matéria, supomos estas coisas:
2. Que o perdão do pecado pode ser obtido após o Batismo. Que, embora pequemos após essa solene estipulação, ainda assim Deus não nos divorciará, nem nos lançará (por assim dizer) para fora da Arca no dilúvio. Houve alguns antigamente, como os Novacianos, e os Anabatistas

mais recentemente, que sustentaram que não há esperança de perdão para aqueles que, após o seu Batismo, pecam gravemente; pois ali eles supõem que é dada a Remissão plenária; mas isto é falso e desconfortável: pois temos a pessoa incestuosa, após o seu arrependimento, recebida novamente em favor. Quão desesperada teria sido a condição de Pedro, se isto fosse verdade? E quando nosso Salvador nos manda Perdoar nosso irmão setenta vezes sete, não podemos pensar que há mais amor na criatura do que no Criador, e a bondade de Deus além da de um homem, é mais enfaticamente descrita, Jeremias 3:1. Onde Deus promete uma reconciliação a seu povo, embora eles tenham praticado o adultério com ele.

3. Que podemos, com esperança e fé, orar pelo perdão de grandes pecados, assim como de menores. Na Justificação por Cristo, pecados maiores são tão facilmente perdoados quanto os menores. Embora, como deve ser mostrado, a parte ofensora não obtenha o perdão tão facilmente, e mais lhe seja exigido; ora, isto é um bom cordial para o espírito aflito, que é propenso a limitar a Deus em seu perdão. Ele pode perdoar tais e tais pecados, mas podem estas grandes montanhas ser removidas de sua vista, pecados de tal magnitude e agravação? Mas nosso Salvador não nos determina em nossa Petição, mas quaisquer que sejam os vossos pecados, orai pelo perdão deles. Não teria sido uma grande desonra para Cristo, se algum doente tivesse dito que sua enfermidade era maior do que Cristo poderia curar, que ele poderia curar outros, mas não a ele? Não menos injuriosa é a tua dúvida, quando a grandeza do teu pecado te faz vacilar. A obediência de Cristo está tanto acima do teu maior pecado, quanto a pessoa de Cristo está acima da tua pessoa.
4. Supõe iteração do perdão, que Deus não se cansa, nem nos repreende. Quem não pensaria que a alma deveria se envergonhar e corar de ir pedir perdão pelos mesmos pecados cometidos repetidamente? Quão facilmente poderíamos pensar: "Que esperança há de que eu tenha sucesso? Não supliquei a Deus mil e mil vezes para me perdoar tal orgulho, tais pensamentos vãos, tal negligência em seu serviço, e ainda devo ir pedir perdão? Como olharei para o Céu novamente?" E esta tentação é mais terrível, como deve ser mostrado, se for um pecado, ou pecados de natureza mais grave, com os quais o peticionário foi frequentemente surpreendido; mas como somos ordenados a perdoar um irmão que ofende muitas vezes ao dia contra nós, assim podemos esperar coisas maiores de Deus. Sabei, então, como pecamos diariamente, assim há saídas de perdão continuamente; e a bondade de Deus, assim como o Sol, se alegra em correr sua carreira sem nenhum cansaço.

Por fim, na Pessoa a quem oramos, supõe-se:

Primeiro, que somente Deus pode perdoar pecados. Esta é uma propriedade incomunicável de Deus, Isaías 43:1, e Êxodo 34:7. É ali contada como uma de suas prerrogativas: Daí, em Mateus 9, isto é feito um argumento da Deidade de Cristo, que por seu mero comando ele perdoou o pecado, pois este poder de perdoar o pecado é maior do que criar o Céu ou a Terra, ou operar os maiores milagres; portanto, um poder para operar milagres foi concedido aos Apóstolos, mas não o de perdoar o pecado, a não ser declarativamente apenas. Quando, portanto, nosso Salvador, em Mateus 9, pergunta qual é mais fácil, "Perdoar o pecado, ou dizer: 'Toma o teu leito e anda'?" intencionando com este milagre provar que ele também perdoava o pecado, não é dito como se este último fosse maior que o primeiro, mas apenas a cura do paralítico era um sinal mais visível para confirmar o outro, pois quando viram o que ele ordenou realizado no corpo do homem, podiam muito bem concluir o outro cumprido em sua alma. Ora, quando dizemos que somente Deus pode perdoar o pecado, isto deve ser estendido tanto ao perdão no Céu, quanto ao na própria consciência do homem; pois quanto ao primeiro é claro, porque a injúria é feita somente contra ele, quando pecamos; e quanto ao último, é claro, porque ele é o Pai dos Espíritos, e assim pode ordenar qualquer paz e segurança que lhe aprouver na consciência.

Vemos que quando Amigos e Ministros derramam óleo em uma alma ferida, eles não sentem benefício ou refrigério, até que Deus fale ao coração. Isto é notavelmente afirmado por Eliú, Jó 34:29. "Quando ele dá quietude, quem então pode causar problemas? E quando ele esconde seu rosto, quem então pode contemplá-lo?" Ó, portanto, com toda humilde gratidão, reconhece esta grande misericórdia do perdão, se dela foste feito participante; se o Senhor operasse milagres por ti, ele não demonstraria tanto poder e misericórdia, como o faz neste perdão de teus pecados.

Em segundo lugar, supõe que Deus vê e toma conhecimento do pecado em nós, depois que cremos: pois, como pode Deus ser dito perdoar aquilo de que ele não toma conhecimento? Se perdoar é cobrir o pecado e apagá-lo, então ele é visto e aberto para Deus, e não cancelado até que isso seja feito. Suponhamos que nosso Salvador tivesse usado estas palavras nesta Petição: "Cobre nossas iniquidades, como nós cobrimos os pecados dos outros"; não teria essa expressão implicado necessariamente que Deus as via, e olhava para elas, até que as cobrisse? Certamente José, com bom fundamento, absteve-se do pecado, quando disse: "Como posso fazer isto, e pecar contra Deus?". Isto é, que me vê, e me contempla em segredo, e se irará comigo: Mas se Deus não toma conhecimento do meu pecado; como posso eu verdadeiramente me abster do pecado, dizendo: "Como posso eu fazer este mal aos olhos de Deus? Como posso eu provocá-lo à ira?"

Que a Aplicação, então, seja, importunar por esta misericórdia do perdão, que torna todas as outras coisas misericórdia. Saúde, riquezas, saber, paz, são

misericórdias, se com estas houver um perdão de todos os nossos pecados: especialmente sede pressionados a buscá-lo, por este motivo que mencionarei apenas neste momento, a saber, que o perdão do pecado é o único suporte e ajuda em todas as misérias e calamidades quaisquer. Somente isto pode adoçar tua dor, tua pobreza, teus medos da morte. Quando o Apóstolo, em Romanos 5:1, falou da Justificação pela fé, e da paz que temos por meio dela com Deus, infere daí: "Nós nos gloriamos na tribulação".

Infelizmente, haveria pouca glória, se ao mesmo tempo o homem estivesse contra nós, e Deus também. Assim, em Romanos 8:33,34,37, quando o Apóstolo triunfou gloriosamente neste privilégio da Justificação, e que ninguém poderia nos acusar de nada, então ele conclui: "Somos mais do que vencedores". Novamente, 1 Pedro 3:16-18, exortando o povo de Deus a estar pronto para sofrer por fazer o bem, dá esta razão: "Porque Cristo uma vez sofreu pelos pecados, o justo pelos injustos", etc. De modo que nenhuma miséria ou calamidade pode ser alegremente suportada, a menos que o Senhor nos perdoe nossos pecados. Nestes tempos de guerra, enquanto estivemos sob contínuos medos de um inimigo, o que poderia nos sustentar corretamente, senão a remissão de nossos pecados? Ter homens nos acusando e condenando; mas ter Deus nos inocentando e absolvendo, isto pode fazer um Céu no meio de um inferno.

LIÇÃO XVI

Expõe a Natureza do pecado em seus vários Nomes, Definição, Efeitos e Agravações.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores."

Tendo explicado esta Petição positiva e praticamente, chegamos a tratar daquelas Questões que podem contribuir para o esclarecimento daquela verdade, que está contida no Texto. E me concentrarei naquelas que são úteis e necessárias, não nas espinhosas e perplexas. Deus, de fato, uma vez falou da sarça espinhosa, mas raramente a verdade se revela naqueles matagais que os Escolásticos fizeram. A primeira em ordem que deveria ser discutida é: "O que é a remissão do pecado?"; ou, "O que se quer dizer, quando dizemos que Deus perdoa o pecado?". Mas antes que possamos chegar a isso, outra Dúvida deve ser removida do caminho, e esta é: "O que é o pecado, e quais são os efeitos próprios do pecado?". Pois um homem nunca pode entender o que é ter o pecado apagado, ou removido, a menos que seja primeiro informado, Qual é a natureza do pecado, e quais efeitos ele produziu sobre o pecador. Disto, portanto, em primeiro lugar.

E primeiro, falarei do pecado abstratamente em sua própria natureza.

Em segundo lugar, relativamente à pessoa que peca.

Em terceiro lugar, os seus efeitos próprios.

Em quarto lugar, o peso ou agravação de cada pecado.

Comecemos pelo primeiro. O pecado na Escritura tem vários nomes, que em alguma medida descrevem a sua natureza. O hebraico חָטָא é usado comumente para pecado, e denota, em uma significação própria, onde é usado uma vez, um desvio do alvo em que atiramos, Juízes 20:16. "Cada um podia atirar com a funda em um fio de cabelo, e não errar"; e a partir daqui, metaforicamente, é significada a natureza do pecado, pois a ação de todo homem deve ter um fim, fim este que é manifestado pela Escritura; e quando um homem não alcança isto, diz-se que ele peca; correspondente a esta palavra no grego é, ἁμαρτία, que vem de, ἁμαρτάνω, isto é, errar do escopo: E outra palavra, παράβασις, que é ir além dos limites e fronteiras que nos são estabelecidos.

Embora um crítico erudito, Dieu, faça com que πυρά não signifique além, mas por, como se denotasse uma passagem negligente e descuidada pelos mandamentos de Deus. Outras palavras, עָוֹן, que vem de uma palavra que

propriamente significa tortuosidade e obliquidade no corpo, e assim é aplicada à alma, e denota perversidade naquele que peca, e a isto pode corresponder, ἄνομος, onde a partícula, a, não deve ser entendida apenas privativamente, mas adversativamente: pois uma mera falta da Lei, pode não ser sempre um pecado, mas uma repugnância deve necessariamente ser. E assim a palavra é usada, 2 Tessalonicenses 2:8, 1 Timóteo 4:9. Os hebreus também expressam o pecado por, פשע, que é tanto quanto uma defecção, ou afastamento de Deus; e correspondente a isto no grego é, παράπτωμα, que é um afastamento daquela integridade e pureza que uma vez tivemos, ou que ainda deveríamos ter. Quanto à palavra latina peccatum, alguns a derivaram de pellicare, que é cometer adultério, como se um pecado fosse assim chamado em geral, a partir de um tipo dele;

e outros de pecus, porque um homem em pecado vagueia como uma besta, ou se torna como uma besta; contudo, muitos concebem a palavra peccare como um tema em si mesma, e não derivada de nenhuma outra palavra.

Quanto à definição de pecado, o que é; embora tenha havido muitas disputas sobre isso, e Chemnitz desejasse uma definição pública dele, com a qual todas as Igrejas concordassem; contudo, certamente a de João é suficientemente completa e abrangente, 1 João 3:4: "O pecado é a transgressão da Lei": Correspondente a isso está, 2 Samuel 15:24. "Pequei, pois transgredi o mandamento do Senhor": Apenas deveis lembrar de não limitar, ἀνομία, a uma mera falta da Lei, mas como compreendendo aquilo que é contra ela. Ora, esta definição se aplica tanto aos pecados habituais quanto aos atuais. Aos habituais, seja aquele inato e congênito do pecado original; ou seja aquele habitual voluntariamente contraído, tendes tanto o ἀνομία atual quanto o habitual, excelentemente postos juntos, Romanos 6:19: "Assim como oferecestes vossos membros como servos à iniquidade para a iniquidade": onde pela primeira iniquidade se entende o pecado original e habitual; pela última, o pecado atual como fruto da primeira.

Tem-se duvidado como o pecado habitual, especialmente o original, pode ser chamado verdadeiramente de pecado, porque não é voluntário: pois que a voluntariedade seja da natureza do pecado, é tão universalmente reconhecido, que nem a Doctorum paucitas, nem a Indoctorum turba do dissentire: nem os poucos homens doutos, nem a multidão de indoutos jamais contradisseram, disse Agostinho: E além disso, todo pecado deve ser proibido por uma Lei, ora, como somos proibidos de nascer sem pecado? Tal proibição não seria ridícula? Ademais, os mandamentos de Deus parecem ser para boas ações, não para os hábitos de boas ações.

Ora, embora se pudesse razoavelmente sustentar que, το ἄνομον, não, το προαιρετικόν, a transgressão de uma Lei, e não a voluntariedade, é da natureza de um pecado; pois o Apóstolo, em Romanos 7:15, diz: "Faço o que não quero

fazer"; e há muitos pecados de ignorância, que devem necessariamente ocorrer sem qualquer ato expresso da vontade, contudo podemos, com Agostinho, chamar este pecado de voluntário, tomando voluntário, como ele compreende a vontade de Adão, aquela pessoa universal, e princípio no qual todos nós quisemos. E por este meio, embora as Crianças não sejam em si mesmas capazes de qualquer preceito, muito menos antes de nascerem, que deveriam cumprir em sua própria pessoa, contudo elas estavam ligadas a um mandamento, mesmo antes de terem um ser real em Adão, em cuja vontade elas deveriam cumprir aquele mandamento, pois aquele mandamento não foi dado a Adão como uma pessoa singular, mas como uma universal.

Daí que o pecado habitual, seja remoto ou próximo, é proibido pela Lei de Deus, que requer não apenas que coisas boas sejam feitas, mas também que elas fluam de uma fonte clara e pura interior, ou seja, uma perfeição inteira da natureza; de modo que, embora os hábitos infundidos da graça não estejam sob um preceito, no que diz respeito à infusão e geração deles, pois isso é ato de Deus, e não somos obrigados a fazer isso, contudo eles são ordenados tanto antes de serem infundidos quanto depois; antes, pela Lei, que requer de nós aquela retidão interior, que agora está perdida; e depois que são infundidos, a sermos diligentes naquelas ações piedosas, pelas quais aqueles hábitos podem ser preservados e retidos. De modo que por isto podemos ver um pecado ser, tudo o que transgride a Lei de Deus, seja habitualmente ou atualmente, seja internamente ou externamente, seja por comissão, ou por omissão, e daqui surge a maldição que a Lei pronuncia contra os pecadores, porque ela é quebrada por eles.

Em segundo lugar, se falamos do pecado como ele se relaciona com a pessoa que peca; assim não se requer; primeiro, que um homem não intencione o pecado, e o queira como pecado, pois isso é impossível: assim como o entendimento não pode assentir a nada falso como falso, mas como o objeto é ou verdadeiro realmente, ou aparentemente: Assim também a vontade não pode desejar nada que seja mau, como mau, mas como ele é aparentemente bom. Como o diabo apareceu nas roupas de Samuel, assim o pecado e o mal sempre aparecem sob a noção de algum bem ou outro. Daí o Apóstolo diz que a cobiça escraviza, isto é, faz δελεάζειν, seduzir um homem, como um Pescador seduz o peixe tolo pela isca no anzol, que o Apóstolo em outro lugar chama de παραλογισμός, um engano ou impor um falso Silogismo a nós mesmos.

De modo que não vindicam suficientemente a pura providência de Deus do pecado, aqueles que dizem que Deus quer o ato, mas não a deformidade, ou o mal dele; pois assim também o homem não quer expressamente o mal do ato, embora ao querer aquele ato ao qual o pecado está necessariamente anexado, seja interpretativamente querer o pecado. Tampouco, em segundo lugar, pecar é produzir pecado, como o terminus próprio e imediato de nossa ação, pois o pecado, sendo uma privação, ou no máximo uma relação, não pode ser o efeito

imediato de nenhuma ação. O pecado não é, de fato, uma mera privação pura, como a cegueira é, mas mista e composta, como a doença é, que tem tanto a desordem, e a falta de um bom temperamento, e também os maus humores nela.

De modo que um homem peca ao produzir ou fazer aquela ação, à qual o pecado está anexo. E nisto também não esclarecem suficientemente o concurso de Deus sobre o pecado, ao dizer que ele vai para o ato material do pecado, mas não para a obliquidade imediata dele. Pois assim também não o faz o homem, e de fato, sendo o pecado uma privação, ou como alguns, uma relação, é impossível que ele seja produzido de qualquer outra maneira, senão por aquele ato ao qual está unido, como o roubo é cometido ao fazer aquela ação material, à qual aquela deformidade está inseparavelmente adjunta. Portanto, pecar é fazer uma coisa deficientemente da Lei de Deus, de modo que Deus em todos aqueles vários atos seus sobre o pecado, sejam eles permissivos ou ordenativos, é gloriosamente vindicado, porque ele não faz nada deficienter, como se desviasse daquela eterna e imutável Lei da justiça;

enquanto os Anjos e o homem o fizeram, errando ou ficando aquém da regra, pela qual deveriam ser guiados: mas porque este Discurso está mais distante de nossa matéria presente de Perdão do pecado, chegamos àquilo que mais de perto lhe diz respeito.

Portanto, em terceiro lugar, há o efeito próprio, e consequência do pecado, que é tornar culpado, e obrigar à ira eterna. Para omitir as muitas coisas que há no pecado, os Teólogos reconhecem duas coisas em cada pecado, a Macula, ou imundície, e o Reatus, a culpa; a qual culpa alguns distinguem novamente na culpa do pecado, que eles chamam de dignidade e merecimento interior da danação, a qual eles tornam inseparável do pecado, assim como o calor é do fogo; e a culpa do castigo que eles tornam separável: Por ora, examinemos, Qual é aquele efeito do pecado, pelo qual um homem quando um pecado é cometido é verdadeiramente denominado pecador, pois, visto que a Remissão é uma remoção do pecado naquele aspecto, pelo qual somos julgados e contados como pecadores, é necessário saber o que é aquilo que constitui assim um pecador: Como por exemplo, Davi após seu adultério, Pedro após sua negação, contraíram tal culpa sobre si, pela qual são contados como pecadores, embora os atos de seus pecados tenham passado e se desvanecido; e nesta condição eles permanecem, até que a remissão ou o perdão venham, que remove seus pecados.

Para a compreensão disto, considerai este fundamento: Que todo pecado cometido por um homem, embora o pecado seja transitório e passe rapidamente, contudo ele continua, e está como que ainda em ação, até que pela remissão seja removido. E esta consideração é de grande uso prático. Um homem é propenso a olhar para seus pecados cometidos há muito tempo, como

aqueles que passaram, e não devem mais ser pensados; mas deveis saber que há algo que permanece depois que um pecado é cometido, que de alguma forma é o mesmo que a ação do pecado: de modo que não figurativamente, mas propriamente se diz que o próprio pecado continua.

Assim, a Escritura chama de pecado algo que continua, quando, no entanto, a comissão do pecado já passou. Como Davi, muitos meses depois de ter pecado, ora a Deus para apagar seu pecado: ora, onde estava seu pecado? Foi cometido muito antes, e foi um ato transitório, mas ainda assim Davi com isto reconhece que há algo que continua aquele ato de pecado, pelo qual Davi está tão preso em sua consciência, como se estivesse na própria comissão dele. Considerai, portanto, que até que haja um perdão do pecado, embora vossos pecados tenham sido cometidos quarenta ou cinquenta anos atrás, ainda assim eles continuam, e vós sois verdadeiramente um pecador, tantos anos depois, como éreis na primeira comissão deles.

O pecado não é removido com o passar do tempo, mas por algum ato gracioso de Deus concedido a nós: Quão justamente se pode temer que os pecados de muitos homens ainda jazerem às suas portas! Tu ainda estás nos teus pecados, e és visto assim por Deus; embora talvez tenhas deixado tais pecados há muitos anos. Teus pecados da juventude, talvez, tu os tenhas deixado há muito tempo, contudo tu ainda estás neles, e eles continuam sobre ti, até que pela remissão sejam removidos. Não é teu outro curso de vida e abstinência do pecado que faz um pecado não ser, mas deve haver algum ato gracioso da parte de Deus, removendo isto.

Considera, pois, que tua alma permanece tão poluída e culpada vinte anos após um pecado, sim, mil anos, se pudesses viver tanto tempo, como quando estava no primeiro ato do pecado. Lembra-te que a ação do pecado passa, mas não o pecado; podes, portanto, perguntar: "Em que o pecado continua ainda? O que é que me faz ainda ser considerado como se eu fosse um pecador no próprio ato?". É comumente determinado, a partir dos Escolásticos, que depois que um pecado é cometido, permanece uma Macula, uma mancha na alma, e que, continuando, o pecador por meio dela permanece obrigado à ira eterna.

Que existe tal imundície e mancha remanescente por causa do pecado, vejo geralmente reconhecido por nossos Teólogos: apenas aquele erudito Wootton se opõe muito a isso, e diz que os Escolásticos trabalharam quinhentos anos para declarar o que é, e não são capazes de fazê-lo. De fato, ele concede que no pecado de Adão podemos bem conceber uma mancha remanescente depois que o pecado foi cometido, porque ele era dotado de graça; mas agora em um homem crescido que tem graça, nenhum pecado que ele comete tira sua graça, e, portanto, ele não é privado daquela beleza pela mancha do pecado. E quanto aos homens ímpios, eles não têm beleza alguma neles; e, portanto, como pode o pecado fazer tal mancha neles? Deve haver beleza neles pela graça, que é nitor

animae, o brilho da alma, antes que possa haver Macula, que é a sua deformidade.

Para a correta concepção disto, sabei: 1. Que uma coisa é reconhecer tal contaminação e impureza pelo pecado absolutamente; e outra é reconhecê-la de tal forma que a graça justificadora, ou a remissão do pecado, deva remover essa mancha. Nisto erram os papistas, pois sustentam que o pecado deixa tal mancha, que a remissão do pecado remove; ao passo que, de fato, existe tal imundície pelo pecado, mas essa é removida pela graça santificadora, não pela justificadora; de modo que é um erro perigoso falar de tal contaminação pelo pecado, e depois dizer que Deus, ao perdoar, a remove; isto seria confundir a Justificação e a Santificação.

Mas em segundo lugar, podemos, de acordo com a Escritura, dizer, não apenas no pecado de Adão, mas em cada pecado que cometemos, há uma mancha e mácula feitas na alma, Mateus 15:20. "Estas coisas que vêm do coração contaminam o homem", Efésios 5:27. O pecado é comparado a uma mancha e ruga. Assim, Romanos 3:12. "Todos por natureza são ditos tornarem-se inúteis". A palavra hebraica no Salmo, de onde isto é tirado, significa corrupção ou putrefação, pois tal é o pecado para a alma, não que se possa conceber que a essência da alma é naturalmente corrompida pelo pecado, como a ferrugem corrói o ferro, e as traças a veste; mas em um sentido moral, pelo pecado a alma em suas faculdades é incapacitada de cumprir seu dever.

Assim o Apóstolo chama os pecados de obras mortas, Hebreus 9:14, não no sentido de que eles trazem a morte a um homem, pois isso o Apóstolo expressa de outra forma, "matando-nos", quando fala da Lei; mas ele os chama de obras mortas, porque eles contaminam o homem, como as carcaças mortas no Antigo Testamento: Pois o Apóstolo, no versículo 1, falou da purificação pelo sangue de uma novilha, que devia ser usado quando um homem tivesse tocado em qualquer coisa morta, o que o tornava legalmente impuro. Assim (diz ele) o sangue de Cristo purificará do pecado que contamina um homem. Tampouco é necessário que a graça tenha estado realmente na alma antes, e então o pecado, privando a alma dela, a manche: pois é suficiente que a alma devesse ter graça nela, embora não estivesse presente antes: como quando um homem não crê na Palavra de Deus, embora esta incredulidade não o prive da beleza e da graça da fé, que ele tinha, contudo, o priva daquela beleza da fé, que ele deveria ter.

E assim como os pecados atuais particulares são multiplicados: assim também as manchas e contaminações particulares são aumentadas; devemos, portanto, conceder uma mancha pelo pecado, embora não seja isso que é removido pela remissão. Portanto, o que continua um homem como pecador na conta de Deus, e deve ser removido pela remissão, é aquela obrigação à ira eterna designada por Deus; pois assim que um homem pecou, advém a Deus um direito moral (como podemos falar com reverência) e poder, sendo um Juiz,

pelo qual ele pode infligir vingança sobre um pecador; e a este respeito o pecado é chamado uma ofensa, porque provoca aquele que é um Juiz justo, à ira e à vingança.

Isto, então, é o que faz um pecado continuar ainda como se estivesse em ato, porque sobre o pecado cometido há, por designação de Deus, uma obrigação ao castigo eterno, e quando isto é retirado, então se diz que Deus perdoa, e até que o seja, o pecado está vivo, clamando por vingança, tão ferozmente como se tivesse sido recém-cometido. De modo que o ato uma vez cometido causa a obrigação ao castigo, e esta obrigação continuando, Deus não perdoa. Quando um pecado é cometido, ele pode permanecer na mente de Deus e em nossa mente. Em nossa mente, por via de culpa e perturbação; como Davi disse: "Meu pecado está sempre diante de mim"; ou então na mente de Deus, de modo que ele queira o castigo de tal pessoa. Ora, quando Deus perdoa, ele apaga os pecados de sua mente, e não se lembra mais deles. Ele não quer a obrigação deles ao castigo, estando satisfeito por meio de Cristo, e a parte crendo nele.

Por tudo isto podeis ver, Que depois que um pecado é cometido, permanece uma obrigação na vontade e mente de Deus ao castigo eterno, e Deus, quando perdoa, cancela esta dívida ou obrigação. Isto sendo esclarecido, podemos mais facilmente julgar com que ato Deus perdoa o pecado, mas disso falaremos mais tarde.

Consideremos a agravação do pecado, como ele é uma ofensa a Deus, o que pode nos instigar mais ao perdão. No pecado podemos considerar duas coisas: Primeiro, a privação daquela retidão que deveria haver em tudo o que fazemos: em cujo sentido, o pecado é um monstro moral, como existem monstros naturais, pois a alma em pecado não produz fruto correspondente à razão e à Lei de Deus; esta consideração pode nos humilhar muito; mas há outra coisa no pecado que o agrava mais, e é como ele é uma desonra e uma ofensa a Deus, e por este meio ele se torna acima de nosso poder de satisfazer a Deus por ele. Portanto, em cada pecado, além das considerações particulares, olhai para aquela geral, que está em todos, a saber, aquela deformidade peculiar que ele tem, como é uma ofensa contra Deus. Discute-se se o pecado tem um mal e deformidade infinitos nele.

Para responder a isto: Se um pecado é considerado em sua espécie, então não é infinito, porque um pecado é tão determinado à sua espécie, que não é outro pecado, como o roubo não é assassinato. Nem, em segundo lugar, pode-se dizer que o pecado é um mal infinito, no que diz respeito ao seu ser, pois ele provém de criaturas finitas, que não são capazes de fazer nada infinito; e, portanto, o pecado não é infinito, como os méritos de Cristo são infinitos, que o são por causa da dignidade e valor da pessoa, embora as próprias ações tivessem um ser finito. Além disso, se os pecados fossem infinitos em tal sentido, então nenhum

pecado poderia ser maior que outro, porque aquilo que é verdadeiramente infinito não pode ser tornado mais ou menos.

Portanto, em terceiro lugar, diz-se que os pecados têm um mal infinito neles, no que diz respeito ao objeto ou pessoa contra quem são cometidos, a saber, Deus, que é um objeto infinito. Pois, visto que a agravação de um pecado surge do valor da pessoa contra quem ele é cometido; se a pessoa ofendida é de honra e dignidade infinitas, então a ofensa feita contra tal pessoa, tem um mal e uma maldade infinitos nela. De modo que a infinitude do pecado surge inteiramente da consideração externa de Deus contra quem ele é. Mas disto mais quando falarmos da necessidade da satisfação de Cristo à justiça de Deus por sua morte.

Que o Uso seja para te informar, Que todo pecado cometido, continua tão fresco para clamar por vingança muitos anos depois, como se tivesse sido recém-praticado, até ser remido por Deus. Não penses, portanto, que o tempo o desgastará, embora eles possam se desgastar de tua consciência, contudo não podem da mente de Deus. Considera aquilo de Jó 14:17. "Tu selas a minha transgressão como num saco, e tu costuras a minha iniquidade." De modo que o que o Apóstolo fala de alguns, 2 Pedro 2, é verdade de todos os pecadores impenitentes: "A sua condenação não dormita, nem tarda". Portanto, até que a misericórdia de Deus tenha retirado esta culpa, tu deves estar em tanto medo e tremor, como se os próprios pecados ainda fossem cometidos por ti.

LIÇÃO XVII

Expõe a Natureza do pecado em seus vários Nomes, Definição, Efeitos e Agravações.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores."

A próxima Questão a ser tratada é: O que é a remissão do pecado, e como Deus os perdoa. E embora a discussão da Questão anterior, a saber, "O que torna um homem pecador", abra um caminho fácil e rápido para despachar esta, porque a Justificação retira aquela consideração e respeito de pecador de um homem, contudo, para que toda a natureza dela seja melhor compreendida, apresentarei várias Proposições, todas as quais tenderão a nos dar muita luz neste grande e glorioso benefício do Evangelho.

E em primeiro lugar, assim como anteriormente consideramos algumas palavras hebraicas escolhidas que expõem o perdão do pecado, assim agora tomemos conhecimento de algumas palavras gregas no Novo Testamento, que expressam este ato gracioso de Deus: pois o Espírito Santo sabe melhor em que palavras representar esta gloriosa misericórdia a nós.

A palavra que é mais frequentemente usada pelos Evangelistas e Apóstolos é ἀφίημι, que em geral, é tanto quanto dispensar ou mandar embora, deixar em paz, abandonar, permitir ou sofrer; em cujos sentidos a Escritura frequentemente a usa: e certamente Deus neste sentido perdoa o pecado, porque ele o deixa em paz, ele o abandona, não se mete mais com ele, mas trata a pessoa perdoada, como se nunca tivesse sido um pecador. Mas comumente esta palavra é usada para absolver aqueles que são acusados como culpados, o que aparece naquela famosa sentença de Agesilau, que escrevendo para que lhe enviassem um Nícias que era acusado, usou esta expressão: Νικίαν, εἰ μέν οὐκ ἀδικεῖ ἄφες, εἰ δε ἀδικεῖ, ἐμοί ἄφες, πάντως δε ἄφες, "Nícias, se ele não cometeu injustiça, absolve-o, se cometeu, absolve-o por minha causa, mas de qualquer forma, absolve-o", ou liberta-o.

E neste sentido, o perdão dos pecados pode muito bem ser chamado de ἄφεσις, mas na Escritura parece ser antes uma expressão daqueles que são libertos de seus grilhões por suas dívidas; e, portanto, frequentemente é aplicado ao perdão de dívidas, Mateus 18:25, 27, 32, e isto é mais notavelmente estabelecido, Lucas 4:18, para pregar aos cativos ou prisioneiros, ἄφεσιν, liberdade ou perdão do pecado, e assim, ἀφίημι, será tanto quanto, ἀνίημι, soltar grilhões, como a palavra é usada, Lucas 16:26. Atos 27:40. Portanto, embora Grotius pense que a palavra remir seja uma metáfora daqueles que se desfazem ou deixam uma coisa que

poderiam reter, contudo parece antes ser tomada da libertação de dívidas e do afrouxamento de grilhões, nos quais a consciência de um pecador estava amarrada, sendo obrigada a responder no Tribunal de Deus.

Daí a Escritura usa vários nomes para expressar o perdão do pecado, de acordo com os vários títulos que o pecado tem na Escritura. Como os pecados são Debita, Dívidas, assim Deus perdoa; como eles são Sordes, uma imundície e repugnância, assim Deus os cobre; como eles são vincula, grilhões, assim ele os remite. Como eles são dívidas, escritas em um livro, assim ele as apaga; como eles nos tornam miseráveis e desgraçados, assim ele é misericordioso e propício em removê-los.

Uma segunda palavra é, χαρίζομαι, Colossenses 2:13. "Tendo-vos perdoado todas as transgressões", Colossenses 3:13. "Assim como Cristo nos perdoou". Ora, esta palavra significa excelentemente a fonte e o efeito do perdão. A fonte, que ele vem da mera graça e favor de Deus. Não há nada em nós para merecer ou satisfazer a Deus. Portanto, embora haja uma necessidade de fé e arrependimento, sim, e Deus não perdoará o pecado em pessoas adultas, a não ser onde estas estiverem, contudo, estas não são causas meritórias, nem podem satisfazer a Deus por toda aquela ofensa e desonra que nossos pecados lançaram sobre ele.

E isto pode encorajar o coração quebrantado, que sente um fardo de pecado sobre si, e não tem nada a trazer a Deus: lembra-te que a raiz e a fonte de todo perdão é a graça, que está tão longe de supor qualquer mérito de condignidade em ti para o perdão, que antes implica o contrário. E assim como implica a graça na fonte, assim também a aceitabilidade e a alegria na parte a quem o pecado é perdoado. De modo que não pode haver nada no mundo mais bem-vindo, ou maior motivo de alegria, do que trazer esta boa nova; e de fato, portanto, o Evangelho é chamado, εὐαγγέλιον, porque prega as boas novas do amor e da reconciliação de Deus por meio de Cristo com um pecador.

Uma terceira palavra é, ἱλάσκομαι, assim o Publicano orou, Lucas 18:3. Alguns derivam ἱλάσκομαι de, ἵημαι λάειν, porque desejamos olhar para aqueles a quem somos propícios. Mas esta palavra se relaciona mais imediatamente com o sangue de Cristo, como o caminho pelo qual Deus se torna assim pacificado. De modo que, assim como as outras palavras exaltam a graça de Deus em perdoar, esta exalta os méritos e a satisfação de Cristo, 1 João 2:2, 1 João 4:10, Romanos 3:25, Hebreus 2:17. Em cujos lugares o apaziguamento de Deus para conosco é atribuído ao sangue de Cristo.

Portanto, se juntarmos as palavras anteriores e estas, poderemos ver um admirável temperamento e mistura de graça e justiça no perdão dos pecados. Os lugares anteriores excluem as Doutrinas Papistas; os últimos, as blasfêmias Socinianas.

Uma quarta palavra pode ser, ἐλεοῦμαι, obter misericórdia. Pois embora a Escritura aplique isto a todos os benefícios e misericórdias de Deus, contudo Paulo a aplica mais particularmente ao perdão do pecado, 1 Timóteo 1:13, e quando o rico orou, Lucas 16:24. "Pai Abraão, ἐλέησόν με, tem misericórdia de mim", e assim, por conseguinte, ser removido daquele lugar de tormento. Daí naquela forma de oração que Paulo usa por via de saudação, há estas três palavras, χάρις, ἔλεος, e, εἰρήνη. Mas esta palavra é mais expressamente usada para este fim na grande Aliança e Promessa de perdão do pecado, Hebreus 8:12. "Porque serei misericordioso para com as suas iniquidades", etc. Esta é uma Petição tão abrangente, que parece ser uma forma de oração geralmente recebida na Igreja, κύριε ἐλέησον ἡμᾶς, sim, os mais sábios entre os pagãos usavam esta oração, como se vê por Arriano, epist. diss. lib. 2, cap. 7. Τὸν Θεόν ἐπικαλούμενοι δεόμεθα αὐτοῦ, κύριε ἐλέησον: Ora, esta palavra supõe, 1. A parte que ora por perdão se vê como em um estado muito miserável e perdido, que nenhuma calamidade ou mal exterior pesa tanto sobre ela, quanto seus pecados.

E então, em segundo lugar, da parte de Deus, supõe-se que ele não apenas perdoa, mas que até mesmo suas entranhas se comovem dentro dele, quando perdoa. Daí, em Lucas 1:78, são chamadas, σπλάγχνα ἐλέους, as entranhas da misericórdia. Esta bondade de Deus é excelentemente representada no pai do Pródigo, Lucas 15:20. Portanto, quão grande pecado é a incredulidade, e recusar-se a ter bons pensamentos de Deus, quando Deus se manifestou assim gracioso!

A última palavra que mencionarei (embora haja outras que são usadas) é por via de negação, μὴ λογίζεσθαι, Romanos 4:8, 2 Coríntios 5:9. E esta é uma metáfora daqueles que fazem suas contas, e contam tanto sobre tal pessoa por dívida. Ora, por esta palavra é mostrada a natureza terrível do pecado, como também que, por um tempo, possamos viver alegremente, não nos importando com nada, e em segurança, contudo Deus um dia fará suas contas, e nos cobrará tais e tais dívidas; mas se o Senhor não as imputar a nós, e não as contar em nossa conta, esta será nossa bem-aventurança. E assim ouvistes as palavras mais escolhidas e principais pelas quais o Espírito Santo expressa nosso perdão. Prosseguimos.

1. Proposição. Estabelecei isto como um fundamento: Que quando Deus perdoa o pecado, ele o remove de tal forma que a parte absolvida não é mais vista como pecadora. Todas as expressões sobre o perdão equivalem a isto; assim como quando alguém acusado de roubo e assassinato na Comunidade, e é legalmente absolvido pelo Juiz, ele não é mais reputado ladrão ou assassino. Portanto, é uma calúnia dos Papistas, como se sustentássemos que um homem é pecador depois que Deus o perdoou.

É verdade, dizemos que o pecado permanece em um homem, embora ele seja justificado, e que o pecado tem um merecimento de condenação consigo, mas onde Deus perdoou, ali ele não olha para aquele homem como um pecador,

mas como um homem justo. Portanto, em diferentes aspectos, podemos dizer que o perdão do pecado é uma abolição total dele, e não é uma abolição total dele. É uma abolição total dele, na medida em que se reflete sobre a pessoa, tornando-a culpada e obrigando-a efetivamente à condenação; a este respeito, um homem é tão livre como se nunca tivesse pecado; mas se falarmos da inerência do pecado, e dos efeitos da corrupção original, que permanecem em todos, os quais também são verdadeira e propriamente pecados; assim o perdão do pecado não é uma abolição total, e embora Cristo não tenha operado nenhuma semiplenam curationem, como se observa, nenhuma cura pela metade em nenhuma pessoa doente, mas a quem ele curou, ele curou perfeitamente, contudo ele opera por graus na graça da Santificação, como ele aperfeiçoou o mundo por vários graus sucessivamente, e não (como Agostinho pensava) tudo de uma vez.

De modo que este particular, a saber, que o perdão é uma abolição perfeita do pecado na consideração anterior, é de consolo transcendente para os crentes: e, de fato, é impossível que o pecado seja perdoado divisivelmente e por partes: assim um homem estaria ao mesmo tempo sob o favor de Deus e sob o seu ódio, o que é impossível. Tu, portanto, que és crente, tens motivo para te alegrar, por esta obra perfeita de remissão de teus pecados passados, na qual nada mais é, ou pode ser feito para o teu bem e consolação. Não penses que é com Deus, como com os homens, que dizem de fato: "Eles perdoam de todo o coração", mas retêm o seu ódio secreto e interior, tanto quanto antes. De fato, a dor do pecado pode rolar e agitar-se em tua consciência por muito tempo depois, embora seja perdoado (vemos isso em Davi) como o mar, que foi enfurecido por tempestades e ventos, embora eles se aquietem, ainda assim o mar rugirá e fará barulho por muito tempo depois.

O coração de um homem despertado e trespassado pela culpa do pecado; não se compõe rápida e facilmente de novo.

Prop. 2. Uma coisa é Deus perdoar, e outra coisa é não exigir e demandar punições. Como vemos entre os homens, um Juiz muitas vezes por medo ou de outra forma, quando a Justiça é obstruída, não chama tal malfeitor a prestar contas, mas o adia, contudo, apesar de tudo, o homem não é absolvido; assim, muitas vezes se vê na providência de Deus, há multidões de pecadores que, após suas transgressões cometidas, não apenas estão sem punição, mas desfrutam de grande prosperidade e muito sucesso exterior, contudo, estes homens não são perdoados, eles não foram absolvidos, não têm quitação de Deus. Isto tem sido uma tentação tal para Davi, Jeremias e outros do povo de Deus, que eles muitas vezes vacilaram por incredulidade. Mas os homens podem ter seus castigos adiados, sua condenação pode dormir ou demorar, mas não é retirada. Não se iludam, portanto, os homens com vãs esperanças, como se seus pecados fossem perdoados, porque ainda não foram punidos: Não, deve haver algum ato

gracioso positivo de Deus para te absolver, senão teus pecados estão vivos para te condenar.

Examina-te, portanto, se a tua paz, conforto, abundância, são um fruto da mera longanimidade de Deus, ou da sua quitação. Este último é sempre um ato de sua graciosa misericórdia: mas o outro pode ser um fruto terrível de seu ódio contra ti, a tal ponto que seria melhor para ti vagar por aí como Caim, temendo que tudo te mate, ou te condene, do que estar em tal segurança.

Prop. 3. Um homem piedoso pode não apenas se considerar obrigado a agradecer a Deus pelo perdão dos pecados que cometeu, mas deve reconhecer tantos perdões, quantas vezes pela graça de Deus foi preservado do pecado. E se um crente entrar nesta consideração, como isso o oprimirá! Tantas vezes quantas Deus te preservou de tais e tais pecados, aos quais teu próprio coração, ou as tentações, te teriam inclinado, Deus te deu virtualmente tantos perdões. O fato de Deus ter preservado Davi de matar Nabal e sua Família, foi interpretativamente uma misericórdia tão grande, quanto no perdão expresso do assassinato de Urias. É uma regra dos Teólogos, Plures sunt gratiae privativae, quàm positivae. Há mais graças preventivas do que positivas. A proteção contra os males é mais do que o bem que ele nos concede.

Portanto, Agostinho observou bem que, assim como Paulo disse: "Pela graça de Deus sou o que sou": Assim também ele poderia ter dito: "Pela graça de Deus não sou o que não sou". Embora, portanto, não sejamos tão sensíveis às misericórdias preventivas, como às positivas, contudo, uma devida e correta consideração do amor de Deus nesta matéria poderia inflamar muito nossos corações: Dize, portanto: Ó Senhor, eu te bendigo, não apenas pelo perdão daqueles pecados que cometi, mas também por tua bondade em me preservar daqueles muitos milhares, nos quais eu era propenso a cair, o que é, na verdade, o perdão de tantos.

Prop. 4. A remissão do pecado não deve ser considerada meramente como a remoção do mal, mas também como a concessão do bem. Não é apenas ablativa mali, mas collativa boni: não é uma mera negação do castigo que nos é devido, mas uma abundante concessão de muitos favores graciosos a nós, tais como a Filiação, e um direito à vida eterna, como também a Paz com Deus, e a Comunhão com ele. Deus também nunca perdoa nenhum pecado, a não ser onde ele santifica a natureza de tal pessoa. De fato, valerá a pena investigar se esta conexão do perdão do pecado com a santidade inerente, surge de uma necessidade natural, de modo que um não pode existir sem o outro; ou se é pela mera vontade positiva, e designação de Deus; por enquanto, isto é suficiente, Deus revelou que nunca separará estes.

Prop. 5. Em cada pecado há (para o propósito da Justificação, estas duas coisas consideráveis) a ofensa que é feita a Deus, pela qual ele se desagrada, e a

obrigação do homem que assim o ofende à condenação eterna. Ora, a remissão do pecado consiste inteiramente em remover estas duas coisas: de modo que, quando Deus não quer nem punir nem se ofender com a pessoa, então se diz que ele perdoa. Não devemos, portanto, falar de dois tipos de remissões, uma remissão do castigo, outra da ofensa e da falta; pois esta é uma única remissão, e Deus nunca faz uma sem a outra. É verdade que permanecem castigos paternais e medicinais depois que o pecado é perdoado, mas nenhuma ofensa, ou castigo estritamente assim considerado.

Que tipo de ato é esta remissão, se imanente ou transitória, será mostrado na próxima Questão.

Prop. 6. Da Proposição anterior segue-se isto: Que o pecado na sua culpa não é remido por nenhum ato que fazemos, mas é um mero ato de Deus. De modo que nem a graça do arrependimento, nem o amor a Deus é o que remove a culpa da alma, mas é algo apenas em Deus. É a opinião de muitos Papistas, que Deus ao perdoar apenas capacita a se arrepender do pecado, e então a culpa do pecado se vai natural e necessariamente, de modo que não há necessidade de aceitação de Deus, ou ato de remissão, mas apenas uma infusão de graça para se arrepender. Mas isto no próximo Sermão será principalmente insistido, e é de grande uso prático, para nos tirar da confiança e da fé em nossa tristeza pelo pecado.

Pois, assim como quando um credor perdoa seu devedor, é o ato exclusivo do credor, não algo do devedor: assim, no perdão, não é algo que fazemos, por mais que seja com muito amor e quebrantamento de coração, que libera e desata o laço do pecado, mas é um ato somente de Deus. Se dizeis: "Por que então o arrependimento e a fé são tão necessariamente pressionados, que Deus não perdoa sem eles?". Pois se é apenas um ato de Deus, então pode ser feito sem qualquer obra do pecador intervindo. Mas disto falaremos em seguida; apenas por enquanto, notai que não é nenhuma tristeza ou retratação nossa que torna um pecado remissível, ou efetivamente remido, mas um mero ato de Deus, e se todos os homens do mundo fossem questionados sobre o que querem dizer quando oram a Deus para perdoar seus pecados, o sentido de todos seria, não que eles devessem fazer algo que os remiria, mas que Deus por seu favor gracioso os liberaria.

Assim, então, se todos estes particulares forem somados, podeis conceber claramente como Deus perdoa o pecado, não infundindo ou pondo graça em nós, que expulsa o pecado, como a luz faz com as trevas, mas por sua graça e favor externos, aceitando-nos: e, portanto, não devemos confiar em nada que fazemos, não presumir, nem mesmo de nossa tristeza piedosa pelo pecado, mas olhar para o Céu, desejando que Deus diga a palavra, que ele pronuncie a sentença de absolvição.

Que o Uso seja, Olhar para nós mesmos como atados em correntes e grilhões por nossos pecados, como feitos muito miseráveis por eles, para que assim possamos desejar mais ardentemente o perdão, e dar-lhe um alto preço. Embora o perdão de Deus não seja a infusão de tristeza piedosa, e a obra de um coração quebrantado dentro de nós, contudo nunca podemos obter um sem o outro. A graça e a misericórdia de um perdão não são mais estimadas por nós, porque não olhamos para nós mesmos como tantas pessoas culpadas, julgadas à morte eterna. Assim o Publicano clamou: "Tem misericórdia de mim, pecador".

O que Plutarco disse do lavrador, que era uma visão agradável para ele, ver as espigas de milho curvando-se para a terra, porque isso era um argumento de fruto dentro. Não menos alegre é para os lavradores espirituais ver seu povo andar com corações humildes, rebaixados, quebrantados, pelo senso de pecado, e não andar confiante e delicadamente, como Agague, dizendo: "O pior já passou". Deus disse de Acabe, embora humilhado apenas por motivos externos: "Vês como Acabe se humilha?". Quanto mais Deus tomará conhecimento daqueles que se humilham por motivos espirituais, desejando alívio de Cristo.

Assim como, portanto, Bernardo, escrevendo a alguém, epist. 180, que ele pensava não ser suficientemente solícito sobre os Juízos de Deus, em vez de desejar-lhe, segundo o costume ordinário de saudação, Salutem plurimam, muita saúde, disse, Timorem plurimum, muito temor: Assim podem os Ministros de Deus, não vos desejamos muita alegria, mas muito santo temor. Infelizmente, tu temes a dor, a pobreza, a morte: mas a culpa do pecado é principalmente a ser temida: mas nós, como crianças, temos medo de uma máscara, e não tememos o fogo, que é um perigo real.

LIÇÃO XVIII

A Necessidade do Arrependimento para o Perdão: E como ele consiste com a Graça Livre de Deus em remitir.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas."

Já foi demonstrado que o Perdão do pecado é obra somente de Deus, e também que sua maneira de fazê-lo não é infundindo graça em nós, que tira a culpa do pecado, mas além da graça santificadora, há também um ato da parte de Deus revogando a sentença de condenação contra nós. Ora, porque isto pode parecer derrubar o dever do arrependimento: e porque esta é a rocha em que muitos naufragaram, não sendo capazes de reconciliar nosso dever de arrependimento, com o favor gracioso de Deus em perdoar. Falarei, embora não tudo, mas tanto quanto se relaciona com meu propósito em questão, sobre o dever e a necessidade do arrependimento, embora não haja causalidade ou mérito nele, para tirar o pecado, e isto pode nos informar corretamente sobre a verdadeira eficácia de nossa tristeza pelo pecado.

Para abrir esta Verdade, considerai estas Proposições:

Primeiro, que Deus nunca remite ou perdoa o pecado, a não ser onde também dá um coração amolecido e suavizado para se arrepender. A Escritura confirma abundantemente isto por preceitos e exemplos. É de fato disputado pelos Escolásticos (como já ouvistes) se Deus, por seu poder absoluto, poderia perdoar o pecado sem a Santificação de nossas naturezas, e a graça do Arrependimento; pois, sendo duas misericórdias distintas, por que Deus não poderia separar uma da outra? Mas é uma coisa vã disputar o que Deus poderia fazer, quando ele revelou o que fará.

E embora não possamos dizer que há uma necessidade natural entre a Justificação e a Santificação, tal como há entre a luz e o calor no fogo; contudo, esta união delas pela vontade e designação de Deus, surge de uma conveniência e adequação tanto para o próprio Deus, que é um Deus santo, quanto para a natureza da misericórdia, que é a remoção e o afastamento do pecado.

2. Embora a Escritura atribua o perdão do pecado a muitas qualificações em um homem, contudo, o Arrependimento é o dever mais expresso e próprio. A Escritura às vezes faz do perdão aos outros uma disposição necessária, às vezes confessar e abandonar os pecados, às vezes crer (embora isso tenha uma natureza peculiar em receber o perdão, que outras graças não têm; e, portanto, a fé obtém o perdão por via de um instrumento que aplica, o que outras graças não fazem). Mas se falamos

da qualificação formal expressa, é o arrependimento de nossos pecados, não o arrependimento como um mero terror nu em teu coração, mas como ele é adoçado com considerações Evangélicas.

Lutero disse que não havia palavra tão terrível para ele, e que sua alma mais odiava, do que aquela (Arrependei-vos). Mas foi porque ele não entendia os fundamentos do Evangelho. Lemos, então, de alguns lugares da Escritura, que fazem de Deus o único Autor de apagar e perdoar o pecado. E novamente lemos de outros lugares, onde Deus não faz isso por ninguém, a não ser pelo coração quebrantado e contrito. Ora, ambos estes lugares não devem ser opostos um ao outro: nem devemos nos demorar tanto em um, a ponto de negligenciar o outro; de modo a olhá-lo como ato de Deus, como se nada fosse requerido em nós: e novamente, de modo a olhar para o que fazemos, como se Deus não devesse ser reconhecido.

3. Ninguém pode crer ou concluir que seus pecados estão perdoados antes de se arrepender. A isto falarei mais particularmente, quando tratar da Doutrina da Justificação antes da Fé. Quanto à Afirmação em si, é clara por todos aqueles lugares da Escritura, que tornam o arrependimento requisito para o perdão, Ezequiel 14:6, Ezequiel 18:30, Mateus 3:2, Lucas 13:3. O erudito Dr. Twisse, Vind. grat. p. 18, confessa que há Argumentos de ambos os lados na Escritura: Às vezes, diz ele, o Perdão do pecado é subjugado à confissão e ao arrependimento, do qual tipo ele confessa haver lugares mais frequentes e expressos; mas, contudo, às vezes a remissão do pecado já obtida é feita um argumento para mover ao arrependimento, e ele exemplifica com Davi e Maria Madalena, que abundante e copiosamente irromperam em lágrimas, ao sentirem o perdão.

Mas estes exemplos não são pertinentes, pois Davi se arrependeu de sua maldade antes que Natã lhe dissesse que seu pecado fora removido; e seu Salmo penitencial não foi feito tanto para o primeiro perdão de seu pecado, quanto para a confirmação e segurança dele em seu perdão. Assim foi também com Maria Madalena. Mas mais sobre isso a seu tempo.

4. Há uma necessidade de Arrependimento se quisermos ter perdão, tanto por uma necessidade de preceito ou mandamento; como também por uma necessidade de meios e um caminho. O que quer que seja necessário, Necessitate medii, por uma necessidade de meios ou um caminho; é também necessário por uma necessidade de mandamento, embora não e contra. Que o arrependimento é necessário por via de um mandamento, é claro pelos lugares citados, e em inumeráveis outros lugares.

Não trato do caso se um arrependimento real ou explícito é necessário para a salvação de todo pecador; mas falo em geral. Discute-se se é um preceito natural, ou um mero mandamento positivo; e se é um mandamento natural ou moral, a qual mandamento ele é reduzido? Aqueles que o querem sob o mandamento de "Não matarás", como se ali fosse ordenada uma preocupação com nossas almas, para que não fossem condenadas, são ignorantes dos verdadeiros limites e fronteiras dos vários Mandamentos.

Discute-se também, Quando este tempo de arrependimento obriga? É uma maravilha que alguns o limitem apenas a tempos de perigo e medo da morte. Certamente este mandamento obriga assim que um homem pecou. Venenata inducias non patiuntur, "Um homem que engoliu veneno não deve demorar, mas expulsá-lo imediatamente". E aquele que está ferido, que jaz sangrando, despacha-se imediatamente com toda a prontidão em busca de Médicos, para ter seu sangue estancado: e assim os homens devem aproveitar a primeira oportunidade. Daí, naquele famoso milagre operado no tanque de Betesda, não o segundo ou o terceiro, mas aquele que entrou primeiro nele foi o único homem que foi curado.

Assim como o arrependimento é necessário por via de mandamento, assim também por via de meios: pois o Espírito de Deus opera isto em um homem, para qualificá-lo para este perdão; de modo que, embora não haja causalidade, condignidade ou mérito em nosso arrependimento, contudo ele é de tal natureza, que Deus o ordena e designa como um caminho para o perdão: de modo que o mandamento para o arrependimento não é como aqueles mandamentos positivos dos Sacramentos, nos quais a vontade do Legislador é meramente o fundamento do dever; mas há também uma adequação na coisa em si para que seja assim: assim como entre os homens, a natureza ensina que a pessoa injuriosa deve se arrepender e pedir perdão antes de ser perdoada.

5. Concernente a este dever de arrependimento, há dois erros práticos extremos; um é o do homem profano e seguro, que faz de toda invocação de misericórdia vazia e sem coração, o arrependimento de que fala a Escritura, ao passo que o arrependimento é um dever composto de muitos ingredientes, e tantas coisas vão para a própria essência, sim, o mais baixo grau de tristeza piedosa, que por regras da Escritura podemos dizer, o Arrependimento raramente é visto em qualquer lugar; pois se considerardes a sua natureza, é um coração quebrantado e contrito.

Ora, quão pouco do coração está nas humilhações da maioria dos homens? Sendo os homens Humiliati magis quam humiles, como disse Bernardo, "humilhados e rebaixados pela mão de Deus, em vez de humildes e modestos em suas próprias almas". Novamente, se considerardes a causa eficiente, é do Espírito de Deus, a fonte da tristeza deve surgir desta colina, Zacarias 12, Romanos 8. Ademais, se considerardes o motivo, deve ser porque Deus está

descontente e ofendido, porque o pecado é contra uma lei santa, e assim de uma natureza manchadora e poluidora. Por último, se considerardes o efeito e o fruto do arrependimento, é um abandono deliberado e total de todas aquelas concupiscências e iniquidades, em cujas cadeias eles estavam antes acorrentados: de modo que um homem arrependido e convertido a Deus, difere tanto de si mesmo, uma vez pecador, quanto um Lázaro ressuscitado e caminhando, difere de si mesmo morto e putrefato na sepultura.

Não prometas a ti mesmo, então, arrependimento, tu cujo coração não está contrito, que continuamente lambes o vômito do teu pecado: Não, tu estás longe deste dever ainda. Por outro lado, há um erro contrário, e este é às vezes pela alma piedosa, e tais que verdadeiramente temem a Deus. Eles não acham o arrependimento suficiente, a menos que seja ampliado a tal medida e quantidade de tristeza: como também estendido a tal espaço de tempo; e por este meio, porque não podem dizer, quando entristeceram o suficiente, ou quando seus corações estão quebrantados como deveriam estar, eles são mantidos em labirintos perpétuos, e frequentemente, por impaciência, fazem como Lutero em tal tentação, desejam nunca ter sido feitos homens, mas qualquer criatura antes, por causa das dúvidas, sim, do inferno que sentem dentro de si.

Ora, embora seja muito proveitoso lamentar amargamente nossos pecados, e não limitar o tempo, contudo um cristão não deve pensar que o Perdão não lhe pertence, porque sua tristeza não é tão grande e sensível pelo pecado como ele a deseja. Davi, de fato, não apenas em sua alma, mas até mesmo corporalmente expressa muitas lágrimas, sim, rios, por causa de seu pecado, e dos pecados de outros homens; contudo é uma boa regra, que o povo de Deus, se tiver tristeza da maneira principal apreciativa, embora não intensiva, por via de julgamento e estima, de modo que prefeririam que qualquer aflição lhes sobreviesse, a pecar contra Deus, se isto estiver neles, embora não tenham tais afeições intensas e sensíveis, podem ser consolados.

Quando o Apóstolo João faz este argumento: "Aquele que não ama a seu irmão, a quem viu, como amará a Deus, a quem não viu?". Isso implica que as coisas dos sentidos nos movem mais do que a matéria da fé. Davi fez um grande clamor na morte de Absalão, com tristes expressões: "Oxalá eu tivesse morrido por ti, ó Absalão, meu filho, meu filho", etc. Mas quando Natã lhe falou de seu Adultério e Assassinato, embora ele confessasse seu pecado, não lemos que ele fizesse tal lamentação sensível. Assim, Jerônimo escreve de uma mulher piedosa, Paula, que na morte de seus filhos, ficava tão abatida, que mal escapava da morte; contudo, não é relatado que ela sentisse tal dor por seus pecados.

De modo que, assim como nas coisas corporais, um homem escolheria a dor de dente, em vez de uma febre pestilenta, contudo um homem é mais afligido e dolorido com a dor de dente, ou a queima de seu dedo, do que com uma febre:

Assim pode ser aqui, um homem piedoso preferiria escolher a perda de seus filhos, ou parentes mais queridos, do que perder o favor de Deus por seu pecado; contudo pode ser que tenha uma dor mais penosa em um do que no outro. Novamente, deve-se observar que a Escritura, ao exigir tristeza ou arrependimento pelo pecado, não limita tal grau, ou tal extensão de tempo, que, se necessário, certamente teria sido prescrito.

6. Não se pode negar, mas que os antigos Padres falaram hiperbolicamente de lágrimas e arrependimento; cujas frases foram a ocasião daquela doutrina corrupta no Papado. Crisóstomo compara o arrependimento ao fogo, que remove toda a ferrugem do pecado em nós. Basílio o chama de, A medicina da alma, sim, aquelas coisas que Deus propriamente faz, são atribuídas às lágrimas e à tristeza; como se a água dos olhos, fosse tão satisfatória quanto o sangue de Cristo; seu sangue é limpo o suficiente para nos purificar, mas nossas próprias lágrimas precisam de lavagem.

É verdade, de fato, que lemos uma promessa feita àqueles que se desviam de seus maus caminhos, Ezequiel 18:27, "ele salvará sua alma viva"; mas isto não é o fruto de seu arrependimento, mas o dom de Deus, por promessa: Qualifica o sujeito, não tem influência sobre o privilégio: Assim como um homem, pelo poder da natureza, dispõe e prepara o corpo para receber a alma, mas é obra de Deus infundi-la imediatamente.

7. Embora, portanto, o arrependimento seja necessário para qualificar o sujeito, contudo incorremos em falsidade quando o tornamos uma causa do perdão do pecado. E assim fazem as pessoas ignorantes e errôneas: Pergunte-lhes por que esperam ser salvas ou justificadas, por que esperam ter seus pecados perdoados; elas respondem: "Porque se arrependeram, e porque levam uma vida piedosa": Assim elas depositam sua confiança e fé naquilo que fizeram. Mas a Escritura, embora comande indispensavelmente o arrependimento em cada um, contudo a causa eficiente do perdão é a graça de Deus, e a meritória é o sangue de Cristo: E se o arrependimento vem sob o nome de uma causa, só pode ser da material, que qualifica o sujeito, mas não tem influência na própria misericórdia.

Lemos em Lucas 7, que Maria Madalena teve muitos pecados perdoados, porque ela amou muito: Mas a Parábola de um Credor que perdoou dívidas, que é trazida por nosso Salvador para agravar a bondade dela, mostra claramente que ele não fala de um amor que foi a causa do perdão de seu pecado, mas que foi o efeito dele, o amor de Deus derretendo seu coração, assim como o Sol faz com a neve.

As mais altas expressões que encontramos na Escritura, onde o perdão do pecado parece ser atribuído à piedade, como causa, está em Daniel 4:27. "Rompe

com tuas iniquidades, mostrando misericórdia aos pobres." Aqui pensaríamos que, se um homem quisesse de propósito sustentar que fazer uma boa obra seria uma causa própria para remover o pecado, ele não usaria outra expressão. Mas primeiro, parece pelo contexto que Daniel não dá este conselho em referência à Justificação, e ao perdão de seu pecado, para ser aceito por Deus, mas para prolongar e afastar aquele juízo temporal, que foi revelado na visão, como parece por aquelas palavras [Se houver um prolongamento de tua tranquilidade]. E temos um exemplo semelhante em Acabe, que prorrogou sua calamidade por uma humilhação externa.

Novamente, embora o Vulgar o traduza, "Redime teus pecados", contudo a palavra hebraica significa propriamente, "Quebrar uma coisa", como nós a traduzimos, e embora por uma metáfora seja aplicada para redimir e libertar, contudo isso é sempre de homens e pessoas, não de coisas, especialmente seria ridículo dizer, "Redime teus pecados": de modo que o significado é, que enquanto antes Nabucodonosor por injustiça e opressão tinha feito muita rapina e violência; agora Daniel o aconselha a romper com tais caminhos ímpios, pelas expressões contrárias de amor e castidade: de modo que este lugar não dá nenhuma misericórdia espiritual ao arrependimento, como a causa própria dela.

8. Assim como o arrependimento é necessário, mas não como causa de perdão: assim também não é requerido, como aquilo pelo qual apaziguamos e satisfazemos a Deus; e nisto se baseia todo o Papado, sim, e todos os espíritos farisaicos, em sua humilhação, de que por aquelas aflições e rebaixamentos de suas almas, eles satisfarão a Deus, e o compensarão. Mas isto é tão grosseiro, que os mais eruditos dos Papistas são forçados a mitigar a questão, e dizer que a satisfação não pode ser propriamente feita a Deus por nada que façamos, porque tudo o que temos e fazemos é de Deus, e, portanto, deve haver uma aceitação ou aliança por via de dom interposta, pela qual possamos ser capazes de satisfazer.

E então, ademais, eles dizem que não se pode fazer satisfação para ganhar a amizade de Deus, que o pecado violou, mas para tirar algo do castigo temporal que pertence ao pecado. De modo que, por tudo isto que foi dito, podemos dar ao arrependimento aqueles limites justos e verdadeiros, que a Palavra de Deus lhe atribui, e contudo não dar mais do que a Palavra de Deus dá. Nem podemos pensar que é uma ninharia ou sutileza fazer uma diferença entre uma qualificação e uma causa; pois se não o fizermos, tiramos a devida glória que pertence a Cristo e seus méritos, e a damos às obras que fazemos, e tornamos Cristo e seus sofrimentos imperfeitos e insuficientes; e por isto podemos ver, em que sentido a graça inerente ou a santificação expele o pecado; pois se falamos da imundície e poluição do pecado, assim a graça santificadora o expele, como a luz faz com as trevas, o calor com o frio, por uma mutação e

mudança real: De modo que Deus, ao santificar, não faz mais para expelir o pecado, na imundície dele, depois; assim como o Médico não precisa fazer mais para remover a lepra, do que produzir uma saúde sólida no corpo.

Mas quando falamos da culpa do pecado, não é a graça santificadora dentro de nós que remove a culpa, mas a graça justificadora fora de nós. A ponto de, embora um homem, depois de cometer o pecado, fosse perfeitamente santificado, ainda assim isso não removeria a culpa que seu pecado lhe trouxe: de modo que, embora aquele homem, em tal caso, não precisasse de mais graça de santificação para o tornar santo, contudo ele precisava da graça da remissão para remover esta culpa. De modo que a culpa do pecado não cessa por uma necessidade natural, com a remoção da natureza do pecado, mas por um ato distinto e novo do favor de Deus em perdoar; pois se assim fosse, então a misericórdia de Deus em dar um coração arrependido, e sua misericórdia em perdoar não seriam duas misericórdias distintas (que contudo são evidentemente distinguidas pela Escritura), mas a mesma misericórdia inteira.

Ora, embora isto seja verdade, contudo, quão poucos reformam seus juízos neste ponto? E por isso eles vêm a colocar sobre sua graça dentro deles, o que pertence à graça fora deles.

Uso de Instrução, Que pode haver uma feliz reconciliação e acordo entre a graça de Deus em perdoar, e o dever do homem em se arrepender, um não precisa ser pregado para desalojar o outro. Todo erro é uma extremidade de alguma verdade, e, portanto, é difícil descobrir a verdade, porque é difícil descobrir onde estão os limites, onde a verdade se separa do erro. Que, portanto, um cristão não confie tanto em seu arrependimento, como se não houvesse Aliança da graça, nem sangue de Cristo para procurar uma expiação: assim também não exalte estas causas a ponto de extinguir seus deveres.

Para estimular a este dever de arrependimento, como aquilo sem o qual o perdão do pecado não pode ser obtido. Não há tal graça livre nem misericórdia do Evangelho que substitua um coração quebrantado e contrito. Cristo foi quebrantado por teus pecados, contudo isso não te desculpará de um coração quebrantado por eles também. Cristo foi ferido, e um homem de dores por teus pecados, contudo isso não removerá tuas feridas e dor também.

De fato, se estes fossem capazes de satisfazer a ira de Deus, ou de fazer uma expiação, então Cristo foi ferido, e se tornou um homem de dores em vão, pois Deus não requer uma dupla satisfação: mas nós somos feridos pelo pecado por outros motivos que não os de Cristo: nós lamentamos por outras causas que não as dele: e considera, tu que tens medo de te entristecer aqui pelo pecado, quão pouco é isto em comparação com aquilo pelo que serás forçado a te entristecer depois! Tu não queres ser sobrecarregado aqui; mas oh, quão leve é isso em comparação com a carga que terás de suportar depois!

Isto Bernardo instou: "Quando", diz ele, "instamos os homens a se arrependerem, eles dizem, 'isto é um durus sermo, um discurso duro, quem pode suportá-lo?' Mas vós vos enganais, quando Deus disser: 'Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno'. Isto sim é um discurso duro." E considerai que o arrependimento é tanto quanto trazer um homem de volta ao seu juízo e mente. Todo o tempo em que teus pecados não são um fardo para ti, tu estás em cegueira: assim como a criança, enquanto está no ventre escuro, não chora, mas assim que vem à luz, então ela chora. Enquanto tu jazes no ventre da escuridão e da ignorância, não te lamentas, mas quando Deus abrir teus olhos para ver teu estado, e a agravação de teus pecados, então irromperás em tristeza.

LIÇÃO XIX.

O arrependimento não é causa de perdão, e contudo sua utilidade e Necessidade quanto ao Arrependimento. Por que o Arrependimento não é suficiente para remover a Culpa do Pecado; E por que não tem a proporção na Satisfação que o Pecado tem na ofensa.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas."

Foi demonstrado que há um feliz acordo entre a graça de Deus em perdoar, e nosso dever em nos arrepender. Ao delimitar isso, ouvistes que a Escritura exclui todo mérito e causalidade de nosso arrependimento, e dá a glória de tudo à graça de Deus, e ao sangue de Cristo. Antes de deixar este ponto, será necessário responder a algumas Objeções práticas, pois há um grande equívoco em muitos sobre este mesmo dever de arrependimento. Se lhes for perguntado, como esperam ser salvos? Eles responderão, por seu arrependimento. Assim, eles fazem disso sua Arca e cidade de refúgio; eles olham para isso como a serpente de bronze, e não para Jesus Cristo. E não é de admirar, se isto é assim entre pessoas ignorantes, quando os mais eruditos entre os Papistas, dão tal poder e mérito ao arrependimento.

A ponto de Vasquez dizer que se admira daqueles católicos que têm pensamentos tão baixos e desprezíveis da justiça em nós, a ponto de não excluir o pecado, sem nenhum novo favor ou perdão de Deus: como se o nos capacitar a nos arrepender, expelisse a culpa do pecado, como o fogo faz com a água, por uma necessidade natural.

A primeira Objeção, portanto, pode ser: Para que propósito Deus requer o Arrependimento, visto que não é causa de perdão? Por que Deus não pode perdoar o pecado, assim como sem esta nossa tristeza; pois se não tem eficácia por si só, para livrar da culpa do pecado, então o pecado poderia ser perdoado, tanto sem ela quanto com ela; pois se o Espírito de Deus nos prepara para o perdão, excitando e despertando o Arrependimento, este Arrependimento deve ter algum respeito de causalidade para com o perdão, ou então para que propósito é operado? É difícil, portanto, ver a necessidade do Arrependimento, a menos que tenha tais efeitos. Insiste fortiter poenitentiae, inhaere tanquam naufragus tabulae, disse Ambrósio; E esta eficácia todos são propensos a dar ao Arrependimento.

Ora, para responder a isto, estabelecei primeiro este fundamento, que Deus exige indispensavelmente o arrependimento de todos, Atos 17:30, onde não

apenas o mandamento do arrependimento é dado a conhecer, mas a bondade de Deus em pressionar este dever: pois, enquanto Deus negligenciou e ignorou os tempos anteriores de ignorância, não revelando nenhum mandamento semelhante a eles, agora, pela propagação geral do Evangelho, ele o faz. Pois, embora o traduzamos (tolerado), como também Beza o faz, contudo, Dieu sobre o lugar mostra mais provavelmente, que significa a ira e indignação de Deus para com eles, e, portanto, escondeu deles os meios de salvação. Esta graça também é requerida dos piedosos que pecam, 2 Coríntios 7:9,10, Apocalipse 2:16.

Tertuliano, sutilmente, mas não solidamente, diz: "Deus primeiro dedicou o arrependimento em si mesmo; pois antes que Deus dissesse: 'Arrependo-me de ter feito o homem', o nome de arrependimento não era ouvido." Mas sabemos que não se pode dizer que Deus se arrepende em sentido próprio, porque não há ignorância em seu entendimento, nem mutabilidade em sua vontade. Mas para responder, por que Deus o requer; isto em primeiro lugar poderia ser suficiente: Porque é sua vontade e mandamento. Bonum est poenitere, an non, quid revolvis? Deus praecipit, disse Tertuliano: "É bom arrepender-se, ou não? Por que duvidas? Deus não o ordenou?".

É a vontade de Deus, unir perdão e arrependimento. Embora não houvesse mais conexão entre estes dois, do que por aquela mera designação de Deus, nós estávamos obrigados a fazê-lo. Como vemos nos Sacramentos, Deus prometeu tal graça espiritual no uso santo e na aplicação de tais sinais externos, onde não há conexão natural alguma entre a graça e o sinal; mas a união vem pela mera instituição e mandamento de Deus. Embora a união do perdão com o arrependimento, seja mais do que de um mero mandamento positivo, há uma aptidão e adequação na própria coisa.

Ora, Deus, ao ordenar isto, não o faz porque precisasse, ou como se não pudesse fazer de outra forma; pois se um homem pode perdoar outro que o injuriou, embora este não se entristeça nem se perturbe por tal ofensa, por que Deus não poderia, se falamos de poder absoluto? Tuas lágrimas, portanto, e teu arrependimento, não tornam Deus mais feliz; nem são requeridos para o bem de Deus, mas para o teu próprio bem. Tampouco Deus os requer, como se devessem suprir qualquer defeito ou insuficiência no sangue de Cristo; pois, infelizmente, se o sangue de Cristo não é capaz de limpar teu pecado, como tuas lágrimas o farão?

Daí, não é menos que blasfêmia, o que Rivet relata de Panigirolla, o Papista, que chama de tolice e pecado grave, depositar confiança totalmente no sangue de Cristo. Embora, portanto, Deus guarde tuas lágrimas em seu odre, contudo, se ele não tomar também conhecimento do sangue de Cristo, tua alma deve permanecer imunda. Não magnifiques, portanto, tuas lágrimas, e subestimes o sangue de Cristo. O sangue do Sacrifício, que representava o sangue de Cristo,

devia ser aspergido sobre os umbrais da porta, mas não sobre a soleira, não devia ser pisado ou desprezado, assim como não é o sangue de Cristo.

Em segundo lugar, há muitas razões de congruência e adequação, para que um homem se arrependa, embora isso não procure o perdão como uma causa. Embora Deus faça o Sol brilhar, e a chuva cair sobre os ímpios assim como sobre os justos, contudo o perdão e a reconciliação não são concedidos aos impenitentes, assim como aos penitentes.

A primeira razão de Congruidade é, Porque por meio disto um homem conhecerá experimentalmente a amargura do pecado, assim como a sua doçura; Pois assim como Deus, embora Cristo tenha satisfeito plenamente sua justiça para remover todo o castigo, ainda assim aflige pesadamente seu próprio povo pelo pecado, para que assim eles possam, em seu próprio sentido, apreender que absinto e fel há no pecado; assim o Senhor, embora o perdão venha inteiramente por Cristo, contudo não o dará a ninguém, a não ser àqueles que se arrependem, para que assim, de acordo com seu deleite no pecado, seja também sua amargura por ele, Jeremias 2:19. Aristóteles disse: Homo est magis sensus quam intellectus, muito mais ele é sensus do que fides, mais sentido do que fé, e no que ele experimentalmente mais sente, nisso ele é mais afetado.

2. Outra Congruidade é esta: Por meio disto, chegaremos a valorizar mais o perdão, e a estimar a graça de Deus em perdoar. O doente estima o Médico. Os ossos quebrados fazem um homem clamar por alívio. O Pródigo faminto se alegraria com migalhas. É, portanto, apropriado que os pecados de um homem sejam um fardo, e um problema pesado para ele, para que assim o perdão seja mais doce, e o amor de Deus mais bem-vindo. Quando os irmãos de José foram postos em temor, e tratados rudemente como espiões: depois disto, saber que José era seu irmão reconciliado, produziu a maior alegria.

Novamente, por meio disto julgaremos melhor o amor de Cristo por nós, seus sofrimentos em sua alma foram mais requintados do que os de seu corpo, quando ele clamou: "Meu Deus, por que me desamparaste?". Nisto estava o auge de sua Agonia. Ora, tu que em teu arrependimento sentes o desprazer de Deus, estás pronto para clamar: "Por que me desamparas?". Por estas palpitações e agonias em tua própria alma, podes ter alguma noção do que Cristo teve em sua alma: e certamente pensar que Cristo foi assim tentado, assim sob o desprazer de Deus por ti, tornará Cristo mais caro a ti, do que o fato de ele ter se tornado pobre, um verme e não um homem, sim, crucificado por ti.

3. Por meio disto daremos a Deus a glória de sua Justiça, de que ele poderia nos condenar, se entrasse em juízo estrito conosco. No arrependimento nós nos julgamos, 1 Coríntios 11, isto é, nós nos condenamos, reconhecemos que tais pecados foram cometidos por nós, pelos quais

Deus poderia não mostrar misericórdia, pelos quais ele poderia dizer: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno"; e por este meio, Deus é altamente honrado, e nós rebaixados. Vede isto notavelmente em Davi, Salmo 51:4. "Contra ti pequei, para que sejas justificado, quando falares, e puro quando julgares." Com esta expressão, Davi reconhece que todas as aflições impostas a ele pelo pecado eram justas, e, portanto, Deus deveria ser inocentado de qualquer maneira. Assim, no arrependimento, um homem chega a conhecer a si mesmo, quão baixo e vil ele é, e que se ele for salvo da ira e do inferno, é meramente pelo bom prazer de Deus; e, portanto, o arrependimento é uma espécie de vingança sobre si mesmo, 2 Coríntios 7:10. O Senhor é exaltado em sua grandeza e soberania, nós somos feitos totalmente prostrados.

4. Assim como há uma Congruidade; Assim o arrependimento flui por consequência natural de um coração regenerado e santificado: Pois, visto que a regeneração é a remoção do coração de pedra, e a doação de um coração de carne, por meio dela também é dada uma flexibilidade e ternura, e aptidão para se comover, porque Deus é desonrado. Assim como há nos filhos uma impressão natural para lamentar e se comover, quando um pai está descontente, de modo que esta tristeza piedosa flui de um coração gracioso; como um riacho da fonte, como o fruto da árvore.

Deste princípio interior Davi lamenta e ora tão sinceramente; deste Pedro sai, e chora amargamente. É, portanto, uma pergunta vã perguntar: "Por que um homem piedoso se humilha pelo pecado?", é como se perguntasse: "Por que uma criança chora a morte de seu pai?". Aquele amor a Deus dentro dele, que prevalece e reina abundantemente ali, é como fogo que derrete e amolece. De modo que, assim como as formas naturais são os princípios das ações, que delas fluem: Assim é um princípio sobrenatural de graça interior, o fundamento de todas as ações espirituais que daí provêm, mas embora flua como um fruto, contudo muitas vezes este riacho é obstruído ou seco.

5. Há na tristeza piedosa uma aptidão ou adequação, para ser feita o meio ou o caminho pelo qual o perdão pode ser obtido. E isto é o mais alto que nossa tristeza piedosa pode alcançar, em referência ao perdão do pecado, a saber, uma ordenabilidade dela para ser tal caminho, no qual possamos encontrar misericórdia. E assim não podemos dizer da impenitência, ou de qualquer outro pecado: Que Deus possa perdoar um homem que vive em suas impiedades e caminhos maus, pois eles não têm aptidão ou conveniência em suas naturezas, para serem referidos a tal fim.

Concedemos, portanto, que quando o Espírito de Deus humilha e amolece o coração de um homem pelo pecado, que ele opera naquele homem, o que tem uma aptidão para ser usado, como o meio pelo qual a misericórdia é obtida; contudo, isso não tem mérito ou condignidade para comprar a salvação. Daí que

não podemos dizer: "É tudo a mesma coisa se um homem se arrepende ou não"; ou que o arrependimento está em um homem, apenas como um sinal de que Deus perdoou; mas devemos ir além, e dizer, é o meio e o caminho que Deus designou antecedentemente ao perdão, de modo que onde este vai antes, o outro vem depois.

6. Há uma Congruência no arrependimento pelo pecado, embora não seja expiatório ou satisfatório; se considerarmos a justiça de Deus, ou a misericórdia e a graça de Deus. A justiça de Deus: Pois se ele perdoasse homens pecadores e impenitentes, embora se revolvam em toda a lama e imundície, que desprezam sua graça e misericórdia, como sua justiça poderia suportar isso? Embora, portanto, o arrependimento não satisfaça sua justiça, contudo os pecados não arrependidos não podem ser perdoados sem injustiça; e, portanto, Cristo não se comprometeu a satisfazer a ira de Deus de uma maneira absoluta e ilimitada, mas de uma maneira ordenada, a saber, no caminho da fé e do arrependimento.

Novamente, não é condizente com a graça de Deus, dar perdão sem arrependimento, pois por meio disto uma comporta seria aberta para toda profanidade e impiedade; e então que sentido ou sabor os homens poderiam ter da graça de Deus, se ela fosse assim exposta a todos os impenitentes, assim como aos arrependidos? Quem magnificaria a graça? Quem a desejaria? De modo que vedes, não é nem de acordo com a misericórdia nem com a justiça de Deus, perdoar o pecado antes, ou sem arrependimento.

Uma segunda Objeção pode ser: Por que o arrependimento operado pelo Espírito de Deus não é suficiente para remover o pecado na sua culpa? Que necessidade há de que, além disto, haja um ato especial e gracioso de Deus para perdoar?

1. A Resposta provém de muitos fundamentos: Primeiro, a Escritura torna estas duas misericórdias distintas, e, portanto, não devem ser confundidas. Deus promete converter o coração a ele, e ele se converterá a ele, no caminho do perdão. De modo que um homem absolvido no trono da graça, tem dois benefícios distintos, pelos quais deve agradecer a Deus; um é, que ele o faz ver seus pecados, e ser humilhado por eles: O outro, que, sendo assim humilhado, Deus lhe dá o perdão; pois embora Deus tenha ordenado assim, que onde um vai antes, o outro se seguirá infalivelmente, contudo tudo isto é da bondade de Deus.

Ele poderia ter ordenado o arrependimento de uma maneira profunda e quebrantada, e quando tivéssemos feito tudo, ainda assim poderíamos não ter tido perdão, e, portanto, não é graças ao teu arrependimento, mas à graça de Deus que encontras o perdão.

2. Nosso arrependimento é enfermo e fraco, necessitando de outro arrependimento. Lava, Domine, lachrymas meas, diz ele: "Ó Senhor, lava as minhas lágrimas". Aquilo só é verdade sobre o sangue de Cristo, o que Ambrósio disse em louvor da água: Quae lavas omnia, nec lavaris, "que lavas todas as coisas, e não és lavada tu mesma". De modo que o arrependimento não pode ser o remédio em que se apoiar, pois, infelizmente, ele necessita de outro remédio, que é o sangue de Cristo.

Se, portanto, quando perguntado: "Como esperas ter teus pecados perdoados?", tu respondes: "porque te arrependes e te humilhas por teus pecados". Será ainda perguntado: "Mas como esperas que os pecados de teu arrependimento sejam removidos?". Aqui tudo deve ser necessariamente resolvido no sangue de Cristo: Cuidado, então, depois do pecado, de confiar em tua própria tristeza. É um pecado muito sutil, a menos que um homem esteja muito familiarizado com o caminho do Evangelho, e com seu próprio esvaziamento, é impossível que ele não olhe para seu arrependimento, como aquilo que compensa a Deus.

3. Se fosse possível que nosso arrependimento fosse perfeito e sem mancha, ainda assim não poderia remover a culpa do pecado cometido, porque o pecado é uma ofensa e desonra infinitas a Deus, e, portanto, nunca pode ser reparado por nenhum homem, mesmo que ele se tornasse tão santo quanto os anjos; pois se um homem tivesse cometido apenas um pecado, se o mesmo homem fosse imediatamente tornado perfeitamente santo; ou se ele tivesse a santidade de anjos e santos comunicada a ele, tudo isso não poderia remover a culpa do pecado, nem toda essa santidade teria satisfeito a Deus tanto quanto o pecado o desagradou e desonrou. Daí Deus enviou Cristo ao mundo para fazer uma reparação, e trazer um bem maior, do que o pecado poderia trazer de mal. Oh, portanto, quão baixo isto deve te lançar no pó, depois do pecado cometido!

Ó Senhor, se eu pudesse me arrepender no mais alto grau, se eu pudesse trazer a santidade de homens e anjos, isso não poderia reparar a brecha que o pecado fez em mim; o que então pensarei de mim mesmo, cujas graças podem ser muito aperfeiçoadas e melhoradas do que são? Mas podeis dizer: "Por que o arrependimento não seria um bem tão grande, e honraria tanto a Deus, quanto o pecado é um mal?". Pois quando dizeis que o pecado tem um mal infinito nele; isso se refere apenas objetivamente, porque Deus, contra quem ele é cometido, é um Deus infinito; Ora, então, se o pecado é chamado infinito, porque se afasta de um Deus infinito, por que o arrependimento não seria dito infinito, porque se volta para um Deus infinito?

Isto tem intrigado muito a alguns, e os fez sustentar que o arrependimento tem tanto valor infinito nele, por causa de Deus, para quem um homem se volta por ele, quanto o pecado tem mal infinito nele. Mas há uma vasta diferença, porque é suficiente para o pecado ter um mal infinito nele, porque a ofensa é feita

contra um Deus infinito, e assim a natureza de uma ofensa está de acordo com o objeto contra quem ela é. Como uma ofensa contra um Rei ou Imperador é mais do que contra um homem particular; de modo que ainda as ofensas são mais ou menos conforme as pessoas contra quem elas são, sejam de maior ou menor dignidade: mas agora é diferente com as coisas boas que são feitas por via de satisfação, que surge do sujeito, não do objeto: como agora o arrependimento, embora seja uma conversão a Deus, que é infinito, contudo não pode ter satisfação infinita, porque o sujeito que se arrepende é finito: Portanto, isto esclarece a dificuldade: as ofensas surgem de acordo com o objeto, mas a satisfação aumenta de acordo com o sujeito.

Daí que, somente Cristo pôde satisfazer, porque somente ele era uma pessoa infinita. De outra forma, se a graça ou a santidade pudessem tê-lo feito, os anjos poderiam ter operado nossa redenção. Além disso, nosso arrependimento e conversão a Deus, não podem ser tão meritórios de bem, quanto o pecado é de punição, por causa daquela regra verdadeira, Malum meum and pure malum est, & meum est: bonum meum, neque pure est, neque meum est. Nossos pecados são inteiramente, e somente pecados, e eles são verdadeiramente nossos: mas nossas coisas boas não são nem puramente boas coisas, nem nossas, mas dons de Deus.

A última Objeção é: Por que haveria tanta pressão para o luto e o arrependimento pelo pecado, e isso porque é uma ofensa tão grande a Deus? Pois, visto que Deus é todo-suficiente e feliz o suficiente em si mesmo, nossos pecados não o ferem, nem o tornam miserável, assim como nossas graças não acrescentam à sua felicidade, mas como ele está acima de nossas graças, assim ele também está acima de nossos pecados: visto, portanto, que Deus é incapaz de qualquer injúria do homem, por que o pecado seria uma ofensa tão grande? A Resposta é fácil, se considerardes os Atributos internos de Deus, como Justiça, Sabedoria, Glória e Felicidade: Assim, Deus não pode ter perda ou injúria, pois ele é sempre o mesmo Deus feliz e imutávelmente glorioso: mas se considerardes as coisas boas externas que lhe são devidas dos homens, como Honra, Louvor, Reverência, etc. Estas podem ser tiradas de Deus pelas vontades e vidas perversas dos homens, e assim Deus ter menos desta Honra e Glória eternas do que ele tem.

E embora esta Honra e Reverência externas não contribuam para a Felicidade interna de Deus, contudo ele se agrada disto, e o ordena dos homens, e ameaça punir onde lhe é negado: e certamente não podemos pensar que a Escritura agrava o pecado sob este título, como uma injúria a ele, como aquilo que o ofende, e é desobediência a ele, se não houvesse alguma Realidade. Além disso, a Necessidade da morte de Cristo por via de satisfação, argumenta necessariamente que o pecado é uma ofensa e desonra reais a ele. E, por último, um pecador, tanto quanto está nele, priva Deus de toda a sua felicidade e glória interiores; a tal ponto que, se fosse possível, Deus seria tornado menos feliz por

nossos pecados. Não é graças a um pecador que ele não o é, mas surge de sua infinita Perfeição que ele não pode ser.

Que o primeiro Uso seja, Recomendar o Arrependimento na sua necessidade, se quisermos algum dia ter perdão. Deus não designou nenhum outro caminho para a tua cura. Nunca te persuadas do perdão do pecado, onde o próprio pecado não te foi amargo. Além disso, onde há tristeza piedosa, haverá oração fervorosa e ascensões celestiais da alma a Deus, por seu perdão. Daí, Zacarias 12. O espírito de Oração e Luto é posto junto, e Romanos 8. Oração e gemidos inexprimíveis.

Assim como as aves do Céu foram criadas no princípio da água; assim também tuas respirações celestiais por Deus, surgem de tua alma humilhada e quebrantada. É presunção esperar perdão por aquele pecado, pelo qual não te humilhaste nem real nem habitualmente. Se um homem esperasse saúde e vida, mas nunca comesse ou bebesse, não dirias que ele tentava a Deus, e era um assassino de si mesmo? Assim, se um homem espera perdão, e contudo nunca se rebaixa ou se abomina arrependendo-se de seus pecados, não dirás que ele é um assassino de sua alma? E sê encorajado a isso, porque Deus anexou uma promessa tão graciosa a ele. Ele poderia ter te enchido de tristeza aqui e no porvir.

Poderia ser contigo, como com os anjos condenados, que não têm nem a graça do arrependimento, nem a misericórdia do perdão.

2. Não confiar no arrependimento, mas depois de todas as tuas humilhações, ainda depender somente de Cristo. Embora Cristo tenha morrido, e sido crucificado, contudo ele não perdeu sua força e eficácia. Isto foi representado naquela passagem da providência de Deus, que um osso seu foi quebrado; Confia, portanto, em Cristo ferido pelo pecado, não em teu próprio coração que está ferido, usa isto, mas confia somente em Cristo.

A dependência das graças evangélicas esvazia a Cristo, assim como a confiança na Lei. Um homem não pode apenas pregar a Lei, e os deveres dela em prejuízo da glória de Cristo; mas também os deveres e as graças do Evangelho. Se um homem confia em seu arrependimento e em sua fé, ele faz da Justificação e da Salvação obras, embora seja da fé; pois ele faz de sua fé uma obra, e dá aquela glória que pertence a Cristo, ao seu próprio arrependimento.

LIÇÃO XX

Se o perdão do pecado é um Ato imanente ou transitório de Deus: E se é Antecedente à nossa Fé e Arrependimento. O contrário provado, a saber, que Deus não nos justifica ou perdoa antes de Cremos e nos Arrependemos.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas Dívidas."

Já foi demonstrado em detalhes, como Deus remite ou perdoa os pecados. Chegamos agora a mostrar, que tipo de ato é o perdão do pecado, e se ele é antecedente à nossa fé e arrependimento. Ambas estas Questões têm uma dependência uma da outra; e, portanto, devem ser tratadas juntas. A primeira Dúvida é, Que tipo de ato em Deus é o perdão do pecado? Se é um ato imanente, que habita e permanece em Deus, ou transitório, operando algum efeito real e mudança na criatura.

Ora, ao tratar disto, não vos perturbarei com aquela Questão perplexa tão vexada pelos Escolásticos, se uma ação transitória está no Agente, ou no Paciente, mas apresentarei algumas diferenças entre uma ação imanente e uma transitória; apenas deveis notar que estamos em mera escuridão, e não somos capazes de compreender como se diz que Deus age ou opera. Pois, por um lado, não devemos sustentar que há quaisquer acidentes em Deus; ou que ele pode ser um sujeito recipiente de tais, por causa de sua puríssima e simples Essência; de modo que tudo o que está em Deus é Deus. E, contudo, por outro lado, a Escritura representa Deus fazendo e operando tais misericórdias e juízos como lhe parece bom.

Apenas isto alguns concluem, no que outros com alguma probabilidade dissentem, que o conhecimento e a vontade de Deus são a causa de todas as coisas que são feitas; de modo que não há um poder executivo além deles, pelo qual ele faz isto ou aquilo; como vemos que há no homem, embora um Artífice queira que tal coisa seja feita, contudo ela não existe até que ele a tenha operado, mas agora Deus opera todas as coisas por um mero comando de sua vontade, como aparece em Gênesis 1. Deus disse: "Haja luz", e houve luz; aqui estava a vontade de Deus para que assim fosse, nenhum poder executivo distinto daquela vontade. Portanto, é uma verdade segura: De Deo etiam vera dicere periculosum est. É perigoso afirmar coisas, embora verdadeiras, sobre Deus; e Tunc digne Deum aestimamus cum inaestimabilem dicimus, então o estimamos dignamente, quando o julgamos acima de nossos pensamentos ou estima.

Não devemos, portanto, apreender a Deus como tendo uma nova vontade de fazer uma coisa no tempo, que ele não tinha desde a eternidade (como Vorstius e outros blasfemam), mas sua vontade foi desde toda a eternidade, que tal coisa fosse realizada no tempo por sua sabedoria. Como por exemplo, na Criação, Deus não começou então a ter uma vontade de criar: mas ele tinha uma vontade desde toda a eternidade, de que o mundo existisse no tempo; e assim é na Justificação e Santificação; não que estes efeitos sejam desde a eternidade, mas a vontade de Deus o é: E se perguntares: "Por que, visto que a vontade de Deus de criar ou justificar é desde a eternidade, a Criação e a Justificação não são também desde a eternidade?". A resposta é, porque Deus é um Agente livre, e assim sua vontade não é uma causa necessária da coisa, pois então ela seria imediatamente, como os raios do Sol são necessariamente assim que o Sol existe, mas é um princípio voluntário, e assim faz com que o efeito seja no tempo que ele prescreve.

Como se houvesse um Artífice ou Carpinteiro, que pudesse por sua mera vontade fazer com que uma casa fosse erguida; ele poderia querer que isso fosse feito em tal e tal ano, muito depois de sua vontade de que assim fosse: Assim Deus, quando o mundo é feito, quando um pecador é justificado, quis estas coisas desde toda a eternidade, e quando elas vêm a ter um ser, estes efeitos causam uma denominação extrínseca a ser atribuída a Deus, que não existia antes, como agora ele é um Criador, e não era antes, agora ele justifica, e não o fazia antes. Não há mudança feita em Deus, mas a alteração está na criatura. Mas disto mais em seu tempo. Passemos a dar as diferenças entre uma ação imanente e uma transitória, e então poderemos ver facilmente, qual destas duas é a Justificação ou Remissão do pecado.

A primeira e própria diferença é esta: Uma ação imanente é aquela que permanece em Deus, de modo que não opera nenhum efeito real fora: como quando Deus meramente conhece ou entende uma coisa; mas uma ação transitória é quando uma mudança positiva é feita por ela em uma criatura, como na Criação, etc. De modo que podemos concluir de todas as ações de Deus, que se relacionam com os crentes, apenas a predestinação é um ato imanente de Deus, e todos os outros, Justificação, Regeneração, Glorificação, são atos transitórios: pois a Predestinação, embora seja um ato de Deus escolhendo tal pessoa para a felicidade, contudo não opera nenhuma mudança real ou efeito positivo em um homem, a menos que a entendamos virtualmente, pois é a causa de todas aquelas ações transitórias que são operadas no tempo.

Portanto, por mais que a Justificação seja chamada por alguns de uma ação imanente, e assim feita para preceder a Fé e o Arrependimento como se a Fé fosse apenas uma declaração e um sinal do perdão do pecado desde toda a eternidade, contudo isso não pode ser sustentado, como será mostrado.

Uma segunda diferença flui da outra: Uma ação imanente é desde a eternidade, e o mesmo que a essência de Deus, mas uma ação transitória é o mesmo que o efeito produzido. Daí os Ortodoxos sustentam que os decretos de Deus são o mesmo que sua natureza. Daí, quando falamos da vontade de Deus para tal coisa, não é mais do que sua Essência divina, com uma habitude e respeito a tais objetos; os Decretos de Deus não são mais do que Deus decretando, a vontade de Deus não mais do que Deus querendo: caso contrário, a simplicidade da natureza de Deus será derrubada, e aquelas volições de Deus serão entidades criadas, e assim deverão ser criadas por outras novas volições, e assim in infinitum, como Spanheimius bem argumenta, apenas a última parte não parece ser forte ou suficiente, porque quando o homem quer, ele não quer aquilo por uma nova volição, e assim in infinitum, e por que então tal coisa se seguiria em Deus?

Além disso, não há tal absurdo nos atos da alma, em sustentar um progresso in infinitum, a ponto de não se fixar ou terminar determinadamente em tal ato. Uma coisa é ter coisas distintas em Deus, e outra é para nós concebê-las distintamente. A primeira é falsa: A última é verdadeira e necessária. Mas com ações transitórias é diferente, sendo elas o mesmo que os efeitos produzidos, estão no tempo; E este é um erro perpétuo no Antinomiano, confundir o Decreto e o Propósito de Deus para justificar, com a Justificação, a ação imanente de Deus desde toda a eternidade, com aquela transitória, que é feita no tempo.

Ao passo que, se fizessem isso em questões de Santificação e Glorificação, seria absurdo para a experiência de todo homem, ao passo que, de fato, um homem pode dizer tão verdadeiramente que seu corpo é glorificado desde toda a eternidade, quanto que seus pecados são perdoados desde toda a eternidade. E certamente a Escritura fala por um tanto quanto pelo outro, quando diz: "Aos que justificou, a estes também glorificou".

Por estas duas diferenças, podeis ver que o perdão do pecado é uma ação transitória, e assim também a Justificação, em parte, porque deixa um efeito positivo e real sobre um homem justificado; aquele que estava no estado de ódio, está por meio dela em um estado de amor e amizade, ele tem paz com Deus agora, que uma vez estava em conflito com ele. Ora, quando dizemos que há uma mudança feita em um homem pela Justificação, não se refere a uma mudança interna, absoluta e física, como há na Santificação, quando de impuros somos feitos santos, mas moral e relativa; como quando alguém é feito um Magistrado, ou marido e mulher: em parte, porque isto é feito a nós no tempo, ao passo que as ações imanentes foram desde toda a eternidade, e, portanto, seria absurdo orar por elas, como é ridículo para um homem orar para que seja predestinado ou eleito.

Alguns, de fato, falaram da Predestinação como actus continuus, um ato contínuo, e assim, para eles, é boa Teologia: *Si non sis praedestinatus, ora ut praedestineris*, "Se não fores predestinado, ora para que sejas"; mas esta é uma doutrina corrupta, e se opõe muito à Escritura, que frequentemente louva a eleição pela sua eternidade, que foi antes que os fundamentos do mundo fossem lançados; ao passo que, agora, pelo perdão do pecado, é nosso dever orar para que Deus o faça por nós.

Isto sendo assim esclarecido, chegamos a responder à próxima Questão dependente desta, a saber, Se Deus justifica ou perdoa nossos pecados antes de crermos ou nos arrependermos? E nossa resposta é negativa, que Deus não o faz. Embora haja muitos que são pertinazes, em que ele o faz; e assim eles fazem da Fé não uma causa instrumental para aplicar o perdão, mas apenas uma persuasão de que o pecado é perdoado; e assim o arrependimento não será uma condição para qualificar o sujeito, para obter o perdão, mas um sinal para manifestar que o pecado é perdoado.

Esta Questão é de grande importância prática; e, portanto, para vos estabelecer na verdade, considerai estes Argumentos.

1. A Escritura fala de um estado de ira e condenação, em que todos estão antes de serem justificados ou perdoados. Portanto, os pecados dos crentes não foram perdoados desde toda a eternidade; pois se houve um tempo, a saber, antes de sua Regeneração e Conversão, em que ele era um filho da ira, sob a culpa e o castigo do pecado, então ele não poderia estar, ao mesmo tempo, no favor de Deus e em paz com ele. Ora, a Escritura mostra abundantemente que mesmo os crentes antes de sua Regeneração são detidos em tais grilhões e cadeias de culpa e desprazer de Deus, Efésios 2:1-3. Ali o Apóstolo, falando aos efésios convertidos, fala-lhes da condição miserável e amaldiçoada em que uma vez estiveram, e ele se inclui entre eles, dizendo que eram filhos da ira, e isso assim como os outros eram: De modo que não há diferença entre um homem piedoso não convertido, e um homem ímpio, para aquele estado presente, pois ambos estão sob o poder de Satanás, ambos andam em desobediência, ambos são obreiros da iniquidade, e assim ambos são filhos da ira.

É verdade, o homem piedoso é predestinado, e assim será tirado deste estado, e o outro deixado nele. Mas a predestinação (como será mostrado mais amplamente) sendo um ato imanente em Deus, não denota nenhum efeito positivo presente de amor sobre a pessoa; e, portanto, ele, não sendo justificado, tem seus pecados imputados a ele, jazendo sobre ele, e, portanto, pelo argumento do Salmista, não é um homem abençoado. Isto também, 1 Coríntios 6:9-11. O Apóstolo diz de alguns coríntios, que eles eram tais que, permanecendo naquele estado, não poderiam herdar o reino de Deus, e tais eram alguns de vós, mas fostes lavados, mas fostes justificados. Portanto, houve

um tempo em que estes coríntios não foram justificados, mas tinham seus pecados permanecendo sobre eles.

Da mesma forma, todos os lugares da Escritura, que falam da ira de Deus sobre os homens ímpios, e que eles não têm paz com Deus, devem necessariamente ser verdadeiros para todos os homens piedosos enquanto não convertidos. Aquele que não crê, não tem a vida, e a ira de Deus permanece sobre ele, e sem fé é impossível agradar a Deus. Ora, quem pode negar que isto é verdade de Paulo, enquanto não era crente, mas um opositor da piedade? O Salmista também diz: "Deus está irado com os ímpios todos os dias"; não era isto verdade de Manassés antes de sua conversão? Deve, portanto, ser uma Doutrina muito venenosa, dizer que Deus está tão satisfeito com um homem antes de sua conversão, quanto depois.

2. Se as Escrituras limitam este privilégio da Justificação e do perdão apenas àqueles sujeitos que são assim e assim qualificados, então até que sejam assim equipados, eles não podem desfrutar desses privilégios. Os lugares são muitos que testificam isto, Atos 3:19. "Arrependei-vos, para que vossos pecados sejam apagados." Portanto, seus pecados permaneciam não cancelados, como tantas Dívidas no livro de registro de Deus, até que se arrependessem, Atos 26:18. "Para os converter das trevas para a luz, do poder de Satanás para Deus, para que recebam o perdão dos pecados." Portanto, eles não o tinham, enquanto estavam sob o poder das trevas, 1 João 1:9. "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os nossos pecados", o que supõe que Deus perdoa nossos pecados somente quando os confessamos e abandonamos, Mateus 6:15. "Se não perdoardes, tampouco meu Pai celestial vos perdoará."

É em vão enumerar mais lugares, pois estes provam necessariamente que o pecado não é perdoado, até a Fé e o Arrependimento. Eles não argumentam, de fato, uma causalidade ou mérito, contudo inferem uma presença necessária naqueles que obtêm o perdão, e se mantêm pela mesma proporção, como aqueles lugares que requerem a Santificação antes da Glorificação.

3. Onde a Escritura requer muitas coisas para a obtenção de qualquer benefício especial, ali não se pode dizer que esse benefício seja desfrutado, até que todas essas coisas sejam realizadas. Ora, a Palavra de Deus fala de várias coisas requeridas para o perdão do pecado. Há a Graça e a misericórdia de Deus, como a causa eficiente, Salmo 51:1, Isaías 43:25, Romanos 3:25. 2. É requerido o sangue de Cristo, como a causa meritória; pois não pode haver remissão de pecados sem efusão de sangue, Romanos 3:25, 1 Coríntios 15:3, Hebreus 1:3, 1 João 4:10. 3. É requerida a Fé como uma causa instrumental, Atos 26:18, Romanos 3:25.

Ora, embora uma causa instrumental não tenha o mesmo valor ou excelência que a eficiente e a meritória, contudo é tão necessária na via de um instrumento, quanto as outras o são em suas respectivas causalidades: de modo que, assim como um homem não pode, daqueles lugares que falam da graça de Deus, inferir, portanto a remissão dos pecados é antes da morte de Cristo: Assim também um homem não pode argumentar, porque Cristo morreu para tirar nossos pecados, portanto estes são tirados antes que creiamos. De modo que este Argumento pode nos estabelecer plenamente. Vemos a Escritura falando de três causas cooperantes para o perdão do pecado, portanto não posso concluir que o efeito é operado até que todas essas causas existam. E como a Escritura fala destas causas, assim, como ouvistes, de muitas qualificações no sujeito.

A tal ponto que está tão longe de ser um dever crer que nossos pecados foram perdoados desde toda a eternidade, antecedentemente à fé e ao arrependimento, que devemos indubitavelmente crer que não foram. Se o Rei proclamar um perdão a todos que se humilharem e o buscarem. Se o Médico preparar uma poção, para que o paciente a receba, dirá alguém, por causa dessas preparações causais, que ou um é perdoado, ou o outro curado antes de sua aplicação particular dessas coisas?

4. Se nossos pecados são perdoados antecedentemente à nossa Fé e Arrependimento, então todos aqueles efeitos que são inseparáveis no menor momento de tempo da Justificação, são também antecedentes à nossa Fé e Arrependimento: Mas é evidente pela experiência, que não é assim. É uma verdade clara, que a Santificação de nossas naturezas está individualmente conjugada uma com a outra. De modo que embora haja uma prioridade de natureza, contudo elas estão juntas no tempo.

Deus não perdoa os pecados de ninguém a quem não cura, Romanos 8:1, 1 João 1:9, Salmo 32:2. Um homem pode ser justificado, e não glorificado, mas não justificado e não regenerado. Então, se assim for, um homem será ao mesmo tempo, não convertido, e convertido, ao mesmo tempo um membro de Cristo, e um membro do diabo; e assim como eles dizem, somos justificados apenas declarativamente em nossas próprias consciências, assim seremos regenerados, e convertidos apenas declarativamente.

Novamente, onde os pecados são perdoados, ali há bem-aventurança, como diz o Salmista, então eu posso chamar Paulo de um Perseguidor abençoado: Manassés um assassino abençoado, pois eles não tinham pecado imputado a eles naquele tempo. Além disso, aqueles cujos pecados são perdoados, podem ir ousadamente ao trono da graça, e chamar a Deus de Pai; tudo o que é contrário a todo o teor da Escritura, que questiona os homens, por tomarem seu nome ou palavras em sua boca, e odiarem ser reformados: contudo, um Doutor deste fermento azedo Antinomiano, afirma ousadamente, Que Deus nos ama tanto

antes da conversão, quanto depois, Que Deus amou Paulo com um amor tão grande quando ele perseguiu a Igreja, como quando ele pregou o Evangelho;

Como isto deve devorar toda a piedade, quando eu posso ter a mesma fé e confiança em Deus para o perdão na prática de crimes flagiciosos, assim como fora deles, em oração e humilhação? E se ele pode ter a mesma fé, por que não então as mesmas consolações e alegria na consciência?

5. Se a Justificação precede a nossa Fé, de modo que a Fé apenas declara o nosso perdão do pecado, então qualquer outra graça pode ser dita justificar tão bem quanto a Fé. Pois, tome-se qualquer outra graça, arrependimento, humildade, alegria, todas estas são frutos do Espírito de Deus, e assim demonstram a sua eleição de nós, a sua justificação de nós. Mas quão irrefutavelmente os Ortodoxos provam uma virtude instrumental peculiar na fé para o perdão, que outras não têm? O Apóstolo a expressa, διὰ πίστεως, "pela fé no seu sangue", não "pelo amor ao seu sangue".

e de fato o Apóstolo mantém aquela posição do Evangelho contra os falsos mestres, a saber, que somos justificados pela Fé, não por obras. A Questão não era, se as obras da Lei nos justificavam declarativamente apenas, mas causalmente. Assim, por esta Doutrina, a Fé não deve mais ser chamada a mão, ou o comer e beber do corpo e sangue de Cristo, mas apenas feita um sinal de tais misericórdias.

6. Se o perdão do pecado é desde toda a eternidade, precedendo nossa Fé e Arrependimento, por causa da eleição de Deus, então ele também deve ser antecedente à morte e obediência de Cristo. De modo que não apenas nossas lágrimas, mas o sangue de Cristo será excluído deste grande favor. A razão é clara, porque a predestinação e a eleição de Deus são antecedentes a Cristo, sim, Cristo é um fruto de nossa eleição: de modo que os Ortodoxos sustentam contra os Arminianos, embora sejamos escolhidos em Cristo, contudo não por Cristo.

Cristo é a causa meritória da Justificação e Glorificação, mas não da predestinação, que é meramente de si mesmo; de modo que se o ato de Deus de nos predestinar é suficiente para nos instituir em todo este favor e amor, que necessidade há de uma expiação pelo sangue de Cristo? E assim podemos usar o Argumento de um Doutor contra ele mesmo: Todos os eleitos de Deus são justificados, mas todos os eleitos de Deus são eleitos antecedentemente aos méritos de Cristo, portanto eles são justificados antes dos méritos de Cristo.

7. Se (porque se diz, em Efésios 2, que enquanto estávamos mortos, Cristo se deu por nós: e em Romanos 5, que ele morreu pelos ímpios) se segue que nossos pecados são perdoados antes de crermos, então também se

> seguirá que os pecados de todos os homens são perdoados. Pois os textos que falam assim de sua morte pelos ímpios e pelos inimigos, não fazem distinção de um para outro: E assim um Judas, tanto quanto um Pedro, é obrigado a crer que seus pecados são perdoados. Aqueles que argumentam contra todas as qualificações, e dizem: "Deus não requer nada de ti, embora jazendo em teu sangue", devem necessariamente sustentar um perdão universal e promíscuo de todos, e que um pecado como a presunção não é possível; pois se eu creio que Cristo morreu para tirar meus pecados, embora eu ande em toda desobediência, contudo isso não é presunção, mas um dever.

É verdade que os Ortodoxos conclamam aqueles que se arrastam em suas concupiscências suínas a virem a Cristo e a crerem nele; mas o que é essa fé? Não uma fé de que os pecados já estão perdoados, mas uma fé que confia nele para o perdão, a qual fé também, ao mesmo tempo, limpa e purifica o coração. Portanto, tomemos aqueles textos gerais, que falam da morte de Cristo para tirar os pecados dos inimigos; e que qualquer Antinomiano dê uma razão verdadeira, por que o pecado de um homem é perdoado em vez do de outro; e embora, para evitar isso, eles caiam em outro erro, sustentando que Cristo morreu por todos; contudo, isso não resolverá o problema, a menos que sustentem que todos os homens serão efetivamente salvos, e nenhum condenado; pois aqueles textos falam de um benefício que é efetivamente obtido para aqueles, em cujo favor ele morreu.

E assim eu produzi sete Argumentos para a antecedência de nossa Fé e Arrependimento à nossa Justificação, tantos em número, quantos o autor citado anteriormente traz contra ela. Outros fundamentos podem ser pleiteados para este propósito, quando demonstrarmos que todos os pecados não são perdoados juntos.

Uso, de Exortação, Para evitar toda presunção, seja ela operada em ti por teu próprio coração carnal, ou por Mestres corruptos, e isso é, quando tu crês no perdão de qualquer outra maneira que não nos limites da Escritura; há uma presunção Farisaica ou Papista; e há uma presunção Antinomiana ou de Publicano. A primeira é, quando esperamos o perdão, em parte por Cristo, e em parte por nossas próprias obras e méritos. A outra é, quando o esperamos, embora vivendo e andando em pecado.

Ora, é difícil dizer qual destas é mais derrogatória a Cristo. Uma peca no excesso, a outra no defeito. Não sejas, portanto, um Fariseu, excluindo Cristo, seja no todo ou em parte, da causa do perdão. Tutius vivimus, quando totum Deo damus, "vivemos mais seguramente, quando damos tudo a Deus", e não tomamos nada para nós mesmos. Em segundo lugar, não sejas um Publicano. Não penses em ter Cristo e Belial juntos; não esperes o perdão do pecado sem o arrependimento dele.

O mundo está cheio destes dois tipos de presunçosos: alguns limitam a graça de Deus e associam seus desempenhos a ela. Outros a estendem demais e conjugam suas concupiscências com ela. Mas como diz o Apóstolo: "Se é por obras, e da Lei, então não há graça": Assim podemos nós: "se é por concupiscências, e impiedades profanas, então também não há graça". Devemos, portanto, evitar tanto os pecados, quanto a confiança carnal em nossa própria justiça, se quisermos que Cristo seja tudo em todos.

Em vão Pedro e Maria Madalena derramaram suas almas com tanta amargura, se o perdão do pecado pode ser obtido sem isto. É observação de Jerônimo, que em toda a Saudação de Paulo, a Graça precede a Paz, pois até que a graça de Deus tenha perdoado nossos pecados, não podemos ter paz, e Deus não perdoa, senão onde dá o arrependimento. Trabalha, portanto, por aquilo que é de fato o bem de tua alma, a saber, o Perdão do pecado. Quando o homem rico na Parábola, falando do trigo em seus celeiros, disse: "Alma, descansa, tens muitos bens acumulados para ti". Ele falou como se tivesse porcinam animam, a alma ou a vida de um porco; pois, que bem é o trigo e o vinho para a alma de um homem? O perdão do pecado e a reconciliação com Deus; isso é o bem e a felicidade conaturais e adequados para a alma.

LIÇÃO XXI.

Os Argumentos Antinomianos para a Justificação antes da Fé, respondidos.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas dívidas."

Foi provado que Deus não justifica ou perdoa um homem até que ele creia; e que a ira de Deus permanece sobre tal pessoa. É necessário, em seguida, responder àquelas Objeções que são propostas pelos Adversários, porque algumas delas carregam uma pretensão especiosa. E, de fato, o Antinomiano com aqueles Argumentos que ele extrai de alguns lugares da Escritura, é como Davi na Armadura de Saul, incapaz de usá-los, sendo as armas grandes demais para ele. Mas antes de eu entrar no Conflito, vale a pena investigar qual é o juízo dos Ortodoxos neste ponto.

Os Remonstrantes, Acta Synod. p. 293, trazem vários trechos de nossos Autores, Lubertus, Smoutius, Piscator, e outros, nos quais eles dizem expressamente que Deus apaga nossos pecados, antes que creiamos ou emendemos nossas vidas, e que este perdão antecede nosso conhecimento de Deus, a Fé, a Conversão, ou a Regeneração do coração. Assim também o Dr. Twisse, no lugar citado anteriormente. Pemble também para este propósito (pág. 24.) Os Eleitos (diz ele), enquanto não convertidos, são então efetivamente justificados, e libertos de todo pecado pela morte de Cristo; e assim Deus os considera como livres, e tendo aceitado aquela satisfação, está efetivamente reconciliado com eles: Mas a falsidade disto aparecerá na Resposta ao sexto Argumento.

Quando Grotius distinguiu uma dupla remissão, uma remissão plena, e uma remissão menos plena, sustentando que este último tipo de remissão é dado a pecadores impenitentes, abusando de dois lugares da Escritura para este propósito, Romanos 5:10, 2 Coríntios 5:19. Rivet o refuta, tornando uma verdade segura, que os pecados não são efetivamente remidos, senão para aqueles que se arrependem, e diz: Quinam sunt ii, qui volunt actu remissa peccata cuiquam ante conversionem? Certe nobis sunt ignoti. "Quem são eles que dizem que os pecados são efetivamente perdoados a alguém antes da conversão? Certamente nos são desconhecidos". Embora reconheçamos que o preço da reconciliação e da redenção foi preparado para os eleitos desde toda a eternidade, ou que no propósito e intenção de Deus a remissão dos pecados foi ordenada para eles, assim como a conversão, que em seu tempo pela graça de Deus devem ser efetuadas.

Assim Rivet, vind. Apol. p. 127. Se, portanto, algum de nossos autores Ortodoxos reconheceu uma remissão de pecados antes da fé, foi em um sentido particular para se opor aos Arminianos, que mantêm uma reconciliabilidade, e não uma reconciliação pela morte de Cristo, e não em um sentido Antinomiano, como será mais amplamente mostrado na resposta à sua Objeção, trazida da morte de Cristo por inimigos e pecadores.

De fato, alguns homens doutos e dignos falam de uma Justificação antes da fé em Cristo, nossa cabeça, assim como somos considerados pecadores no primeiro Adão ou pessoa comum. Assim, Alstedius em seu suplemento a Chamier, pág. 204, quando Belarmino, argumentando contra a santidade da Doutrina dos Protestantes, e trazendo isto como um paradoxo acima de todos os paradoxos, que eu devo ser justificado pela fé, e ainda assim a fé justificadora seja um crer que eu sou justo e reto; o que é (diz Belarmino) além e contra toda a razão; ele responde, entre outras coisas, que Cristo e os eleitos são como uma só pessoa, e, portanto, um homem eleito é justificado antes da fé em Cristo, como o princípio da justiça diante de Deus; e então ele é justificado pela fé como um instrumento, percebendo sua justificação naquela justiça de Cristo.

De modo que a fé, ao se dirigir ao ato de justificação, é considerada no que diz respeito àquela aplicação passiva, pela qual um homem aplica a justiça de Cristo a si mesmo, não àquela aplicação ativa pela qual Deus aplica ao homem a justiça de Cristo: Pois esta aplicação está apenas na mente de Deus. Para este propósito, o erudito Zanchi em sua Explicação do segundo Capítulo da Epístola aos Efésios, sobre aquelas palavras, versículo 5. "[E vós, estando mortos em pecado, ele vos vivificou juntamente com Cristo]" em primeiro lugar distingue uma dupla vivificação: Uma pela qual somos libertos da culpa do pecado, e investidos com um título ou direito à vida eterna; a outra do poder do pecado, pela qual somos feitos espiritualmente vivos para Deus.

A primeira é a Justificação, a última a Santificação. Ora (diz ele) esta dupla bênção deve ser considerada em Cristo, e em nossas próprias pessoas. No primeiro aspecto, Deus nos vivificou em Cristo, quando por sua morte (sendo o pecado expiado) ele libertou da culpa todos os eleitos que foram e serão, considerando-os como membros em Cristo, sua cabeça. No último aspecto, Deus o faz, quando, tendo-nos dado a fé, ele também nos dá a remissão dos pecados, e nos imputa a justiça de Cristo. E depois o autor citado anteriormente, fazendo esta Objeção a si mesmo: "Como se poderia dizer que Cristo foi liberto da culpa do pecado, se ele não tinha pecado?".

Ele responde: A pessoa de Cristo é considerada de duas maneiras; Primeiro, em si mesma, como Deus-homem, e assim Cristo não estava obrigado por nenhuma culpa. Em segundo lugar, como cabeça designada, e assim representando nossas pessoas. A este respeito, como Deus lançou nossas

iniquidades sobre ele, Isaías 55. Assim, quando elas foram expiadas por seu sangue, então ele foi libertado da culpa daqueles pecados.

Poderíamos citar outros Autores, mas estes podem ser suficientes para certificar que alguns Teólogos ortodoxos e eruditos sustentam uma Justificação dos eleitos em Cristo, sua cabeça, antes de crerem, mas de tal forma que também reconhecem a necessidade de uma Justificação pessoal pela fé, aplicando esta justiça à pessoa justificada. Portanto, embora esta Doutrina passe por verdadeira, ela não fortalecerá os Antinomistas. Embora até mesmo a verdade desta opinião possa ser modestamente questionada, a menos que por sermos justificados em Cristo, nossa cabeça, não queiramos dizer mais do que Cristo comprou, por via de satisfação, nossa Justificação para nós, e assim virtualmente fomos justificados na morte e ressurreição de Cristo.

Mas os homens eruditos dessa opinião, falam como se Deus então passasse uma Justificação formal sobre todos (embora para ser aplicada depois) os que são eleitos; assim como em Adão pecando, toda a sua posteridade deveria ser formalmente considerada pecadora. Ora, isto pode justamente admitir um debate, e parece haver muitos Argumentos contra isso.

Primeiro, se houvesse tal Justificação formal, então todos os eleitos seriam feitos bem-aventurados e felizes, seus pecados não lhes seriam imputados: pois assim em Adão, quando considerados pecadores, eles são miseráveis e desgraçados, porque o pecado lhes é imputado. E se os eleitos antes de crerem ou se arrependerem fossem assim felizes, como então, ao mesmo tempo, poderiam ser filhos da ira? E assim Deus lhes imputando seus pecados, pode Deus lhes imputar seus pecados, e não lhes imputar seus pecados ao mesmo tempo? É verdade, se dissermos que Cristo por seus sofrimentos obteve da mão de Deus, que no tempo os eleitos deveriam crer e ser justificados, isto é facilmente concebível; mas é muito difícil entender, como todos os nossos pecados deveriam ser ao mesmo tempo removidos em Cristo (que é considerado como uma só pessoa conosco) e ainda assim imputados a nós.

Em segundo lugar, não vejo como esta Doutrina faz com que nossa justificação pela fé seja mais do que declarativa, ou uma justificação apenas em nossa consciência, e não diante de Deus, e assim, ao crer, nossos pecados seriam apagados apenas em nosso sentido, quando já foram apagados diante de Deus pela morte de Cristo. E assim, nossa Justificação pela fé, não passaria de uma cópia extraída do registro do Tribunal, onde a sentença de Justificação já fora proferida, ao passo que a Escritura fala neste sentido, que mesmo diante de Deus, e em sua conta, até que creiamos e nos arrependamos, nossos pecados são imputados a nós, e não são cancelados ou apagados, até que Deus opere essas graças em nós.

Portanto, esta opinião pode simbolizar demais com o Adversário; e de fato, nenhum dos menores Antinomianos fala de uma reconciliação original que foi operada por Cristo na cruz, sem quaisquer condições prévias em nós, e insiste naquele paralelo do primeiro Adão, em quem todos nós pecamos antes de termos qualquer ser real; como também aquele Texto, Colossenses 3:1, onde se diz que ressuscitamos com Cristo.

Terceiro, é difícil conceber como Cristo poderia representar alguém a seu Pai, para assim participar das bênçãos celestiais que vêm por ele, até que eles creiam de fato, e sejam incorporados nele, pois eles não são seus Membros até que creiam: e até que sejam seus Membros, ele não pode como uma cabeça representá-los. É verdade, Deus sabe a quem elegeu, e a quem no tempo dará a fé, pela qual eles podem ser unidos a Cristo, e assim está no propósito e intenção de Deus dar Justificação e Santificação a todos os seus eleitos: mas sendo estas misericórdias concedidas no tempo, e limitadas a tais qualificações no sujeito, não vejo como se pode dizer que eles são justificados em Cristo (antes de crerem) de outra forma que não virtual e meritoriamente.

É verdade, todos nós somos condenados em Adão, porque essa foi uma Aliança feita com ele e sua posteridade, de modo que os resultados dela caíram sobre eles por um caminho natural e necessário: mas não é assim no segundo Adão. Nem aqueles lugares, Efésios 2:5,6, Colossenses 2:13,14, provam mais do que em e através dele, nós obtemos tais misericórdias ali mencionadas: e embora se diga que já estamos sentados nos lugares celestiais, contudo isso é por causa do direito certo que temos a eles; em cujo sentido também, aquele que crê é dito ter a vida eterna; e Cristo sendo as primícias santifica toda a massa.

Quanto àquele lugar, 1 Timóteo 3, onde se diz que Cristo foi justificado no espírito, isso não tem nada a ver com esta Justificação de que falamos. Pois o significado é que Cristo foi declarado justo, e absolvido de todas as injúrias lançadas sobre ele, pelo espírito de Deus, o que foi feito de várias maneiras, como pelo testemunho exibido do céu a ele, pelos inumeráveis milagres que ele operou. Em cujo sentido, Mateus 11, a Sabedoria é dita ser justificada por seus filhos. De modo que Atos 2:22, parece ser um Comentário completo sobre este lugar: "Jesus de Nazaré, homem aprovado por Deus entre vós por sinais e maravilhas, que Deus fez por ele no meio de vós": E esta é aquela Justificação de si mesmo, de que Cristo fala, Isaías 50:8.

É verdade que o Apóstolo aplica o que foi dito de Cristo a todo crente, em Romanos 8, por via de alusão; e mais ainda, porque Cristo sendo a cabeça dos eleitos, isso será cumprido neles no tempo, quando eles crerem: caso contrário, a eleição não é suficiente para livrar da acusação ou condenação presente, a menos que pela fé eles estejam realmente em Cristo, como será mostrado mais detalhadamente.

Mas isto é uma digressão. É a opinião constante dos Ortodoxos que um homem não é justificado, ou não tem seus pecados perdoados, até que ele creia. Eu trouxe Argumentos para provar o ponto, e agora me dirijo a remover suas Objeções.

A primeira é trazida de Crianças, que são justificadas, e contudo não creem, portanto antes da fé alguns são justificados. Primeiro, o caso de Crianças é de uma consideração peculiar, e, portanto, não deve ser atendido na maioria das Questões: sim, a Escritura, ao pressionar as coisas requisitadas para a salvação, como arrependimento, obediência, etc., não pode ser entendida de Crianças. E Suarez argumenta contra a Justificação pela fé em geral, com base nisto, Porque as Crianças são justificadas sem ela, de modo que o Argumento (se prova alguma coisa) provaria uma Justificação sem fé, em vez de antes da fé. Suponhamos que um homem argumentasse sobre a glorificação, como o adversário o faz sobre a Justificação.

As crianças são glorificadas sem frutos dignos de arrependimento. Portanto, os homens adultos também podem ser. Quão absurdo seria isso? Portanto, se a conclusão do Argumento fosse concedida, a saber, que alguns que não creem são justificados, restringindo-o às Crianças, a questão principal não sofreria detrimento. O oponente estabelece esta conclusão (Reconc. de homem com Deus, p. 5.) Que a reconciliação real do homem com Deus, requer condições prévias a serem operadas nele pelo Espírito de Deus, antes que ele possa ser reconciliado realmente com Deus; entre as quais ele considera o crer como a principal. Ora, eu posso retrucar sobre ele assim: As crianças são realmente reconciliadas com Deus, mas as crianças não creem. Portanto, alguns são realmente reconciliados com Deus que não creem.

Em segundo lugar, o oponente não pode deixar de saber que existem homens Doutos, que sustentam que as Crianças têm fé real, e creem. Portanto, para eles seu Argumento não tem força. Pode-se muito bem pensar que eles têm pecados reais, não como os dos homens adultos, acompanhados de razão e vontade; mas aqueles movimentos imediatos da corrupção original neles. Pois embora o pecado original não seja peccatum actuale, contudo é, peccatum actuosum, se não é um pecado real, contudo é um pecado ativo, e, portanto, não se pode pensar que esteja ocioso em uma Criança.

Agostinho, lib. 1. Confes. c. 2. Vidi ego Zelantem parvulum, &c. Eu observei inveja em uma Criança, quando outra criancinha mamava em seu peito, e assim eles têm raiva pecaminosa, o que fez o mesmo Padre dizer: Imbecillitas membrorum infantilium innocens est, non animus infantum. Há mais inocência em seus corpos, do que em suas almas. Ora, se há movimentos reais de pecado antes do uso da razão, por que não movimentos reais do Espírito de Deus?

Que é possível, João Batista o torna indubitável: toda a dúvida é se Deus o faz ordinariamente às Crianças. Aretius é citado por alguns por sustentar que até mesmo o arrependimento pode ser atribuído às Crianças a partir de Joel 2:16, mas o mandamento ali é que os pais tragam seus filhos para a humilhação pública, para que, pela visão deles, possam ser mais fervorosamente incitados a derramar suas orações diante de Deus.

Terceiro, o que os Teólogos mais sólidos estabelecem é que as Crianças têm (não falo em geral, mas indefinidamente) uma semente de fé, porque elas têm o Espírito de Deus e a regeneração, caso contrário não poderiam ser salvas; e por esta semente de fé, elas se tornam membros de Cristo, e aquela relação que há em sua fé com os méritos de Cristo, é o instrumento pelo qual elas obtêm a remissão do pecado. Quanto àquele lugar, "A fé vem pelo ouvir", deve ser aplicado aos meios ordinários da fé, e isso em pessoas adultas. Nem posso dizer que uma Criança é obrigada a ter fé real; pois talvez no estado de integridade, as Crianças de então, embora tivessem a imagem de Deus, contudo não poderiam ter exercido o exercício real das graças, e se não podiam fazê-lo naquele estado, não se deve esperar que o façam agora.

Quarto, não é suficiente para ele provar que eles são justificados antes de crerem, mas também antes de serem de alguma forma unidos a Cristo. Que essa união seja concebida como puder por nós. Pois se um homem é justificado, porque é eleito, como seu terceiro argumento provaria; então ele deve mostrar que as Crianças não apenas antes de crerem, mas antes de terem qualquer união com Cristo, são justificadas, pois a eleição das Crianças deve necessariamente preceder sua união com Cristo. E embora o oponente cite Agostinho dizendo que o que foi operado em João Batista foi um milagre singular, contudo, no Sermão 14, de Verbis Apostoli, sobre aquelas palavras: "Aquele que não crê será condenado", faz esta pergunta: Ubi ponis parvulos baptizatos? "Onde colocas as criancinhas batizadas?". Profecto in numero credentium, "verdadeiramente no número dos crentes".

Seu segundo Argumento é para este efeito. Aquele que está em Cristo é justificado. Ora, um homem está em Cristo, antes de crer, porque a árvore deve ser boa antes que o fruto possa ser. Portanto, um homem deve ser justificado antes de crer. Ao responder a este Argumento, muitas coisas são consideráveis.

Primeiro, deve-se reconhecer que é uma tarefa muito difícil estabelecer a verdadeira ordem dos benefícios concedidos a nós por Deus. A atribuição da prioridade e posterioridade deles é muito variada de acordo com os vários juízos dos homens interessados nessa controvérsia. O oponente (talvez saiba) que há alguns que dizem que Cristo, ou o Espírito de Cristo, está primeiro em nós por via de um princípio motor ou preparatório, e depois como um princípio habitante e residente em nós; Que, como alguns dizem, Anima fabricat sibi domicilium, "a alma constrói para si sua morada"; ela opera

primeiro eficientemente, para que depois possa formalmente, assim dizem que Cristo faz em nós. Como o bicho-da-seda prepara aqueles alojamentos de seda para si mesmo para descansar. De modo que, segundo o juízo destes homens, Cristo, ou seu Espírito, opera eficientemente em nós o ato de crer, por cujo ato Cristo é recebido para habitar em nós.

E desta forma, Cristo não tem união conosco, até que creiamos. Ele opera de fato em nós antes, mas não como unido a nós. Ora, de acordo com esta opinião, a resposta seria fácil, que não estamos em Cristo, até que creiamos; embora Cristo esteja em nós, como operando em nós, e sobre nós.

Sim, a fé seria primeiro operada, e então Cristo com seus benefícios de justificação, etc., nos seria concedido; mas há Razões pelas quais não é seguro seguir este caminho. E de fato aquela Charta magna ou grande promessa para a regeneração, argumenta evidentemente, os hábitos ou princípios internos da graça, estão antes das ações da graça, Ezequiel 36:26. Deus tira o coração de pedra, e dá um novo coração, um coração de carne, que é o princípio da graça, e depois os faz andar em seus Mandamentos, que é o efeito da graça.

Mas em segundo lugar (o que responde plenamente à Objeção), é verdade, nosso ser enxertado em Cristo é a raiz e a fonte da fé, e da Justificação também; mas de tal forma que, sendo estes correlatos (fé e Justificação), ambos fluem da raiz juntos, embora com esta ordem, que a fé deve ser concebida em ordem de natureza antes da Justificação, sendo ela o instrumento para recebê-la, embora ambos estejam juntos no tempo. Portanto, a proposição principal deveria ser assim regulada: "Aquele que está em Cristo crê, e é justificado", ou "crendo é justificado"; pois a Justificação, como nossa Glorificação, embora flua de Cristo, contudo está naquela ordem e tempo que Deus designou.

Tampouco é algo novo na Filosofia, dizer que aquelas causas que produzem um efeito, embora estejam juntas no tempo, contudo estão mutuamente antes uma da outra em ordem de natureza em diversos aspectos de suas várias causalidades. Cristo está em nós, e nós em Cristo, Cristo está em nós, δοτικῆς, por via de dom e operação real, e nós estamos em Cristo, λεπτηως, por via de recepção; e ambos são necessários, como aparece, João 15:5, e ambos estão juntos no tempo, contudo de tal forma que em ordem de natureza o estar de Cristo em nós precede o nosso estar nele, e o fundamento de todo o nosso conforto e fruto, não é porque estamos nele, mas porque ele está em nós (assim como o ramo produz fruto, não porque está na Videira, mas porque a Videira está nele, comunicando-lhe eficácia).

Assim também a fé e a Justificação estão juntas, mas de tal forma que uma é produzida pela outra; não somos justificados e, portanto, cremos, mas cremos e, portanto, somos justificados. Por fim, isto pode ser retorquido ao oponente, que (como foi alegado antes) nega qualquer reconciliação real, até que creiamos. Mas

não podemos nós golpear o adversário com sua própria razão desta maneira? Aquele que está em Cristo está realmente reconciliado. Mas devemos estar em Cristo antes de crer. Portanto, devemos ser realmente reconciliados, antes de crer.

Passo sobre o terceiro, e reservo o quarto e o sexto Argumento (sendo todos um) para a próxima Lição, porque neles há matéria digna de uma longa consideração. Chego, portanto, ao quinto Argumento, que é tirado da comparação entre o primeiro Adão e o segundo, de Romanos 5:18,19. De onde se argumenta: "Assim como no primeiro Adão somos considerados pecadores antes de qualquer coisa feita de nossa parte; assim no segundo Adão, devemos ser justificados antes de qualquer coisa operada em nós". Nisto o oponente triunfa muito, mas sem causa, como a resposta manifestará.

E em primeiro lugar, não podemos deixar de rejeitar aqueles Expositores daquele texto citado anteriormente, que entendem que somos pecadores em Adão, apenas por imitação, ou meramente por propagação, como de uma fonte corrompida; mas supomos que seja por imputação: Adão (pela Aliança de Deus) sendo uma pessoa universal, e assim como disse Agostinho, *Omnes ille unus homo fuerunt*, "Todos eram aquele único homem". E, portanto, estes não alcançam o escopo completo do texto, que comparam Cristo e Adão apenas como duas raízes, ou fontes de Orígenes; pois deve haver uma consideração adicional deles como duas pessoas comuns, nossos imediatos pais são uma raiz corrompida, e nós somos corrompidos por eles, contudo os seus pecados não se tornam nossos, como o de Adão foi. Por isso, o Apóstolo atribui toda a transgressão a um só, como pela desobediência de um só homem, etc. Aqueles que negam a imputação do pecado de Adão (como os Pelagianos de antigamente, e Erasmo com outros mais recentemente) não apreciam aquela tradução daquelas palavras, ἐφ' ᾧ πάντες ἥμαρτον, "em quem todos pecaram", mas preferem a outra, "Porquanto todos pecaram" nele; mas ambas chegam ao mesmo sentido: e, embora Erasmo diga que, ἐπί, com um caso dativo deve ser entendido causalmente, contudo isso não é universalmente verdadeiro; pois em Marcos 2:4, há menção do leito, ἐφ' ᾧ, "no qual" o paralítico jazia, seria ridículo traduzir isso por "porquanto". Assim, Atos 2. "Sede batizados, ἐπί ὀνόματι, em nome", Hebreus 9. "Aquelas ordenanças consistiam, ἐπί βρώμασιν, em comidas".

Concedemos, portanto, que o pecado de Adão foi nosso por imputação, antes que tivéssemos qualquer consentimento real a ele. Neste sentido, Bernardo o chamou, *Alienum & nostrum*, "pecado de outro e nosso": sim, está tão longe de ser nosso por consentimento, que se um homem agora quisesse de propósito que o pecado de Adão fosse seu, isso não faria com que o pecado de Adão lhe fosse imputado, seria um novo pecado real no homem, não seria o pecado de Adão imputado a ele. Ora, embora tudo isso seja concluído, não se segue que, portanto, somos justificados em Cristo antes de crermos.

Reconheço que alguns Teólogos eminentes insistiram nesta comparação; mas há uma vasta diferença neste mesmo ato de imputação, e no fundamento dele: pois, supondo a Aliança feita primeiramente com Adão, toda a sua posteridade por um caminho natural está envolvida em sua culpa, e assim, quer queiram ou não, antecedentemente aos seus próprios atos, eles são passíveis desta culpa. Por isso, todos os homens (nenhum excetuado) que são propagados de maneira natural são assim corrompidos, mas em Cristo estamos de maneira sobrenatural, e ninguém se torna seu, a não ser aqueles que nele creem; e ele não representa ninguém a Deus como seus membros, até que sejam incorporados nele pela fé, a qual fé, embora seja um dom de Deus, contudo por ela somos capacitados a escolher e abraçar voluntariamente a Cristo. Muitas outras diferenças existem, mas me atenho apenas a esta, por ser plenamente para o meu propósito em questão. Se, portanto, estivéssemos em Cristo por um caminho natural, como estamos em Adão, então, antecedentemente a qualquer coisa operada em nós, poderíamos ser participantes de privilégios por um, como somos de maldições por outro.

LIÇÃO XXII

Mais Argumentos para provar a Justificação antes da Fé, respondidos.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas Dívidas."

Prosseguimos com os argumentos restantes, que sustentariam uma justificação antes da fé. O próximo é da eleição de Deus, assim: "Todos os eleitos de Deus são justificados diante de Deus. Mas alguns dos eleitos não creem". E a maior é provada de Romanos 8:33. "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem justifica".

Em primeiro lugar, este Argumento poderia ser facilmente descartado, pois o Apóstolo não fala aqui da eleição, *antecedenter*, antecedentemente às suas outras graças, que dela fluem no tempo, mas *executive*, como ela é executada e completada naqueles que são eleitos. Portanto, por "eleitos" ele entende aqueles eleitos que creem, que são santos, que são conformes à imagem de Deus, que o amam, como o contexto mostra; pois, de outra forma, sabemos que o próprio Paulo lançou muita acusação sobre os efésios, embora eleitos, quando antes de sua conversão, ele disse que eram filhos da ira, assim como os outros; e, portanto, por aquela corrente adamantina: "Aos que predestinou, a estes também chamou; aos que chamou, a estes também justificou; aos que justificou, a estes também glorificou", é claro que ele toma a eleição *terminative* (como eles dizem) nos seus efeitos, até que tenha alcançado o último *terminus*, que é a glória eterna.

2. Desta corrente também provém um Argumento infalível contra o Oponente, assim: "Somente são justificados aqueles que são chamados. Mas ninguém é chamado ou convertido desde toda a Eternidade. Portanto, ninguém é justificado desde toda a Eternidade". A maior se baseia no método e na ordem que o Apóstolo observa, começando com o elo mais alto naquela corrente, que é a Predestinação, e terminando no mais baixo, que é a Glorificação: de modo que não se pode pensar racionalmente que o Apóstolo não pretendia uma ordem e um método exatos naquelas expressões.

3. Se um homem (porque é eleito) é justificado desde toda a Eternidade, então também se seguirá que ele é glorificado desde toda a Eternidade. E assim Himeneu e Fileto podem ser desculpados neste sentido, se disserem: "A ressurreição já passou". É verdade que o Apóstolo usa palavras que significam tempo passado: "Aos que predestinou, a estes também chamou", etc. Mas isso é ou para mostrar a certeza e a conexão

infalível destes benefícios juntos; ou então, porque a Predestinação sendo necessariamente para o tempo passado, ele não quis alterar o curso de sua expressão para as misericórdias seguintes.

4. O Apóstolo bem poderia dizer: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus?" e não dos Crentes, porque a eleição é a misericórdia maternal, é a fonte e a cabeça da qual todas as outras fluem. Por isso, o Apóstolo, no mesmo Capítulo, limita as misericórdias àqueles que são chamados segundo o propósito de Deus, implicando com isso que este é o fundamento e a raiz de tudo.

Mas, em quinto lugar, para descobrir a fraqueza fundamental deste Argumento. Devemos notar que a Predestinação é um ato imanente de Deus, e não opera nenhum efeito real positivo sobre a parte eleita, até que no tempo, pois embora seja um ato de amor, contudo de amor apenas por via de propósito e decreto, e assim não denota uma mudança na criatura, mas quando aquele propósito ou conselho de Deus, (que é totalmente livre) o determinou.

Daí devemos conceber um amor de Deus que nos elegeu desde toda a Eternidade, que produz outro amor de Deus (não imanente nele, pois assim nada é novo em Deus, mas transitório em nós) e isso é a Justificação; deste amor flui outro efeito de amor, que é a Glorificação. Alguns duvidaram se a Eleição é um ato de amor; e, portanto, distinguiram entre Dileção e Eleição, como se a Dileção precedesse, e a Eleição se seguisse. Mas certamente o mesmo ato de Deus, como quer o bem para a criatura, é Dileção, como o quer para este em vez de outro, é Eleição.

Concedemos, portanto, que a Eleição é um ato de grande amor, mas é um amor de propósito ou intenção, não de execução; é *Amor ordinativus*, não *collativus*; é um amor que ordena e prepara misericórdias, mas não as concede imediatamente. Assim, Agostinho definiu a Predestinação como *Praeparatio beneficiorum quibus liberantur*, "uma preparação ou ordenação daquelas misericórdias e privilégios que os Eleitos terão no tempo". E entre os homens vemos que o propósito de dar tal presente é considerado amor, assim como o próprio presente.

Ora, enquanto um homem está apenas sob o amor da Eleição, e nada mais, não há Remissão real do pecado, nenhuma aceitação ou complacência em sua pessoa ou deveres. Há um propósito em Deus de fazer tudo isso no tempo, mas as misericórdias não são exibidas desde a eternidade. De modo que, em alguns aspectos, há uma grande diferença entre uma Pessoa eleita não convertida e um Réprobo: E, novamente, em alguns aspectos, não há nenhuma.

- **Diferença**: Embora ambos estejam igualmente no pecado e sob a ira, Deus tem o propósito de tirar infalivelmente a pessoa eleita daquela miséria. Nesse sentido, pode-se dizer que Deus nunca odeia aquele que é

eleito (no sentido em que se diz que Deus amou Jacó e odiou Esaú). O eleito será salvo, enquanto o réprobo perecerá eternamente. A fundação de Deus para os eleitos permanece segura.

- **Semelhança**: No presente, ambos são filhos da ira e estranhos à promessa da graça. Nenhuma promessa de perdão ou glória pertence a eles atualmente; apenas o propósito de Deus fará uma diferença real entre eles no tempo.

Isso não implica uma vontade contraditória em Deus, pois Ele pode querer o perdão para o futuro, mas não para o presente, com o mesmo ato de vontade imutável. Portanto, se "ódio" for tomado como oposto ao amor da Eleição, um eleito nunca é odiado. Mas se for tomado como o desprazer ou a ira de Deus (contrário à graça da Justificação), então ele pode ser dito odiado antes de sua conversão. Isso não implica mudança em Deus, mas na criatura. O erro grosseiro de confundir o amor imanente de Deus com os efeitos transitórios de seu amor levou a vários erros.

Prosseguimos, e em seguida, juntaremos seu quarto e sexto argumentos, sendo ambos baseados nisto: que Cristo, por sua morte, deu plena satisfação a Deus, e Deus a aceitou, pelo que se diz frequentemente que Cristo tira nossos pecados, e que somos purificados por seu sangue. Este argumento levou o erudito Pemble a sustentar a Justificação à vista de Deus muito antes de nascermos, como sendo então comprada pela morte de Cristo, caso contrário, ele pensa que devemos, com os arminianos, dizer que Cristo por sua morte tornou Deus *placabilem*, reconciliável, não *placatum*, reconciliado. Não (diz ele), é de outra forma, o resgate exigido foi pago e aceito, plena satisfação à Justiça divina foi dada e tomada, todos os pecados dos Eleitos, todos efetivamente perdoados. Isso é um grande descuido.

Pois, primeiro, embora Cristo tenha pago um preço, e o Pai o tenha aceitado, contudo ambos concordaram em um caminho e ordem para quando este benefício se tornaria deles, que são participantes dele, e isso é, quando eles creem e se arrependem. Ora, *Bonum est ex integris causis*, se a Aliança de Deus Pai é dar perdão por amor de Cristo àqueles que creem (cuja fé também é fruto da morte de Cristo), então não podemos separar Cristo da fé, não mais do que a fé de Cristo, ou o amor de Deus Pai de ambos. Se Cristo tivesse morrido para que tal homem tivesse seus pecados perdoados, quer ele tivesse fé nele ou não, então este Argumento teria se mantido firme: Deus então, aceitou a morte de Cristo, e se torna reconciliado, mas naquela ordem e caminho que ele designou.

2. Este Argumento interfere com o da Eleição; pois ali o perdão do pecado tem sua origem na Eleição, mas aqui, do tempo em que Deus lançou nossos pecados sobre Cristo. E, de fato, os Antinomianos estão em desacordo entre si, alguns buscando a origem do perdão de uma forma, e outros de outra.

3. Não dizemos que a fé é a condição para Cristo adquirir o perdão, mas para a aplicação do perdão. A fé não faz dos méritos de Cristo méritos, nem de sua satisfação, satisfação. Isso surge da dignidade e do valor de Cristo. Seria absurdo dizer que a fé é a causa pela qual Deus aceita os méritos de Cristo e recebe satisfação por ele. Isso seria transformar a causa instrumental em uma causa meritória.

Os arminianos fazem com que Cristo tenha comprado o perdão sob a condição de crer, sendo que este crer eles não consideram um benefício da morte de Cristo. De fato, eles afirmam: *Nihil ineptius, nihil vanius*, nada é mais tolo e vão do que fazer isso. Ora, isto de fato é um erro execrável, sustentar que Cristo morreu apenas para abrir um caminho para a reconciliação, a qual reconciliação está totalmente suspensa na fé do homem, e que essa fé vem em parte da vontade do homem, e em parte da graça, não sendo fruto da morte de Cristo, assim como a própria remissão dos pecados.

Mas nós dizemos algo muito diferente: Cristo satisfez a ira de Deus, de modo que Deus se torna reconciliado, e dá o perdão, mas no método e caminho que ele designou, que é a fé, e esta fé Deus certamente operará em seu devido tempo, para que haja um instrumento para receber este perdão. Para esclarecer isto, quando se diz que Cristo satisfez a ira de Deus, isto pode ter um significado diferente, ou que Cristo comprou absolutamente a reconciliação com o Pai, quer eles creiam ou não, sem nenhuma condição, como Joabe obteve a reconciliação de Absalão com Davi, ou Ester a libertação dos Judeus de Assuero. Ou com uma condição.

- Não pode ser no primeiro sentido, porque os frutos da morte de Cristo são limitados apenas aos crentes.
- Se for com uma condição, então ou é **Antecedente**, que deve ser operada por nós para que possamos ser participantes de sua morte, e isso não pode ser, porque se diz que ele morreu por nós enquanto éramos pecadores e inimigos. E isto é Arminianismo, pois por este meio apenas um portão é aberto para a salvação, mas pode acontecer que ninguém entre.
- Ou então esta condição é **Concomitante ou consequente**, a saber, uma qualificação operada pelo Espírito de Cristo, pela qual somos capacitados a receber aqueles benefícios que vêm por sua morte. E neste sentido é uma verdade; e por isto, o fundamento do Oponente é totalmente arrasado.

Pois Cristo tirou os pecados daqueles por quem morreu, e os reconciliou com Deus, e isto absolutamente, se por isto entendermos qualquer condição antecedente a ser feita por nós: mas não absolutamente, se excluir uma condição que é consequentemente operada pelo Espírito de Deus, para aplicar os frutos da morte de Cristo: de modo que a remoção real dos pecados não é

realizada, até que a pessoa por quem ele morreu seja unida a ele pela Fé. Por isso a Escritura fala de maneira diferente sobre a morte de Cristo; às vezes diz que Ele morreu por nós, pecadores e inimigos; e em outros lugares, João 15:13, Ele dá a sua vida por seus amigos e suas ovelhas. Em João 17:19, Ele diz que ora e se santifica por aqueles que crerão nele, a saber, em um sentido consequente; por aqueles que pela fé se apegarão à sua morte.

De modo que a fé tem uma dupla condição: a primeira, do tempo em que os pecados são tirados pela morte de Cristo, e isso é quando eles creem. A segunda, de quem estes privilégios são verdadeiros, e isso é, daqueles que creem. Ora, tudo isto pode ser ainda mais esclarecido, se considerarmos que tipo de causa é a morte de Cristo para tirar nossos pecados. É uma causa meritória, que está na categoria de causas morais; das quais a regra não é verdadeira: *Positâ causâ, sequitur effectus*, "Posta a causa, segue-se o efeito".

Isto se aplica a causas naturais, que necessariamente produzem seus efeitos, mas as causas morais operam de acordo com o acordo e a liberdade das Pessoas que são movidas por elas. Como por Exemplo, Deus Pai é movido pela morte de Cristo a perdoar os pecados de tais pessoas, por quem ele morre. Este acordo deve ser cumprido, no tempo que eles estabelecerem em sua transação. Ora, aprouve ao Pai que os benefícios e frutos da morte de Cristo fossem aplicados ao crente, e não até que ele cresse, embora esta fé seja ao mesmo tempo também um dom de Deus por meio de Cristo.

É bom, portanto, quando chamamos a Eleição de absoluta, ou dizemos que Cristo morreu absolutamente, considerar que "Absoluto" pode ser tomado como oposto a uma Condição Pré-requerida, que deve ser cumprida por nós, de modo que disto dependerão a Eleição e os frutos da morte de Cristo; ou então "Absoluto", pode ser tomado, como se opõe a quaisquer Meios ou Ordem que Deus designou, como o caminho para obter o fim; e neste último sentido, seria um grande absurdo dizer que a Eleição é absoluta, ou que Cristo morreu absolutamente, pois se assim fosse, o Argumento profano sobre a Eleição, teria verdade nele. Se eu sou eleito, por mais ímpio que eu viva, serei salvo. E o Argumento Arminiano, de que todos seriam obrigados a crer que Cristo morreu por eles, embora ímpios e permanecendo assim, não seria bem evitado.

Seu último argumento provém da imutabilidade do amor de Deus: se não somos justificados à sua vista antes de crermos, então Deus uma vez nos odiou e depois nos amou. E se é assim, por que os arminianos seriam culpados por dizerem que podemos ser filhos de Deus hoje e filhos do diabo amanhã? Daí ele conclui como indubitável que Deus nos amou primeiro, antes de crermos, mesmo quando estávamos em nosso sangue.

Ao responder a este Argumento, várias coisas são consideráveis. Primeiro, deve-se prontamente conceder que Deus é imutável, Tiago 1:17. Deus é ali

comparado ao Sol, e é por isso chamado, o Pai das Luzes, mas ainda é preferido a ele, porque aquele às vezes tem Nuvens lançadas sobre si, e às vezes está em eclipse, mas com ele não há mudança, nem sombra de mudança.

Os pagãos confessaram isso, e argumentaram assim: "Se Deus mudasse, seria para melhor ou para pior; para pior, como se poderia imaginar? Para melhor, então Deus não seria absolutamente perfeito". Muito amaldiçoada, portanto, deve ser a blasfêmia de Vorstius, que propositadamente defende a mutabilidade em Deus.

Mas em segundo lugar, como isto é facilmente confessado, assim a dificuldade daqueles Argumentos, trazidos das coisas que Deus faz no tempo, e não desde toda a Eternidade, tem sido muito pesada sobre os ombros de alguns homens; a tal ponto que eles pensaram que esta era a única maneira de resolver tudo, dizendo que todas as coisas eram desde a Eternidade. E certamente pelos Argumentos Antinomianos podemos tanto defender a Criação de todas as coisas desde toda a Eternidade, quanto que somos justificados desde toda a Eternidade, pois todos são igualmente construídos sobre este fundamento arenoso, que porque as coisas são feitas no tempo, portanto deve haver algum novo ato de vontade, ou amor em Deus, o que implicaria que Deus é mutável, não amando hoje, e amando amanhã; Portanto, para evitar isto, eles dizem: "Tudo é desde a Eternidade".

Orígenes, que foi chamado por um escritor antigo de Centauro, por causa de suas opiniões monstruosas, argumentou assim, lib. 1. ἐπί ἀρχῶν, cap. 2. "Assim como não pode haver um pai sem um filho, ou um Mestre e Senhor sem uma posse, assim também não pode haver um onipotente, a menos que existam aquelas coisas sobre as quais este poder possa ser exercido". Ora, embora seja verdade que *De Deo etiam vera dicere periculosum est*, por causa da fraqueza de nossos Entendimentos para perceber seu brilho infinito, contudo, em terceiro lugar, é bem esclarecido pelos Escolásticos que aquelas relações que são atribuídas a Deus no tempo, como Criador, Pai ou Senhor, não são por causa de nenhuma coisa nova em Deus, mas em respeito às criaturas; de modo que quando o mundo é criado, quando um homem é justificado, dizemos: "Deus que não era um Criador antes, é um Criador, que não era um Pai pela graça, agora é pela graça"; não porque algum novo acidente esteja nele, mas porque há um novo efeito nas criaturas. Assim, se um homem, antes filho da ira, é agora um filho do amor de Deus, a mudança não está em Deus, mas na criatura.

Para melhor esclarecer isso, devemos notar, em quarto lugar, que uma coisa é, como observa Aquino, *Mutare voluntatem*, mudar a Vontade; e outra coisa é, *Velle mutationem*, Querer uma mudança. Pela mesma Vontade imutável, podemos Querer várias mudanças em um Objeto. Como o Médico, sem nenhuma mudança de sua Vontade, pode querer que seu Paciente tome um tipo de Remédio um dia, e outro no terceiro: aqui ele quer uma mudança, mas não

muda sua Vontade. Assim, Deus com a mesma Vontade, decretou permitir no tempo que tal homem eleito estivesse em um estado de pecado, sob o poder de Satanás, e depois chamá-lo para fora desta condição, para justificar sua pessoa; aqui de fato há uma grande mudança feita no homem, mas nenhuma em Deus.

Não há nenhum ato novo em Deus, que não tenha existido desde toda a Eternidade, embora nem todo efeito deste amor de Deus tenha existido desde a Eternidade, mas no tempo. Daí, quando nossos Teólogos argumentam contra os Arminianos que, se os Santos apostatassem, o amor de Deus seria mutável, refere-se ao amor de Eleição de Deus, que é um propósito absoluto e uma vontade eficaz de levar tal homem à glória: ora, embora tal decreto tenha sido livre, e assim poderia não ter existido; contudo, *ex hypothesi*, supondo que Deus tenha feito este decreto, segue-se muito verdadeiramente que se aquele Santo não fosse levado à glória, Deus seria mutável. E além desta imutabilidade, que pode ser chamada uma imutabilidade de sua natureza, há outra de sua Palavra e Promessa, pela qual ele graciosamente pactuou para colocar seu temor em seus corações, para que nunca se afastem dele: Ora, se algum dos Santos apostatasse total ou finalmente, a mutabilidade de Deus seria vista em ambos os aspectos de sua natureza ou vontade, e de sua verdade e fidelidade.

Mas o caso não é o mesmo, quando um homem em sua primeira conversão, é feito de um filho da ira, um filho da graça; em parte porque não havia tal decreto absoluto de Deus desde a Eternidade, de que ele não seria por nenhum espaço de tempo um filho da ira, mas o exato contrário; e em parte porque não há tal palavra ou promessa a nenhuma pessoa não convertida, de que ela estará no favor de Deus; mas a Escritura declara o exato contrário. Isto, devidamente considerado, dará uma clara razão, por que não é um bom Argumento dizer: "Tal homem em seus pecados hoje, é um filho da ira; e convertido amanhã, é um filho da graça: Portanto, Deus é mutável". Mas, por outro lado, se um homem argumentasse: "Um homem Eleito recebido no estado de graça, pode cair total e finalmente, Portanto, Deus mudou", seria uma inferência forte e inegável.

E, de fato, por este particular podem os Arminianos ser desafiados, como sustentando a mutabilidade de Deus, porque eles sustentam que, não obstante o decreto e o propósito de Deus para salvar tal homem, contudo um homem, por sua própria corrupção e falta, frustrará Deus desta sua intenção. Caso contrário, todos sabem, Adão foi criado em um estado de favor de Deus, e rapidamente apostatou para o contrário: de modo que podemos verdadeiramente dizer, Adão foi um dia (sim, uma hora, como alguns) um filho do favor de Deus; e em outro de sua ira, contudo a mudança estava em Adão, não em Deus, tanto porque Deus não tinha feito um Decreto absoluto desde toda a Eternidade para sua permanência, como também porque ele não tinha feito nenhuma Promessa para preservá-lo naquela condição feliz.

Neste sentido, 1 Pedro 2:10, é dito: "Vós que em outro tempo não éreis povo, mas agora sois povo de Deus, que não tínheis alcançado misericórdia, mas agora alcançastes misericórdia". E enquanto o Oponente diz: "Deus nos amou antes de crermos"; é verdade, com um amor de propósito; mas muitos efeitos de seu amor não são exibidos até que creiamos. Ele nos ama, e assim opera um efeito de amor em nós, para que esse efeito possa ser uma qualificação para um novo e ulterior efeito de amor. Ele nos ama, para nos fazer seus amigos, e quando ele fez isso, ele nos ama com um amor de amizade. Deus nos amou antes de dar Cristo, pois daquele amor ele nos deu Cristo, para que, quando Cristo nos for dado, ele possa nos conceder outro amor.

Ora, porque é comum para nós chamar o efeito do amor, de amor, como o fruto da graça é graça; Portanto dizemos: Em tal tempo Deus não amou alguém, e depois dizemos: Ele ama o mesmo, não que nisto haja alguma mudança de Deus, mas vários efeitos de seu amor são exibidos. Como chamamos os efeitos da ira de Deus, de sua ira, *Poena patientis, ira esse creditor decernentis*, "O castigo sobre o ofensor, é julgado a ira do infligidor": e por este meio dizemos às vezes que Deus está irado, e depois ele cessa de estar irado, quando remove estes efeitos de sua ira: assim um homem é dito ser amado, ou não ser amado de acordo com os efeitos do amor de Deus exibidos no tempo, e Deus assim o designou, que um efeito de seu amor seja uma qualificação no sujeito para outro, como a santificação para a glorificação.

LIÇÃO XXIII

Se oramos aqui pelo perdão, ou apenas pela certeza do perdão. Por que Deus às vezes perdoa um pecador, e não o informa disso; com Orientações para pessoas duvidosas e tentadas a respeito de seus pecados.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas Dívidas."

A próxima Questão a ser considerada é: Se nesta oração, oramos apenas pela Certeza do Perdão, e não pelo Perdão em si? Pois assim os Antinomianos respondem à Objeção extraída deste lugar, que todo o sentido desta Petição é, que possamos sentir em nós mesmos, e perceber com certeza, que perdão Deus nos deu antes, [*Honey-Comb*, p. 155. Assim, *Den Reconcil. of God to man*. p. 44,] fazendo este Argumento do Texto contra si mesmo: "Se oramos pelo perdão dos pecados, então os pecados não são perdoados antes", responde: "Os Protestantes (diz ele) com um só consentimento sustentam, que eles pedem das mãos de Deus maior Certeza e Garantia de Perdão", e ele exemplifica com uma pessoa condenada, que está na forca, que tendo recebido o perdão de seu Príncipe, pode, ao ser chamada à presença do Rei, prostrar-se e dizer: "Perdoa-me, meu Senhor e Rei"; mas isto é abusar dos Autores Protestantes, pois embora muitos deles possam fazer disto parte do significado, contudo nenhum o torna o único significado.

Gomarus em sua Explicação desta Petição, refuta excelentemente Piscator, por explicar o Perdão do pecado por uma Metonímia do sujeito, a saber, o senso e o sentimento disto em nossos corações, e diz que tal significação não pode ser provada de nenhum lugar da Escritura, nem da linguagem de nenhum bom Autor, e uma de suas razões é esta: "A oração pelo perdão do pecado seria imprudentemente retirada da Oração do Senhor; pois aquele que ora pelo senso e sentimento de uma coisa, supõe que ela já foi feita. Ora (diz ele) toda Petição sábia tem por seu objeto, uma coisa futura, e não uma coisa passada".

Isto também Belarmino, objetando contra a Fé especial, como se fosse uma confiança de que meus pecados já estão perdoados, torna tão absurdo, com base nisso, pedir perdão, quanto seria orar para que Cristo se encarnasse, ou se fizesse carne. Crocius, em sua resposta a isto, *Dispute. de fidei justificantis objecto. pa. 131*, diz, como ouvistes antes, que aquelas coisas, de fato, não costumam ser pedidas, que são feitas de tal forma que nunca mais são feitas; mas aquelas coisas que são feitas de tal forma, que podem ser feitas muitas vezes novamente, podem ser pedidas. A encarnação de Cristo foi feita uma vez, e não pode ser mais, mas a Remissão dos pecados é feita de tal forma, que continua a ser feita, e

seu último efeito é reservado para o futuro. Pois, quantas vezes pecamos, tantas vezes há necessidade de Arrependimento. De modo que, por seu Julgamento, a Remissão do pecado não é como a Criação, que uma vez foi, e não é reiterada, mas conservação.

Mais poderia ser dito dos Autores, mas venho responder à Questão.

Primeiro, concedemos que é um dever para aquele crente, que sabe que seus pecados estão perdoados, orar por mais Fé e Certeza do Perdão. Pois, visto que nossa Fé admite graus, e às vezes vacila, pronta para afundar, não é de admirar que precise de apoios. Assim Davi, embora tenha ouvido seu Perdão proclamado, contudo faz aquele salmo penitencial, Salmo 51, para que a misericórdia apague seus pecados, o que foi por apaziguar sua consciência, e satisfazer sua alma com a bondade de Deus: pois como um homem piedoso, embora tenha se arrependido verdadeiramente de seus pecados, contudo em qualquer ocasião triste reitera seu Perdão, como Paulo muitas vezes tem dor de coração por suas blasfêmias e perseguições anteriores; assim é necessário ter o senso e a apreensão de seu Perdão reiterados para seu próprio conforto e consolação.

A Certeza de nenhum homem sobre o Perdão, é tão alta e inabalável, que não encontre muitas vezes assaltos violentos, e, portanto, precise de óleo para ser frequentemente derramado em suas feridas. "Consolai, consolai o meu povo", (diz o Profeta). Deve haver uma ingeminação do dever, senão a alma a princípio não ouvirá.

Em segundo lugar, podemos conceber quatro tipos de pessoas orando por este Perdão do pecado.

- **O homem não convertido e não regenerado**: Embora ele não possa chamar a Deus de Pai e, portanto, não possa orar com fé, ele é obrigado a orar. Os socinianos interpretam a apelação, "Pai nosso", não de forma real, mas dispositiva, como se o significado fosse "que estás pronto e disposto a ser um Pai". Mas esse não é o significado completo daquele lugar. Uma obrigação recai sobre os homens não regenerados de cumprir os Deveres sagrados, embora não possam fazê-lo de maneira aceitável. Sua impotência para fazê-los não os desobriga do mandamento de fazê-los. Ora, é claro que tal pessoa, orando pelo perdão, não ora pela Certeza daquilo que já passou (pois assim nenhum pecado lhe é perdoado), mas pelo Perdão inicial, que ele nunca desfrutou.
- **Aqueles em sua primeira conversão**: O segundo tipo de pessoa que ora esta Oração são aqueles que, em sua primeira conversão, se humilham e buscam a Deus por seu rosto e reconciliação com ele. Ora, aqueles que estão assim em seus começos e novo nascimento, não podem orar em outro sentido, senão pelo Perdão inicial e primeiro; pois, assim como essa

é a primeira vez que começam a ter tristeza e quebrantamento de coração; assim essa é a primeira vez que começam a participar do Perdão; Perdão do pecado e Fé, eles são correlatos, e assim estão juntos.

- **Crentes em progresso**: Uma terceira categoria é a dos Crentes em seu progresso de santidade e santificação, andando sem nenhum escândalo ou ofensa nos caminhos de Deus: Eles, nesta Petição, têm um duplo sentido: um é a Certeza do Perdão dos pecados, que já lhes foram perdoados; e o outro é um Perdão renovado para as enfermidades renovadas em que continuamente mergulham.
- **Crentes caídos**: Por último, há os Crentes caídos, que caíram em alguns pecados graves, e assim fizeram feridas desesperadas em suas próprias almas, e estes têm agonias e dores de coração, muito semelhantes à sua primeira conversão. Por isso é chamado assim: "Quando te converteres, fortalece teu irmão", diz Cristo a Pedro. Esta recuperação do pecado em que foram mergulhados, foi como uma nova conversão.

Por tal comoção como esta feita na alma, não há nada senão trevas e confusão, e eles oram por perdão, como se esta fosse a primeira vez. Eles temem que todos os seus caminhos anteriores tenham sido hipocrisias. Assim Davi, no Salmo 51, ora pela restauração da alegria para ele, para que seus ossos quebrados sejam curados; como também pela verdade nas partes internas. Ora, embora os pecados anteriores de tal homem tenham sido de fato perdoados, contudo, para seu senso e sentimento é como se não fosse assim, mas antes o contrário é temido por ele, que a ira de Deus ainda permanece sobre ele. Daí ele ora por Perdão em seu próprio julgamento, como alguém que ainda nunca foi absolvido por Deus. De modo que, de acordo com as várias condições das pessoas que oram, podemos supor vários sentidos na Petição.

Mas, em terceiro lugar, para responder à Questão, dizemos que a Certeza do perdão não é a única coisa pela qual se ora. E isso por estas Razões. Primeiro, nunca devemos nos afastar do sentido literal das palavras, sem uma necessidade evidente, mas o sentido claro e indubitável é que Deus perdoe nossos pecados; pois nosso Salvador, visando a brevidade nesta Oração, sem dúvida falaria seu sentido da maneira mais perspicaz e clara possível.

Assim como, portanto, se Cristo tivesse dito: "Fazei-nos ter certeza do perdão do pecado", o Antinomiano não teria se afastado da letra, mas nos pressionaria a isso: Assim, por outro lado, quando Cristo diz: "Perdoai-nos", e não "Dai-nos o sentimento do perdão", temos motivo para nos apegarmos plenamente a isso: e isso pode ser ilustrado por duas considerações adicionais, a primeira daqueles lugares onde se diz que Deus não perdoa, a última daqueles onde o perdão é aplicado de um homem para outro.

- Quando o profeta Isaías, falando dos israelitas, como sua Terra estava cheia de Ídolos, e tanto grandes quanto pequenos se humilhavam diante

deles, Isaías 2:9, ora para que, portanto, Deus não os perdoasse, pode alguém entender que o significado é que Deus não lhes desse a certeza de seu perdão?

- Em Mateus 12:32, o Evangelista diz que todos os outros pecados podem ser perdoados, mas aquele contra o Espírito Santo nunca será: Ora, no sentido em que outros pecados são ditos serem perdoados, nesse sentido aquele é negado ser perdoado: e aquele é negado ser perdoado, não em respeito à Certeza e Declaração à consciência de um homem apenas, mas real e de fato. Portanto, os pecados perdoados são perdoados da mesma maneira.
- Novamente, é claro que por Perdão não se entende apenas a Certeza do Perdão, porque quando aplicado aos homens, não pode admitir tal sentido. Ora, a Petição diz assim: "Que Deus nos perdoe, como nós perdoamos aos outros"; e nenhum homem explicará o último perdão como de Certeza; e por que então o primeiro?

Ademais, a frase equivalente de perdão evidencia mais do que uma Certeza de Perdão; pois quando a Escritura o chama de "apagar o pecado", é uma expressão de Dívidas, que estão, por assim dizer, escritas no livro de Deus, e, portanto, até que ele as cancele, elas permanecem em sua culpa. Além disso, se um pecado não é realmente perdoado, até que um homem se arrependa e creia, então ele pede mais do que Certeza; mas nós provamos plenamente que não há remissão de pecado até a confissão e o abandono dele.

Quanto ao exemplo do autor acima mencionado, de um malfeitor que recebeu o Perdão, pode, contudo, ao chegar à presença do Rei, desejar o Perdão, isso de forma alguma o favorece: Pois, suponha que um Malfeitor pudesse fazer isso na primeira vez, ainda assim a experiência demonstra que seria tolice e loucura em um Malfeitor fazê-lo com frequência: Ao passo que é nosso dever diário pedir o Perdão de nossos pecados no Trono da Graça. Para concluir este Ponto (porque já falamos sobre ele em outro lugar), esta Exposição derruba o uso contínuo da Palavra, as frases equipolentes, o objeto próprio da Oração, e se afasta da letra do Texto, sem nenhum fundamento justo. O que é contra as regras de Explicação da Escritura.

A próxima Questão é de grande Importância Prática, a saber, Por que Deus às vezes Perdoa um pecado, e contudo não o manifesta ao coração do pecador? Pelo que se vê em Davi, Salmo 51, que quando um pecado é perdoado no Céu, não é também remido e apagado na consciência de um homem; contudo Deus pode tão facilmente operar um como o outro. Se ele disser: "Haja luz em tal coração sombrio"; de um Inferno, ele imediatamente se torna um Céu. Julgaríamos que por esta Dispensação divina, assim como o homem piedoso perde muito de seu conforto, assim Deus de sua Glória e Honra. Mas diversas Razões podem ser produzidas para isto. Como: Primeiro, pode ser que Deus nos ensine por meio disto, que o Perdão do pecado não é um Efeito necessário do

Arrependimento, mas um Dom gracioso concedido, embora não sem ele, contudo não por ele.

Embora, portanto, tua alma tenha sido profundamente humilhada, e esteja grandemente reformada, contudo Deus suspende a luz de seu favor sobre tua alma, para que possas reconhecer sua Graça, não o mérito de tua tristeza; onde as Causas produzem naturalmente um Efeito, ali é um Milagre, se um não se segue ao outro. Se o fogo não queima, se o Sol para; se Pedro andando sobre a água não afunda. Mas não é de admirar, ver um coração verdadeiramente contrito sem Certeza e Consolação. Estes podem ser separados, para que possas ser tão humilde com tuas Graças, como se elas não existissem.

Sim, Deus às vezes se deleitou em Causas naturais para operar os Efeitos sem elas, para que a glória não fosse dada aos instrumentos. Daí ele fez com que a luz existisse antes do Sol, e a terra foi ordenada a produzir Ervas antes de qualquer chuva, para que Deus fosse reconhecido como tudo em todos. Se Deus faz isto na ordem das coisas naturais, quanto mais nas sobrenaturais? Contudo, isto não deve ser tão pressionado, como se, portanto, Deus perdoasse o pecado sem Arrependimento. Não, Deus ordenou um caminho inviolável e indispensável, no qual ele concederá seu Perdão, e de nenhuma outra maneira.

Mas, embora Deus, por sua mera boa vontade, tenha unido inseparavelmente o Arrependimento e a Remissão, contudo, a Descoberta ou Promulgação disto ao coração quebrantado e contrito, é totalmente Arbitrária: E nisto, assim como em outras coisas, aquele ditado é verdadeiro: "O vento sopra onde quer". Sabe, portanto, por estas Dispensações divinas, que embora te arrependas, o perdão de Deus é um mero dom de liberalidade, e não um fruto natural e necessário de tua tristeza. A tal ponto que, pondo de lado a graciosa Promessa de Deus, pela qual ele é Devedor de sua própria fidelidade, após tua mais pura e mais perfeita Humilhação pelo pecado, Deus poderia se recusar a tirar tua culpa.

Uma segunda Razão, pela qual Deus, embora perdoe, pode ainda negar a manifestação disso, é porque, por meio disso, Deus nos faria sentir a amargura e o fel disso em nossos próprios corações. Um Perdão facilmente obtido tira o fardo da falta. Assim Deus tratou com Davi. A luz do favor de Deus não rompe imediatamente a Nuvem, para que Davi possa sentir quão amargo é pecar contra Deus. Como Deus permitiu que Isaque fosse amarrado, que lenha fosse posta sobre ele, que a faca fosse levantada para golpeá-lo, em todo esse espaço, o medo de Isaque não pôde deixar de aumentar: Assim Deus também matará e ferirá aqueles, a quem pretende dar vida: ele os esmagará e os quebrará, para que assim eles julguem o bem aparente no pecado, como nada em comparação com o mal real que se segue.

E desta segunda, surge uma terceira Razão, a saber, para nos tornar mais vigilantes e diligentes contra o tempo futuro: A amargura de alma de Pedro foi

um preservativo especial contra tentações semelhantes; como Poções amargas matam os vermes no estômago das crianças. Deve necessariamente argumentar muita culpa no povo de Deus, se depois do fel e do absinto particulares que eles encontraram no pecado, eles estiverem prontos para beber a mesma poção amarga, quando o pecado se apresentar. Certamente as dores de coração que Paulo sentiu depois, embora perdoado, por suas perseguições anteriores, foram como uma espada flamejante para mantê-lo afastado de tais tentativas novamente; ele poderia dizer com mais verdade do que aquele Pagão: "Ele não compraria o arrependimento tão caro".

4. Por causa da Dificuldade e do modo sobrenatural de crer, é que o Perdão pode estar no Céu, quando não podemos aplicá-lo em nossas Conscências. Por isso, embora as Promessas sejam muito para nosso alívio, e por isso infinitamente desejáveis, contudo o modo de crer nisso está tão acima da consciência natural, que espera a Justificação por obras, que o coração de um homem tem muita dificuldade em concordar com isso. Portanto, a fé não é como outras Graças ou Deveres (a saber, Amor a Deus, Humildade, etc.) que têm alguns vestígios obscuros nos ditames naturais da consciência, mas é totalmente sobrenatural; sim, Adão no estado de integridade não conhecia este tipo de crer na justiça de um Mediador.

Pois, assim como o objeto da fé, a saber, Cristo, é apenas por revelação, nenhum conselho de homens ou anjos poderia ter excogitado tal verdade; assim a fé, como é a mão ou o órgão que aplica a justiça de Cristo, é um dever não manifestado pela luz humana, mas totalmente de cima. E como a carne e o sangue não nos revelam que Cristo é o Filho do Deus vivo, assim também não que devemos ter a remissão dos pecados apenas pela fé em seu sangue. Por isso a Escritura faz da fé o dom de Deus, que vindo do Espírito para nossos corações, encontra muita contrariedade e oposição de dúvidas e incredulidade.

Não é de admirar, portanto, se depois que o coração de um homem foi despertado pelo pecado, permaneçam algumas comoções por muito tempo depois: assim como o mar depois de tempestades e ventos, embora se acalmem, ainda por algum tempo depois ruge e se enfurece, não deixando seus problemas imediatamente, como ouvistes antes. Embora, portanto, assim como Deus perdoa no Céu, ele o ofereça também às nossas Consciências, contudo nós recusamos e o adiamos, não queremos ser consolados, porque não é um consolo que flui da maneira que esperamos, a saber, por obras. E por esta razão, embora Davi tenha ouvido Natã pronunciar seu perdão, contudo ele o importuna veementemente depois no Salmo 51, como se não tivesse a menor notícia de tal misericórdia para com ele.

Por fim, Deus adia a notícia do Perdão para ti, para que assim possas ser mais capaz de simpatizar com aqueles que estão em condição de tentação

semelhante. Pois, como um dos fins do sofrimento de Cristo em sua alma, jazendo em agonias sob o desprazer de Deus, foi para que ele soubesse como ter compaixão de seus filhos em tais tentações: Assim o Senhor exercita seu povo para o mesmo propósito; e certamente Cristo considerou isto, a língua dos doutos, para falar uma palavra oportuna a um coração ferido.

Ademais, por meio disto falaremos mais maravilhosamente da graça de Deus, e de sua bondade, após nossa libertação daquelas tempestades. Aqueles que estiveram nestas águas profundas, veem as obras maravilhosas do Senhor, e assim têm seus corações e bocas mais abertos para celebrar seu louvor.

Outra Questão pode ser: Que Orientações devem ser dadas a uma alma tentada sobre o perdão do pecado? Pois muitos são os que, como os companheiros de viagem de Paulo no navio, estiveram tantos dias, meses, sim, talvez anos, e não viram nenhum Sol, não desfrutaram de nenhum conforto. Que as Pessoas assim afetadas usem estes remédios:

Primeiro, Reconhecei a Deus, e inocentai-o de qualquer maneira. Assim Davi, no Salmo 51, "para que sejas puro, quando fores julgado". Se os demônios e os condenados no inferno não têm motivo para se queixar de Deus como injusto, ou severo demais, então muito menos tu que és mantido nas trevas apenas por uma estação, para que depois possas desfrutar de mais luz. Não seja Deus um Deus pior, sua bondade menor para contigo, porque ainda não foste liberto dos grilhões do pecado. Sendo assim humilde, tomas o caminho para ser preenchido, ao passo que a impaciência e o descontentamento fazem com que Deus esconda mais o seu rosto.

Em segundo lugar, examina teu Arrependimento, se ele foi tão são, tão puro, tão profundo, tão universal, como deveria ter sido. Toda tristeza e humilhação pelo pecado não é Arrependimento piedoso. As lágrimas de Acabe e de Pedro diferem tanto quanto a água do Mar, que é salobra e salgada, e a água das nuvens, que é doce. Davi, no Salmo 32, reconhece a dor e as cólicas que tinha dentro de si, por causa do pecado: e não é de admirar que ele não o confessasse, e não o lamentasse diante de Deus.

Se, portanto, Deus mantém teu coração em muitas dúvidas e medos, não te dando descanso; considera se lançaste todo o fermento para fora de tua casa, se todo Acã dentro de ti foi apedrejado ou não. É em vão curar a ferida, enquanto qualquer lasca da flecha envenenada estiver dentro dela, ou se não encontrares nenhum pecado não arrependido, investiga se teus deveres formais e preguiçosos não são a causa de toda a escuridão que está em teu coração. Lemos nos Cânticos, que a preguiça da Igreja, e o não abrir as portas para Cristo quando ele bateu, foi a causa daquela deserção espiritual em que ela foi mergulhada, buscando por toda parte seu Amado, mas não o encontrando. A lagoa estagnada gera as Rãs coaxantes, não o riacho corrente: e é o cristão

maçante e negligente, cujo coração está cheio de tristes medos e dúvidas, ao passo que o Maná escondido e a pedra branca são prometidos àquele que vence.

3. Embora tua alma ande assim nas trevas, contudo, exerce atos de dependência e recumbência sobre Cristo, de qualquer maneira. Como Davi muitas vezes conclama sua alma a confiar em Deus, e não a se abater pecaminosamente. Quão elogiada é aquela mulher de Canaã por sua fé? Que, embora nosso Salvador a chamasse de Cão, e na verdade lhe dissesse que ela estava excluída do perdão, contudo o perseguiu ardentemente, e não lhe deu descanso, até que ele lhe deu descanso. E certamente, este é o mais nobre ato de Fé, isto é de fato dar glória a Deus, quando no meio de todos os teus medos e culpa, tu podes confiar nele para o perdão; como nos homens ímpios que são cheios de Satanás, como Ananias era, há, πληροφορία τοῦ θράσου, uma ousadia desesperada, pela qual eles ousam se aventurar no pecado: Assim nos piedosos deveria haver, πληροφορία τῆς πίστεως, uma confiança de Fé, pela qual, apesar do diabo e de nossas consciências, ousamos nos lançar nos braços de uma Promessa.

Assim, pela frequente manifestação de fortes atos de Fé fiduciais e aplicativos, finalmente desfrutaremos do obsignativo. De qualquer forma, por meio disto, mostrarás tua coragem celestial em suportar uma espécie de Martírio espiritual. Assim como aquele Amor é o mais alto Amor, que se dirige aos inimigos; assim, aqueles são os mais fortes atos de Fé, que nos fazem depender de Deus, embora ele pareça nos matar, sim, nos condenar.

LIÇÃO XXIV

Se no Arrependimento a diferença entre pecados grandes e menores deve ser respeitada.

MAT. 6:12.

"E perdoa-nos as nossas Dívidas."

Outra Questão, que também é de grande utilidade, devemos despachar neste momento, a saber: Se um Crente arrependendo-se e suplicando perdão, deve fazer alguma diferença entre um pecado grande e um menor? Pois se um homem fosse persuadido do negativo, então pecados grosseiros e notórios, que Tertuliano chama, *Devoratoria salutis*, redemoinhos e abismos, nos quais a parte ofendida é mergulhada, não seriam mais do que aqueles pecados, que Agostinho chama, *Quotidiana & levia*, enfermidades diárias, que continuamente fluem da pessoa mais santificada.

Novamente, por outro lado, um cristão caindo em tal pecado grosseiro, pode ser tão absorvido pela tristeza, a ponto de pensar que todo o laço de amizade está dissolvido entre ele e Deus, que ele foi expulso daquele Paraíso espiritual em que estava, e que Deus não é mais seu Pai, nem ele seu filho. É, portanto, necessário ter uma coluna de fogo para nos guiar neste deserto. E para que toda a verdade desta matéria seja compreendida, observai estas Proposições.

Primeiro, todo pecado, mesmo o menor pecado, merece a morte eterna. Como se vê por aqueles lugares gerais: "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas que a Lei ordena", Gálatas 3:10. Ora, todo pecado é uma transgressão da Lei. Isto o Apóstolo fala universalmente de todo pecado, sem nenhuma exceção, Romanos 6:23. "O salário do pecado é a morte". E de fato, isto deve necessariamente ser assim, se considerardes que o menor pecado é uma ofensa contra um Deus infinito: e a este respeito, porque Deus não é um Deus pequeno, mas um grande Deus, assim todo pecado não é pequeno, mas um grande pecado.

Novamente, se considerardes a necessidade do sangue de Cristo para expiar isto, nenhum pecado pode ser considerado pequeno: pois se um homem não tivesse nenhum pecado no mundo, a não ser um destes pequenos, ele não poderia escapar da ira eterna, sem a mediação de Cristo. Portanto, não podemos dizer que qualquer pecado é venial, seja por sua espécie e natureza (como os Papistas distinguem), tais eles fazem ser as mentiras oficiosas, ou de gracejo; ou pela imperfeição do ato, tais eles fazem ser aqueles que são cometidos indeliberadamente, ou por ignorância, sem pleno consentimento ou conhecimento. Ou pela pequenez da matéria, como roubar um ceitil, ou

semelhante. Nenhum destes pecados é tão pequeno, que não mereça o inferno, porque são a transgressão da Lei de um Deus santo e grande; e nosso Salvador confirma isto, quando diz: "De toda palavra ociosa o homem dará conta", Mateus 12:36, e aquela frase de dar conta, não é uma expressão diminutiva, mas agravante: Nosso Salvador argumenta ali do menor para o maior, Assim, "Se um homem deve dar conta de toda palavra ociosa, muito mais da blasfêmia contra o Espírito Santo".

Tomemos cuidado, portanto, como rebaixamos o peso e a culpa do pecado; aqui também podemos ver, por que Paulo encontrou tal montanha sobre si, por meros movimentos pecaminosos que surgiam em seu coração.

Há dois lugares que parecem importar tal diferença entre pecados, como se alguns apenas merecessem o inferno, e outros não. O primeiro é Mateus 5:22, onde nosso Salvador, falando de três graus de pecado, atribui proporcionalmente três graus de punição, e apenas o último é culpado do fogo do inferno. Mas a Resposta clara é, que nosso Salvador fala alusivamente àqueles três Tribunais de Judicatura entre os Judeus, cuja menor punição era a morte; de modo que o primeiro Tribunal punia com a morte, o segundo, com a morte com um tormento mais grave; o terceiro com um gravíssimo. Pois que nosso Salvador apenas alude a estes Tribunais, e não fala de que faltas os Tribunais puniam, é claro; pois ninguém pode pensar que o Tribunal condenava alguém à morte por chamar seu irmão de tolo.

Era o assassinato e tais pecados que eles puniam com penas capitais. O outro lugar é 1 João 5:15,17, onde o Apóstolo faz uma diferença entre um pecado para a morte, e um pecado não para a morte, mas isso deve ser claramente entendido ou do pecado contra o Espírito Santo (que naqueles tempos, quando o espírito de discernimento era frequente, poderia ser facilmente conhecido) ou de tal pecado que descobria claramente obstinação e impenitência que o acompanhava, caso contrário nenhum homem poderia orar por outro que cometeu um pecado mortal, se por um pecado para a morte, o Papista quer dizer todo pecado mortal.

Estabelecei, portanto, este fundamento: que todo pecado é mortal, no que diz respeito ao seu merecimento e culpa, embora para os piedosos que creem e se arrependem, nenhum pecado seja mortal, mas todos veniais, Romanos 8:1. "Não há condenação para os que estão em Cristo Jesus". Portanto, Musculus observa bem que, neste caso, as pessoas que ofendem devem ser consideradas (se são crentes) mais do que os próprios pecados. Uma segunda Proposição.

Embora todo pecado, mesmo o menor, mereça assim a danação eterna, contudo há uma grande diferença entre alguns pecados e outros. E, portanto, o pecado não é uma mera negação, mas uma privação, como as doenças são, e assim como uma doença pode ser mais desesperadora que outra, assim um pecado

pode ser mais hediondo que outro. Os Estóicos pensavam que todos os pecados eram iguais. E Cipriano entre os Antigos, é relatado pelos Eruditos como tendo sido dessa opinião. Mas a Escritura refuta isso evidentemente: "Aquele que me entregou a ti tem maior pecado", João 16:11. Assim, tendes a frase: "não ser pior que um Infiel", 1 Timóteo 5:8. Assim, Ezequiel 16:47, Israel é dito ser mais corrompido, e fazer mais abominação do que Sodoma.

Pois, embora pecar seja errar o alvo, contudo alguns podem atirar muito mais longe dele do que outros. Um pecado, portanto, pode ser mais hediondo que outro, de diversas maneiras, como mostram os Teólogos: Como:

1. Pela Pessoa que ofende; se ela conhece a vontade de Deus, ou se está em um cargo ou ofício público.
2. Pelo Objeto; se é pecado contra Deus imediatamente, ou apenas contra o homem, como disse Eli, 1 Samuel 2:25. "Se um homem pecar contra outro, o Juiz o julgará, mas se um homem pecar contra o Senhor, quem intercederá por ele?".
3. Pela Matéria sobre a qual; Se for na vida de um homem, e não em seus bens, que tu o prejudicas.

Alguns também podem ser agravados pela disposição do homem, os meios que ele desfruta para vencer o pecado, pela frequência dele, ou pela sua defesa, e coisas semelhantes. Daí alguns pecados são comparados a Camelos, outros a Mosquitos, alguns a Vigas, outros a Ciscos, alguns a Talentos, outros a Vinténs.

Isto sendo claro, consideremos, que diferença um verdadeiro crente deveria fazer entre estes em matéria de perdão, e que diferença ele não deveria fazer. E em primeiro lugar, ele deve fazer uma vasta diferença sobre eles, quando suplica por perdão. Como:

1. Ele deve crer que a ira de Deus se acende mais contra ele, e que sua indignação arde mais intensamente, quando tal iniquidade é cometida, do que em nossas enfermidades diárias. Assim, quando Arão fez o Bezerro Idólatra, quão irado estava Deus tanto com Arão quanto com o povo? Quão irado também estava Deus com Davi após seu assassinato e adultério? Davi tinha contínuas enfermidades, mas Deus não quebrou seus ossos por elas, não fez tal brecha em sua paz e consciência, como fez nestes pecados: Portanto, deve argumentar alta profanidade de espírito; se um homem após cometer pecados grosseiros e repugnantes não se perturba mais, do que pelos contínuos movimentos e incursões que o pecado necessariamente faz sobre nós. Não, como os pecados têm maior culpa neles, assim a ira de Deus é incitada de uma maneira mais veemente contra tais.
2. Deve-se fazer uma grande diferença no que diz respeito à Humilhação e à medida da tristeza piedosa por ela. Pois, assim como o pecado pode

exceder outro, tanto quanto o Camelo excede um Mosquito; assim a tristeza deve exceder tanto quanto um Oceano excede uma gota. Assim, Pedro sai e chora amargamente; ele não o fez por todo defeito e imperfeição espiritual nele, como por esta abominável Apostasia.

Lemos também sobre a pessoa incestuosa, que, assim como cometeu um pecado que nem sequer era nomeado entre os gentios, também manifestou uma tristeza que mal se ouvia entre os cristãos; a tal ponto que o Apóstolo temeu por ele, para que não fosse oprimido por excessiva tristeza. Ora, se por todo pecado de enfermidade devesse haver tanta tristeza e humilhação, como por estes pecados carmesins e escarlates, como a vida inteira do homem não seria senão uma contínua perturbação da alma? E em que escuridão ele viveria sempre? Embora todas as tuas falhas contínuas devam ser motivo de humilhação para ti, contudo, quando tais como estas irromperem, tua alma deve abrir as comportas de tua alma.

Tampouco se pode pensar que este seja um caminho baixo e mercenário, como se a parte assim humilhada pretendesse uma compensação a Deus. Mas todos os lugares da Escritura devem ser considerados, como aqueles que falam da graça gloriosa de Cristo; assim também aqueles que falam de nossos deveres.

3. O Espírito de Deus não apenas em sua Palavra revela uma ira maior contra tais pecados, mas também retira todas aquelas consolações e confortos que estavam no coração antes. De modo que um homem que ofende assim, por assim dizer, tranca-se em um calabouço escuro, e fecha todas os raios do Sol contra si. A tal ponto que, embora a Certeza, e as consolações do Espírito Santo possam consistir com as fraquezas e enfermidades pecaminosas do povo de Deus; contudo, não consistem com as impiedades grosseiras em que se mergulham, como se vê em Davi, Salmo 51, que ora pela restauração daquela salvação que perdera por seu pecado.

O Espírito de Deus é uma Pomba, e esta não se deleita em edifícios imundos. O Espírito de Deus pode ser entristecido e apagado no que diz respeito aos seus frutos: De modo que um homem assim ferido pelo pecado, sente um verdadeiro inferno em seu coração, não admite nenhum conforto. Nem pode ser de outra forma, pois quando recusamos o Espírito de Deus santificando, nós o repelimos imediatamente consolando. Se não tivermos o calor deste Sol, também não teremos a sua luz.

4. Nestas ofensas grosseiras, o Espírito de Deus não apenas o abandona no que diz respeito à Consolação, mas é um Mandamento imposto aos Oficiais da Igreja, para expulsar tal pessoa de sua sociedade, como em 1 Coríntios 6. Tampouco o povo de Deus deve ter qualquer comunhão ou conhecimento familiar com tais: ora, que horror e tremor podem

justamente surgir no coração de tal homem, que será assim expulso de todos os Privilégios graciosos, e isso por designação de Deus? Que trevas isto deve operar em seu coração, quando ele argumentar assim consigo mesmo? É mandamento de Deus que eu não seja admitido aos Selos de seu amor; ele deu a seus Oficiais a incumbência de não derramar óleo em minhas feridas; como posso eu pleitear pela graça significada, quando ele me nega os Selos dela? Deus me excluiu como o leproso impuro, e para onde irei?

Ora, se a Igreja de Deus faz uma diferença tão vasta entre ele e os outros, e isso seguindo as direções de Cristo, não deveria a pessoa que ofende também julgar as mesmas coisas sobre si mesma?

5. Em alguns tipos de pecados grosseiros, embora possa haver profunda humilhação, contudo, há muitas outras condições requisitadas, sem as quais o perdão do pecado não pode ser obtido, e isso em pecados de injustiça, violência e fraude de outros. Assim Zaqueu, não é suficiente para ele crer que Cristo é o Messias, e recebê-lo em sua casa. Mas ele faz satisfação onde cometeu o erro. Assim também nosso Salvador, em Mateus *5*. "Se te lembrares que algum homem tem algo contra ti, deixa tua oferta no Altar, e vai e reconcilia-te". É um dito conhecido de Agostinho: *Non remittitur peccatum, nisi restituatur ablatum*: "O pecado não é remido, a menos que o que tu injustamente tomaste seja restituído".

E é uma perversão muito miserável do sentido, que um Antinomiano faz (*Reconcil. with God*, pág. 90) que esta reconciliação deve ser feita de homem para homem, mas não é verdadeira em respeito de Deus para o homem; e enquanto o mesmo Autor fala de Zaqueu, que ele creu primeiro, e depois fez a restituição: o que (pág. 91) ele chama de um exemplo além de toda exceção; que ele considere pela segunda vez a expressão de Zaqueu, e verá que não tem nada a ver com seu propósito. As palavras estão no tempo presente, Lucas 19:8. "Eis, Senhor, dou aos pobres a metade dos meus bens". "E se defraudei alguém, dou-lhe o quádruplo".

Ora, ou Zaqueu se refere a sua vida passada, ou então ele declara sua vontade pronta e preparada para o tempo futuro; e há Intérpretes de ambos os lados, e de qualquer forma que o exponhais, derruba a tese do adversário. Pois se for entendido de seu curso de vida, anteriormente passado, então vai claramente contra ele. Se de sua prontidão de mente para o futuro, não faz nada por ele. Pois, embora por isto pareça que Zaqueu recebeu alegremente a Cristo antes de fazer a restituição real, contudo não antes de ter uma preparação e resolução de coração para fazê-la.

E certamente, Zaqueu, falando assim a Cristo: "Eis que dou", não pode senão ser entendido que esta disposição penitente de coração estava sobre ele antes que

ele o dissesse. Se Zaqueu fala isto de seu curso de vida anterior, então ele manifesta isto não por orgulho ou ostentação, mas para ver se Cristo lhe ordenaria fazer de outra forma, de modo que se poderia pensar que ele disse isto, por instrução, para ser dirigido para o futuro.

6. Assim como deve necessariamente haver mais tristeza, e haverá maiores terrores do Senhor, assim também são requeridos atos de fé maiores e mais fortes, pelos quais o perdão pode ser aplicado; Pois sendo a agonia e a tentação maiores, a força da fé também deve ser proporcionalmente aumentada. Por isso vemos a pessoa incestuosa, quase oprimida; tão grande era exercitar a fé, quando Deus era apreendido assim irado: e certamente, se a fé é uma graça tão dificilmente manifestada mesmo para o menor pecado; Que conflitos devem necessariamente haver, quando nada além de montanhas estão no caminho, e grandes abismos são apreendidos entre o perdão e ele?

O marinheiro precisa de mais habilidade e força em uma tempestade, do que em uma calmaria; e o soldado deve mostrar mais coragem no meio de uma batalha furiosa, do que quando tudo está quieto.

Assim vedes em que uma grande diferença deve ser feita. Ora, há alguns particulares, nos quais um crente arrependido não deve fazer diferença alguma. E isso nestas coisas.

Primeiro, não há diferença no que diz respeito à causa eficiente, a graça de Deus em perdoar. O homem piedoso não deve pensar que Deus pode perdoar mais facilmente pecados menores do que pecados grandes: Não, todos estes são igualmente perdoados por ele. Assim como na terra, embora haja montanhas grandes e altas em relação a outras colinas, contudo tanto elas quanto estas são meramente como um *punctum* em relação aos céus; assim, embora alguns pecados excedam outros em culpa de diversas maneiras, contudo todos eles, em relação à graça de Deus, são como uma gota diante do Sol, que é rapidamente seca.

Daí, quando Deus se proclama em toda a sua bondade, ele é descrito como um Deus que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado; e assim Isaías 1, ele pode tornar pecados vermelhos como escarlate, brancos como a neve: De modo que, comparado à graça de Deus, não há diferença alguma.

Nem, em segundo lugar, se pode fazer qualquer diferença no que diz respeito à causa meritória, que é a obediência e os sofrimentos de Cristo: Pois isso purifica tanto os grandes pecados quanto os pequenos. E certamente, quando consideramos o valor e o mérito infinitos dos sofrimentos daquele que é Deus tanto quanto homem, a alma crente não precisa se admirar se Cristo remove um tanto quanto o outro. No Mar Vermelho, o Campeão mais robusto e valente foi

afogado, assim como o soldado mais humilde. Ele é o Cordeiro que tira os pecados do mundo; e seu sangue é dito nos purificar de todas as nossas iniquidades.

Aqui não se faz diferença, de um pecado para outro. De modo que, embora teus grandes pecados exijam maior humilhação, contudo não um Mediador maior do que Cristo é; Tu deves derramar mais lágrimas, mas Cristo não precisa derramar mais sangue; de modo que, no que diz respeito à justiça de Cristo aplicada, o menor e o maior pecador são perdoados da mesma forma; nem é blasfêmia (embora os Papistas o julguem assim) dizer que Maria Madalena e a Virgem Maria são ambas justificadas da mesma forma.

3. Tampouco podemos fazer qualquer diferença nos meios de perdão a este ponto, como se nosso mérito e satisfação fossem para o perdão de um, e não do outro. Devemos mostrar maior tristeza, mais meios devem ser usados, contudo não devemos julgar estas nossas ações como tendo algum valor ou dignidade nelas para a reconciliação, de modo que, depois de termos feito tudo, devemos confessar que é somente a graça que perdoa. E isto deve ser mais observado, porque é difícil não fazer nada extraordinariamente em um caminho de perdão, e não repousar imediatamente sobre isto, como se tivesse algum valor nele.

Mas certamente, se é a bondade de Deus meramente perdoar nossos vinténs, muito mais é sua liberalidade perdoar nossas libras: e se por nossa própria força não podemos remover uma palha, como removeremos uma trave? Mas nos tempos primitivos, a Igreja, sendo severa contra os ofensores grosseiros, designou deveres de humilhação mais solenes e extraordinários para satisfação à Igreja de Deus no ponto do escândalo, e com o tempo, estes foram ensinados a serem satisfatórios até mesmo para o próprio Deus.

4. Tampouco se pode fazer esta diferença, como se pecados menores pudessem consistir com a graça da Justificação, mas tais pecados grosseiros excluíssem totalmente daquele estado. Pois há alguns que defendem a distinção de pecados mortais e veniais, neste sentido, veniais são todos aqueles que podem coexistir com o favor e a graça de Deus para a pessoa que assim falha; mas mortais são aqueles que (embora um homem tenha sido justificado) contudo, sendo cometidos, o lançarão para fora desta filiação. Tal distinção Musculus reconhece, *loc. com. de peccato*, e outros; mas isto supõe uma apostasia total da graça, o que já refutei.

Assim como a Arca foi feita daquela madeira que não se corrompia nem apodrecia, assim é a Igreja de Deus no que diz respeito aos membros vivos. Portanto, embora o povo de Deus em tais quedas graves perca sua segurança, sinta lamentáveis comoções de coração, contudo não devem concluir que Deus

os rejeitou completamente. Eles não devem se ver como falsos, embora tenham sido Pródigos.

LIÇÃO XXV

Do perdão do Pecado sob a noção de cobri-lo.

SALMOS 32:1,2.

"Bem-aventurado aquele cuja transgressão é perdoada, cujo pecado é coberto.
Bem-aventurado o homem a quem o SENHOR não imputa iniquidade."

Davi é chamado por alguns Antigos, o Divino Orfeu, por cuja música as feras, os homens maus, podem ser domados: e certamente sua Harpa material não foi mais eficaz para expulsar o espírito mau de Saul, do que seus Salmos são meios santificados para expelir todas as afeições corruptas em nós. E embora toda a Escritura seja igualmente excelente no que diz respeito ao Autor, sim, e à matéria absolutamente considerada, contudo, em respeito a nós, nossa direção ou consolação por causa de nosso estado presente, um lugar da Escritura pode ser preferido a outro: em cujo sentido Júnio interpreta aqueles Salmos, que têm sua inscrição, "Um Cântico de Degraus", "Um Salmo de Excelências", como a palavra hebraica o permite.

Ora, este Salmo em que estou, pode justamente ser assim chamado, porque tem uma utilidade peculiar para aqueles que são exercitados sobre a culpa do pecado; pois aqui temos Davi como uma anatomia, aberta, para que sejamos instruídos. Daí o título do Salmo ser Masquil, que é tanto quanto "dando instrução", e é observado por Comentadores que isto é prefixado comumente àqueles Salmos que têm alguma Doutrina escolhida e eminente, especialmente sobre aflições, como este tem, sobre a culpa e o problema de Davi sob o pecado, e também seu perdão. Os Hebreus chamam este Salmo de *Cor*, o coração de Davi, porque ele está tão afetado com o desprazer de Deus pelo pecado, e a excelência do perdão.

Portanto, deveis conceber o Texto como proferido por Davi, como alguém gemendo e pesadamente pressionado com o peso de seu pecado, e clamando: "Oh, quão bem-aventurados e felizes são aqueles que têm estes pecados perdoados!". Em cujas palavras tendes o perdão do pecado descrito.

Primeiro, a partir de várias expressões para magnificar a misericórdia: Pecados perdoados, cobertos, não imputados. É muito a considerar como os intérpretes antigos fizeram uma diferença entre os pecados enumerados; como se houvesse diversos tipos, ou pelo menos graus de pecado enumerados; e sobre isso também fazem uma diferença entre perdoar, cobrir e imputar, como se um fosse mais que o outro; mas devemos antes tomar isso de acordo com o costume da Escritura, que usa, por uma questão de amplificação, dizer a mesma coisa em diversas palavras, e isso é autologia, mas não tautologia.

A diferença que existe, provém das várias metáforas que estão nas palavras. Como a primeira palavra significa a remoção do pecado, que é um fardo, bem-aventurado é aquele que é aliviado de tal peso. A segunda, que é cobrir, supõe a imundície repugnante do pecado aos olhos de Deus, e, portanto, pela graça é retirada de sua vista. A terceira, não imputar ou contar, é uma metáfora que supõe o pecado uma dívida, e Deus em sua conta não o lançará em nosso débito, de modo que as várias expressões são maravilhosamente confortáveis; se o pecado te perturba como um peso pesado sobre ti, o perdão é o alívio e a remoção deste fardo; se o pecado te faz julgar-te repugnante, tu não podes suportar a ti mesmo, o perdão do pecado é cobri-lo; se o pecado te põe em tal dívida com Deus, que não sabes como satisfazer, o perdão é não imputar.

Em segundo lugar, isto é descrito a partir do adjunto, aderente à remissão do pecado, a saber, a bem-aventurança. O Apóstolo, em Romanos 4, alega este lugar para provar que um homem tem a justiça imputada a ele sem obras. Mas a pertinência do argumento do Apóstolo é disputada: pois como se segue deste lugar, que um homem tem a justiça imputada a ele sem obras? Isto é como se um homem argumentasse: "Ele é um homem rico, porque suas dívidas foram perdoadas", o que é um *non sequitur*, porque são duas coisas distintas.

Isto faz com que Piscator e Wotton, com outros, sustentem que a justificação não é nada mais do que a remissão de pecados, e que a imputação da justiça e a remissão de pecados são a mesma coisa; sendo um homem, portanto, considerado justo porque seus pecados não lhe são imputados. Daí negam que a Escritura jamais diga que a justiça de Cristo nos é imputada, embora em certo sentido concedam que se possa dizer assim, na medida em que, por sua morte por nós, ele comprou a remissão do pecado, que é nossa justiça.

Isto deve ser considerado, quando falamos da outra parte da justificação, a saber, a imputação da justiça de Cristo. Embora aqueles que são a favor da justiça imputada, digam que o Argumento é bom, o que Paulo usa, porque a imputação da justiça é imediatamente contrária à imputação do pecado; e, portanto, Paulo poderia argumentar a justiça imputada, a partir do pecado remido, assim como nós argumentamos verdadeiramente: "A noite não é, portanto o dia é", porque a escuridão e a luz são contrários imediatos, e o sujeito deve necessariamente ter um deles.

Por fim, este perdão do pecado é descrito a partir do sujeito, em quem ele está, a saber, nele, em cujo coração não há dolo; isto é, que não cobre seus pecados por não os confessar e não se arrepender deles, como Davi reconhece que fez por um tempo.

Do Texto, levantarei tais Observações que estão dentro do meu escopo particular. Como: Primeiro, que o perdão do pecado é uma cobertura do pecado. Esta verdade merece um desdobramento diligente, porque o erro sobre

ela gerou erros perigosos em dois extremos: um do Papista, que, porque é coberto, portanto não há pecado algum nos piedosos, caso contrário Deus não poderia deixar de vê-lo e odiá-lo, como Pererius e outros argumentam. O outro do Antinomiano, que infere daí que, portanto, Deus não vê o pecado, ou não toma conhecimento dele em pessoas justificadas, como Eaton.

Para entender isso corretamente, note que "cobrir" é uma expressão metafórica, e não devemos espremê-la demais, para que não saia sangue em vez de leite: Alguns fazem a metáfora de objetos imundos e repugnantes, que são cobertos de nossos olhos, como carcaças mortas são enterradas sob a terra; alguns de vestes que são postas sobre nós para cobrir nossa nudez, alguns dos egípcios que foram afogados no Mar Vermelho, e assim cobertos com água; alguns de um grande abismo na terra, que é preenchido e coberto com terra injetada nele.

Por último, alguns fazem dela uma expressão alusiva ao Propiciatório, sobre o qual havia uma cobertura, que poderia significar a graça de Deus, por meio de e em Cristo, abolindo nossos pecados. Por isso, o Apóstolo atribui, ἔλασμος, e, ἱλαστήριον, a Cristo e seu sangue, que é dado ao Propiciatório; Não devemos nos esforçar por nenhuma destas Metáforas, todas elas, em geral, tendem a mostrar isto: Que Deus, quando perdoa, não nos olha como pecadores, mas trata conosco, como se nunca tivéssemos pecado: como aqui é feita bem-aventurança ter o pecado coberto, assim é feita uma desgraça e miséria, Neemias 4:5, não ter o pecado coberto, como Neemias ora contra Sambalate e Tobias. Esta expressão também é usada no Salmo 85:2.

Em segundo lugar, podemos considerar em que sentido Deus cobre o pecado quando perdoa, e em que não.

1. Diz-se, portanto, que Deus cobre o pecado de seus olhos, porque ele não tomará conhecimento dele em pessoas justificadas para puni-lo com ira e condenação, embora não seja tão coberto, que Deus não o veja para se irar com ele, e castigar os crentes por ele. Contudo, é tão coberto, que ele não o vê para condenar os crentes por ele. Nós, portanto, não fazemos Deus cobrir o pecado (como um Antinomiano diz que fazemos) como se um homem cobrisse uma coisa com uma rede, onde o objeto ainda é visto, *Honey comb*, pág. 57, mas quanto ao ódio e à condenação vingativa de Deus, assim é totalmente coberto; e, portanto, aquelas expressões de tirar, apagar o pecado, etc. implicam plenamente que Deus não dá um meio perdão, mas que ele tira a ofensa, e qualquer que seja o castigo (propriamente dito) que lhe pertence.
2. Isto implica que Deus, quando perdoou assim, trata um homem como não mais, naquele particular, um pecador. Portanto, Davi, depois que seu assassinato e adultério são lavados, ele é tão branco como a neve no que diz respeito àqueles pecados reais; e todo verdadeiro crente arrependido, é obrigado a crer que Deus faz isto graciosa e gloriosamente a ele, que ele

não é mais na conta de Deus aquele leproso repugnante e pessoa impura que era.

3. Isto implica que Deus, por graus e em seu devido tempo, cobrirá os pecados do crente, tanto de seus próprios olhos, quanto dos olhos do crente. De modo que a culpa da consciência, aquelas flechas do Todo-Poderoso, não permanecerão sempre em seu coração. Assim como o amor do homem por outro, cobre uma multidão de pecados, ele não mencionará, acusará ou repreenderá a parte com eles; assim o amor de Deus cobre a multidão de pecados dos crentes cometidos por eles, tratando com eles como pessoas reconciliadas, não os repreendendo, mas concedendo-lhes todas as misericórdias encorajadoras; de modo que, se não desenvolvermos mais esta frase de cobrir o pecado, não tropeçaremos em nenhuma rocha, e ainda assim a alma terá tanto conforto quanto pode racionalmente desejar.

Em seguida, ouvi ao que não se aplica, e em que a frase é abusada: Como:

1. Quando sonhamos com tal cobertura do pecado, como se o pecado fosse totalmente removido; de modo que nenhuma relíquia da corrupção original permaneça em nós. Assim os Papistas: Não devemos (dizem eles) supor tal cobertura como se o pecado ainda estivesse lá, apenas Deus não o imputará, mas é uma cobertura tal que é um apagar do pecado. Ora, para o pecado real, concedemos que cobrir é apagá-lo; mas para o pecado original, em suas concupiscências, dizemos: eles ainda estão nos piedosos, e são propriamente pecados, apenas cobertos, porque não lhes são imputados: pois a graça da regeneração, embora corte o cabelo do pecado, como Dalila fez com o de Sansão, contudo ele cresce novamente, enquanto a raiz estiver lá.
2. Não podemos conceber o pecado coberto neste sentido, como se nós, por nossas boas ações subsequentes, cobríssemos o pecado. Assim, alguns expuseram as obras santas como sendo a vestimenta que cobre nossa nudez, mas esta seria nossa cobertura, e não a cobertura de Deus, ao passo que o Salmista a atribui a Deus, Salmo 85:2. Portanto, aquela Exposição não se sustenta, que alguns trazem de Agostinho, explicando esta cobertura do pecado, como *Emplastrum tegit vulnus*, "O Emplastro cobre a ferida", curando-a: pois embora a graça curadora acompanhe a justificação, contudo não é a justificação.
3. Não podemos concebê-lo como coberto neste sentido, como se Deus, quando perdoou, não retivesse ainda a ira contra as pessoas que pecam, e assim as castigasse. Embora esta doutrina seja muito defendida, contudo a Escritura é evidente contra ela. Davi teve o pecado coberto, contudo Deus não quis que a espada se afastasse de sua casa.

Assim Jó se atemoriza contra o pecado com esta consideração, de que Deus o veria nele, e tomaria conhecimento dele, Jó 10:14. "Se eu pecar, tu me marcas

(Deus vê o pecado em Jó) e não me absolverás da minha iniquidade"; e no cap. 14:16,17, ele diz: "Deus vigia o seu pecado, e o sela num saco". Que o povo de Deus não se iluda, portanto, com segurança, por nenhuma doutrina falsa; e que conclusões lamentáveis há da paz de um homem piedoso, quando ele cai em um pecado grosseiro, tratarei em outra Questão.

Nem em quarto lugar, podemos conceber o pecado coberto, de uma maneira carnal e grosseira, como se houvesse algo interposto entre os olhos de Deus e o pecado; como se o rosto de um homem fosse coberto com um chapéu, ou uma vela posta debaixo de um alqueire. A similitude dos Antinomianos é grosseira e carnal, *Honey-comb*, pág. 275, como um homem olhando através de um vidro vermelho, vê a água toda vermelha dentro dele, assim Deus olhando para nós em Cristo, não vê nada senão a justiça de Cristo, e nenhum pecado; pois a razão pela qual nossos sentidos julgam a água vermelha através de um vidro vermelho, é porque depende da adequação de um meio, e sendo este indisposto, o olho é enganado; mas Deus ao olhar para nós, não depende de nenhuma coisa interveniente; e de fato o ver de Deus o pecado neste ponto, não é tanto um ato de seu entendimento, quanto de sua vontade, decretando punir o pecado, ou não puni-lo.

De modo que esta similitude de forma alguma se sustenta, pois Deus nesta matéria de perdoar ou punir o pecado, não deve ser visto como um agente natural, mas voluntário. De modo que todas estas coisas corretamente entendidas, podemos tomar o que é bom e confortável, deixando o que é corrupto e falso. E se a Questão for feita, Se a frase de cobrir o pecado, contribui para aquele erro, de que Deus não vê o pecado nos crentes que ofendem? Eu respondo, Não, de modo algum; por estas Razões:

Primeiro, a cobertura de Deus do pecado deve ser limitada apenas à condenação, como eu provei; o pecado de Davi estava ao mesmo tempo aberto para Deus, e coberto; aberto para castigos paternais, coberto para condenação vingativa. Deus o via como um Pai para se irar com ele, não como um Juiz para odiá-lo.

2. Porque esta cobertura está limitada àqueles pecados que são passados e arrependidos; não a novos pecados cometidos; eles não são cobertos sem um novo ato gracioso do favor de Deus. Davi, antes deste pecado cometido de que se fala no Salmo, teve seus pecados anteriores cobertos, mas este não foi coberto, até que ele o reconheceu, e então diz ele: "Tu perdoaste a iniquidade do meu pecado": Embora, portanto, Deus não visse os pecados passados, contudo os novos cometidos, são notados por ele.
3. Porque, embora Deus os tenha coberto, contudo Deus pode, e de fato às vezes aflige seu povo por seus pecados, de modo que não se pode dizer

que eles estejam em todos os sentidos cobertos: Mas já falei longamente sobre isso.

Duas Objeções materiais devem ser respondidas, e então prosseguirei.

A primeira é: Se o pecado está no regenerado, contudo coberto e não imputado, como isto se coadunará com a onisciência, verdade e santidade de Deus? Sua onisciência, pois ele não pode deixar de ver o pecado se ele estiver lá: Sua verdade, pois Deus deve necessariamente julgar as coisas como elas são; se, portanto, o pecado está lá, ele deve julgá-lo estar lá, caso contrário, o tornamos como o ímpio que cobre o pecado, ele não o reconhecerá estar lá: Ora, que verdade é esta, dizer de um homem regenerado, ele está limpo e lavado de todo o seu mal, e contudo seu mal está nele?

Isto os eruditos entre os Papistas muito insistem, Pererius, Tiriuus, etc. No máximo (diz Suarez *de justificatione*) isso faz com que a remissão do pecado não seja nada mais do que uma remissão do castigo, não da ofensa ou falta. O mesmo é insistido pelos Antinomistas. Por último, como isso se coaduna com a santidade de Deus; pois ele deve necessariamente odiar o pecado em quem quer que o encontre; e, portanto, para os Santos terem pecado neles, e contudo Deus não lhes imputar, parece uma contradição.

Mas para tudo isto a resposta é fácil. Quanto à onisciência de Deus, ninguém diz senão que, por ela, Deus contempla o pecado, onde ele está; e nesse sentido, não se diz de modo algum que o pecado é coberto, pois ele conhece tudo no homem. Quanto à sua verdade, Deus julga como a coisa é, pois assim como ele vê o pecado, assim ele julga que o pecado está neles. E de acordo com aquela regra eterna estabelecida, Salmo 89:32,33, ele os castiga com a vara, embora não retire deles sua benignidade; de modo que Deus não julga as coisas de outra forma do que elas são.

E quanto à sua santidade, ele não apenas se ira com seus pecados, mas também procederia à sua condenação eterna, se não fosse por Cristo, seu fiador, de modo que seus pecados são punidos, embora não em suas próprias pessoas. Tampouco é isto uma remoção do pecado apenas no que diz respeito ao castigo, mas também da ofensa, sendo Deus totalmente reconciliado com seu povo, embora a corrupção (que é removida pela santificação, não pela justificação) seja por graus purgada.

A segunda Objeção é: Como pode Deus ver o pecado, visto que eles têm a justiça de Cristo, e não havendo pecado nela, portanto Deus deve olhá-los como em Cristo, que é sem nenhum pecado? A resposta é que, quando dizemos que a justiça de Cristo se torna deles, não deve ser entendido subjetivamente, como se fosse uma qualidade inerente a eles (pois então, de fato, Deus não poderia ver pecado neles), mas relativamente, ele é seu Mediador, e por sua obediência eles

são absolvidos, de modo que a justiça está em Cristo, mas pela fé se torna deles, não formalmente, mas como o mérito pelo qual Deus os justifica, e Deus a considera como deles; ora, isto não é contradição, ser pecador em nós mesmos, e contudo ao mesmo tempo absolvido pela justiça de outro.

É verdade, aquelas expressões de fazer da justiça de Cristo uma justiça formal, ou como outros, uma justiça material, e aquelas disputas, se a obediência ativa ou passiva de Cristo, ambas ou uma delas nos é imputada; tem obscurecido muito a Questão: ao passo que se a considerarmos como uma justiça relativa realizada por nosso Fiador em nosso lugar, a matéria se tornará muito mais clara: contudo não digo isto, como se a obediência ativa de Cristo não nos fosse feita nossa, como a seu tempo pode ser mostrado.

Chego à segunda Observação do Texto, que é: Que somente aqueles estimam o perdão do pecado como uma bem-aventurança, que sentem interiormente a ira de Deus pelo pecado. Davi aqui neste Salmo, sendo profundamente ferido com a culpa de seu pecado, não julga seu reino, sua riqueza, sua conquista sobre os inimigos uma coisa feliz, mas o perdão do pecado. Ora, o fundamento disto é, porque tal é nosso costume (embora seja nossa fraqueza) estimar as misericórdias mais *carendo quàm habendo*, pela falta delas, do que por tê-las.

O cego deseja ardentemente a vista. O coxo valoriza os membros sãos. Um povo aflito pela guerra, e sentindo a amargura dela, louva a paz. Assim é aqui, um homem aflito e amargurado em sua alma por causa do pecado, ele admira grandemente o perdão, e considera felizes aqueles que andam no sentimento do favor de Deus. Embora a inocência ou a liberdade do pecado possa ser *majus beneficium*, uma misericórdia maior do que o perdão e a reparação, contudo esta é *dulcius beneficium*, uma misericórdia mais doce para o senso e o sentimento daquele que a desfruta. Daí, para que Cristo e o Evangelho fossem exaltados, Deus permitiu que o pecado existisse, e a Lei tem o propósito de descobrir o pecado, e agravá-lo, para que Cristo e sua graça sejam mais bem-vindos.

Os Usos de ambos os pontos juntos, são:

1. Do primeiro: Deus, ao perdoar, cobre o pecado? Então, com que ousadia a verdadeira fé pode triunfar? Por que o piedoso penitente age como se seus pecados estivessem sempre em caracteres sangrentos diante de Deus? Por que ele age como se não houvesse sangue de Cristo, no qual estes egípcios são afogados? Se tu nunca tivesses sido um pecador, teu coração não teria tremido. O perdão não é fazer com que um pecado não exista, como já ouvistes? De modo que, assim como Raquel chora por seus filhos, porque eles não existem mais; assim podes tu te alegrar, porque teus pecados não existem mais, e embora não estejam cobertos de tua vista, contudo, se estiverem cobertos da vista de Deus, essa é a tua

bem-aventurança; melhor tê-los sempre surgindo em tua consciência, do que uma vez diante de Deus.

2. Do segundo, podemos ser instruídos, quem são os melhores Pregadores de Cristo, e da graça do Evangelho, quem são os Pregadores do Evangelho, justamente aqueles que fazem incisões e feridas profundas primeiro nas consciências dos homens pela Lei. A única maneira para um Ministro fazer com que seus ouvintes apreciem e saboreiem Cristo e a graça de fato, é mantê-los em um senso e apreensão piedosos de suas enfermidades. Não é apenas em nossa primeira conversão que devemos ter palpitações e dores pela graça de Deus, mas também esta fome e sede de Cristo devem ser mantidas no progresso da santificação: e, portanto, assim como aqueles Ministros devem ser culpados (se houver tais) que apenas pressionam o dever, descobrem o pecado, mas nunca expõem a plenitude de Cristo: Assim também devem ser culpados aqueles que apenas pressionam textos que manifestam a graça de Deus, mas nunca abrem aquela fonte e manancial de toda a imundície que está dentro de nós. Ambos estes temperados juntos, são como o excelente composto de Arão.

O último Uso de Exortação é, ser tão profundamente humilhado e ternamente afetado dentro de vós mesmos, que tudo dentro de vós possa clamar: "Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa pecado". Ó que cada Ouvinte que me ouve neste dia, pudesse com o mesmo espírito, afeto e comoção de entranhas dentro de si, proclamar esta verdade, como Davi fez. O que se diz das Epístolas de Paulo, é também verdade dos Salmos de Davi: *Nunquam Davidis mentem intelliges, nisi prius Davidis spiritum imbiberis*. "Nunca entendereis plenamente o significado de Davi, a menos que primeiro sejais possuídos pelo espírito de Davi".

Ora, para que sejais movidos a isto, considerai o motivo no Texto, e os meios para obtê-lo. O motivo é a bem-aventurança; um homem nunca é um homem feliz, até que seus pecados sejam perdoados. O que causa o inferno e a danação, senão meramente o não perdão? Tua riqueza, tua grandeza, tuas honras, não podem te trazer a felicidade que a remissão dos pecados traz.

Daí esta é a causa de toda outra bem-aventurança. E observai, aqui há uma grande diferença entre este lugar: "Bem-aventurado o homem cujos pecados são perdoados", e aqueles Textos onde se diz ser bem-aventurado aquele que teme sempre, ou se diz ser bem-aventurado aquele que não anda nos caminhos dos ímpios, pois no Texto é mostrada a causa ou fonte da bem-aventurança, a saber, a remissão do pecado; mas em outros lugares há apenas decifrado, quem são aqueles que são bem-aventurados. Um homem que teme é bem-aventurado, mas seu temor não é a causa de sua bem-aventurança. Um homem que vive piamente é bem-aventurado, mas sua piedade não é a causa de sua bem-aventurança, mas o perdão de seu pecado o torna bem-aventurado em

todas as suas graças; Tu és bem-aventurado, não porque oras, ouves, vives santamente, mas porque Deus perdoa todos os teus pecados e imperfeições nestes deveres.

Se, portanto, vossas graças, vossos deveres santos não são a causa de vossa bem-aventurança, nunca penseis que vossas misericórdias externas possam ser. O meio para obter isto, está no Texto, por não ter dolo no coração, isto é, por não esconder nossos pecados, mas arrependendo-nos deles, e confessando-os a Deus: Pois por isto (diz Davi) todo mundo orará a ti em tempo aceitável; por isto, isto é, por esta remissão, e porque estavas tão pronto para perdoar, quando eu disse: "Confessarei o meu pecado". Portanto, todos te buscarão; onde, a propósito, que ninguém abuse daquele lugar, versículo 5. Davi disse que confessaria, e Deus o perdoou: Davi apenas o disse, e Deus o perdoou; assim alguns têm discorrido sobre isso. Mas dizer, ali, de acordo com o uso da palavra hebraica em alguns lugares, é firmemente propor e decretar tão resolutamente, que ele será diligente na prática disso. Não penseis, portanto, que um mero trabalho labial é aquele quebrantamento e contrição de espírito, que Deus requer como meio para o perdão.

LIÇÃO XXVI.

Mostra que Deus toma conhecimento e se Ira com os pecados dos Crentes. As Agravações do pecado de Davi, e assim de todos os pecados dos Crentes. Que pecados os Crentes podem possivelmente cometer, e ainda em que eles diferem dos pecados de outros homens.

SALMOS 51:9.

"Esconde o teu rosto dos meus pecados, e apaga todas as minhas iniquidades."

Já ouvistes sobre a utilidade peculiar dos Salmos, no que diz respeito às nossas condições ou tentações. O que alguns Autores (não sei com que base) disseram do maná, que ele tinha o sabor de todas as carnes delicadas, e dava um sabor respectivo ao que cada paladar desejava; isto pode ser verdadeiramente afirmado dos Salmos, eles têm uma direção respectiva, ou consolo para a aflição ou tentação de cada um. Por isso, foram chamados por alguns de a pequena Bíblia, ou a Bíblia da Bíblia. Pois, embora todas as estrelas sejam de uma matéria quintessencial (como dizem os Filósofos), contudo, uma estrela difere de outra em glória. E este Salmo, entre os demais, não tem pouca excelência ou utilidade, sendo uma farmácia espiritual, na qual há antídotos escolhidos contra a culpa e a imundície do pecado, de modo que cada um pode dizer daquele deste Salmo, o que Lutero disse de outro: "Ó Salmo, *Tueris meus Psalmus*, Tu serás meu Salmo".

A ocasião deste Salmo é estabelecida com muita diligência e pontualidade na inscrição: foi feito quando Natã repreendeu Davi por seu adultério, depois que ele se deitou com Bate-Seba. A palavra hebraica é traduzida no tempo passado, e assim aqueles que desculpam Naamã, 2 Reis 5:18, traduzem aquelas palavras, nas quais Naamã pede perdão por se curvar na casa de Rimom, no tempo passado. Assim (perdoa teu servo) "quando meu senhor entrou na casa de Rimom... e eu me curvei". E eles trazem esta inscrição do Salmo para confirmar tal tradução.

Neste Salmo devemos olhar para Davi humilhado por seus graves pecados, como um Jó sentado sobre o monturo, abominando-se, por causa das úlceras e da repugnância sobre ele, ou como um miserável Lázaro cheio de chagas, deitado ao trono de Deus, que é rico em misericórdia. Pois a misericórdia é o escopo do Salmo, pela qual ele ora nos efeitos negativos dela, como apagar seu favor, etc., e nos efeitos positivos dela, como criar um novo coração, enchê-lo de alegria e regozijo, etc. E esta Petição é reforçada com vários argumentos da multidão de misericórdias de Deus, de sua confissão e reconhecimento, com uma pronta submissão a todos os castigos de Deus, da propensão de cada um ao

pecado, por causa daquela corrupção original nele assentada, do bom efeito que este perdão operará sobre ele, ele ensinará aos transgressores os caminhos de Deus, de modo que seus pecados, assim como suas graças, instruirão os outros.

Meu Texto é uma oração sobre aquele efeito negativo da misericórdia, que é expresso em duas Petições com o mesmo propósito. A primeira é: "Esconde o teu rosto dos meus pecados". As Escrituras dão um rosto a Deus em um duplo sentido. Há o rosto de seu favor e seu amor. Este Davi, no versículo 11, ora a Deus para que não o tire dele: E há o rosto de sua ira e sua indignação. Davi percebe sobre si, e contra si, pelo que deseja que Deus o esconda dele; de modo que é uma expressão de uma pessoa culpada, que não pode suportar que o justo Juiz olhe para ela; ou antes, de uma criança que ofende, que não pode suportar as carrancas de seu pai, lançando seus olhos sobre ela. Davi tem aquela imundície e culpa agora sobre si, a qual ele sabe que Deus não pode contemplar senão com muita ira e indignação, portanto, ele ora a Deus para que não olhe para ele. Vedes aqui Davi reconhecendo que Deus vê e toma conhecimento dos pecados das pessoas justificadas de uma maneira muito provocada.

Esta oração é expressa no mesmo sentido na próxima Petição, "Apaga todas as minhas iniquidades", na qual considerai a misericórdia pela qual se ora, "Apaga", uma metáfora (como já ouvistes) de mercadores que cancelam suas dívidas, ou como o Sol dissipa e faz a nuvem desaparecer. 2. A extensão do objeto, "todas as minhas iniquidades". Se isto se estende a pecados futuros, de modo que todos os pecados, passados, presentes e futuros são perdoados juntos, será considerado em segundo lugar.

Da primeira Petição, Observai: Que Deus vê e toma conhecimento de uma maneira muito irada e provocada, dos pecados hediondos e grosseiros, nos quais um Crente se mergulhou. Por esta razão, Davi ora a Deus que desvie seus olhos e seu rosto dele, assim como os olhos doloridos desejam que a luz seja removida, por serem incapazes de suportá-la. E esta agravação de Deus vê-lo, ele menciona também, no versículo 4. "Contra ti somente pequei, e fiz este mal à tua vista". O fato de Deus o ter visto e se ter ofendido, o perturbou mais do que os olhos de todo o mundo sobre ele: Assim, em 2 Samuel 11:27, onde esta História é relatada, há esta marca peculiar sobre o pecado de Davi, que o que ele tinha feito era mau aos olhos do Senhor; portanto, Deus o viu, e tomou conhecimento dele, a ponto de se desagradar com ele.

Esta Doutrina é digna de todo exame diligente, tanto porque será um forte Antídoto para guardar o povo de Deus de pecados grosseiros e escandalosos, como também para informar até que ponto em tais pecados o povo de Deus faz uma brecha em sua paz com Deus, e reivindicação à Aliança da Graça. E embora esta Questão tenha sido vexada em alguns aspectos com as garras arranhadoras dos Escolásticos, contudo, esforçar-me-ei para não ser um semeador tão mau a ponto de semear entre espinhos, nem como um dos Antigos alude, *Plantare*

nemus Aristotelicum juxta altare Dei, "Plantar o bosque escuro de Aristóteles, junto ao Altar de Deus".

E para um procedimento mais claro neste grande Ponto, considerarei a Doutrina brevemente na *hypothesi*, como foi o caso de Davi, e depois na *thesi*, como pode ser a condição de qualquer crente: pois em Davi notai duas coisas: Primeiro, a agravação de seu pecado. Em segundo lugar, o mal que lhe sobreveio por causa dele. O pecado de Davi é mencionado em detalhes, 2 Samuel 11, onde tendes várias agravações deste ato ímpio.

- **Primeiro**, ele era um Rei, e assim sua maldade era maior, tanto quanto sua pessoa era maior, sendo os homens em posição como o Sol, que se em um eclipse, causa muita alteração destrutiva aos inferiores.
- **Segundo**, um homem elevado por Deus a misericórdias especiais, tanto temporais quanto espirituais, e para ele pecar assim, podemos clamar: "Que tens, ó Jordão, para retroceder?"
- **Terceiro**, a natureza do pecado era muito grosseira, contra a luz da consciência de um pagão, desonrar a esposa de seu próximo.
- **Quarto**, foi uma transgressão contra seu fiel servo Urias, que estava arriscando sua vida para preservar Davi: Isso foi uma ingratidão horrível.
- **Quinto**, esta agravação Deus acrescenta, que ele tinha muitas outras esposas; e para ele, como Natã sabiamente o repreendeu, ir e tomar a ovelha do pobre homem, que tinha apenas aquela, isso era tornar-se muito culpado.
- **Sexto**, houve grande deliberação e consulta, sobre como encobrir o assunto, e fazer de Urias o pai dele. Ó, onde está o coração de Davi que não o fere todo este tempo?
- **Sétimo**, para levar a cabo este plano miserável, ele envia Urias com cartas para Joabe para sua própria destruição; não faz Davi aqui, aquilo que ele tanto condenou e orou contra nos outros, espreitar como um Leão para devorar o pobre inocente?
- **Oitavo**, seu pecado se torna mais hediondo, pois para encobrir isso, ele quer que Urias, e muitas outras pessoas inocentes sejam postas na linha de frente, de propósito para serem mortas, e depois com a mais transcendente hipocrisia, desculpa-se com isto: "A batalha cai igualmente para todos". De modo que aqui há um pecado com muitos pecados complicados nele.
- **Nono**, quando tudo isso é feito, Davi toma Bate-Seba por esposa, deleita-se nela e se alegra com ela.
- **Décimo**, para tornar seu pecado imensuravelmente pecaminoso, após estes horríveis pecados cometidos assim contra a luz natural, bem como a espiritual, não encontramos remorso de consciência, nem perturbação de coração, até que Natã, o Profeta, venha e o desperte.

Mas, imediatamente após sua Repreensão, como esta Montanha se derrete como cera diante do fogo? E, portanto, que nenhum homem se encoraje com o pecado de Davi, a menos que encontre em si mesmo também o Arrependimento de Davi.

E, portanto, em segundo lugar, notai que caminho Deus toma para o quebrar, e quanto desprazer de Deus caiu sobre ele.

- **Primeiro**, ele tem grande terror e perturbação sobre si, o que ele expressa pelo tormento mais requintado que existe, a saber, "ossos quebrados". Aconteceu com ele como se todos os seus ossos fossem moídos e esmagados juntos. Assim, temível é cair nas mãos do Deus vivo, que até mesmo para seu próprio povo é um fogo consumidor. Como o Sol, que costuma lançar raios resplandecentes de brilho, por nuvens densas e espessas é escurecido e obscurecido; assim Davi, que antes se alegrava em Deus, confortava-se em suas Promessas, agora, como o rico, implora por uma gota de conforto, e encontra um grande Abismo entre isso e ele, a tal ponto que não pode chegar a ele, nem ele a isso. Ora, o que são todos os prazeres de Davi, todos os seus deleites lascivos para estas feridas de sua alma? Não comprou ele o Arrependimento a um preço caro? Que os piedosos ouçam isto e tremam, e não façam tal coisa.
- **Segundo**, assim como ele encontrou o inferno dentro de si, assim Deus também estava realmente descontente, seus pecados não foram cancelados até que ele se arrependeu. De modo que o desprazer de Deus não estava apenas no senso e no sentimento de Davi, mas também no coração de Deus. Como a terra de seu próprio coração era como ferro, no que diz respeito a produzir qualquer fruto de conforto, assim os Céus eram como bronze. Deus falara à sua alma para ser como os montes de Gilboa, sobre os quais nenhum orvalho de seu favor cairia. Portanto, ele não ora apenas por perdão, mas por abundância e iteração de perdão, "Multiplica para perdoar", como no versículo 2. "Preciso de perdão de novo e de novo, preciso de um perdão abundante, porque pequei muitos pecados em um só pecado". Ora, Davi poderia justamente estar mais solícito e temeroso sobre o perdão destes pecados, porque não havia nenhum Sacrifício particular designado para assassinato e adultério, mas uma expectativa de vingança, seja de Deus ou do homem, mas isto não deve ser estendido aos erros socinianos, como antes mostrei.
- **Terceiro**, ele encontrou em si mesmo uma repugnância e uma culpa contaminadora sobre sua consciência, pela qual, como Adão, ele poderia correr e se esconder, para que Deus não o visse. Por isso ele ora: "Lava-me, Limpa-me, Purifica-me". Ó, quão repugnante e abominável ele era a seus próprios olhos: se a Justiça de Davi é considerada por ele um pano imundo, ou esterco; que pensamentos de rebaixamento e

aborrecimento ele deve ter de seus pecados? Ele se vê como o Porco revolvendo-se na lama, e o cão lambendo seu vômito.

- **Quarto**, ele sente um definhamento e uma languidez espirituais sobre si, de modo que não pode exercer nenhuma daquelas graças que costumava exercer. Portanto, ele ora por um espírito principal ou voluntário, para que com deleite e força ele possa fazer a vontade de Deus. Davi se levanta como Sansão quando seu Cabelo foi cortado, pensando em fazer grandes proezas, como antes, mas descobre que sua força se foi.
- **Quinto**, ele descobre um mundo de Hipocrisia em seu coração, e clama contra isso, orando por verdade nas partes internas. Ele agora (provavelmente) teme a si mesmo por ser um Hipócrita, questiona se há alguma verdade da graça nele; e certamente poderia justamente espantá-lo e assombrá-lo, considerar que ele pôde fazer toda aquela maldade deliberadamente a sangue frio, sem nenhum remorso por um longo tempo. Isto poderia justamente mergulhar Davi em tal Caos, que ele poderia temer que os próprios pilares e fundamentos de sua alma fossem abalados.
- **Sexto**, ele havia perdido toda aquela ousadia e liberdade decorrentes de uma boa Consciência, em declarar a verdade de Deus e em resgatar os transgressores de seus maus caminhos, versículo 13. Alguns disseram que Davi neste intervalo perdeu o dom da Profecia e de fazer Salmos. Não posso afirmar isso; mas certamente a culpa e a vergonha haviam selado tanto sua boca, que ele não podia repreender os outros por assassinato, adultérios, astúcia destrutiva, dos quais ele mesmo era tão gravemente culpado. Era a Regra dos Antigos, *Quicquid dicturus aliis, prius tibi ipsi dic*, "O que quer que vás dizer aos outros, dize-o primeiro a ti mesmo". Mas como poderia Davi ter alguma ousadia aqui, até que houvesse uma brasa de fogo do Altar para santificá-lo?

De modo que todas estas coisas devidamente ponderadas, podeis dizer, este Sermão é uma Lição de Anatomia espiritual, na qual o pecado e o castigo de Davi foram tão dissecados diante de vós, que todo ouvinte sábio pode prevenir a mesma doença desesperada em si mesmo.

E agora prossigo para a *Thesis*, ou esta Doutrina em geral. E usarei este método: Primeiro, falar brevemente dos pecados em que os piedosos podem cair. E depois, mais amplamente, de sua relação com Deus após a comissão deles, até que se arrependam. E para o primeiro, duas coisas são consideráveis: A natureza dos pecados que eles cometem, e a qualidade deles, pela qual podem ser diferenciados dos pecados dos réprobos.

Quanto ao primeiro. Não há pecado (exceto aquele contra o Espírito Santo) em que uma pessoa justificada, sendo deixada a si mesma, não possa cair, mesmo pecados tais que homens morais, com a ajuda apenas de uma consciência natural, prontamente abominariam. Assim Davi, com deliberação e

consentimento, cai em adultério e assassinato, pecados condenados pela Lei estatutária da Natureza: Tendes Arão culpado de Idolatria: os irmãos de José, os Patriarcas, tanto quanto está neles, assassinando José, e quando o lançaram no poço, sentaram-se para comer, o que implica sua maravilhosa segurança: e não lemos de seu Arrependimento, até muitos anos depois, sendo despertados para isso por José. Sansão, ele era como um dos Imperadores Romanos, um composto de vícios e virtudes, a tal ponto que se poderia duvidar de sua piedade, se a Escritura não o tivesse colocado no Catálogo dos Santos.

Pedro, embora tenha sido uma paixão de medo que causou seu pecado, contudo seu pecado foi muito terrível, mentir, jurar e amaldiçoar, ao negar a Cristo. Este foi um pecado tal que Pedro não achava possível que ele caísse nele.

- **Primeiro**, na acusação da criada, comparando os Evangelistas, ele não só nega baixamente ser Pedro, mas acrescenta que não conhecia a Cristo, sim, não sabia o que ela dizia: uma expressão que usamos sobre uma coisa da qual somos da maneira mais elevada ignorantes; e isto ele faz diante de todos os que estavam por perto.
- **Em seguida**, após um pouco de tempo (que, como Maldonado calcula, deve ter sido de pelo menos três horas), ele nega a Cristo novamente: poderíamos ter pensado que o coração de Pedro poderia tê-lo perturbado nesse espaço, mas em vez de arrependimento, ele agrava seu crime, com um juramento ele negou ser Pedro; Aqui havia mentira contra sua própria consciência, acompanhada de perfídia contra Cristo.
- **Então, pela terceira vez**, um pouco depois, sendo acusado novamente, ele ainda aumentou seu pecado, e não apenas jurou, mas amaldiçoou, isto é, devoto-me aos juízos mais horrendos que podem existir, se ele conhecia a Cristo, e isso ele fez muitas vezes, como a frase, "Ele começou a amaldiçoar", parece implicar, e seu pecado ainda aumentará, se essa maldição for referida a Cristo, que ele o amaldiçoou e o anatematizou, e todo este tempo, embora, como alguns provavelmente pensam, ele ouviu o Galo cantar, contudo ele não se arrepende até que Cristo olhou para ele, e sem dúvida o teria negado tantas vezes quantas a tentação fosse, se Cristo não o tivesse preservado.

Assim, dei-vos Exemplos dos pecados hediondos do povo de Deus, que não são para encorajar no pecado, mas, se devidamente considerados, um freio contra ele. Como ele disse: *Plus debeo Thomae, quam Petro*, "Devo mais a Tomé do que a Pedro", ele era mais grato a Tomé duvidando, do que a Pedro crendo, porque pela dúvida de Tomé, a Ressurreição de Cristo foi mais confirmada: Assim, em certo sentido, podemos reconhecer mais a Sabedoria e a Bondade de Deus nas quedas de seus filhos, do que em suas Graças; pois por meio delas devemos tremer em nós mesmos por nossa própria fraqueza, ser mais cuidadosos contra o pecado; observar o caminho que eles tomaram para o perdão, e admirar a bondade de Deus, que não rejeita totalmente seus filhos pródigos.

Assim vedes que não há tipo de crime em que o povo de Deus, por sua própria negligência, não possa cair. E quanto à outra Questão, Se eles não podem cometer frequentemente os mesmos pecados? Temos exemplos na Escritura para a Afirmativa, apenas a maior Dúvida é, Se após uma Humilhação completa e profunda eles podem recair nos mesmos pecados? Mas, embora dificilmente tenhamos exemplos de tais na Escritura, contudo, o mandamento de Deus para nós de recebermos um irmão que ofende setenta e sete vezes, se ele se arrepender, pode manter o coração de tal pecador contra o desespero, porque a bondade e o amor estão nele como no Oceano; em nós, como na correnteza apenas.

A segunda coisa considerável é: Que tipo de pecados são estes? Se podem ser chamados de pecados de enfermidade, embora tão atrozes em sua natureza, ou pecados dominantes? Ora, nisto, os teólogos piedosos têm expressões diferentes, embora queiram dizer a mesma coisa. Zanchi, em sua Tese da perseverança dos Santos, afirma industriosamente que todos os pecados em que os Crentes eleitos caem são pecados de enfermidade. Assim ele chama os de Davi e Pedro: Seu principal fundamento é que todo homem regenerado tem um duplo princípio dentro de si, a carne e o espírito, ambos lutando um contra o outro: por meio do qual eles nunca são levados a um consentimento e propósito plenos em qualquer pecado que cometem.

Daí ele nega que possam ser chamados de pecados dominantes, ou pecados contra a consciência, que devastam a consciência, ou que são de propósito resolvido interior. Ele dá um exemplo de Jonas e os marinheiros; sabemos que os marinheiros não tinham a intenção inicial de lançar Jonas ao Mar; novamente, eles remaram e usaram todo o seu esforço para preservá-lo: Por último, eles oram a seus deuses, se possível, para não serem necessitados de afogá-lo. Ora, em tudo isso, os marinheiros, embora o tenham lançado ao Mar, com sua vontade e consentimento, contudo o fizeram com muita relutância também. Assim, diz ele, Jonas, a este respeito, é como Cristo, ou a graça nos corações do povo de Deus.

E primeiro, o povo de Deus não tem o propósito de expulsá-lo. Novamente, eles usam seu cuidado diligente nas tentações para não o fazer. Por último, eles suplicam e importunam a Deus para que nunca caiam tão gravemente: Portanto, se em algum momento são surpreendidos, é com uma vontade relutante. Assim ele. Tampouco é de admirar se ele julga assim; quando Bucer pensava que um homem Eleito, mesmo antes de ser convertido, não peca com aquele consentimento pleno como os homens ímpios réprobos, mas tem muitos movimentos para o contrário.

Ora, embora Pedro, em sua negação a Cristo, pudesse ser considerado como tendo agido com relutância e oposição, contudo é difícil dizer que Davi, que tanto deliberou e tramou para realizar sua maldade, não o fez com algum

consentimento pleno naquele momento. E pode parecer difícil chamar todos os pecados dos piedosos, de pecados de enfermidade; portanto, outros lhes concederão o nome de pecados dominantes, mas com esta limitação, de que não é um domínio total: o pecado reina como um tirano sobre eles, não como um Rei; e embora às vezes, como no caso de Davi, não haja resistência real feita, porque todo o exercício real da Graça está suspenso, contudo a semente de Deus no tempo revive novamente, e assim expulsa aquele usurpador.

Assim, a conclusão é que os pecados grosseiros, que algumas pessoas regeneradas cometem, podem ser ditos serem pecados realizados com pleno consentimento e deleite, e por um tempo, nenhuma resistência real feita pela parte regenerada, e até aí podem ser chamados de pecados dominantes, mas porque Deus prometeu soprar aquelas centelhas de graça nos piedosos, em seu devido tempo; portanto, eles reinam apenas como tiranos, e isso por um tempo, não como Reis, o que então propriamente é, quando os pecados são habitualmente cometidos com um consentimento antecedente e consequente. Mas, em geral, que há uma grande diferença entre os pecados de Saul e os de Davi, os de Pedro e os de Judas, aparecerá evidentemente.

1. Daquele princípio de vida sobrenatural, que, embora muito enfraquecido, não é de todo removido, 1 João 3. Aquele que é nascido de Deus, não pode pecar, a saber, como Caim; ou como alguém que é do diabo, seu pai, porque a semente de Deus permanece nele. E Paulo, em Romanos 7, descreve excelentemente isso na pessoa de um homem regenerado, onde alguns Expositores não limitam o bem que ele queria fazer, ou o mal que ele não queria fazer, apenas a movimentos e desejos do coração, mas o estendem às ações externas feitas na carne.
2. Há uma diferença no que diz respeito a Deus: Ele não rejeita totalmente aquele que ofende, como faz com o outro. Comparai o pecado de Saul, pelo qual Deus o rejeitou, com o de Davi, e pensareis que o pecado de Saul é muito menor; pois o de Saul foi porque ele poupou Agague, 1 Samuel 15, e o melhor do despojo, pretendendo que era para Sacrifício, e ele não ousou fazer o contrário por medo do povo, mas por isso Deus o rejeitou. Ora, o de Davi foi em um pecado mais grosseiro contra a luz da natureza, enquanto o de Saul foi contra um mandamento positivo de Deus apenas, e foi um pecado apenas porque proibido, não por si mesmo, contudo Deus mostra misericórdia a um, e não ao outro. Certamente, embora a graça de Deus seja a grande razão da diferença, contudo Saul pecou com mais desprezo e desdém de Deus, do que Davi. Havia uma raiz mais amarga em um do que no outro.
3. Uma diferença também pode ser vista na consequência. Quando Davi foi repreendido, como ele imediatamente se derreteu e se condenou? Não poderia haver um degelo tão súbito do coração de Davi, se, como o de Nabal, tivesse sido como uma pedra dentro dele. Assim também Pedro,

> assim que Cristo olhou para ele, ele saiu e chorou amargamente. É verdade, vemos Saul e Judas após suas maldades cometidas, clamarem que haviam pecado, mas ainda assim foi apenas por motivos temporais, temendo a perda de suas honras ou fama, e no máximo, por um medo servil da ira de Deus, não por qualquer amor a ele, ou fé nele.

O Uso é: Se Davi jaz assim em seu sangue, e o que Mical disse falsamente a seu respeito, agora é verdade, fez-se como um dos homens vis, que ele então se torne uma Coluna de sal para temperar os piedosos. Sem uma solicitude graciosa e uma dependência diligente de Deus, quão rapidamente uma estrela pode se tornar como um monturo? Vedes que as cobras, e outras criaturas venenosas, que se escondem nos buracos do chão, quando a estação é fria, contudo rastejam para fora sob os quentes raios de Sol. E assim aqueles pecados que tu supões crucificados em ti, podem reviver diante de uma tentação quente.

Pedro não podia ser persuadido de que jamais seria mergulhado em tal perfídia imunda, ele pensava que todos os homens do mundo o fariam antes dele. Ora, para prevenir estes escândalos, ouvi sempre os movimentos do Espírito de Deus. Enquanto o Galo canta, sai tu e chora amargamente; enquanto o Anjo agita o tanque, entra tu imediatamente: e se em algum momento fores surpreendido, não continues no pecado, retorna imediatamente. A Vela recém-apagada, se soprada imediatamente, pode ser acesa novamente. Quanto mais tempo no pecado, mais insensível e estúpido teu coração se tornará; e sabe que o que Bernardo disse é verdade: *Illud est cor durum, quod non trepidat ad nomen cordis duri*, "Aquele é um coração duro, que não treme ao nome de um coração duro".

LIÇÃO XXVII

Até que ponto os Pecados grosseiros fazem uma brecha na Justificação.

SALMOS 51:9.

"Esconde o teu rosto dos meus pecados, e apaga todas as minhas iniquidades."

Chegamos, em seguida, a declarar até que ponto um homem regenerado, na comissão de tais pecados grosseiros, faz uma brecha em sua Justificação. E para maior clareza disto, estabelecerei, Primeiro, O que não faz. E em segundo lugar, O que faz.

E em primeiro lugar, nenhum pecado grosseiro cometido por uma pessoa justificada, anula o perdão anterior dos pecados de que foi culpada. Deus, quando perdoa, perdoa absolutamente, não com uma condição suspensa à nossa conversação futura, a qual, se não for cumprida, seu perdão será revogado. Os Teólogos Luteranos geralmente se opõem a esta Verdade; Musculus também em seu *Common-place, De remissione peccatorum*, tratando desta Questão, inclina-se para a afirmativa, de que novos pecados grosseiros cometidos, anulam o perdão de todos os pecados anteriores, de modo que todas as suas iniquidades passadas *reviviscere*, vivem novamente em sua culpa e acusação de tal homem. Thompson em sua *Diatriba*, pág. 48, embora defenda veementemente a intercisão da Justificação de um crente ao cometer pecados graves e repugnantes, contudo ele nega que os pecados uma vez perdoados sejam novamente imputados, porque (diz ele) a irrevogabilidade daquela Remissão depende apenas da imutabilidade do conselho de Deus, cujos dons são sem Arrependimento.

Pois, embora (diz ele) haja uma necessidade de Fé e Arrependimento, para que os pecados sejam inicialmente perdoados, contudo, para que continuem ou permaneçam perdoados, não há necessidade de Fé; e, portanto, ninguém é condenado por pecados passados perdoados, por um defeito de nova Fé e Arrependimento, quando novos pecados são cometidos.

Os Escolásticos tratam desta Questão, e geralmente negam que os pecados perdoados sejam novamente imputados, a não ser em um certo aspecto, a saber, na medida em que os pecados passados estão virtualmente contidos no pecado seguinte, como se por um novo pecado a ingratidão de um homem fosse tão grande, que ele se tornasse tão culpado, como se tivesse todos os seus pecados anteriores sobre si. Mas, quaisquer que sejam os juízos dos homens, as expressões da Escritura sobre o perdão do pecado, que são, "não se lembrar mais deles", "apagá-los", e "lançá-los no fundo do mar", etc., evidenciam claramente que Deus, quando perdoa um pecado, perdoa-o absolutamente e

para sempre, de modo que ele nunca mais viverá para condená-lo aqui ou no porvir.

Há dois lugares da Escritura que parecem contrariar esta Doutrina. O primeiro é, Ezequiel 18:24,26, onde Deus diz: "Se um justo se desviar de sua justiça, e cometer iniquidade, sua justiça não será mencionada, mas ele morrerá em seu pecado". "*Quid clarius?*", diz Belarmino: "O que é mais claro que este lugar?". Por isso, este é fortemente insistido por Papistas, Arminianos, Luteranos, como o Aquiles.

Ora, a este lugar, estas Respostas são dadas:

- **Primeiro**, que o Profeta não fala de um homem verdadeiramente justo, mas de um homem farisaico, jactancioso, que tem uma concepção de sua justiça, sem nenhuma realidade; e tal justiça fingida pode rapidamente se derreter; mas isto pode parecer muito forçado (embora homens eruditos insistam nisso), em parte, porque a oposição é feita de um homem justo a um realmente ímpio; em parte, porque é uma justiça tal, que se um homem tivesse continuado nela, o teria salvo, ele teria vivido por ela.
- **Outros**, portanto, dizem que a expressão é apenas condicional, e por suposição, "se ele fizer isso", o que implica apenas um *posse*, se um homem for deixado a si mesmo, não um *esse*, ou que de fato ele o fará; sim, Deus usa estas cominações condicionais, como um meio santificado para guardar um homem justo de cair.
- **Esta é uma boa Resposta**: mas há outros com quem me junto, que dizem que a Escritura aqui considera um homem como de si mesmo, e o que ele é em seu próprio poder, não o que ele é por uma Aliança da Graça (que é apenas *per accidens*, e *ex hypothesi*) uma coisa meramente extrínseca e acidental a um homem. E agora, falando de um homem piedoso assim, podemos dizer que ele pode cair, e perder o favor de Deus; pois embora, em respeito à predestinação de Deus e à Aliança da Graça, ele não possa, contudo isso é meramente externo, e de fora. De modo que a Escritura fala de um homem piedoso, às vezes em respeito à sua condição externa, relativa, como eleito e federado: Assim ele é feito imutável em respeito ao seu estado. Novamente, em outros lugares, fala dele, em respeito aos seus internos, e ao que habita nele; e neste sentido, "Aquele que está de pé, cuide para que não caia".
- **E que esta é a interpretação correta**, é claro pela oposição no estado de um homem ímpio; pois ali diz o Texto: "Se o ímpio deixar sua maldade, e fizer o que é justo, ele viverá". Aqui não há menção de Graça alguma; pode alguém daí inferir, portanto, que um homem ímpio, sem a Graça de Deus, é capaz de se voltar para Deus? Não. Outros lugares demonstram a necessidade disso. De modo que é claro, estes Textos não se referem de modo algum a algo externo e extrínseco a um homem.

O próximo lugar instado para o retorno de pecados perdoados é Mateus 18:32,34, onde na Parábola, diz-se que o Mestre perdoou a um servo toda a sua dívida, mas porque o mesmo servo não mostrou a mesma compaixão a um conservo, seu mestre se irou com ele, e cobrou-lhe novamente toda a dívida que havia perdoado. Pelo que pode parecer que, se nós, depois de nossos pecados serem perdoados, fizermos coisas que são muito desagradáveis a Deus, ele se lembrará de nossos pecados anteriores contra nós. Mas o escopo da Parábola, que é a chave certa para abri-la, não é mostrar que Deus se lembrará de pecados perdoados por causa de novos cometidos, mas manifestar que o perdão dos outros é uma qualificação necessária para ser perdoado por Deus; e que não podemos crer que Deus nos perdoará, a menos que perdoemos os outros: e isto é claro pela conclusão da Parábola, v. 35. "Assim também meu Pai celestial não vos perdoará, se não perdoardes de coração uns aos outros". Além disso, nem toda passagem em uma Parábola é argumentativa, mas apenas a intenção principal. Muitas coisas são floreios na Pintura, não lineamentos.

Em segundo lugar, tampouco uma pessoa justificada que peca assim, cai da Graça da Justificação, ou de sua Adoção, ela não é expulsa do direito de sua Herança. A quem ele ama, ele ama até o fim; todo este tempo, a intercessão de Cristo é eficaz por ele. Embora ele seja um Pródigo vivendo com Porcos, e com alfarrobas, contudo ele ainda é um Filho, *Quod Christus naturâ, nos gratiâ*, assim como Cristo é perpetuamente o Filho de Deus por natureza, assim nós nele, e por ele, somos sempre os filhos da Graça; e a perpetuidade ou estabilidade de nossa Justificação, não se funda em nada em nós, mas na vontade e no amor de Deus, e em suas promessas seguras.

Nem em terceiro lugar, ele cai do estado de Graça inerente ou santificadora, não mais do que da imputada; pois pela graciosa Aliança de Deus, os princípios da Graça estão mais firmemente fixados e enraizados na alma de um homem piedoso do que sua alma em seu corpo. *Ut custodiat nos per fidem, custodit in nobis ipsam fidem*, "Para que nos guarde pela Fé, ele guarda em nós a própria Fé", diz um homem erudito.

Nem em quarto lugar, um homem piedoso cai nestes pecados grosseiros, sem uma ordenação misericordiosa deles, até mesmo para o bem do homem piedoso. Embora as aflições possam sobrevir a um homem para o seu bem, contudo alguns questionaram se Deus permite que um homem piedoso caia em pecados para o bem, porque os pecados têm uma malignidade e veneno internos em suas naturezas, que os males das aflições não têm. Mas se Gregório disse verdadeiramente do pecado de Adão, *Felix culpa*, foi uma culpa feliz, porque Deus operou um bem tal, o bem de um Mediador, que é um bem maior do que aquele pecado foi; sem dúvida Deus pode sobrepujar os pecados do povo de Deus para sua própria vantagem; como disse um homem piedoso, ele obteve mais bem de seus pecados, do que de suas Graças.

Audeo dicere, &c. (diz Agostinho *de civit. Dei*, lib. 13.) "Ouso dizer isto, que é proveitoso para os homens orgulhosos, cair em pecados manifestos e abertos, pelos quais possam se envergonhar e se tornar repugnantes a seus próprios olhos". *Salubrius sibi displicuit Petrus, quando flevit; quam sibi placuit, quando praesumpsit*. "Foi melhor para Pedro desagradar-se a si mesmo em seu choro, do que agradar-se a si mesmo em sua presunção". Isto, portanto, Deus faz ao seu povo; para prevenir o pecado, ele os deixa cair em pecado: e como diz Agostinho, *Sectio dolorem operatur, ut dolor dolore tollatur*. "O corte da ferida causa dor, para que a dor seja removida pela dor", e às vezes *venena venenis dispelluntur*, "o veneno é expelido pelo veneno".

E assim muito sobre o Negativo, chegamos ao Afirmativo; e em geral dizemos: Um homem piedoso cometendo tal pecado grosseiro, até que se arrependa, está em um estado de suspensão de todos os efeitos da Graça de Deus na Justificação, embora não de abdicação ou deserdação. Ele está sob Sequestro, embora não sob Ejeção; ele está sob uma interdição, embora não sob um exílio. Ele é como Absalão, que foi expulso da família de seu pai, embora não de ser um filho. Os Teólogos ingleses o expressaram bem no Sínodo de Dort, por meio de um leproso, que foi excluído de sua própria casa, de modo que, embora tivesse direito à sua casa, contudo não tinha nenhuma reivindicação por nenhuma lei para desfrutar de sua casa: Assim, embora um homem piedoso tenha direito ao perdão do pecado, contudo ele não pode reivindicar isto como devido a ele, enquanto a culpa do pecado permanecer sobre ele.

Daí se expõe: "Purifica-me com hissopo", como uma alusão ao leproso, que de tal maneira era purificado, não que este estado deva ser concebido como um terceiro estado entre um estado de Justificação e Condenação, mas uma suspensão dos benefícios do primeiro. Neste sentido, um homem piedoso justamente expulso pelos oficiais da Igreja por um pecado, é dito ter seus pecados ligados no Céu. E a este respeito, Zanchi diz que ele, *Quodammodo excidere à gratiâ Dei*, e que eles são feitos, *quasi inimici*, "como que inimigos". Assim também Perkins, ao cometer tais pecados, diz ele, Deus transforma os efeitos de sua graça, nos efeitos, *cujus dam odii*, de uma espécie de ódio a seus pecados, de modo que *quodammodo fiunt inimici Dei*.

Ora, para que o terror desta condição se fixe mais nos piedosos para os tornar cautelosos contra tais quedas, consideremos que particulares este geral inclui.

- **Primeiro**, supõe uma inaptidão presente para o Reino dos Céus, ou qualquer Privilégio gracioso. Não há aptidão ou preparação em um homem piedoso assim decaído, para conforto ou salvação: mas como o homem impuro, deve manter-se à distância de tudo isso. Ora, quão lamentável é considerar, que tal homem, que tinha o Cetro gracioso de Deus sempre estendido, para o convidar a vir à sua presença, deve agora encontrar as portas e os portões da misericórdia por uma estação

fechados sobre ele! Agora, o Mestre da festa pode dizer-lhe: "Como entraste aqui sem uma Veste nupcial?". Quando Davi não se sentou, segundo seu costume, à Mesa do Rei, foi desculpado, ele tinha impureza sobre si. Infelizmente, a agravação da culpa de um homem piedoso é esta: por que ele não aplica as Promessas como antes? Por que ele não é levado à adega da Esposa? Infelizmente, a impureza está sobre ele. Como Cristo disse a Maria: "Não me toques, pois ainda não subi"; podemos aplicar de outra forma, a Promessa da Graça, Cristo te diz: "Não me toques, não te apegues a mim, pois ainda não ressuscitaste de tua imundície".

- **Segundo**, assim como não há aptidão para privilégios graciosos, assim também Deus agora muda todos os seus tratos e administrações para com eles. Aqueles efeitos de amor, deleite, conforto, segurança e doçura que eles tinham, agora são transformados nos amargos efeitos de ira, desprazer, perturbação e dor de alma, tristes dores e convulsões de consciência, de modo que não têm paz com Deus nem consigo mesmos. Assim seus pecados os engolem como a Baleia de Jonas, e eles estão, por assim dizer, no fundo do inferno. Deus está realmente ofendido e descontente com eles, por isso sua consciência os acusa verdadeira e tristemente: E tudo isso sendo inculcado pelo Espírito de Deus, convencendo-os do pecado em todas as suas agravações, Ó os gemidos e agonias com que suas almas devem necessariamente lutar! Isto Davi nos ensina evidentemente no que sentiu sobre si.
- **Terceiro**, embora ele tenha direito à Aliança da Graça, aos privilégios nela contidos, contudo, como já ouvistes, ele não pode, sem Arrependimento renovado, reivindicar nenhum destes. Ele não pode dizer: "meu Deus, meu Cristo, meu Perdão"; Não, Deus cuspiu em seu rosto, como é a expressão para Miriã, e a alma se tornou imunda e repugnante, e ela deve ser lavada novamente, antes que Cristo a receba. Embora haja um Poço de Salvação, contudo tu não tens balde para tirar dele. Enquanto o coração de um homem piedoso permanecer assim avesso a Deus, e tiver o propósito de continuar no pecado, todas as Promessas são como uma fonte selada, e um Jardim fechado. Ele está em pior condição do que o homem ferido no caminho para Jericó, pois não apenas o Sacerdote e o Levita (a Lei Moral) passam por ele, mas até mesmo o bom Samaritano, Cristo e as Promessas não derramam óleo em suas feridas. Todo o tempo que ele aplica confortos à sua alma, e se apoia com esperanças do favor de Deus, ele vive de roubo espiritual. E ele não pode com mais verdade (se falamos do uso e aplicação reais) dizer das Promessas, do que o diabo do mundo, e das coisas gloriosas dele: "Tudo isto é meu".
- **Quarto**, por meio disto eles incorrem na culpa da danação eterna. Há uma dupla culpa, como alguns distinguem, uma potencial (que por outros é *Reatus simplex*, uma culpa simples) outra real (que por outros é *Reatus redundans in personam*, uma culpa que recai sobre a pessoa). Ora, é de comum acordo que, por aqueles pecados, ele merece a danação eterna. E,

portanto, um homem piedoso que ofende assim, deve lamentar a perda que cometeu. Se Deus tratasse com ele de acordo com aquela regra estrita, "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas que a Lei requer"; onde ele apareceria? Mas não podemos dizer que eles têm uma culpa real que os obriga à ira eterna, não absolutamente, mas condicionalmente, até que tomem os meios designados por Deus para seu perdão? Não vejo por que, em um sentido são, isto não possa ser dito, pois Deus não lhes quer a salvação, enquanto eles permanecem naquele estado, embora naquele tempo ele queira dar-lhes tal Graça eficaz, que por meio dela eles se recuperarão, e assim removerão aquele abismo que está entre eles e Deus. De modo que, ao mesmo tempo, Deus quer dar-lhes graça para se arrependerem e se recuperarem, e contudo ele não quer a salvação para eles, até que se recuperem. Aqui não há contrariedade na vontade de Deus, porque embora isto seja sobre a mesma pessoa, contudo não nos mesmos aspectos: pois a vontade de Deus de não dar a salvação enquanto em tal estado, e de dar o Arrependimento para que ele possa sair daquele estado, de forma alguma se opõem uma à outra; e por causa desta última misericórdia, é que podemos sempre dizer: "Não há condenação para os que estão em Cristo Jesus". Seus pecados nunca lhes são imputados para sua condenação, mas há uma obrigação condicional sobre eles, até que solicitem seu perdão.

- **Quinto**, por causa desta culpa e demérito do pecado, é que nossos Teólogos dizem que, se tal pessoa, Davi (por exemplo), morresse antes que estes pecados fossem arrependidos, ele seria condenado; pois se supuserdes uma pessoa justificada perseverar sempre em pecados grosseiros e vis sem reforma, podeis muito bem supor que ela seja condenada. Daí há, como alguns observam, uma dupla impossibilidade: Há uma impossibilidade de que Davi, eleito e justificado, seja condenado; Há também uma impossibilidade de que Davi, um assassino e um adúltero, seja salvo sem Arrependimento; mas Deus, por sua graça poderosa, desatará este nó por uma recuperação certa e infalível de seus pecados, pois essa é uma regra perpétua e segura: "A eleição obteve", Romanos 11, caso contrário, falando de Davi como naquele estado antes do Arrependimento, podemos dizer, se ele tivesse morrido nele, teria sido condenado. Assim Beza, Twisse, etc. Contudo, a graça de Deus que foi tão potente no início para ressuscitar do sepulcro do pecado, quanto mais, se a vida está em nós, nos vivificará para nos voltarmos para Deus?
- **Sexto**, daqui surge ainda mais que ele precisa de uma Justificação particular no que diz respeito àquela culpa, que deve ser removida. Alguns Escritores ortodoxos e eruditos, Abbot e outros, distinguem uma dupla Justificação, uma universal, pela qual um homem é absolutamente recebido na graça e no favor de Deus, tornando-se seu Filho. A segunda é particular, pela qual os pecados são remidos àqueles que já foram feitos filhos de Deus, sem a qual, eles cairiam de seu primeiro benefício de

filiação. Uma é chamada, *Justificatio simpliciter*. A outra, *Secundùm quid*: e esta Justificação particular eles fazem ser frequentemente repetida. Assim Pedro Mártir, sobre Romanos 3. *Lapsis post Justificationem repetitâ denuo Justificatio per fidem condonari*. Assim Bucer, *Defensio*, pág. 85, reconhece uma iteração da Justificação depois que nos arrependemos e nos levantamos de pecados mais graves. Outros não a chamam de uma Justificação particular, mas uma aplicação daquela Justificação universal. E certamente a Justificação denota o estado de um homem, mas visto que a Remissão de tais pecados não os coloca em um novo estado (pois eles nunca caíram daquele), não podemos tão propriamente chamá-la de Justificação, e não conheço nenhum lugar onde a Escritura a chame assim, e seria muito difícil dizer que a Justificação é reiterada tantas vezes quanto o pecado é perdoado. Embora, portanto, possa haver alguma diferença nas palavras, contudo a matéria em si é clara, a saber, há uma necessidade da remoção desta culpa, para que a pessoa que ofende possa ser trazida novamente ao favor de Deus.

- **Sétimo**, visto que tudo isto é verdade, então se segue que tal homem que ofende assim deve renovar um ato de Fé e Arrependimento. De modo que os atos anteriores de fé e tristeza piedosa, não descarregarão ou absolverão dos novos pecados cometidos. Portanto, por último, é um erro muito perigoso na prática, sustentar que, após um pecado conhecido cometido, a primeira coisa que um crente deve fazer, antes do Arrependimento ou da Humilhação, é crer que aquele pecado já está perdoado. Assim, um escritor recente, Cornwell, em um Tratado chamado *Arrependimento-Evangélico*, no qual ele se esforça para provar que um crente que entrou na Aliança da Graça, ao cometer um pecado real e conhecido, deve crer no perdão real daquele pecado, antes de se arrepender realmente do mesmo. Ora, embora isto deva ser refutado, quando tratarmos da Fé e do Arrependimento, contudo, tanto podemos dizer, que esta Doutrina deve ser muito insalubre; pois, primeiro, não há pecado realmente perdoado antes do Arrependimento, como já mostrei amplamente; e nenhum pecado é perdoado antes de ser cometido, como na próxima Questão deve ser mostrado. De modo que seria uma presunção abominável, sim, e falsidade crer em tal coisa. Por isso, tal persuasão como esta, "Deus perdoou ou perdoará meus pecados", não pode trazer nenhum conforto ou paz à nossa consciência até que nos arrependamos; pois uma persuasão da Escritura é que Deus, capacitando-me a me arrepender, e a usar os meios, concederá o perdão, e somente nisto posso ter conforto. Além disso, o Autor faz da última obra da Fé, a primeira; pois, sobre um pecado conhecido cometido, a Fé deve ser exercida, primeiro, nas ameaças de Deus, para crer que elas lhe são devidas. Em seguida, a Fé deve confiar em Cristo para o perdão, para que ele possa receber a remissão dos pecados; pois, como Rivet e Perkins bem instam, não há perdão oferecido da parte de Deus, ou recebido da

parte do homem, até que ele creia, e então, quando estes atos são feitos, Deus muitas vezes inclina a alma a crer que o pecado está perdoado. Mas o perdão do pecado deve ser recebido por um ato direto de Fé, antes que possamos crer que ele está perdoado por um ato reflexo.

A Objeção pode ser: Como pode o pecado prevalecer tanto na sua imundície e culpa, e ainda assim o homem que peca assim não cair de sua Justificação? Isto será esclarecido, se considerardes estas coisas.

- **Primeiro**, que a Justificação é um ato meramente de Deus, não é nosso ato. Diz-se que somos justificados, e Deus é quem justifica. Ora, *Opus Dei non potest irritum fieri per opus hominis*, "As obras de Deus que ele faz, não podemos anular", mas ele as ordena para seu tempo e continuação, como lhe apraz.
- **Segundo**, considerai que o pecado não expele a Graça da Justificação, eficientemente, ou fisicamente, como a escuridão faz com a luz, ou o frio com o calor, mas meritoriamente por via de merecimento. Ora, Deus não trata conosco segundo nosso merecimento; quando ele entrou em uma Aliança da Graça conosco, ele assim o designou, que nenhum pecado quebraria o laço de amizade, ao passo que se ele quisesse, poderia tê-lo designado de tal forma, que o menor pecado teria dissolvido este laço; e se o pecado expelisse a Graça da Justificação eficientemente, o menor pecado o teria feito.
- **Terceiro**, que uma culpa particular, parcial, não é a oposição imediata à Justificação universal da pessoa, a menos que permanecesse nela. A justificação da pessoa de um homem o guardará de ser efetivamente condenado, embora não da culpa da condenação. Como uma pessoa culpada, lançada na prisão, é privada do uso de sua casa, bens e todos os confortos, mas não é privada deles, até que seja efetivamente condenada: assim um crente caindo em pecados grosseiros, é privado do uso de todos os confortos espirituais, mas não expulso do direito a eles, porque ele nunca será efetivamente condenado.

LIÇÃO XXVIII

Se Deus, ao perdoar, perdoa todos os Pecados juntos, tanto os futuros quanto os passados.

SALMOS 51:9.

"E apaga todas as minhas iniquidades."

A próxima coisa neste Texto a ser considerada, é a segunda Petição, que embora difira da primeira em palavras, contudo é coincidente na matéria. Nela era observável (como ouvistes) a Petição em si [Apaga as minhas iniquidades]. 2. A extensão [Todas] todas as minhas iniquidades.

Ora, daqui podemos justamente tomar uma ocasião para tratar daquela Questão, Se Deus ao perdoar perdoa todos os pecados juntos? De modo que pecados passados, presentes e futuros são remidos juntos, pois essa é a opinião de alguns, que assim que um homem entra efetivamente na Aliança da Graça, todos os seus pecados, mesmo os futuros, são efetivamente perdoados, e que eles são obrigados a crer o mesmo, mesmo antes de se arrependerem efetivamente de qualquer iniquidade cometida. Isto Cornwell sustenta longamente em seu Livro do *Arrependimento-Evangélico*. Sim, há alguns Autores eruditos e dignos, que parecem inclinar-se para este lado. D. Ames em sua *Medulla*, no Capítulo da Justificação, diz: "Não apenas os pecados das pessoas justificadas que são passados, são remidos, mas também de alguma forma aqueles que estão por vir. Nem (diz ele) podem os pecados passados e presentes ser total e plenamente remidos, a menos que os pecados futuros sejam de alguma forma remidos também". Apenas ele faz esta diferença, pecados passados são remidos por uma aplicação formal, pecados futuros apenas virtualmente: pecados passados são remidos em si mesmos, pecados futuros no sujeito ou na pessoa que peca.

Mas isto, na verdade, é dizer que eles não são remidos, mas que Deus, por sua Aliança da Graça, à medida que os pecados são cometidos, dará Graça para se arrepender, pela qual pode haver um perdão deles. Isto é dizer antes, "Nenhum pecado os condenará efetivamente no futuro", em vez de dizer, "eles são perdoados". Doutor Twisse, *Vindic. Gratiae*, pág. 82, *de Eurat. lib. 3. Quid si dicam in Justification nostra, &c*. "E se eu disser, na nossa Justificação, etc. recebemos o perdão de nossos pecados, não apenas dos que são passados, mas também dos futuros, isto é, somos feitos mais certos do perdão deles". Pois (diz ele) aquele ato interno de Deus, pelo qual ele remite os pecados, não pode ser renovado em Deus. *Certissimum esse judico, &c*. "Julgo certíssimo (continua ele) a quem Deus uma vez perdoa os pecados, ao mesmo homem ele perdoa todos os seus pecados, quaisquer que sejam"; de cuja absolvição há, de fato, uma pronúncia

frequente e reiterada aos Penitentes muitas vezes na Escritura. Assim, aquele autor erudito, baseando-se naqueles dois fundamentos: 1. Que o Perdão do pecado é um ato imanente em Deus. 2. Que a aplicação do Perdão a nós, não é mais do que o sentimento e a manifestação daquele perdão, que foi desde toda a eternidade. Mas a fraqueza destes fundamentos já foi demonstrada, e temos outros Escritores Ortodoxos falando mais consonantemente com a Verdade, negando que os pecados futuros sejam perdoados, antes de serem cometidos e arrependidos.

Quando Grotius objetou que a Doutrina dos Protestantes era, *Peccata condonari antequam fiant*, "Que os pecados eram perdoados antes de serem cometidos", Rivet em sua, Διάλυσις, pág. 467, replica: *Imo id nos absurdissimum credimus, &c.* "Sim, nós achamos tal Doutrina muito absurda, e a imputação dela a nós, muito injusta"; Pois embora (diz ele) Deus tenha decretado perdoar nossos pecados desde toda a Eternidade, contudo a execução disto não é desde toda a Eternidade. Como Deus decretou desde toda a Eternidade criar o mundo, contudo o mundo não existiu desde toda a Eternidade. Aqueles que sabem que Deus decretou desde a Eternidade perdoar o pecado sob a condição de Arrependimento. Aqueles que sabem que Deus não decretou o fim sem os meios, nunca se atribuirão o Perdão do pecado, sem estes exercícios de Arrependimento.

Assim, o mesmo Autor no mesmo Livro, pág. 533. *Absurdum est credere, &c.* É absurdo (diz ele) crer em uma Remissão de pecados, que ainda não foram cometidos, pois nem no Decreto de Deus há uma Remissão real decretada sem o Arrependimento precedendo a Remissão. Para este propósito, Perkins em seu Livro da Predestinação: "Não há Perdão real (diz ele) oferecido da parte de Deus a nós, nem de nossa parte recebido sem Fé e Arrependimento". Quando Thomson em sua *Diatriba*, fez menção de uma resposta formada por algum Autor, de que na Justificação todos os pecados passados, presentes e futuros eram perdoados, e uma pessoa justificada era obrigada a crer nisso; o Bispo Abbot em sua Resposta, cap. 24, chama isto de *incommode dictum*, "uma expressão incômoda", e argumenta contra ela.

Tendo premisso isto, venho estabelecer os fundamentos de que os pecados não são perdoados a uma pessoa justificada, antes de serem cometidos e arrependidos, e, portanto, é presunção perigosa crer em tal coisa. Apenas estas coisas devem ser reconhecidas.

Primeiro, que Deus, quando perdoa os pecados passados àqueles que se arrependem, Ele os perdoa todos juntos. Deus não perdoa alguns e deixa de fora outros. Assim, a graciosa Promessa, em Hebreus 8, de não se lembrar mais de nossas iniquidades, e de apagá-las todas, deve ser interpretada universalmente a este ponto, que todos aqueles pecados que então são encontrados na vida das pessoas crentes, serão removidos e tirados. Todos os pecados passados são

perdoados juntos. E o fundamento desta Verdade é duplo, em parte porque a mesma Graça e amor de Deus que o move a apagar um, também o incitará para o outro. E, de fato, se não fosse assim, Deus teria amor a um homem como seu amigo, e ódio a ele como um inimigo, ao mesmo tempo; ao passo que a Remissão é Reconciliação com Deus, e, portanto, todo obstáculo deve ser removido; em parte, isto surge da natureza do Arrependimento, pois onde este é verdadeiramente por um pecado, também o é por todos os outros pecados, e então a culpa de todos deve necessariamente ser removida.

Em segundo lugar, devemos conceder que, para falar propriamente, não há nada futuro para Deus, e aquelas coisas que ainda não existem para nós, estão presentes para ele; pois ele chama as coisas que não são, como se fossem; mas embora seja assim com Deus, contudo não devemos conceber as coisas de outra forma, senão de acordo com aquela maneira de sua dispensação, pela qual as coisas decretadas desde a Eternidade são produzidas para agir no tempo; e certamente, assim como os pecados futuros para nós estão presentes para ele, assim o Arrependimento também futuro para nós está presente para ele. E, portanto, o Decreto de Deus para a Remissão, foi também para o Arrependimento, e ambos estão presentes para ele.

Em terceiro lugar, isto deve ser concedido: Que, embora os pecados futuros não sejam perdoados antes de serem cometidos, contudo, pela Aliança da Graça, Deus preservará de tal forma que, à medida que os pecados forem cometidos, assim a Graça será dispensada, para que nenhum pecado nos condene efetivamente. E esta pode ser a Remissão virtual de pecados futuros, da qual alguns falam. De modo que, embora uma pessoa justificada não possa crer que seus pecados que cometerá são perdoados, contudo ela pode crer que Deus a guardará por seu poder através da fé para a salvação, e que se ela cair em pecado, Deus renovará o Arrependimento em sua alma; e nossa paz de consciência não surge simplesmente daqui, que Deus perdoará nossos pecados, mas que ele nos preservará do mal, e nos guiará em todo bom dever, para que assim o perdão nos seja concedido.

Estas coisas explicadas, venho estabelecer os Argumentos, Por que ninguém deve presumir que, por causa de sua Justificação, todos os pecados futuros não cometidos, ou os pecados presentes não arrependidos, lhe são perdoados.

- **Primeiro**, o fundamento provém daqueles lugares que presumem e necessariamente supõem que o pecado seja cometido, antes de ser perdoado.
- **Segundo**, uma série de Argumentos provém das expressões que a palavra de Deus usa sobre o Perdão; todas as quais supõem que o pecado vem antes, e que Deus não antecipa seu Perdão. Tais como estas são: "Não te lembres da iniquidade". Ora, embora isto seja atribuído a Deus impropriamente, contudo o próprio sentido da palavra supõe que os

pecados eram precedentes, e como Deus por sua graça não se lembrará mais deles. Assim a frase "apagar", supõe que o pecado já estava registrado no livro de Deus. Os homens não costumam perdoar Dívidas antes que elas existam. "Lançá-las no mar", o que isto implica? Senão que os pecados apareceram antes, e de uma maneira terrivelmente ameaçadora. "Cobrir o pecado", como pode isso ser entendido, se o pecado não tem alguma repugnância?

- **Terceiro**, esta verdade pode ser provada a partir das qualificações necessárias exigidas naqueles que têm o Perdão, as quais não podem existir a menos que um homem já tenha cometido o pecado, como em 1 João 1:9. "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel para perdoar". Ora, a confissão é sempre de uma coisa já existente. Quão absurdo seria, para um homem, ir e confessar os pecados que cometerá?
- **Quarto**, não há promessa em toda a palavra de Deus, feita para o perdão de um pecado antes que ele seja cometido e arrependido. Se, portanto, a Palavra de Deus não dá tal encorajamento, que presunção é fazer uma fé, de que todos os pecados são perdoados, a fé do Evangelho?
- **Quinto**, se um homem pode crer que seus pecados são perdoados, antes de serem cometidos, e assim antes de se arrepender, então ele pode ter plena alegria e glória indizível em Deus, enquanto se revolve no meio dos pecados. A razão da consequência é esta: Por tal ato de fé, temos paz com Deus, e nos gloriamos nele.
- **Sexto**, se os pecados são perdoados assim antes de serem cometidos e arrependidos, então seria em vão orar pelo perdão do pecado, visto que já passou. Este Argumento (como foi dito antes) Gomarus usou contra Piscator, explicando aquela Petição [Perdoa-nos os nossos pecados] apenas pelo sentimento e certeza dela em nossos corações.
- **Sétimo**, se os pecados futuros de um homem já estão perdoados em um homem justificado, então em um homem réprobo, todos os seus pecados futuros são efetivamente condenados. A consequência é firme naquela regra, *Eadem est ratio contrariorum*, "a mesma é a razão dos contrários". Portanto, se os pecados futuros de um homem são perdoados antes de serem cometidos, então os pecados de um homem réprobo serão punidos antes de o serem.
- **Oitavo**, pelos mesmos princípios que os Oponentes podem provar que Deus perdoa os pecados futuros, nós podemos provar que é por causa do arrependimento futuro. De modo que ainda nenhum pecado será perdoado sem arrependimento.

O resultado de toda esta verdade é, por via de Uso, advertir-nos para que não façamos de nenhuma Doutrina sobre a graça, em sua consequência genial e natural, um encorajamento ou endurecimento para o pecado. Se a graça de Deus que apareceu para te ensinar a negar todas as concupiscências ímpias, te faz amá-las mais; se porque estais debaixo da graça, o pecado portanto tem

domínio sobre vós; se há bondade no Senhor, e portanto não o temeis: então sabei que todas as coisas operam contrariamente à sua natureza, e às direções da Escritura. Toda a graça do Evangelho é uma propriedade purificadora, depuradora e refinadora; é fogo para tirar a escória; é água para lavar a imundície; é óleo para amolecer as feridas da alma; é vinho para alegrar o coração, e regozijar-se em Deus.

LIÇÃO XXIX

Que a Absolvição plena não ocorre até o Dia do Juízo: Em que consiste então o perdão: E se os Pecados do povo de Deus serão manifestados naquele Dia.

ATOS 3:19.

"Arrependei-vos e convertei-vos, para que os vossos pecados sejam apagados."

O apóstolo Pedro neste seu discurso exortatório aos Judeus, age como um Médico sábio: Primeiro, Descobrindo o perigo da doença. Segundo, Aplicando um remédio eficaz. A doença é aquele pecado hediondo do qual os Judeus eram culpados, ao matar Cristo, o Príncipe da vida. Pecado este que é agravado por uma tríplice antítese: 1. Eles entregaram e negaram a Cristo na presença de Pilatos, quando este queria absolvê-lo. 2. Eles o negaram, embora ele fosse um Santo e Justo. 3. Eles desejaram que um assassino fosse libertado em vez dele. Este é o seu pecado. Em seguida, tendes o remédio prescrito em duas palavras: "Arrependei-vos e convertei-vos". Arrependei-vos, que denota uma mudança no coração: e convertei-vos, uma alteração na conversação exterior, μετανοεῖτε.

Embora seja geralmente recebido que, μετάνοια, significa apenas tristeza verdadeira e piedosa, e, μεταμέλεια, aquela dor imperfeita e insincera que está sobre os hipócritas, contudo isto não é universalmente verdadeiro, pois, μεταμέλεια, é aplicada ao verdadeiro arrependimento, Mateus 21:19 e 32, e, μετάνοια, a um arrependimento meramente exterior, Mateus 11:21. A outra palavra é, ἐπιστρέψατε, que deve ser entendida reciprocamente: "Convertei-vos", ou "sede convertidos". Esta exortação não supõe o livre-arbítrio em nós, apenas denota nosso dever, não nossa capacidade.

Nem a asserção de Grotius é melhor que o Semi-Pelagianismo, quando ele compara a vontade de um homem à mãe, e a graça ao pai, de modo que, assim como os filhos recebem o nome do pai, e não da mãe: assim as boas ações são denominadas da graça, não do livre-arbítrio: pois em nossa conversão o livre-arbítrio não é nem uma causa total nem parcial, preoperante ou cooperante, mas o sujeito passivo recipiente daquela *Vim gratiae vorticordiam*, como Agostinho a chamou, o poder da graça que muda o coração.

Este dever de arrependimento é instado a partir da consequência proveitosa. Piscator a chama de *effectu utili*, o efeito da conversão, que é, "para que vossos pecados sejam apagados". Não é uma inferência de causalidade, mas de consequência. "Apagar", é (como ouvistes) dos mercadores que expungem suas dívidas, ou do Escriba que rasura aquelas letras que não deveriam estar no

papel, ou do Pintor que desfaz aqueles lineamentos, que não deveriam estar na Pintura.

Em seguida, tendes o tempo, quando estes pecados serão apagados (isto é), "quando vierem os tempos de refrigério", ἀνάψυξις, é usado em Êxodo 8:15. Alguns não entendem isto, nem aquela expressão, "Os tempos da restituição de todas as coisas", versículo 21, do dia do juízo, mas daquela preservação que os eleitos teriam, quando a destruição de Jerusalém ocorresse. Daí que eles expõem o dia do Senhor, tão falado em Pedro, e em outros lugares, que se diz estar vindo sobre os crentes, daquele tempo em que Deus veio para destruir Jerusalém, mas não há razão cogente para se afastar da interpretação recebida, que faz do dia do juízo os tempos de refrigério para os piedosos, pois assim de fato é, porque então eles são aliviados de todos aqueles problemas e opressões sob os quais jaziam neste mundo.

Daí nosso Salvador o chama de "O dia de nossa redenção", em cuja vinda eles devem levantar suas cabeças. A Observação é: Que uma absolvição completa e plena de todo pecado, não é desfrutada até o dia do juízo. Os Crentes não têm uma quitação total até então: estamos nesta vida continuamente sujeitos a novos pecados, e assim a nova culpa, pela qual surgem novos medos, de modo que a alma não tem um descanso total de tudo, até que aquela absolvição final seja pronunciada no dia do juízo.

Antes de mostrarmos os fundamentos pelos quais pode parecer que a remissão de nossos pecados não está totalmente completada até então: devemos estabelecer algumas Proposições como uma grande obra.

- **Primeiro**, a Escritura não apenas neste privilégio de remissão de nosso pecado, mas também em outros, faz o complemento e a plenitude deles serem no dia do juízo. A redenção é a soma total, por assim dizer, de todas as nossas misericórdias, e somos participantes dela nesta vida, Colossenses 1:14, Romanos 3:24. Contudo, a Escritura chama o dia do juízo, quando ressuscitaremos de nossos túmulos de uma maneira peculiar e eminente, o dia da redenção, Efésios 1:7, Efésios 4:30, porque naquele dia, estarão os últimos e derradeiros efeitos de nossa redenção.
- **Adoção**, isso também é um privilégio que recebemos nesta vida; sim, um homem erudito (Forbes em seu livro onde ele trata da ordem das graças de Deus) faz da adoção (pelo que entendi) a primeira, e a preceder a justificação, contudo o Apóstolo, em Romanos 8:23, chama o último dia, o dia da adoção. Daí, 1 João 3:2, o Apóstolo, embora diga: "Agora somos filhos de Deus", contudo ele diz que não aparece o que seremos, porque a glória que Deus no último dia colocará sobre nós, é tão transcendente e superlativa ao que somos agora.
- **Assim**, em Mateus 19:28, o último dia é também chamado o dia da regeneração para o povo de Deus, contudo nesta vida eles participam

daquela graça, mas porque então é a plena perfeição e manifestação dela, portanto a Escritura o chama, o dia da regeneração. Assim como o Apóstolo, em Atos 13:33, aplica aquela passagem do Salmo à ressurreição de Cristo: "Hoje te gerei", porque então houve uma declaração tão solene e pública, de que ele era o Filho de Deus.

- **Não é de admirar**, então, se a Escritura também chama o dia do juízo um tempo, quando os pecados serão apagados, porque então é a absolvição pública dos piedosos; e de acordo com a filosofia, os movimentos recebem seus nomes do termo para o qual tendem.

Em segundo lugar, embora se diga que a Justificação consiste no perdão do pecado, contudo há uma grande diferença entre uma e outra; pois a Justificação, além do perdão do pecado, conota um estado em que o sujeito é colocado, a saber, um estado de favor, sendo reconciliado com Deus. Daí que este estado não pode ser reiterado frequentemente, não mais do que uma esposa, após aquela primeira entrada na relação, é frequentemente feita esposa. Neste sentido, a Escritura sempre fala dela, como conotando um estado ou condição em que o sujeito é colocado, bem como um privilégio peculiar concedido a tal. É verdade, há de fato homens eruditos, que pensam que a Justificação pode ser reiterada, como ouvistes, Pedro Mártir e Bucer. Outros a chamam de uma ação contínua, como a conservação. Mas embora haja uma continuação da Justificação, e os piedosos sejam preservados nesse estado, contudo não podemos dizer que Deus renova a Justificação diariamente, como o faz com o perdão do pecado.

Há alguns que pensam que a Escritura dá um fundamento para uma segunda Justificação, ou a continuação e o aumento dela, e trazem aqueles lugares, Tito 3:5-7, Apocalipse 22:11. O erudito e excelente Intérprete Ludovicus de Dieu, no Cap. 8 dos Romanos, versículo 4, defende longamente uma dupla Justificação; A primeira ele faz ser a imputação da justiça de Cristo a nós, recebida pela fé, que é totalmente perfeita, e é a causa do perdão dos pecados: A segunda ele faz um efeito da primeira, pela qual, através da graça de Deus regeneradora, somos conformados àquele amor em parte, e dia a dia somos mais e mais justificados, e seremos totalmente assim quando a perfeição vier: de cuja Justificação ele diz que estes textos falam, Tiago 2:21,24, Apocalipse 22:11, Mateus 11:37, 1 Reis 8:32.

Esta dupla Justificação ele faz diferir *toto coelo* da dos Papistas, cuja primeira é fundada no mérito de congruidade, a segunda no mérito de condignidade. Mas a discussão disto será mais apropriada na outra parte, a saber, da justiça imputada. Agostinho parece sustentar a Justificação como um ato frequente e contínuo, lib. 2. *contra Julianum*, cap. 8. "Quando somos ouvidos naquela oração [Perdoa-nos os nossos pecados] precisamos (diz ele) de tal remissão diariamente, qualquer que seja o progresso que tenhamos feito em nossa segunda Justificação". Ele fala também de uma Justificação *hujus vitae*, que ele chama de *minorem*, a menor; e outra *plenam and perfectam*, plena e perfeita, que pertence ao

estado de glória, Tract. 4, *in Joannem lib. de spiritu and lit. cap. ultim*. Mas o tratamento mais exato disto será no lugar acima mencionado. Parece mais consoante à Escritura, se dissermos que a Justificação é um estado em que uma vez fomos colocados, que não se repete vez após vez, tantas vezes quanto o pecado é perdoado; nem pode admitir aumento ou diminuição, de modo que um homem seja mais ou menos justificado, pois mesmo Davi, enquanto estava naquele estado de suspensão, não era menos justificado, embora os efeitos da Justificação fossem menores sobre ele.

É verdade que, em certo sentido, homens eruditos dizem que a Justificação pode aumentar, a saber, *extensive*, não *intensive*, como eles expressam, por via de extensão, quando mais pecados são perdoados, não intensivamente em sua própria natureza. Assim como a alma de um homem em sua informação do corpo, não admite aumento intensivamente, mas o faz extensivamente, quanto mais as partes do corpo crescem, mais se estende sua informação. Mas destas coisas mais em seu devido lugar.

Terceiro, embora uma absolvição seja completada no dia do juízo, contudo nossa justificação não permanecerá da mesma forma que é nesta vida. Agora nossa Justificação é pelo perdão do pecado, e uma justiça fora de nós imputada a nós, que é instrumentalmente aplicada pela fé, mas este caminho então cessará; pois tendo justiça perfeita inerente em nós mesmos, não precisaremos de cobertura. É verdade, a glória e a honra de tudo isto redundarão sobre Cristo, e ele não será menos glorificado, porque então nos trouxe ao fim pleno de todos os seus sofrimentos.

Eu sei que alguns podem duvidar se qualquer justiça, senão a que é infinita, pode agradar a Deus, e, portanto, como alguns pensam que os Anjos foram aceitos por Deus por meio de Cristo, embora perfeitos: assim pode ser dos Santos no céu; mas não vejo fundamento para isto. Isto parece ser indubitável: Que o caminho da Justificação pela fé em Cristo, surge por causa de nossa imperfeição e pecaminosidade que permanecem em nós, e, portanto, é *justificatio viae, not patriae*, uma justificação de nós em nosso caminho, não quando chegamos à nossa casa.

Quarto, embora o perdão do pecado seja completado naquele grande dia, contudo isto não deve ser entendido como se o perdão de Deus de qualquer pecado fosse imperfeito, e algo do pecado ainda permanecesse a ser removido. Não, aquelas expressões de perdão do pecado na Escritura, denotam um perdão tão pleno e plenário, que um pecado não pode ser mais remido do que é. Mas porque cometemos novos pecados diariamente, e assim precisamos de perdão diariamente, portanto é que não somos completamente perdoados até então.

Estas coisas assim premissas, venho mostrar os fundamentos ou particulares, nos quais nosso perdão do pecado é assim completado.

- **Primeiro, em nosso senso e sentimento:** Pois, embora Deus perdoe um pecado perfeitamente, contudo nossa fé que o recebe é fraca. Esta Joia é tomada com uma mão trêmula e vacilante. Daí que não temos plena fé e confiança em nossos espíritos. Podemos ver isto em Davi, embora Natã lhe dissesse que seus pecados foram perdoados, contudo sua fé não era tão vigorosa e poderosa, a ponto de aplicar isto totalmente à sua própria alma; e, portanto, ele teve muita angústia e perturbação de coração depois; mas agora, no último dia, todos estes medos, desconfiança e escuridão, serão completamente removidos de nossos corações.
- **Segundo, o perdão do pecado será aperfeiçoado naquele dia.** Porque todos os efeitos do perdão serão então realizados, e nem mesmo as cicatrizes permanecerão, a ferida será tão completamente curada. Embora Deus perdoe plenamente o pecado, contudo os efeitos disto são adiados, muitos castigos e tristes aflições devem ser suportados: de qualquer forma, a própria morte, e a corrupção na sepultura devem se apossar das pessoas justificadas; ora, estes são o fruto do pecado, e embora o aguilhão destes seja tirado, contudo eles não são totalmente conquistados até aquele último dia.
- **Terceiro, então, e não até então, podemos dizer que a remissão dos pecados será completada**, porque então não haverá mais iteração do perdão. Aqui nesta vida, porque a raiz da corrupção permanece em nós; há ramos de pecados que brotam diariamente, e assim uma culpa frequente é contraída, pela qual, como temos feridas diárias, assim precisamos de emplastros diários.
- **Quarto, naquele dia o perdão do pecado somente será completado**, se considerardes a natureza da justificação. Pois o que é isso, senão uma superação do adversário acusador, e uma absolvição de nós contra toda acusação? Ora, isto é feito da maneira mais eminente e plena naquelas últimas sessões.

Tendo assim esclarecido a Doutrina, uma Questão pode ser brevemente abordada: Se os pecados do povo de Deus serão manifestados no dia do juízo, e Deus por amor de Cristo então os absolverá? Há homens eruditos pela afirmativa, Eles serão publicados; e há homens eruditos pela negativa.

- **Argumentos para a afirmativa**: Aqueles que são pela afirmativa, dizem de fato que os pecados dos homens piedosos não serão examinados para sua ignomínia ou confusão, mas apenas para que a bondade e a graça de Deus possam ser tornadas mais ilustres. Para isto eles instam estes Argumentos: Primeiro, aqueles lugares da Escritura, que falam da universalidade dos objetos reais, e pessoais. Dos reais; como quando se diz: "Um homem deve dar conta de toda palavra ociosa", Mateus 12:36, 2 Coríntios 5:10, uma conta deve ser feita por tudo o que foi feito no corpo. Para a universalidade do objeto pessoal, 2 Coríntios 5. "Todos nós devemos

comparecer diante do tribunal". Novamente, eles instam a abertura do livro, que ocorrerá naquele dia, e isso não é nada, senão a manifestação das consciências dos homens. Além disso, muitos pecados de homens ímpios e de homens piedosos estão misturados, e não pode haver um juízo de discussão precedendo o de condenação, a menos que os pecados dos homens piedosos também sejam produzidos.

- **Argumentos para a negativa**: Mas aqueles que são pela negativa, pensam que isto de forma alguma é adequado à bondade de Deus, que os pecados dos piedosos sejam então publicados, por estes fundamentos seguintes. Primeiro, do processo judicial, onde Cristo chama os benditos de seu Pai para herdarem o Reino preparado para eles; e então enumera apenas as boas obras que eles fizeram; sem dúvida eles tinham muitos pecados e falhas, mas Deus não toma conhecimento deles. Segundo, isto concorda melhor (dizem eles) com aquelas expressões da Escritura concernentes ao perdão, a saber, que Deus os apaga, que eles são lançados no fundo do mar. Terceiro, diz-se que os piedosos não entram em juízo, e não há condenação para eles, sim, eles já têm a vida eterna. Por último, Cristo é seu noivo, seu amigo, seu advogado, e quão impróprio seria para alguém em tais relações, contar ou expor seus pecados?

Qual destas opiniões é a mais verdadeira, é difícil dizer, nenhuma delas tem argumentos cogentes, e a Escritura não decide expressamente a questão, contudo a negativa parece ter mais probabilidade a seu favor.

O Uso é, Primeiro, de conforto e boas novas para os filhos de Deus, por mais que nesta vida eles tenham acusações de dentro, e de fora, contudo o dia está chegando, quando eles terão uma gloriosa e pública justificação de todas as objeções: Então Satanás não poderá mais acusar Josué pelos trapos imundos sobre ele; Então José será tirado da prisão, liberto de toda culpa e calúnia, e exaltado a grande glória, e talvez por isso Deus permita que tu sejas exercitado com muita culpa e medo aqui, para que mais anseies por aqueles dias de refrigério. E como esta verdade é para sua grande consolação, assim também demonstra sua felicidade; Que aquilo que é tão terrível e pavoroso para os homens ímpios, seja tal matéria de regozijo para eles: quando eles, por horror, clamarem para que as montanhas e os outeiros os cubram, estes desejarão que os túmulos e a terra entreguem seus mortos, para que possam desfrutar de seu Noivo.

Em segundo lugar, por via de contrário, para aterrorizar e despertar os homens ímpios, pois assim como os piedosos têm apenas um vislumbre, uma pequena porção nesta vida, em relação àquela plenitude de glória a ser revelada no futuro, assim os ímpios não sentem a menor parte daquela culpa, tormento, vergonha e confusão, que no futuro serão derramados sobre eles. Há muitos pecados de homens que jazem adormecidos, não fazem barulho nem em suas próprias consciências, nem diante de Deus; mas então estes leões, estes cães

massivos que jaziam tombados à porta, se levantarão com fúria, e devorarão completamente. Não tomes, portanto, a longanimidade de Deus por sua graciosa absolvição; oh, não te encorajes com falsos incentivos, e digas: "O pior já passou". Como disse o Apóstolo, "estas leves aflições não eram nada em comparação com aquele eterno peso de glória": assim, pelo contrário, podem os ímpios dizer; "estas dores e feridas de consciências que são sentidas aqui, não são nada em comparação com aquele eterno peso de pecado no futuro".

Bernardo disse: "*descendamus in infernum viventes, ne descendamus morientes*", "desçamos ao inferno enquanto estamos vivos por uma meditação séria, e santa consideração, para que não desçamos a ele, quando estivermos mortos, por misérias reais". Como diz o Apóstolo: "somos filhos de Deus, mas ainda não se manifestou o que havemos de ser"; há mais glória do que eles podem conceber: assim os homens ímpios são agora filhos da ira, mas ainda não se manifestou o que eles hão de ser.

LIÇÃO XXX

Ternura de Espírito e Verdadeira Humilhação (não Presunção carnal) o Efeito do Sentimento de perdão.

LUCAS 7:47.

"Por isso te digo que os seus muitos pecados lhe são perdoados, pois ela muito amou."

Este Texto é parte de uma famosa história, que bem pode ser chamada, τρεσκελίστη, por causa das três grandes coisas observáveis nela; 1. Grandes pecados. 2. Grande arrependimento e humilhação. 3. Grande amor e graça de Deus por meio de Cristo em perdoar: E há esta coisa peculiar bem observada sobre esta mulher na história, que enquanto diversos outros se dirigiam a Cristo por misericórdias corporais, esta somente vem por espirituais, isto é, pela remissão de seus pecados.

Para melhor entender o texto, consideremos brevemente a história; e primeiro a mulher é descrita por sua qualidade inerente, uma pecadora, não em um sentido comum como todos são, mas de uma maneira mais notória; e, portanto, aqueles que mitigam sua falta, por alguma reverência ou honra a ela, não aumentam tanto sua honra (como Maldonado sobre o lugar bem observa) quanto diminuem a honra de Cristo: pois a habilidade do Médico é mais elogiada, onde a doença é mais desesperadora.

Em seguida, tendes seu grande arrependimento expresso, no qual, em geral, podeis ver o dever dos Apóstolos cumprido, assim como ela deu seus membros para serem membros da iniquidade, assim agora da justiça, a tal ponto que ela é o verdadeiro espelho de uma convertida humilde. Sua humilhação é descrita: 1. Em trazer uma caixa de unguento para ungir seus pés; não sua cabeça (dizem alguns) porque ela se achava tão indigna, ela trouxe de fato uma caixa externa visível de unguento, mas ela tinha outra invisível e espiritual, a saber, um coração contrito e quebrantado. 2. Ela fica atrás de Cristo (como sendo repugnante a seus próprios olhos) e lava seus pés com suas lágrimas; o que deve supor ser verdade nela, o que Jeremias deseja, a saber, sua cabeça ser uma fonte de água, mas enquanto seu coração era um alambique tão fervoroso, não era de admirar ver tais preciosas destilações: Crisólogo sobre este fato dela, diz: "Os Céus costumam regar a Terra com chuva, mas *ecce nunc rigat terra Coelum*, aqui a terra rega o Céu".

Por último, o rebaixamento de si mesma aparece ainda mais, em fazer de seu Cabelo, antes o instrumento de seu orgulho e devassidão, agora uma Toalha para enxugar seus pés. Em terceiro lugar, o amor de Cristo para com ela é notável, e em geral é tão grande, que o Fariseu, inchado com seu próprio

orgulho, se ofendeu com ele, não considerando, primeiro, que embora ela tivesse sido uma pecadora, contudo agora ela manifestava Arrependimento. E, em segundo lugar, que nem todo comércio e comunhão com um pecador é proibido, mas aquele que é de encorajamento ou consentimento ao seu pecado: mas o de nosso Salvador foi como a comunhão de um Médico com o Paciente para curar e salvar. O Salvador tocou no leproso que curou, mas não se tornou impuro, porque o tocou para restaurar-lhe a saúde: Mas, assim como o povo murmurou porque Moisés casou com uma mulher negra, assim os Fariseus se queixaram porque Cristo mostrou misericórdia aos pecadores; mas Moisés, de fato, não podia tornar a mulher negra branca, ao passo que Cristo purifica a alma contaminada. Ora, nosso Salvador agrava seu amor por ela; Primeiro, por uma enumeração diligente daqueles vários atos de serviço, que ela lhe havia exibido, não mencionando nenhum de seus pecados anteriores; e tudo isso ele faz com uma Antítese, ou oposição àquele comportamento que o Fariseu lhe havia apresentado. 2. Para convencer o Fariseu, ele declara uma Parábola, para que de sua própria boca o Fariseu possa julgar o amor dela por Cristo ser maior que o dele.

No último lugar, sua graça para com ela é ainda declarada, ao perdoar seus pecados, embora tão hediondos, cujo perdão é primeiro declarado ao Fariseu no meu Texto, e depois à própria mulher. No meu Texto está a primeira promulgação de seu perdão; ora, porque as palavras têm alguma dificuldade, e a última parte é trazida para provar que o amor é uma causa meritória da Remissão dos pecados; duas Questões devem ser brevemente resolvidas: Primeira, Quando os pecados desta mulher foram perdoados? E a Resposta é, que assim que ela se arrependeu em seu coração de seus maus caminhos, e creu em Cristo, seus pecados lhe foram perdoados; pois assim Deus promete; e isto foi antes que ela viesse a Cristo, mas ela vem a Cristo para maior segurança do Perdão, e não apenas isso, mas para que ele a absolvesse autoritativamente de seu pecado; pois Cristo fez mais do que declarar seus pecados perdoados, como se vê pelos presentes, que com admiração fizeram esta pergunta, v. 49. "Quem é este que também perdoa pecados?". Ao passo que declarar apenas o perdão do pecado, qualquer Ministro pode fazer, como lemos de Natã a Davi, 2 Samuel 12:13. De modo que seus pecados foram perdoados por Deus antes, na primeira vez de sua Fé e Arrependimento, mas agora Cristo, como o Mediador, a absolve particularmente, e isso em sua própria consciência, portanto ele lhe diz: "Vai em paz".

A segunda Questão é, se aquela expressão, "Muito lhe é perdoado, pois ela muito amou", é causal, como se seu amor fosse antecedente, e uma causa de seu perdão; ou apenas consequencial, como um efeito, ou sinal de seu perdão; neste sentido, Ela amou muito, porque Deus lhe perdoou muitos pecados, não ela amou muito, e, portanto, Deus a perdoou? Aqui há uma grande e vasta diferença entre estes dois: muitos Papistas são a favor do último, os Protestantes

geralmente a favor do primeiro, e há esta razão cogente para isso, pois que Cristo não fala de Arrependimento, ou Amor que deveria preceder, e ser a causa do perdão dos pecados, é claro pela Parábola que ele traz de um Credor, que perdoou mais a um Devedor, e menos a outro Devedor: sobre isso nosso Salvador perguntou ao Fariseu: "Qual deles o amará mais?". Simão respondeu: "Suponho que aquele a quem mais foi perdoado": Ora, de tal amor nosso Salvador fala, quando menciona a mulher, que é claramente um amor de Gratidão, Porque muito foi perdoado; não um amor antecedente de mérito, para procurar perdão; de modo que, assim como de suas ações de ungir e lavar seus pés, por via de um sinal ou efeito, nós inferimos sua Fé e Amor a Cristo; assim por sua Fé e Amor como por um sinal e efeito, pode-se inferir que seus pecados lhe são perdoados.

Mas podeis perguntar: Como ela pôde saber que seus pecados foram perdoados, antes que Cristo lho dissesse? Eu respondo: Pela promessa de Deus feita a todo verdadeiro Penitente e Crente: embora esta certeza dela fosse imperfeita, e, portanto, admitisse maiores graus, ao passo que então todo este Arrependimento e Humilhação não era para que o pecado fosse perdoado, mas da Fé de que eles foram perdoados: Podemos observar isto: Que o sentimento e a apreensão do perdão dos pecados já obtido, não gera segurança carnal, mas um maior amolecimento e humilhação do coração de uma maneira graciosa.

Esta é uma verdade prática de grande importância. E para a sua abertura, notai esta distinção, como um fundamento, a saber, que há na Escritura um duplo Arrependimento ou Humilhação da alma pelo pecado; um antecedente, e que precede o perdão, e este a Escritura requer como uma condição necessária, sem a qual o perdão do pecado não pode ser obtido: deste Arrependimento a Escritura fala na maior parte, Ezequiel 14:18,30, Mateus 3:2, Marcos 6:12, Lucas 13:3, Atos 3:19, e geralmente na maioria dos lugares da Escritura.

Em segundo lugar, há uma Humilhação de coração, e quebrantamento de alma pelo pecado, decorrente da apreensão do amor de Deus em perdoar, pela qual nos entristecemos, por termos agido tão indelicadamente com um Deus tão bom e gracioso: Isto, embora mais raramente, contudo é às vezes falado na Escritura, como primeiro nesta mulher, que pela apreensão do amor de Deus em perdoar tanto a ela, derramou sua alma em todos os modos de agradecimento. Desta maneira também foi o Arrependimento de Davi, Salmo 51, pois ele foi assim profundamente afetado depois que Natã lhe disse: "Teu pecado foi removido": Embora pareça pelo Salmo também, que ele ainda não tinha aquele sentimento de perdão, que aquietava sua consciência. Este tipo de afeição também estava em Paulo, 1 Timóteo 1:12-16, 1 Coríntios 15:8,9, em cujos lugares o Apóstolo, lembrando-se de seus pecados anteriores, os confessa, e reconhece assim sua indignidade de toda aquela graça e favor que havia recebido; de modo que o Apóstolo não se humilha ali para obter misericórdia, mas porque havia obtido misericórdia. O exemplo mais eminente deste tipo de

tristeza e vergonha está em Ezequiel 16:62,63, onde Deus promete estabelecer sua Aliança com eles, e então notai o evento disto: "Para que te lembres e te confundas, e nunca mais abras a tua boca por causa da tua vergonha, quando eu for pacificado para contigo".

Assim, ambos estes tipos de Humilhações devem ser reconhecidos e praticados; e, portanto, é um erro falso e perigoso reconhecer nenhum outro tipo de Arrependimento senão o último: Os Papistas não reconhecerão esta última Humilhação de forma alguma, porque negam toda Fé e Certeza que um crente possa ter de seus pecados em particular: E outros, que há apenas este último, e, portanto, o Autor acima mencionado, em seu Tratado sobre o arrependimento do Evangelho, faz deste apenas o arrependimento do Evangelho: mas como a fé do Evangelho não é aquele ato reflexo da alma em um homem, pelo qual ele é persuadido de que Cristo é seu, mas um ato direto de tomar e receber Cristo para ser nosso: assim um arrependimento do Evangelho não é aquele principalmente pelo qual somos humilhados, porque recebemos o amor de Deus para conosco em perdoar, mas principalmente naquele aborrecimento de nós mesmos para obter o perdão: É, portanto, grande ignorância naquele Autor, em seu Tratado sobre o arrependimento do Evangelho, quando na pág. 58, ele chama o Arrependimento que precede esta Fé, a saber, que meus pecados são perdoados, uma obra morta; como se a Fé que justifica, e sem a qual é impossível agradar a Deus, fosse o crer que meus pecados são perdoados; ao passo que a Escritura a faz ser, o receber de Cristo, e apegar-se a ele: e visto que o objeto deve, em ordem de natureza, estar antes do ato que é empregado sobre ele, segue-se infalivelmente, que devo ter a Justificação, antes de poder crer que a tenho: O arrependimento, portanto, pode ser pensado como precedendo um duplo ato de Fé; Primeiro, aquele pelo qual Cristo é tomado e feito nosso, e assim o Arrependimento que precede este, pode ser chamado legal e servil. Ou, em segundo lugar, antes de uma persuasão de que meus pecados são perdoados, e antes deste ato de Fé, o Arrependimento deve necessariamente preceder, porque a Aliança da Graça dispensa o perdão apenas a tais.

Mas, como já falei o suficiente do primeiro tipo de Arrependimento que antecede a Remissão dos pecados, vindicando sua necessidade, insistirei neste último, por ser mais próprio ao meu Texto. E que a certeza da apreensão do perdão não gera segurança, mas antes aumenta a piedade, aparecerá de várias maneiras.

E primeiro assim: Aqueles lugares que falam das Propriedades graciosas de Deus, as representam como fundamentos do dever, bem como da consolação, Salmo 130:4. "Contigo está o perdão, para que sejas temido": Notai aquela expressão [Contigo está o perdão:] que implica o perdão estar em Deus como em uma fonte, e, portanto, ele perdoa fácil e abundantemente; mas para que nenhuma Aranha sugue veneno desta doce flor, ele acrescenta, "para que sejas temido"; aqui não há encorajamento à segurança. Assim, Oséias 3:5, há uma

graciosa Promessa de Deus a seus filhos, de que eles o temerão e a sua bondade. Como é Propriedade gloriosa de Deus operar o bem a partir do mal, assim é uma qualidade muito diabólica operar o mal a partir do bem.

2. As Promessas de Deus, elas também requerem um andar santo e humilde, 2 Coríntios 7:1. O Apóstolo, tendo no Capítulo anterior mencionado aquelas gloriosas Promessas na Aliança da Graça, de que ele seria nosso Deus, e nós seus filhos e filhas, faz esta inferência: "Tendo essas promessas, purifiquemo-nos de toda imundície, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus": De modo que aqui não há perigo, enquanto nos mantivermos fiéis ao uso genuíno da Escritura. Assim também Efésios 4:30. "Não entristeçais o Espírito de Deus, pelo qual estais selados", etc. Onde a Certeza está tão longe de encorajar ao pecado, que pelo pecado ela é enfraquecida e destruída. Quanto mais gracioso percebemos Deus para conosco, mais humilhação e rebaixamento encontramos em nós mesmos. Assim, o Apóstolo Pedro, 1 Pedro 1:17. "Se invocais por Pai, aquele que, sem acepção de pessoas, julga todos os homens, passai o tempo de vossa peregrinação aqui em temor".

Fazer, portanto, da dúvida um dever e meritório, como alguns Papistas fizeram, é trair grande ignorância dos motivos da Escritura.

3. Que a Certeza do perdão é apta para acender afeições espirituais em nós, é claro, se considerardes a natureza de tal Certeza.
    - 1. Originalmente, ela é operada pelo Espírito de Deus: assim como um homem, pelo poder do Livre-arbítrio, não é capaz de fazer nenhuma coisa boa sobrenatural, assim também, pela força da luz natural, não pode discernir os privilégios graciosos que Deus lhe concede, 1 Coríntios 2:12. O Espírito pelo qual conhecemos as coisas que nos são livremente dadas por Deus, se opõe ao espírito do mundo: Se, então, esta persuasão não é o fruto da carne, mas do Espírito, é de admirar que nos incline para as coisas santas?
    - 2. Esta persuasão do perdão vem no uso daqueles meios designados por Deus. 2 Pedro 1:10. Ao dar grande diligência no uso dos meios, somente chegamos à Certeza. Como, então, pode tal persuasão de perdão causar uma negligência dos meios?
    - Por último, aquele Espírito que assim assegura, opera também ao mesmo tempo, efeitos graciosos concomitantes, especialmente oração serva e eficaz, Romanos 8, Gálatas 3. Ora, onde há oração constante e poderosa, essa alma é como uma árvore plantada junto às águas.
4. Que esta persuasão do perdão inflama muito à Santidade, aparece da natureza e do estado daqueles que estão nela. Eles são filhos. Ora, por experiência vemos, que em um filho ingênuo, quanto maior a apreensão há do amor terno e da bondade de seu pai para com ele, mais obsequioso

e serviçal ele é; Podemos pensar que o grande amor do pai por seu filho pródigo, não foi como brasas de fogo derramadas sobre ele para derretê-lo e descongelá-lo? Vemos antes que ciúmes e suspeitas de amor geram ódio no final. Daí a desconfiança gera desespero, e o desespero ódio a Deus.

É, portanto, um dever especial que recai sobre o povo de Deus, entreter bons pensamentos de Deus, e estar persuadido de sua benignidade para com eles.

5. Que o povo de Deus ainda lamenta e se abomina por seus pecados, embora persuadido do perdão deles, surge da sinceridade e retidão de seu coração, pela qual eles odeiam o pecado como pecado, e se entristecem pela desonra que lançaram sobre Deus. É, de fato, lícito, sim, um dever arrepender-se do pecado, para que ele seja perdoado, porque a Escritura propõe isto como um motivo e encorajamento para o dever: E é uma coisa vã, afetar tensões mais altas e espirituais do que a Escritura. Mas a Humilhação do pecado, quando perdoado, e após o conhecimento do perdão, descobre evidentemente um coração reto, que a desonra de Deus é mais problema e dor para ele, do que seu próprio castigo e destruição. Pelo que ele se acusa e se condena tanto por agir tão miserável e perversamente com um Deus tão gracioso.
6. Aquele princípio ingênuo de Gratidão e Agradecimento que reina nos piedosos, os levará a todos estes serviços. A piedade na vida dos piedosos pode ser considerada de duas maneiras: Primeiro, como um meio pelo qual eles alcançam a vida eterna: Segundo, como uma expressão de Agradecimento a Deus. Daí Ursino em seu Catecismo inscreve aquela parte da Teologia, que contém nosso dever,
de gratitudine, "da Gratidão". Bern. Ep. 107.
Justus quis est, nisi qui amanti se Deo vicem rependit amoris? Quod non fit nisi revelante spiritu per fidem aeternum Dei propositum de sua salute
. Quem é um homem justo, senão aquele que retribui amor a Deus, por Deus amá-lo? E como pode ser isto, senão pelo Espírito de Deus revelando seu propósito de Eleição, concernente à Salvação do homem justo?

Uso de Instrução, A apreensão de um grande perdão gera grande Humilhação, então podemos ver a necessidade daquele Ministério e pregação, que descobre a profundidade, o comprimento e a largura do pecado. Eles tomam o melhor caminho para exaltar a graça e magnificar a Cristo, que amplificam a poluição do pecado em nós: Ora, para que possamos nos convencer de quanto Deus nos perdoa, dois pontos devem ser muito insistidos.

1. A Doutrina da corrupção original, pois por meio dela nos veremos culpados de mais pecados do que jamais pensamos; um homem sem esta luz da Escritura, é como alguém em um calabouço escuro, que está cheio

de Serpentes, Sapos e todas as criaturas venenosas, mas não é capaz de ver nenhuma delas, e assim pensa estar sem nenhum perigo. Se, portanto, queres ver quanto é perdoado, conta todas as dívidas que deves. A misericórdia e a habilidade do Médico aparecerão então, quando o pior de tua doença for manifestado.

2. Um segundo Ponto a ser muito pressionado, é a obrigação pura, estrita e exata da lei, que, sendo posta como um espelho puro diante de ti, todas as tuas deformidades aparecerão. Neste sentido, é bom ser um Pregador legal e um Ouvinte legal frequentemente: para que, conhecendo a santidade da Lei, e nossa imperfeição, possamos estimar mais a Graça de Deus em perdoar tanto;

Assim é também em suas administrações espirituais, ele não revelará as riquezas da Graça, senão aos pobres de espírito, nem dará alívio e refrigério, senão aos que estão sobrecarregados e oprimidos. E esta é a razão, pela qual um Fariseu, um formalista, um homem moral, um homem autojusto, não ama a Cristo, como os Publicanos e pecadores convertidos amam.

Uso segundo de Admoestação, para aqueles que pecaram muito, e assim tiveram muito perdoado, que saibam que seus gastos de graça praticada, devem ser de acordo com os recebimentos de graça justificadora. Que saibam, o perdão de muitos pecados é um talento a ser grandemente aproveitado. Como tu abundaste em muitos pecados, e Deus em muitos perdões, assim também abunda em muito agradecimento. Quão gratos seríamos a um homem que nos livrou muitas vezes de uma morte temporal! Mas eis que um amor maior se manifesta aqui. Tu que foste (talvez) o principal pecador de muitos milhares, sê agora o principal Crente de muitos milhares; se foste um grande pecador, e não és agora um grande ator, e mercador espiritual negociando para Deus, teme a verdade de tua graça; muito amor deveria ser como muito fogo que consome toda a escória; aviva-te com pensamentos como estes: "Senhor, quem estava mais mergulhado no pecado do que eu? Cujas doenças eram maiores que as minhas? Talvez milhares e milhares por menos e menos pecados do que eu cometi, estejam agora recebendo sua porção no inferno". Ó Senhor, esta tua bondade transbordante me vence, oh que eu tivesse os corações de todos os homens e Anjos para te louvar.

FIM